



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

**SIGNIFICÂNCIA CULTURAL COMO CRITÉRIO PARA
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL**

PERNAMBUCO
2011

PATRÍCIA COELHO PEDROSA

**SIGNIFICÂNCIA CULTURAL COMO CRITÉRIO PARA
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, sob orientação da Prof. Dra. Fátima Furtado.

PERNAMBUCO
2011

Catálogo na fonte
Bibliotecária Gláucia Cândida da Silva, CRB4-1662

P372s Pedrosa, Patrícia Coelho.
Significância cultural como critério para conservação do patrimônio mundial. / Patrícia Coelho Pedrosa. – Recife: O autor, 2011.
223 p. : il.

Orientador: Fátima Furtado.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Arquitetura, 2011.
Inclui bibliografia e anexos.

1. Planejamento urbano. 2. Significância cultural. 3. Conservação urbana. 4. Sustentabilidade cultural. 5. Declaração de significância cultural I. Furtado, Fátima. (Orientador). II. Título.

711.4 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2011-94)



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de dissertação em Desenvolvimento Urbano da mestranda PATRÍCIA COELHO PEDROSA.

Às 10.00 horas do dia 22 de agosto de 2011 reuniu-se na Sala de Aula do Programa, a Comissão Examinadora de dissertação, composta pelos seguintes professores: Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão Furtado (orientadora), Lúcia Ferreira Tone Hidaka (examinadora externa), Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo (examinadora interna), Silvio Mendes Zancheti (examinador externo) para julgar, em exame final, o trabalho intitulado "Significância Cultural como Critério para a Conservação do Patrimônio Mundial", requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão Furtado, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Rebeca Júlia Melo Tavares, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 22 de agosto de 2011.

- Indicação da Banca para publicação ()

Profa. Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão Furtado
Orientadora

Lúcia Ferreira Tone Hidaka
Examinadora Externa/UFAL

Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo
Examinadora Interna/PPG/MDU

Silvio Mendes Zancheti
Examinadora Interna/PPG/MDU

Rebeca Júlia Melo Tavares
Secretária do Programa

Patrícia Coelho Pedrosa
Candidata

Dedico este trabalho a meus pais, Betinho (*in memoriam*) e Luluca, os quais me transmitiram ensinamentos e valores éticos que ficarão para toda minha existência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva do conhecimento e pela consciência da importância de buscar a evolução.

A Flávio, elo da união mais essencial, pela solidariedade no enfrentamento dos primeiros desafios e pelo incentivo na busca por novos horizontes.

A Rodrigo e Rebeca, símbolos do amor maior, pelo estímulo para seguir em frente e participação na pesquisa de campo.

À minha irmã Carla, por estar sempre presente através de incentivos constantes. À minha irmã Fernanda, por toda dedicação dispensada à nossa família.

À minha cunhada e irmã do coração Sanja, por respeitar minhas crenças e pela atenção sempre dedicada. À minha cunhada Ranúsia, pela força e estímulo a novas experiências.

À professora Fátima Furtado, por aceitar orientar esta pesquisa e contribuir com indicações imbuídas do discernimento indispensável a seu desenvolvimento;

Aos professores Sílvio Zanchetti e Vera Mayrink, por aceitar participar da banca de qualificação, contribuindo com observações que possibilitaram novas perspectivas de investigação do tema e nortearam o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço, também, pela participação na banca de defesa;

À então colega do MDU e professora Lúcia Tone Hidaka, por sua permanente gentileza em dividir opiniões relevantes nas discussões sobre a pesquisa e por aceitar participar da banca de defesa;

Ao professor Sílvio Zanchetti, por partilhar conhecimento e conceitos relevantes do campo da conservação urbana patrimonial e pelas orientações fundamentais ao desenvolvimento desta pesquisa;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU), por contribuir para a construção do conhecimento fundamental ao desenvolvimento desta dissertação. Em especial, às professoras Ana Rita Sá Carneiro, Maria de Jesus Leite e Vera Mayrink, por transmitir conhecimento imbuído de sentimento e emoção, fundamental para se compreender e responder aos desafios inerentes ao campo da conservação urbana patrimonial;

Ao professor Luis De La Mora, pelas orientações ao desenvolvimento do projeto de pesquisa;

Aos servidores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU), Rebeca, Renata, Catarina, Jonas e José, pela responsabilidade, interesse e gentileza com que trataram as demandas por mim apresentadas;

Ao Centro de Documentação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), representado pelo Sr. Jose Garcia, pela gentileza em disponibilizar arquivos do Centro Histórico de Olinda, indispensáveis ao desenvolvimento desta pesquisa;

À comunidade do sítio histórico de Olinda, representada pelos moradores, empreendedores e empresários: Aderbal Brandão, Alexandre Aguiar de Oliveira, Alice dos Santos (Baixinha), Cláudia Nigro, Cláudio de Souza Wanderley Ramos, Djair da Cruz de Melo, Marco Aurélio Reis e Pedro Airão, pela participação ativa na entrevista de grupo com pronunciamentos fundamentais ao êxito da pesquisa;

À Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta (SODECA), na pessoa de Cláudia Nigro, por ter disponibilizado gentilmente o salão de reunião da Sociedade Beneficente de Artistas e Operários de Olinda para a realização da entrevista de grupo;

Aos especialistas em Conservação Urbana Patrimonial, André Renato Pina Moreira, Antenor Vieira de Melo, Bárbara Aguiar, Clodomir Barros Pereira Jr., Clóvis Cavalcanti, Fábio Cavalcanti Gonçalves, Jorge Eduardo Lucena Tinoco, Juliana Barreto, Lúcia Tone Hidaka, Marcos Simão, Nazaré Reis, Neide Fernandes, Rosane Piccolo, Tânia Lemos Cruz de Góis, Valéria Agra de Oliveira e Vera Milet, pelas participações nas entrevistas e valiosas contribuições a esta pesquisa;

À professora Vera Milet, por partilhar comigo opiniões e noções sobre a conservação patrimonial e, em particular, relacionadas com os valores do sítio histórico de Olinda;

Aos representantes das Ordens Religiosas do sítio histórico de Olinda, Frei Roberto do Convento de São Francisco; Irmão João Cassiano do Mosteiro de São Bento; Dom Marcelo Gomes da Paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe; Irmã Hildegardis Nassen da Ordem Beneditinas Missionárias de Tutzing/ Priorado de Olinda; Irmã Maria Cacho Belchior do Convento da Conceição e Irmã Irene Carneiro Lopes do Mosteiro de Nossa Senhora do Monte, pela gentileza de me receber em seus espaços sagrados e por participar das entrevistas com opiniões e pontos de vistas diferenciais a esta pesquisa;

À Prefeitura de Olinda, por ter me possibilitado ampliar conceitos e horizontes que certamente auxiliarão na gestão da conservação do sítio;

Aos queridos amigos da Secretaria do Patrimônio e Cultura de Olinda, particularmente, André Renato, Jorge Hermínio e Izabel Paiva, pela amizade valiosa e gentileza em disponibilizar conteúdos fundamentais ao desenvolvimento desta pesquisa;

Aos queridos amigos e fiscais da Secretaria de Transportes, Controle Urbano e Ambiental de Olinda, Adeildo Gomes da Rocha, Cácia Maria Ferreira da Silva e Solange Clemente dos Santos, pela determinação em participar da conservação do sítio histórico de Olinda num contexto de constantes adversidades. À Cácia, pelo zelo dispensado no ajustamento final desta dissertação;

À representante de nossa turma, Mônica Luize, pelo envolvimento e presteza com que sempre conduziu questões importantes de interesse coletivo;

Aos queridos colegas de MDU, em especial, Ana Holanda, Carla Cortês, Josie Rabelo, Lúcia Veras, Márcio Bezerra, Maria Milet, Marília Teixeira, Mário Castro, Mônica Luize, Ricardo

Bonilla, Suetinni Jean e Thalyane Leal, pela amizade e sentimentos compartilhados em todos os momentos;

Ao Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), representado pelo professor Sílvio Zanchetti, professora Fátima Furtado, Vera Milet, Rachel Bertuzzi e Thiago Tinoco, pela gentileza em disponibilizar material técnico de importância ao desenvolvimento do tema pesquisado.

A tarefa de preservação do patrimônio cultural, ao invés de ser uma tarefa de cuidar do passado, é essencialmente uma tarefa de refletir sobre o futuro.

Aloísio Magalhães

Somos a memória que temos e a
responsabilidade que assumimos. Sem
memória não existimos, sem responsabilidade
talvez não mereçamos existir.

José Saramago

RESUMO

Esta dissertação intitula-se *Significância cultural como critério para a conservação do Patrimônio Mundial* e consiste num estudo sobre a conservação do conjunto arquitetônico civil patrimonial do Centro Histórico de Olinda (CHO), Estado de Pernambuco – Brasil. Seus recortes espacial e temporal correspondem, respectivamente, ao Setor Residencial Rigoroso (SRR) e ao período compreendido entre as décadas de 1970 e 2000. Significância cultural se constitui no conceito central da pesquisa e sua preservação está no cerne da conservação patrimonial contemporânea desde a década de 1990. O problema da pesquisa está relacionado com a promoção de intervenções arquitetônicas no conjunto civil patrimonial que alteram atributos morfológicos e tipológicos e que podem estar contribuindo para a perda de valores urbanísticos, arquitetônicos, artísticos e paisagísticos que justificaram a qualificação do sítio como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1982. Contribui para o problema o fato de que o licenciamento das intervenções arquitetônicas não está orientado sob a ótica da significância cultural. Considerando o exposto, o objetivo geral definido foi propor um conjunto de critérios de avaliação das intervenções arquitetônicas promovidas no conjunto civil patrimonial fundamentado na conservação da significância cultural, visando contribuir para a conservação integrada do Centro Histórico de Olinda (CHO). Os objetivos específicos definidos foram: 1) Construir um protótipo da Declaração de Significância Cultural do CHO. Para levá-lo a efeito, foi realizada análise da Documentação de Inscrição de Olinda no Centro do Patrimônio Mundial (1982) e análise da transcrição das entrevistas qualitativas individuais e de grupo aplicadas com os sujeitos envolvidos com a conservação do sítio para conhecimento dos valores atribuídos no momento presente e que devem nortear as ações de conservação; 2) Discutir conceitos de intervenção arquitetônica em sítios históricos e a abordagem dos instrumentos normativos que disciplinam o licenciamento das intervenções no Setor Residencial Rigoroso; 3) Propor um conjunto de critérios de avaliação das intervenções arquitetônicas promovidas no SRR para conservação da significância cultural do sítio.

Palavras - chave: Significância Cultural, Declaração de Significância Cultural, Conservação Urbana, Sustentabilidade Cultural.

ABSTRACT

This dissertation is entitled Cultural significance as a criterion for the conservation of World Heritage and consists of a study on the conservation of the civil heritage architectural of the Historic Centre of Olinda (CHO), State of Pernambuco - Brazil. Their spatial and temporal clippings correspond respectively to the Residential Sector Rigorous (SRR) and the period between the 1970 and 2000. Cultural significance constitutes the central concept of research and its preservation is at the core of contemporary heritage conservation since the 1990s. The research problem is related to the promotion of the architectural interventions in civil set heritage which altering typological and morphological attributes that may be contributing to the loss of urban, architectural, artistic and landscaped values that justified to qualify the site as a Cultural Heritage of Humanity in 1982. Contributes to the problem the fact that the licensing of the architectural project that is not oriented from the perspective of cultural significance. Considering the above, the overall objective defined was to propose a set of criteria for evaluating architectural interventions promoted in all civil architectural heritage based on conservation of cultural significance in order to contribute to the integrated conservation of the Historic Center of Olinda (CHO). The specific objectives defined were: 1) Build a prototype of the Statement of Cultural Significance of the CHO. To bring it into effect, analysis was performed on Documentation Registration of Olinda in the World Heritage Centre (1982) and analysis of transcription of individual qualitative interviews and group applied to the subjects involved in the conservation of the site for knowledge of the values assigned in the present moment and that should guide conservation actions, 2) Discuss concepts of architectural intervention in historic sites and the approach of regulatory instruments that guide the licensing of interventions in the Residential Sector Rigorous; 3) Propose a set of evaluation criteria of the architectural intervention promoted in the SRR for conservation of the cultural significance of the site.

Keywords: Cultural Significance, Statement of Cultural Significance, Urban Conservation, Cultural Sustainability.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. O CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA	24
1.1 Aspectos Gerais	24
1.2 Aspectos Históricos	25
1.3 Configuração Urbana do Centro Histórico de Olinda	28
1.3.1 Morfologia do conjunto arquitetônico civil patrimonial	31
1.3.1.1 Tipologia arquitetônica civil patrimonial	37
1.4 A Relevância do Centro Histórico de Olinda	45
1.4.1 O Valor Universal Excepcional	46
2 GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA	51
2.1 A Experiência da Gestão da Conservação	51
2.2 O Conjunto Arquitetônico Civil Patrimonial e as Legislações de Proteção	55
2.2.1 Usos, atividades e intervenções arquitetônicas	59
2.3 O Problema do Centro Histórico de Olinda	63
2.4 O Problema da Pesquisa	69
3. REFERENCIAL TEÓRICO	74
3.1 Conservação Urbana	74
3.1.1 Definições e abordagens da conservação	78
3.1.1.1 Manutenção	84
3.1.1.2 Preservação	84
3.1.1.3 Restauração	86
3.1.2 Conservação integrada	86
3.1.3 Conservação sustentável	91
3.1.4 O princípio da sustentabilidade	97
3.2 Significância Cultural	103
3.2.1 Definições e abordagens	103
3.2.2 Valores patrimoniais	106
3.2.2.1 Valores Socioculturais/Valores de rememoração	112
3.2.2.2 Valores Socioeconômicos/Valores da Contemporaneidade	117
3.2.3 A Declaração de Significância Cultural	123

4. METODOLOGIA APLICADA À PESQUISA.....	127
4.1 Objetivos	127
4.2 Modelo Lógico da Pesquisa	128
4.3 Percurso Metodológico	129
4.3.1 Construção do protótipo da declaração de significância cultural	129
4.3.1.1 Análise de conteúdo da documentação de inscrição de Olinda no Centro do Patrimônio Mundial (WHC)	132
4.3.1.2 Consulta aos grupos sociais selecionados	135
4.3.2 Discussão sobre conceitos de intervenção arquitetônica em sítios históricos	141
4.3.3 Proposição de critérios de avaliação das intervenções arquitetônicas no SRR	149
5. RESULTADOS DA PESQUISA.....	150
5.1 Significância Cultural do Centro Histórico de Olinda/1982 (Quadro 8)	150
5.2 Significância Cultural do Centro Histórico de Olinda/2011 (Quadro 9)	154
5.3 Protótipo da Declaração de Significância Cultural do Centro Histórico de Olinda ...	162
5.4 Critérios de avaliação das intervenções arquitetônicas no Setor Residencial Rigoroso	168
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	182
ANEXO 1 – WHC Nomination Documentation	194
ANEXO 2 – Advisory Body Evaluation	207
ANEXO 3 – Tópico Guia.....	209
ANEXO 4 – Questionário da Entrevista de Grupo (Grupo Focal)	211
ANEXO 5 – Questionário da Entrevista Aplicada com as Ordens Religiosas.....	216
ANEXO 6 – Questionário da Entrevista Aplicada com Especialistas	221

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa intitula-se *Significância cultural como critério para conservação do patrimônio mundial* e tem como objetivo propor um conjunto de critérios de avaliação das intervenções arquitetônicas promovidas no conjunto civil patrimonial fundamentado na conservação da significância cultural, visando contribuir para a conservação integrada¹ do Centro Histórico de Olinda (CHO)². O conjunto arquitetônico civil patrimonial corresponde ao objeto de estudo da pesquisa e o Setor Residencial Rigoroso (SRR)³ seu recorte espacial. O período compreendido entre as décadas de 1970 e 2000 corresponde ao recorte temporal, durante o qual foram instituídos instrumentos de gestão e realizadas experiências de conservação que merecem consideração, a exemplo do Sistema Municipal de Preservação (1979)⁴ do Inventário do Casario (1981)⁵ e do Projeto Piloto Olinda (PPO/ 1984)⁶. Durante esse período foram conferidas as intitulações honrosas de Monumento Nacional (1980)⁷, Cidade Ecológica (1982)⁸ e Patrimônio Cultural da Humanidade (1982)⁹, as quais representaram o reconhecimento dos valores patrimoniais do sítio e sua importância para a cultura brasileira e mundial. Desse período deve ser destacado o processo de desestruturação

¹ A Conservação Integrada é uma abordagem de conservação da cidade a partir da relevância da dimensão cultural e um caminho para garantir seu desenvolvimento sustentável, e para que futuras gerações desfrutem das qualidades ambientais existentes no presente sem perdas de seus valores (ZANCHETTI, 2002). Diretrizes do campo da conservação integrada salientam a importância da permanência de antigos moradores e de modos de vida tradicionais de forma equitativa à conservação dos atributos físico-espaciais patrimoniais.

² O sítio histórico de Olinda passou a constar na Lista do Patrimônio Mundial como Centro Histórico de Olinda e corresponde ao perímetro da cidade antiga (whc.unesco.org/en/guidelines). Para seus antigos moradores ele é suporte físico de expressões urbanas e arquitetônicas e de práticas culturais socialmente identificadas e amplamente reconhecidas (SODECA, 1989, apud BARRETO, 2008). Barreto (2008) indica que a noção de sítio histórico está relacionada com um conjunto de construções singulares, testemunhos de uma cultura e irreprodutíveis do ponto de vista da arte e da história. Para Fonseca (1997: 40), centros históricos têm como “objeto de tombamento um único valor – o bem coletivo, embora materializado em uma multiplicidade de coisas, geralmente heterogêneas”.

³ O Setor Residencial Rigoroso (SRR) é definido como o (...) núcleo que mantém a morfologia urbana e tipologia das edificações de interesse histórico e arquitetônico, sujeitando-se por isso a rígido controle das intervenções (Título II/Capítulo I/Artigo 5º/§ 1º, Legislação Urbanística dos Sítios Históricos de Olinda/ Lei Municipal nº 4849/1992).

⁴ A Lei Municipal nº 4119/1979 instituiu o Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, autorizado o poder executivo a criar o Centro de Preservação, implantado o tombamento municipal dos bens culturais móveis e imóveis e criado o Fundo de Preservação dos Bens Culturais. Através do Sistema passou a vigor a gestão da conservação compartilhada por instituições de conservação das três esferas de governo.

⁵ Compreendeu o levantamento sistemático e o registro de imóveis civis patrimoniais localizados nas principais ruas do sítio histórico de Olinda. Visando ao conhecimento e à proteção do acervo arquitetônico, foram reunidas informações relacionadas com a importância histórico-cultural dos imóveis, suas características físico-espaciais e seus estados de preservação e de conservação. O Inventário representa um conjunto de subsídios relevantes à avaliação das intervenções arquitetônicas e à tomada de decisão na gestão da conservação do conjunto arquitetônico patrimonial.

⁶ O Projeto-Piloto Olinda foi uma experiência de conservação pioneira no Brasil, cujos objetivos principais foram promover a recuperação física dos imóveis patrimoniais e a qualidade de vida dos moradores do sítio histórico. Constituiu-se num marco institucional da conservação do patrimônio cultural local, em que a atuação municipal voltou-se para sua conservação integrada no sentido de tratar todas as suas dimensões, com ampla prestação de serviços aos moradores.

⁷ Instituído através da Lei Federal nº 6863/1980, de autoria do deputado Fernando Coelho.

⁸ Em 1982, a importância dos elementos naturais de Olinda atestada pelo ecólogo Vasconcelos Sobrinho concorreu para a conferência do título pela municipalidade.

⁹ Designação concedida pela UNESCO em reconhecimento ao seu Valor Universal Excepcional para a humanidade.

do Sistema Municipal de Preservação que foi considerado pela UNESCO¹⁰ como um instrumento de gestão da conservação relevante para a sustentabilidade¹¹ do sítio.

A pesquisa tem como conceito central a *significância cultural* que representa os múltiplos valores atribuídos a um bem cultural¹² e sua manutenção corresponde ao objetivo principal da conservação patrimonial contemporânea. Na atualidade, o ideário preconizado pelo planejamento urbano passou a ser o de conservação da cidade, a qual está focada na significância cultural dos bens culturais e na gestão da conservação dessa significância com vistas à sua transmissão para o futuro.

A ausência de um ambiente favorável à discussão sobre os valores que são atribuídos aos bens culturais pela comunidade do sítio e o não reconhecimento desses valores como norte das decisões de conservação se constituiu em motivação para o desenvolvimento desta pesquisa. Sua contribuição fundamental está relacionada com seu caráter precursor na discussão do tema da significância cultural em Olinda, constituindo-se num esforço de transpor da teoria para a prática o universo complexo e vasto dos valores. Para garantir a permanência da significância cultural do sítio, a gestão da conservação deve se atualizar frente aos princípios contemporâneos de conservação, o que inclui ampliar a participação social no processo decisório da conservação e adequar seu aparato instrumental normativo.

O conceito de significância cultural foi referido originalmente na Carta do ICOMOS¹³ / Austrália para Sítios com Significância Cultural (Carta de Burra¹⁴, 1980) como valor

¹⁰ Criada em 1945 “para instaurar a paz na mente dos homens” após as duas Guerras Mundiais, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura fomenta a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio mundial, cultural e natural. A Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1972) define que o patrimônio cultural abrange monumentos, conjuntos de edifícios ou sítios de valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico.

¹¹ Processo sistêmico relacionado à continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana, que cria hoje as condições de sobrevivência no amanhã (MOREIRA, 2006: 20).

¹² Bem cultural corresponde a objetos, coleções, peças, estruturas ou locais que apresentam significância artística, histórica, científica, religiosa ou social (ICCROM, 2008). Lemos (1982) define bem cultural como “toda produção humana, material e imaterial, e também a natureza, que propicie o conhecimento e o entendimento do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia”. Rangel define bem cultural como todo e qualquer produto que testemunhe as diferenças realizações de uma comunidade em um lugar, constituindo elemento essencial da sua personalidade e referência para que os agentes sociais possam se sentir como parte integrante dela (crv.educacao.mg.gov.br). O Dicionário Aurélio define como *bem material ou não, significativo como produto e testemunho da tradição artística e/ou histórica, ou como manifestação da dinâmica cultural de um povo ou de uma região*.

¹³ O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios é uma organização não governamental cujo papel é fomentar a aplicação da teoria, metodologia e técnicas científicas à conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico, e desenvolve os trabalhos com base na Carta de Veneza (Convenção do Patrimônio Mundial). O ICOMOS é o órgão consultivo da UNESCO para a classificação de bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial.

¹⁴ Cartas Patrimoniais são documentos normativos que sistematizam princípios de conservação do patrimônio cultural e resultam de visões multidisciplinares e de esforços de instituições de conservação do patrimônio e especialistas que representam vários países. São documentos relevantes para a teoria e a prática da conservação, pois fornecem respostas às

estético, histórico, científico, social e espiritual para as gerações passadas, presente e futuras e corresponde ao valor do patrimônio cultural. Ela se encontra incorporada no próprio lugar¹⁵, em sua fábrica¹⁶, ambiente¹⁷, usos¹⁸, associações¹⁹ e significados²⁰, e pode mudar em decorrência do acúmulo permanente de novas informações através da continuidade histórica do lugar. A Carta preconiza que a manutenção da significância cultural de um bem se constitui no objetivo central da conservação patrimonial contemporânea, sendo o conceito objeto de ampla discussão entre especialistas e instituições de conservação. Para o Getty Conservation Institute (2002) o conceito de significância cultural explica a importância de um lugar pela agregação de valores a ele atribuídos pela sociedade. Para Kerr (2000) a significância cultural auxilia na identificação e avaliação de atributos²¹ que tornam um lugar de valor para a sociedade. Zanchetti e Hidaka (2009) entendem a significância cultural como o conjunto de valores que é o resultado do julgamento e da validação social de significados passados e presentes.

Constituindo-se a significância cultural no valor que uma sociedade atribui a um bem ou lugar, sua continuidade implica a permanência das referências culturais, uma vez que a

principais questões, dúvidas e conflitos que emergem na prática de conservação. Nesta pesquisa são feitas referências a temas e conceitos abordados pelas seguintes cartas: a Carta de Atenas (1931), a Carta de Veneza (1964), a Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico (1975), a Declaração de Amsterdã (1975), a Carta de Burra (1999), a Carta de Cracóvia (2000) e a Declaração de Québec (2008).

¹⁵ A Carta de Burra define que o conceito de lugar deve ser amplamente interpretado podendo ter variedade de valores para diferentes indivíduos ou grupos. Significa sítio, área, paisagem, edifício ou grupo de edifícios ou outra(s) obra(s), e pode incluir componentes, conteúdos pertinentes e arredores. Pierre Nora (1984, apud PEREIRA, 2007: 18) conceitua lugares de memória como lugares que restabelecem conexões simbólicas com o passado. Para o autor, na existência humana, as memórias estariam em permanente evolução, abertas à dialética de lembrança e esquecimento, vulneráveis a todos os usos e manipulações e suscetível a longas latências e revitalizações.

¹⁶ A fábrica corresponde a todos os elementos físico-espaciais de um lugar incluindo componentes, edifícios e seus interiores, objetos, remanescentes subterrâneos, assim como o material escavado, e pode definir espaços que podem ser elementos importantes da significância do lugar (Carta de Burra). Kerr (2000: 7) entende a fábrica como todo o material físico de um lugar produto da atividade humana, que fornece informações sobre a sequência de mudanças e sobre o uso e hábito humanos.

¹⁷ Ambiente é o termo que se refere à cultura material em uma variedade de escalas: edifícios, sítios, distritos, assentamentos, paisagens, objetos e coleções (MASON, 2004).

Para Barreto e Milet (2010) o *entendimento de ambiência está relacionado com a capacidade de conservação da escala, dos eixos visuais dos monumentos históricos e da relação harmônica entre o conjunto natural e o edificado*. Ambiência também é definida como o espaço arquitetonicamente organizado e animado que constitui um meio físico e, ao mesmo tempo, meio estético, ou psicológico, especialmente preparado para o exercício de atividades humanas (Dicionário Aurélio Eletrônico). Há cartas patrimoniais que compreendem ambiência como um setor morfológico definido segundo a percepção dos atores sociais.

¹⁸ O patrimônio cultural não é estático e pode ser utilizado de forma responsável, a exemplo da apresentação e visita a sítios arqueológicos, edifícios históricos ou pelo uso de objetos litúrgicos que lhe acrescenta mais qualidades do que danos (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property/ICCROM, 2008). Segundo a Carta de Burra, o uso considerado compatível é aquele que respeita o significado cultural de um sítio, e que implica nenhum impacto ou um impacto mínimo sobre esse significado.

¹⁹ As associações significam as ligações especiais que existem entre as pessoas e um lugar, e podem incluir os valores social e/ou espiritual e responsabilidades culturais com sua conservação.

²⁰ Os significados indicam o que o lugar significa, indica, evoca ou expressa, estando relacionados com aspectos intangíveis tais como qualidades simbólicas e memórias.

²¹ Nesta pesquisa atributo corresponde a uma característica físico-material essencial e/ou propriedade qualitativa de um bem cultural, seja sua forma, configuração espacial, etc.

estrutura físico-espacial que compõe bens ou lugares se encontra em permanente processo de transformação. Esse processo, contudo, não deve alterar atributos físico-espaciais que expressam significados e valores que compõem a significância cultural. O processo de transformação do Centro Histórico de Olinda envolve intervenções arquitetônicas²² que promovem a alteração de atributos morfológicos e tipológicos dos imóveis civis patrimoniais, às quais estão subjacentes valores contemporâneos, cuja primazia, em detrimento dos valores de longa duração²³, pode ser ameaça à permanência dos significados e valores patrimoniais pelos quais o sítio foi reconhecido nacional e internacionalmente. A esse contexto contribui um modelo de gestão da conservação que não outorga a significância cultural orientadora dos procedimentos e abordagens adotados no licenciamento das intervenções arquitetônicas.

Abordagens contemporâneas da conservação também pressupõem a permanência da integridade²⁴ dos bens culturais, conceito relacionado com seus aspectos tangíveis e intangíveis e com o nível em que seus atributos físico-espaciais expressam os valores passados e presentes. Sendo definida como a capacidade dos sujeitos de interpretar significados de hoje ou do passado expressos nos objetos, atributos e contexto (BEZERRA; TEIXEIRA; PEDROSA; LEAL, MDU, 2009), as transformações promovidas no conjunto arquitetônico civil patrimonial podem passar a interferir na permanência da significância cultural do sítio sob a ótica dos sujeitos que têm envolvimento com sua conservação.

Conceitos relacionados com a conservação do patrimônio histórico-cultural²⁵ vêm evoluindo desde o século XIX quando já havia a preocupação com o respeito ao acumulado cultural

²² Qualquer ação que resulta em uma mudança física de um elemento de um lugar histórico (ICCROM, 2008). Intervir é atuar conscientemente no processo dinâmico da cidade para garantir a mínima estabilidade para a forma urbana e suas partes e prolongar sua identidade conseguida lenta e trabalhosa, uma vez que a cidade é um patrimônio do passado que será transmitido para o futuro e, se possível, melhorado no presente (MARINS, 2003: 20). A Portaria 420/2010 do IPHAN define intervenção como toda alteração do aspecto físico, das condições de visibilidade, ou da ambiência de bem edificado tombado ou da sua área de entorno, tais como serviços de manutenção e conservação, reforma, demolição, construção, restauração, recuperação, ampliação, instalação, montagem e desmontagem, adaptação, escavação, arruamento, parcelamento e colocação de publicidade.

²³ Barreto e Milet (CECI, 2010) expõem que as qualidades e predicados identificados num valor de longa duração perduram por anos e séculos. E que as legislações de proteção do CHO têm reconhecido gradualmente esses valores.

²⁴ Para a UNESCO, a condição de integridade de um bem se refere à completude de seus atributos físico-espaciais e às características e processos que transmitem a sua significância cultural e exprimem o seu valor universal excepcional (Parágrafo 88 das Diretrizes Operacionais do Patrimônio Mundial /UNESCO).

²⁵ O conceito de patrimônio histórico teve origem no século XIX, destacado seu caráter monumental e, desde então, tem evoluído e vem abrangendo todo bem cultural ou natural, tangível ou intangível, que possua valor significativo para a comunidade de um lugar (Carta de Veneza). Choay (2007: 87) salienta que o patrimônio tem sido conceituado de formas diferentes ao longo da história segundo significados e valores atribuídos pelos sujeitos, e adquire o poder de transcender as barreiras do tempo e do gosto. Na Carta de Cracóvia o patrimônio é definido como o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como patrimônio é, assim, um processo que implica a seleção de valores.

impresso no conjunto edificado de um lugar, formado através do processo de sobreposição de sucessivas vivências. Ao longo desse tempo, a agregação de uma visão social tem se consolidado, julgando que a conservação de áreas históricas deve se pautar pelos interesses da sua população, guardiã direta dos bens culturais e protagonista dos processos da dinâmica urbana e de associação de valores. Essa visão surgiu a partir da experiência de Bolonha, na Itália, voltada para a manutenção do uso habitacional e dos antigos moradores do lugar e se consubstanciou nos preceitos da conservação integrada que foram apresentados na Declaração de Amsterdã (1975). A Carta de Cracóvia (2000) estabelece que cada comunidade, tendo em conta a sua memória coletiva e consciente do seu passado, é responsável pela identificação e gestão do seu patrimônio. O envolvimento dos agentes sociais na tomada de decisão da conservação deve ser estimulado considerando que as ações de conservação promovidas são resultado dos valores atribuídos por eles aos bens culturais.

Tradicionalmente, a maioria dos valores que formam a significância cultural de um bem era julgada do ponto de vista físico-espacial, mas a noção contemporânea a relaciona tanto a atributos físico-espaciais como também a processos que se realizam nesses atributos. A significância cultural muda com o tempo e com aspectos culturais (espaço e sociedade), sendo uma construção social e situacional e pressupõe diversidade de sujeitos e de valores. Se há a manutenção dos significados de um bem cultural inserido em seu contexto significa que expressa a permanência dos processos culturais - hábitos, práticas e costumes, evocando que o lugar detém manifestações culturais do passado que ainda estão presentes. A mudança de valor atribuído a um bem cultural lhe causa algum tipo de transformação, e é por essa razão que se deve buscar o equilíbrio entre a manutenção dos valores de longa duração e o processo dinâmico de transformações, condição possível pela consciência social da necessidade de conservar bens culturais construídos portadores dos valores patrimoniais²⁶ comuns.

O atendimento a necessidades socioculturais emergentes do processo de valoração exigiu que desafios surgidos no campo do planejamento da conservação patrimonial fossem superados com novas abordagens e procedimentos adaptáveis a situações sujeitas à contínua mudança dos valores. Na Carta de Burra significância cultural é utilizada na estimativa de valores que "ajudam na compreensão do passado ou enriquecem o presente e que será de valor para gerações futuras", estimativa que deve ser feita através da avaliação, registro e

²⁶ Distinção entre valor patrimonial e valor cultural no item 3.2.2.

publicação de uma *Declaração de Significância Cultural*. A apresentação deste documento passou a ser exigido pela UNESCO a partir da década de 1990 em processos de requerimento de inclusão de bens patrimoniais na Lista do Patrimônio Mundial²⁷ e, desde então, tornou-se referência para as ações previstas na gestão²⁸ da conservação dos bens culturais. Zanchetti et al (2009) interpretam a Declaração de Significância Cultural como o documento que expressa o valor cultural de um bem para uma comunidade e que explicita o porquê desse bem ser conservado para o usufruto de futuras gerações. Para o ICOMOS/Austrália a avaliação da significância cultural e a elaboração de uma Declaração de Significância Cultural são requisitos essenciais para a tomada de decisão sobre o futuro de um lugar. Ações de conservação de um bem cultural devem ser norteadas pela sua Declaração de Significância Cultural, a qual reúne seus significados e valores e explica sua importância, constituindo-se no documento-referência para a elaboração das políticas e futuras decisões de conservação.

O Centro Histórico de Olinda, reconhecido seu Valor Universal Excepcional²⁹ através da sua intitulação de Patrimônio Cultural da Humanidade (1982) não possui Declaração de Significância Cultural que passou a ser exigida pela UNESCO a partir de 1990. O pedido de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial constou de um dossiê³⁰ apresentado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN/1981) em que foram reunidos documentos e argumentos justificativos ao pleito e também foram expressas ameaças à sua conservação, dentre as quais, a descaracterização do casario secular através de reformas e novas construções e o risco de especulação imobiliária. O dossiê reuniu atributos, significados e valores atribuídos por gestores de instituições de conservação, especialistas e número reduzido de representantes da sociedade civil organizada e os procedimentos adotados para sua elaboração não se enquadraram no processo adotado para construção de

²⁷ Lista de inscrição dos bens do patrimônio cultural e natural de reconhecido Valor Universal Excepcional (Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, UNESCO, 1972).

²⁸ Sistema institucional e arquitetura organizacional necessários para implementar o plano de desenvolvimento local sustentável, com mobilização e articulação dos atores sociais e dos agentes públicos, assegurando a participação social no processo na execução e acompanhamento das ações (BUARQUE apud VIEIRA, 2008: 54). Zanchetti (2007) entende a gestão como um processo de negociação entre atores públicos e privados capazes de intervir no processo de transformação das estruturas urbanas existentes em busca de acordos sobre objetivos, métodos de atuação e responsabilidades.

²⁹ Requisito primordial para a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo caráter inestimável para as atuais e futuras gerações de toda a humanidade (Diretrizes Operacionais do Patrimônio Mundial, parágrafo 49).

³⁰ O dossiê do Centro Histórico de Olinda foi elaborado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN/ Pró-memória), do Ministério da Educação e Cultura. Nele foram reunidos os atributos, significados e valores relevantes do sítio, o mapa do polígono de tombamento federal de 1968, o corpo normativo vigente, fotografias, litografuras produzidas por Aloísio Magalhães que ressaltavam a singularidade da paisagem histórica e um volume da obra de Gilberto Freyre, o “2º Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade de Olinda” (IPHAN, 1982: 12).

uma Declaração de Significância Cultural, sendo resultado do julgamento parcial dos sujeitos envolvidos com a conservação do sítio em 1981. Uma vez que o CHO não possui uma Declaração de Significância Cultural construída por todos os sujeitos envolvidos com sua conservação, a gestão pode não estar assegurando sua conservação sustentável.

A manutenção da significância cultural do CHO implica o conhecimento dos significados e valores atribuídos no presente pelos sujeitos envolvidos com sua conservação. A Carta de Burra (artigo 26) define que grupos e indivíduos que têm associação com o lugar, bem como aqueles envolvidos com sua gestão, devem ser munidos de oportunidades para contribuir e participar na compreensão da sua significância cultural. A Carta de Cracóvia ressalta que a pluralidade de valores do patrimônio e a diversidade de interesses envolvidos requerem uma estrutura de comunicação que permita uma participação efetiva dos cidadãos no processo, para além de especialistas e gestores culturais. O modelo de gestão adotado deve assegurar a negociação e participação dos agentes sociais no processo decisório para a definição do que deve ser conservado e como, porque e para quem a conservação é feita.

Considerando o exposto, para o entendimento do tema desenvolvido na pesquisa foi proposta sua estrutura em seis capítulos. O primeiro capítulo insere-se no contexto do Centro Histórico de Olinda e discorre sobre aspectos gerais, urbanísticos e histórico-arquitetônicos da ocupação do sítio, ressaltando o legado da Carta Foral na formação da sua configuração urbana. São expostos atributos morfológicos e tipológicos do conjunto arquitetônico civil patrimonial e expostas considerações sobre a relevância cultural do sítio e seu Valor Universal Excepcional.

O segundo capítulo aborda a gestão da conservação em Olinda descrevendo a experiência da conservação patrimonial no período situado entre as décadas de 1970 a 2000. São feitas referências às áreas de proteção definidas nas legislações federal e municipal e à relação entre usos e atividades e transformações promovidas nos atributos físico-espaciais dos imóveis civis patrimoniais. O capítulo apresenta os problemas empírico e teórico, os quais foram tomados como base para a proposição dos objetivos da pesquisa e relaciona o problema de conservação do sítio com o processo de exposição e valorização iniciado na década de 1970 e com a adoção de novos parâmetros de uso e ocupação dos imóveis civis patrimoniais. O capítulo trata do problema teórico indicando que o contexto de transformações pelas quais vem passando o sítio pode comprometer a interpretação dos

significados e a permanência dos valores, sendo destacado que o monitoramento do estado dos valores deve ser a base de qualquer programa de monitoramento do estado de conservação. É ressaltado que a gestão da conservação não outorga a significância cultural orientadora do processo decisório e que a inexistência de uma Declaração de Significância Cultural do sítio concorre com uma baixa capacidade de manutenção dos seus atributos e valores no presente e no futuro.

O terceiro capítulo expõe o referencial teórico da pesquisa, consistindo a significância cultural no conceito central e versa sobre outros conceitos presentes no ideário do campo da conservação urbana, particularmente a conservação integrada e a conservação sustentável, e o princípio da sustentabilidade. O texto expõe tipologias de valores agrupadas em Valores Socioculturais/Valores de Rememoração e Valores Socioeconômicos/Valores da Contemporaneidade e define a Declaração de Significância Cultural como o documento balizador da gestão da conservação patrimonial contemporânea.

O quarto capítulo apresenta a metodologia aplicada na pesquisa e os objetivos definidos com vistas ao enfrentamento do problema exposto. Para melhor compreensão da metodologia aplicada é apresentado o modelo lógico da pesquisa e o percurso metodológico para realização dos objetivos definidos. Construir um protótipo³¹ da Declaração de Significância Cultural do Centro Histórico de Olinda corresponde ao primeiro objetivo específico da pesquisa. Para sua construção foi realizada a análise de fontes secundárias que compõem a chamada *Documentação de Inscrição de Olinda no Centro do Patrimônio Mundial* (Centro do Patrimônio Mundial, 1982)³² para identificação dos significados e valores atribuídos à época por gestores, especialistas e comunidade. O método de análise utilizado foi a *análise de conteúdo*, cujos procedimentos adotados geraram a elaboração do quadro intitulado *Significância Cultural do Centro Histórico de Olinda (1982)* constituído por atributos, categoria de valores, subcategoria de valores e significados. A documentação de Olinda expôs seu foco em atributos de conjunto, orientação que permaneceu na elaboração do referido quadro e sua análise embasou a formulação dos questionários aplicados em

³¹ Proposto como um dos objetivos desta pesquisa o protótipo é um instrumento de conservação relevante para a gestão e subsídio à tomada de decisão da conservação do SRR. Os procedimentos adotados para sua elaboração buscaram se enquadrar no processo definido para construção de uma Declaração de Significância, esta última abrangendo um número maior de sujeitos consultados e validação de valores atribuídos.

³² Fundado em 1992, o Centro do Patrimônio Mundial é o ponto focal e coordenador no âmbito da UNESCO para todos os assuntos relacionados com o Patrimônio Mundial, sendo responsável por assegurar a gestão da Convenção do Patrimônio Mundial (whc.unesco.org). A documentação de Olinda que foi objeto da análise de conteúdo corresponde à síntese do dossiê apresentado à UNESCO.

entrevistas qualitativas individuais e de grupo realizadas com três grupos de agentes sociais do sítio - a comunidade, as Ordens Religiosas e os especialistas em conservação patrimonial. O material de transcrição das entrevistas foi objeto de nova análise de conteúdo, a qual fundamentou a elaboração de novo quadro intitulado *Significância Cultural do Centro Histórico de Olinda (2011)*. A análise dos quadros e dos questionários aplicados com os agentes sociais fundamentou a elaboração do protótipo, o qual se constitui em elemento-chave para a proposição de um conjunto de critérios de conservação de orientação à avaliação das intervenções arquitetônicas no Setor Residencial Rigoroso para conservação da significância cultural do sítio. A proposição dos critérios foi definida como terceiro objetivo específico da pesquisa e, como contribuição foi definido como segundo objetivo específico discutir conceitos de intervenção arquitetônica em sítios históricos e a abordagem da conservação prevista nos instrumentos normativos que disciplinam o licenciamento das intervenções no Setor Residencial Rigoroso. A discussão considerou a análise apresentada no *Manual Conservar: Olinda boas práticas no casario* (CECI, 2010) em que são expostas intervenções arquitetônicas licenciadas e exemplificadas como qualificadoras por contribuir para a permanência de atributos físico-espaciais e valores relevantes do sítio.

O quinto capítulo apresenta os resultados da pesquisa que correspondem aos Quadros de Significância Cultural de 1982 e 2011, o protótipo da Declaração de Significância Cultural e os critérios de avaliação das intervenções arquitetônicas no SRR. Neste capítulo, são discutidos os resultados da pesquisa no contexto da gestão da conservação do CHO e, paralelamente ao reconhecimento de que a observação aos critérios poderá contribuir com a redução de perdas aos atributos físico-espaciais, significados e valores do SRR, é salientado que a conservação sustentável do CHO importa a tomada de decisão da conservação baseada na sua Declaração de Significância Cultural e o envolvimento social em todo o processo da conservação. O sexto capítulo expõe as considerações finais, seguido das referências bibliográficas e fontes consultadas, e dos anexos da pesquisa.

1. O CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA

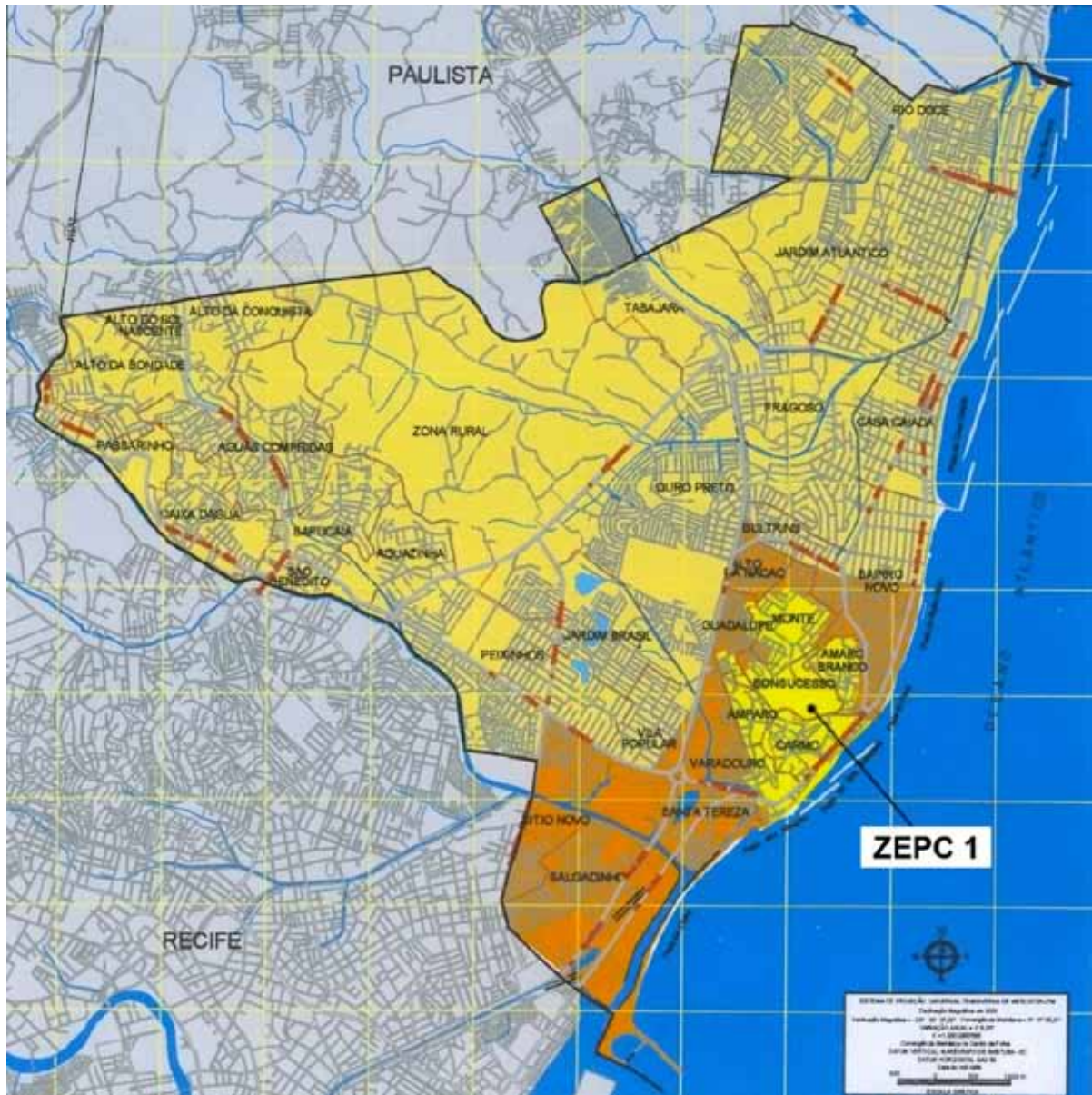
1.1 Aspectos Gerais

Terceira maior cidade de Pernambuco, Olinda está situada na Região Metropolitana de Recife, Nordeste do Brasil. Com uma população de 375. 559 habitantes em uma área territorial de 41,66 quilômetros quadrados o município apresenta densidade habitacional elevada de aproximadamente 9015 pessoas por quilômetro quadrado (IBGE/ 2010) ³³. Do total de seu território, 1,89 quilômetros quadrados correspondem à Zona Especial de Proteção Cultural 1/ ZEPC 1 (Mapa 1)³⁴, que também apresenta densidade demográfica elevada correspondente a 6016 hab./km². A área urbanizada de 36,73 quilômetros quadrados corresponde a 98% do município, caracterizando-o como uma cidade eminentemente urbana (Olinda em Dados) ³⁵. Seu sítio histórico se limita ao sul com a cidade de Recife, capital de Pernambuco, da qual se encontra distante apenas a 6 km, e se caracteriza como uma área com função predominantemente residencial com forte vocação para atividades culturais e de lazer.

³³ Disponível em www.ibge.gov.br

³⁴ A Zona Especial de Proteção Cultural 1 é definida na Lei Municipal nº 4849/1992 como o núcleo urbano primitivo de Olinda definido a partir das citações da Carta Foral e corresponde ao polígono de tombamento federal instituído em 1968 reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1982.

³⁵ Disponível em www.olinda.pe.gov.br



MAPA 1: Município de Olinda apresentando a divisão dos bairros e a ZEPC 1 (Fonte: Olinda em Dados)

1.2 Aspectos Históricos

Olinda foi fundada em 1535 por Duarte Coelho, primeiro donatário da Capitania de Pernambuco³⁶. Seu reconhecimento oficial como vila ocorreu por Alvará Régio de 12 de março de 1537 e foi elevada à categoria de cidade em 16 de novembro de 1676.

³⁶ No início da colonização a Coroa Portuguesa dividiu o Brasil em grandes extensões de terra denominadas Capitâncias Hereditárias, para as quais designou os donatários que tinham a responsabilidade de administrá-las arcando com seus custos.

“O início da povoação aconteceu no topo da colina mais alta e plana do sítio urbano, numa plataforma alongada de leste a oeste com uma excepcional vista para o mar. Aí foram construídos os edifícios mais importantes da povoação – o Castelo de Duarte Coelho, as casas dos moradores e povoadores, a ermida de São Salvador do Mundo, a ermida de Nossa Senhora da Graça e, mais ao norte, fora do núcleo urbano, a ermida de Nossa Senhora do Monte. Em pouco tempo formou-se uma rua ao lado do Castelo dando início à Praça da Vila” (OLIVEIRA, 2000). A escolha do sítio para a implantação da sede do governo deveu-se à tradição medieval de cidades em acrópole que, sob a ótica portuguesa, melhor possibilitava a defesa aos ataques de inimigos e selvagens.

Em 12 de março de 1537, o Foral³⁷, Carta de Doação que descrevia todos os lugares e benfeitorias existentes na próspera Vila de Olinda foi enviada por Duarte Coelho ao rei de Portugal, D. João III. Nas praias, a vila foi fortificada para a defesa e do alto das colinas se expandiu em direção ao mar, ao porto e ao interior onde ficavam os engenhos de açúcar.

A configuração do traçado urbano da antiga vila data do século XVI com a definição dos caminhos e com a ocupação dos principais promontórios pelos religiosos. Segundo estudos da evolução urbana de Olinda (MENEZES, 1998), em planta de 1630 já podia ser observado o conjunto arquitetônico localizado nas ruas principais do sítio histórico (Mapa 2). Nesse ano, desempenhando função de importante polo econômico, a Vila de Olinda foi invadida pelos holandeses e incendiada no ano seguinte por ter sido considerada de difícil defesa. Em 1654, novamente sob o domínio português, inicia-se a lenta reconstrução da Vila que volta a ser capital da Província de Pernambuco. Transformou-se num burgo de estudantes por volta de 1800, com a fundação do Seminário Diocesano e, em 1828, abrigou os primeiros cursos jurídicos do Brasil no Mosteiro de São Bento. Deixou de ser a Capital da Província em 1837, título que perdeu para Recife.

³⁷ A Carta Foral definiu o início do longo processo de gestão da cidade, pois nela Duarte Coelho doou a Olinda e transferiu para uso e gozo do povo do lugar parte das terras que recebeu do Rei de Portugal. Ela norteou a ocupação e implantação de usos e atividades na antiga vila, segundo princípios da colonização portuguesa considerando-se, pela sua importância do ponto de vista urbanístico, como o 1º Plano Diretor do Brasil. Nele encontra-se a toponímia portuguesa descrita para uma extensa área geográfica do termo da Vila ainda nos primórdios da colonização (OLIVEIRA, 2000).



MAPA 2: Quadras, lotes e edificações da configuração urbana do Centro Histórico de Olinda em 1630 (Fonte: Olinda em Dados).

Menezes (1998) menciona que um mapa de meados do século XIX revela uma cidade cujo título foi obtido em 1676 ainda com as mesmas dimensões da antiga vila, mas com suas casas religiosas reconstruídas de forma monumental após ser incendiadas pelos holandeses em 1631. Segundo o autor, o centro histórico nos meados do século XIX ainda se encontrava

envolvido por grandes propriedades rurais, os engenhos, e por menores, os sítios, nas margens do Rio Beberibe e do mar. Até o início do século XX, a arquitetura do sítio se manteve preservada devido à estagnação econômica do município. A cidade renasceu com a noção da importância dos banhos de água salgada e essa transformação foi sentida nas casas localizadas próximas ao mar, revestidas com roupas ecléticas e com fachadas modernizadas, mudanças que depois vão abranger outras ruas do sítio histórico e que lhe darão novo ânimo.

1.3 Configuração Urbana do Centro Histórico de Olinda

Durante os dois primeiros séculos de colonização Olinda foi um dos mais significativos núcleos urbanos do Império Colonial Português e seguiu critérios da política de urbanização da metrópole portuguesa – topografia elevada de modo a facilitar a defesa e o controle das vias de comunicação, proximidade de um porto natural e associação de critérios urbanísticos a aspectos paisagísticos (REIS FILHO apud MILET; ZANCHETTI, 2006). Para Smith (1975: 97) Olinda representa um dos principais modelos adotados nos núcleos luso-brasileiros através de uma ocupação de forma não regular e foi o primeiro exemplo na América de cidade portuguesa tipicamente medieval de ruas estreitas e irregulares em ladeiras tortuosas e íngremes e de súbitas declividades e casario apertado. A implantação em elevação caracterizou as ruas como vias de ligação entre marcos e equipamentos urbanos, as quais foram surgindo após implantação de edifícios fronteiros e conjugados restando quintais estreitos e de grandes profundidades. Reis Filho (1983: 10) associa a interdependência entre os modelos de arquitetura urbana utilizados no Brasil e as estruturas de cidade em que eles estão inseridos, o quadro urbano.

O Foral estabeleceu a ocupação do território da vila - no ponto mais alto, representando o poder político-administrativo e religioso, o local da torre do donatário, a igreja, a praça, a casa de câmara e cadeia, a Rua dos Nobres; mais abaixo, próximo ao mar, o rocio³⁸ e a alfândega, além da distribuição dos lotes e sesmarias entre os colonos (Mapa 3/OLIVEIRA, 1996).











³⁸ O rocio era uma parcela demarcada junto aos núcleos urbanos, utilizada para atender ao crescimento das formações urbanas servindo, quando ainda não ocupada, como área destinada para grandes eventos, como feiras anuais e festas litúrgicas (OLIVEIRA, 2000).

OLINDA

EXPANSÃO URBANA

FORAL - IDENTIFICAÇÃO DOS LUGARES



 Montinho	 Matiz de Bartolomeu Rodrigues	 Reconstrução do casario S. XVI
 Feitoria do Senhor Governador	 Chão de Jerônimo da Albuquerque	 Quadras S. XIX na área da praia
 Lombada do Monte	 Caminho do Verdouro	
 Rescio	 Caminho de Val de Fontes	

MAPA 3: Foral de Olinda – identificação dos lugares da Vila (Fonte: Olinda em Dados).

O plano de uso e ocupação estabelecido no Foral caracterizou-se pela adequação à topografia e dotou o sítio de significados urbanos decorrentes da relação entre vocações e funções com seus atributos. O plano definiu a implantação das habitações nos montes; do comércio

próximo ao porto, ao varadouro, às feitorias, à casa de fazenda e aos armazéns; fixou as roças para o abastecimento alimentar e as praias, várzeas e fontes como áreas de uso comum. A essência do plano urbanístico proposto no Foral se manteve ao longo da história do sítio e se faz representar na divisão setorial proposta na legislação municipal vigente. A conservação integrada do CHO e a preservação de valores de longa duração pressupõem a permanência dos preceitos previstos na Carta Foral.

Reis Filho (1983) ressalta a importância de relacionar a arquitetura do período colonial com as estruturas urbanas da cidade em que está inserida e com as condições de evolução social e cultural do Brasil naquele momento, e deixar de encará-la como simples transposição da arquitetura europeia para reconhecer a evolução de suas condições concretas de produção e uso no país. A arquitetura do CHO incorporou de Portugal tradições e técnicas de construção e de uso da casa, as quais foram enriquecidas por atributos arquitetônicos e culturais africanos, indígenas, mouro e oriental adaptados às características locais. Moreira (2006: 61) entende a evolução da casa em Olinda vinculada à formação e à evolução urbana da cidade e, por consequência, à evolução da casa brasileira, originada da casa portuguesa e adaptada ao clima e aos costumes locais. E considerando o processo de adaptação da arquitetura a condições locais, Freyre (1975) ressalta que o espírito de harmonia do edifício com o clima, o meio e os materiais peculiares a esta parte da América se desenvolveria mais acentuadamente na arquitetura doméstica. Soluções como paredes caiadas e portais coloridos comuns nas paisagens portuguesas, inflexões dos telhados e beirais alongados com desenhos graciosos para melhor escoamento das grandes chuvas foram trazidas do Oriente e também utilizadas em sítios históricos brasileiros.

A existência de escravos na estrutura social colonial influenciou os modos de viver na casa colonial de morfologia e tipologia peculiares. De Gracia (1992: 30) compreende a arquitetura dos centros históricos como a manifestação formal das particulares estruturas socioeconômicas e funcionais e representa perfeitamente os conteúdos das relações de poder que vêm acontecendo entre os distintos grupos sociais organizados na cidade como unidade política.

Os tópicos a seguir apresentam aspectos relacionados com a morfologia arquitetônica do conjunto civil patrimonial e a tipologia dos imóveis, os quais são atributos relevantes da

configuração urbana histórica do CHO que vêm sendo alterados através de intervenções arquitetônicas promovidas nesse conjunto.

1.3.1 Morfologia do conjunto arquitetônico civil patrimonial

O conjunto arquitetônico civil patrimonial configura espaços de vivências, de modos de vida e de memórias que expressam referências culturais do sítio e que relacionam significados e valores de longa duração que compõem sua significância cultural e contribuem para evidenciar seu espírito do lugar³⁹. Zevi (1978:45) indica que o conhecimento da arquitetura dentro de um processo histórico-crítico deve considerar, entre outras, as conjecturas sociais em que os edifícios resultam de um programa construtivo segundo condicionantes econômicos e sociais, relações de classe e costumes que delas derivam; as conjecturas intelectuais, que incluem o indivíduo e a coletividade (conjecturas sociais), como também seus sonhos, mitos sociais, aspirações e crenças religiosas; e as conjecturas técnicas, relacionadas com técnicas de construção.

A configuração físico-espacial de um bem arquitetônico estabelece relação complexa com os significados e valores que são atribuídos pela sociedade em cada momento. Nesse sentido, Leitão (1998: 19) expõe que a “arquitetura da cidade surge a partir da definição dos espaços que, de um lado, refletem e, de outro, determinavam a complexidade das relações sociais, econômicas e políticas que nela tinham lugar. Em seus diversos momentos históricos a arquitetura expressa condição de vida, valores e desejos da sociedade que a produz”. Lemos revela que o partido arquitetônico de um imóvel civil espelha a presença de usos e costumes da sociedade e, segundo o autor, está relacionado à sua forma⁴⁰ e volumetria⁴¹ determinadas pela técnica construtiva, pelo programa de necessidades, pelo clima, pelo tipo de solo, relevo do terreno, leis ou códigos de obra, práticas sociais, etc.

Analisando os espaços de habitação do CHO, Moreira (2006: 59 – 61) inferiu que a manutenção da estrutura social durante os três séculos da história colonial no Brasil produziu pouca alteração nos imóveis civis. No Conjunto Monumental, os séculos XIX e XX

³⁹ Essência da vida social e espiritual de um lugar (Declaração de Québec/ ICOMOS, 2008).

⁴⁰ Estrutura inteligível, aparência, imagem ou padrão. É uma característica intrínseca, determinante, existência perfectiva de uma essência determinada. A forma material é aquela cuja existência depende da matéria sem a qual não pode existir (RUNES, 1942). A forma na arquitetura é constituída por atributos físico-espaciais que produzem o espaço arquitetônico.

⁴¹ Conjunto das dimensões que determinam o volume de uma edificação (www.colegio de arquitetos.com.br/dicionario).

registraram transformações em seu conjunto arquitetônico civil patrimonial que são dignas de consideração, permanecendo, contudo, exemplares arquitetônicos que contemplam período representativo da história da cidade. O autor faz lembrar que podem ser vistos sobrados mais antigos representantes das casas patriarcais do período colonial, cujas tipologias se mantêm conservadas e há exemplares que foram objeto de reforma nos séculos XIX e XX que ainda conservam características do século XVII. O mesmo prossegue ressaltando que conjuntos representativos dos séculos XVIII e XIX conformam as ruas históricas, entre eles, chalés ecléticos de influência francesa edificados na última metade do século XIX de características ainda conservadas. Moreira sugere que os imóveis com fachadas coloniais, ecléticas, neoclássicas, protomodernas e de gosto popular formam conjuntos de interesse (Fotos 1 e 2), os quais, juntamente com monumentos excepcionais, foram determinantes na escolha de Olinda como Patrimônio Cultural da Humanidade.



Foto 1: Diversidade estilística do conjunto arquitetônico civil patrimonial
(Fonte: www.olinda.pe.gov.br).

Essa natureza diversa e harmônica do conjunto foi ressaltada por Aloísio Magalhães (IPHAN, 1982: 12) como *um acúmulo de vivências num rico conjunto temporal, com uma arquitetura não tão bem definida em que parte de uma casa poderia ser do século XVII e outra do século XVIII*. O ICOMOS enfatizou que a diversidade de significados e valores do acervo cultural formada em um acúmulo temporal justificava o empreendimento de esforços para que suas características singulares fossem reconhecidas e conservadas coletivamente e consolidado seu valor universal excepcional (ICOMOS, 1981). Campello (1994) aponta a aparente unidade do conjunto arquitetônico e do tecido urbano de Olinda que, não tendo sido

construída de uma vez e se modificada ao longo do tempo não é constituída por edificações de um mesmo estilo. Para o autor, mesmo as construções mais recentes do meado do século XX não modificaram a escala dos logradouros nem contrastaram com a configuração do casario antigo e associaram significados e valores contemporâneos ao sítio, sem prejuízo aos seus valores culturais, condição que foi reconhecida pela UNESCO em 1982.

Barreto e Milet (CECI, 2010) corroboram esse entendimento e declaram que o acervo do sítio histórico de Olinda garante a representatividade de vários séculos na evolução da arte e da arquitetura transplantadas para o Brasil, onde conjuntos arquitetônicos ecléticos dos séculos XIX e XX convivem em harmonia mesmo se sobrepondo aos estilos antes existentes. Nos conjuntos ecléticos apresentam-se imóveis com tratamento compositivo dos planos de fachada e de volumetria que fazem referência ao Modernismo caracterizando o conjunto arquitetônico civil patrimonial com diversidade formal e linguagem própria⁴² (Foto 2).



Foto 2: Conjunto arquitetônico do SRR com exemplares ecléticos do século XIX e outros que foram modernizados no século XX (Fonte: www.google.com.br).

Imóveis civis do conjunto patrimonial conformam quadras e ruas destacando-se sua implantação conjugada nas fachadas laterais com acessos pelas fachadas principal e/ ou posterior excetuando-se imóveis de esquina ou de oitão livre. Imóveis térreos e assobradados com dois pavimentos debruçam-se sobre ruas sem arborização para as quais estão voltados

⁴² A diversidade formal e a linguagem própria do conjunto arquitetônico civil patrimonial de Olinda constituem sua identidade, referida por Lemos como um atributo que caracteriza um conjunto de coisas de mesma essência, de mesma natureza. Segundo o autor pode-se perceber a existência de variadas identidades subdividindo em grupos distintos o repertório da categoria arquitetônica residencial.

seus principais vãos sugerindo aparente adensamento, localizando-se no interior dos lotes as áreas livres e arborizadas dos quintais. No que se refere às disposições de planta, os imóveis abrangem um espaço temporal situado entre os séculos XVII e XIX.

Moreira (2006: 77 - 82) aponta que muitos dos imóveis civis patrimoniais foram objeto de reforma e receberam novas feições de fachada no final do século XIX pela imposição da *Lei das Biqueiras* que obrigou os proprietários a construir platibandas⁴³ e calhas embutidas e, ainda, por normas de higiene. Os antigos beirais do sítio foram substituídos por platibandas e frontões neoclássicos⁴⁴, restando poucos exemplares patrimoniais que ainda apresentam feições do século XVII, como os sobrados mouriscos (Foto 3). O estilo chalé do final do século XIX, de influência francesa, admitia elementos do Classicismo⁴⁵, do Ecletismo⁴⁶ e apresentavam esquadrias e cercaduras em estilo neogótico (Foto 4). Além do estilo chalé, imóveis cujas fachadas são remanescentes de outros estilos também sofreram influência do Ecletismo.



Foto 3 - Sobrado Mourisco (Fonte: www.google.com.br).

⁴³ Elemento arquitetônico que contorna a parte superior de um edifício e tem a função de impedir a queda d'água diretamente do beiral do telhado, e ainda de contribuir para enriquecer a composição do conjunto arquitetônico.

⁴⁴ Elemento em forma triangular retomado das ordens clássicas utilizado para arremate entre uma parede e as águas da cobertura.

⁴⁵ Movimento cultural que valorizou e resgatou elementos artísticos da cultura clássica (greco-romana), e imprimiu o equilíbrio, o rigor e a pureza formal.

⁴⁶ No campo da arquitetura, o Ecletismo referiu-se a um movimento arquitetônico predominante desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, o qual propagou a mistura de estilos arquitetônicos do passado para a criação de uma nova linguagem arquitetônica. Referiu-se aos estilos surgidos durante o século XIX que exibiam combinações de elementos que podiam vir da arquitetura clássica, medieval, renascentista, barroca e neoclássica. Desenvolveu-se simultaneamente com a chamada arquitetura historicista que buscava reviver a arquitetura antiga e gerou estilos como o neogótico.



Foto 4: Imóvel em estilo Chalé com janelas em arcos ogivais e beirais com lambrequim (Fonte: www.olinda.pe.gov.br).

Predominam imóveis de implantação conjugada que lhe garante estabilidade e proteção das empenas⁴⁷ das águas das chuvas, desenvolvendo-se o sistema de cobertura em dois planos ou duas águas voltadas para a rua e para o quintal com estrutura constituída por terças de grandes seções apoiadas nas empenas das paredes laterais de grande inclinação. Esses planos inclinados são cobertos com telhas cerâmicas tipo canal capa e bica executadas manualmente com barro cozido seguindo tradições construtivas portuguesas. As empenas receberam elementos que as valorizaram como cercaduras⁴⁸, funcionando como um frontão. Há, ainda, imóveis com cobertas em duas e em quatro águas com estruturas constituídas por tesouras de madeira. Os tipos de beirais encontrados no Centro Histórico de Olinda são o de biqueira simples, biqueira com cornija, biqueira com lambrequim⁴⁹, a tríplice telha e a platibanda. O uso de platibanda enriqueceu a composição das fachadas de muitos imóveis com o uso de frisos e cornijas⁵⁰ de adorno, estas se apresentando sempre de forma contínua. Nos imóveis em que a platibanda não substituiu as biqueiras, permaneceu a cornija de tríplice telha. Há imóveis patrimoniais com implantação solta dos limites do terreno e que apresentam telhado em quatro águas com platibanda decorada com esculturas de figuras humanas ou pinhas de

⁴⁷ Empena é cada uma das paredes laterais onde se apoia a cumeeira os telhados de duas águas (www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario).

⁴⁸ Moldura em pedra, madeira ou massa que circunda vãos de portas e janelas.

⁴⁹ Ornatos de recortes de madeira ou de lâmina metálica para beiras de telhado (Dicionário Aurélio Eletrônico).

⁵⁰ Conjunto de frisos sobrepostos que formam saliências e servem de arremate superior às paredes externas.

louça importadas. Suas paredes são decoradas como painéis delimitados por cunhais e por elementos horizontais, como cornijas, cimalthas⁵¹ e balcões. Smith (1975: 164) salienta que nas casas apertadas os telhados são de empenas, e nas casas mais desafogadas o telhado desenvolve-se em quatro águas.

Moreira (2006: 91) faz lembrar que os sobrados apresentam no nível do pavimento superior estreitas varandas com guarda-corpos em ferro apoiadas em cachorros⁵² de pedra, as quais podem se estender por toda a extensão da fachada nas casas seiscentistas ou ser substituídas por sacadas⁵³ ou púlpitos enquadrados nos vãos das portas que a eles dão acesso. Portas e janelas de grandes dimensões se apresentam emolduradas por cercaduras em cantaria ou por adornos em estuque. As janelas são de peitoril simples, peitoril recuado (com conversadeira ou janela de assento), rasgada com parapeito entalado e rasgada com parapeito sacado (pequenas varandas). Os vãos das portas são iguais aos das janelas, exceto pela ausência de peitoril. As esquadrias são em madeira, vidro e ferro, sendo de ficha as mais comuns com tábuas de madeira encaixadas em uma ou duas folhas, usadas também como portas de segurança. Há portas e janelas em venezianas, compondo as esquadrias com almofadas⁵⁴ e caixilhos de vidro na parte superior, os quais também aparecem nas bandeiras das portas e das janelas e nas janelas em guilhotina. As portas e janelas de madeira com gelosias⁵⁵ ou de ficha com venezianas, dispendo de bandeiras de ferro ou madeira, são destacadas por Barreto e Milet (CECI, 2010) como elementos que integram a edificação patrimonial ao clima tropical.

Moreira (2006: 93) expõe que as escadas mais comuns desenvolvem-se em um lance para dar acesso a um pavimento ou para vencer o desnível do terreno e, em geral, está entalada entre duas paredes, e as de dois lances podem ser em forma de “L” ou se apresentam paralelos com patamar intermediário. As escadas internas podem ser constituídas de madeira ou ser mistas com o primeiro degrau em pedra, e as externas, em sua maioria, são executadas em alvenaria. A descrição feita pelo autor informa que originalmente os pisos eram em chão batido, de tijoleira de cerâmica quadrada ou retangular no pavimento térreo, de assoalho de

⁵¹ Parte superior da cornija. Saliência ou arremate na parte mais alta da parede, onde assentam os beirais do telhado (www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario).

⁵² Peça de madeira, alvenaria ou pedra em balanço que sustenta beirais de telhados ou pisos de sacadas ou balcões do pavimento superior dos sobrados.

⁵³ Pequena varanda. Qualquer espaço construído que faz uma saliência sobre o paramento da parede. Balcão de janela rasgada até o chão com peitoril saliente (www.colegiodearquitetos.com.br).

⁵⁴ Peça em madeira com saliência superposta à superfície de portas e janelas.

⁵⁵ Janela de rótula.

madeira, de mosaico colorido (ladrilho hidráulico) ou de taco nos pisos superiores, nas casas do final do século XIX. Os forros em madeira se caracterizam por tabuado simples, tabuado encabeirado em saia e camisa, em gamela ou em meia gamela, com arremate com a parede em madeira, em uma régua ou formando uma cimalha. Encontram-se forros em gesso ou estuque com desenhos em relevo. Nas casas térreas, os forros são presos em uma estrutura de madeira independente da estrutura da coberta. Nas casas de mais de um pavimento, o forro é preso no travejamento que suporta o pavimento superior.

1.3.1.1 Tipologia arquitetônica⁵⁶ civil patrimonial

Entender a relação entre tipo arquitetônico e forma urbana é fundamental para a compreensão da estrutura urbana do lugar e importante subsídio para uma intervenção arquitetônica em um imóvel patrimonial, com vistas à conservação de seus significados e valores. Reis Filho aponta que um traço característico da arquitetura urbana é a relação que a prende ao tipo de lote em que está implantada e assevera que as casas coloniais de frente para a rua ou as casas do século XIX de porão habitável com jardins ao lado são conjuntos tão coerentes que não é possível descrevê-los completamente sem fazer menção à sua forma de implantação. Segundo o autor, a arquitetura civil urbana do período colonial estava baseada em um tipo de lote com características bastante definidas, pois este correspondia, em princípio, ao tipo de arquitetura que iria receber (REIS FILHO, 1983: 15 - 22). No Centro Histórico de Olinda o parcelamento de glebas definidas no zoneamento estabelecido na Carta Foral gerou um lote estreito, alongado e irregular em razão do traçado urbano da cidade ter acompanhado sua topografia, com as menores dimensões voltadas para o logradouro principal e para ruas de serviço ou fundos de quintais. Habitações estreitas com largura variável entre 5 a 8 metros e alongadas, cuja implantação conjugada possibilitava o recebimento de luz apenas pelas extremidades predominam no Centro Histórico de Olinda,

⁵⁶ Tipologia pode ser definida como o estudo científico de tipos, que são diversos signos que constituem uma linguagem arquitetônica. Argan (1996: 29 - 34) compreende tipo como a ideia geral da forma de um edifício materializada num esquema que permite diversas variações, quer na sua organização volumétrica e proporções, quer ao nível de elementos compositivos. Para Francisco de Gracia (1996: 126) a noção de tipo indica a existência de um conjunto de edifícios que apresentam em sua estrutura formal uma série de constantes ou invariantes. Aldo Rossi (2001: 27) entende que o conceito de tipo constitui o fundamento da arquitetura, a própria ideia de arquitetura, o que está mais perto da sua essência, o qual se transforma e evolui com o tempo. Perdigão (2009) corrobora esse entendimento e indica que abordagens sobre o *tipo* consideram o processo de concepção arquitetônica segundo a essência da arquitetura e não apenas seu aspecto físico-espacial e elas enfatizam a continuidade histórica associada a formas ideais de significados que repercutem na memória coletiva. A autora interpreta que a produção tipológica expressa permanência de padrões espaciais consolidados na memória, ou seja, quando um *tipo* se fixa na prática e na teoria da arquitetura ele já existe numa determinada condição histórica da cultura, como resposta a um conjunto de exigências ideológicas, religiosas ou práticas da sociedade. Ortiz (2001) entende que o conceito de tipologia arquitetônica integra a interpretação morfológica, funcional e tecnológica das edificações urbanas.

configuração urbana reproduzida em outras cidades brasileiras no período colonial e que foi registrada por Vauthier (1975: 33 – 37).

Segundo Reis Filho (1983: 24), a uniformidade da arquitetura correspondia à uniformidade dos terrenos dos imóveis coloniais, situação fixada nas Cartas Régias ou em Posturas Municipais. Dimensões e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamento com as edificações vizinhas foram exigências correntes no século XVIII e revelavam uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa. As repetições da composição das fachadas eram acompanhadas pela repetição nas plantas dos imóveis que atendia ao gosto dos seus proprietários e a condições econômicas. Com isso, as casas dos arraiais, vilas e cidades do período colonial apresentavam certa padronização, assim como os lotes, sempre de pequena testada e grande profundidade (MENDES, VERÍSSIMO e BITTAR, 2007: 141). Vauthier (1975: 37) percebeu que essa forma rígida, esse tipo único comprimido na largura não se prestava a uma grande variedade de disposições internas – uma sala na frente, uma sala nos fundos, a elas se comunicando uma ou duas alcovas e, entre esses dois grupos, um corredor.

A arquitetura civil patrimonial de Olinda está intimamente ligada aos costumes coloniais e ao clima local e, em alguns imóveis, as disposições internas ainda preservam o programa original⁵⁷ formado pelos setores social, íntimo e de serviços que se desenvolvia de forma sequencial. A tipologia arquitetônica pode estar relacionada com a analogia formal e/ou funcional, mas, mesmo estando um tipo associado a uma função tem sempre inerente um valor e um simbolismo que são expressos na sua forma arquitetônica. A disposição tradicional das plantas dos imóveis patrimoniais do CHO corresponde a:

- a) Sala social na frente - iluminada através dos vãos voltados para a rua. Em imóveis com atividade comercial, a sala transformava-se em pequena loja, e os vãos tradicionais das residências davam lugar a uma sequência de portas.
- b) Sala dos fundos – iluminada através dos vãos voltados para o quintal, de caráter íntimo devido à permanência das mulheres e das crianças, com funções de trabalho e ambiente para a realização das refeições da família.

⁵⁷ Lemos afirma que o programa é o condicionante fundamental do partido arquitetônico porque ele inclui todas as necessidades relativas ao uso cotidiano do imóvel. Classifica as funções e estabelece a maneira como devem ser exercidas segundo fundamentos de ordem cultural. Segundo o autor foi nas “casas de morada” que surgiram as exigências e condicionamentos decorrentes de usos e costumes ancestrais ou práticas do cotidiano trazidas pelo imigrante.

- c) Alcovas laterais – não apresentavam iluminação natural e, por isso, destinavam-se às funções de dormir e descansar. Aposentos sem janelas situados entre as salas frontal e posterior localizados no trecho mais central do corpo da casa e dotados de portas voltadas para a circulação principal, os quais não apresentavam forro, mas apenas as telhas vãs da cobertura que permitiam certa condição de aeração. O exíguo lote urbano possibilitava apenas abertura nas extremidades e gerava alcovas escuras e insalubres.
- d) Circulação longitudinal – desenvolvia-se através do corredor central ou localizado ao longo de uma de suas paredes laterais que ligava as duas salas e conduzia da porta de entrada da rua principal à porta dos fundos da casa.

A possibilidade de adaptação espacial da edificação a necessidades programáticas em um contexto limitado de implantação num lote de conformações rígidas configurou os tipos arquitetônicos presentes no sítio histórico de Olinda. Barreto e Milet (CECI, 2010) interpretam que a tipologia arquitetônica do CHO vinculada à sua configuração urbana caracterizou-se a partir de um tipo-base que se constitui de um conjunto de formas invariáveis que permaneceram por um processo de longa duração e que caracteriza o sítio de forma relevante. Segundo as autoras, a composição do tipo-base ocorre pela combinação de três variáveis: 1) Implantação 2) Planta baixa e 3) Volumetria. No que diz respeito à implantação foram considerados: a) A localização do lote na quadra; b) A localização do edifício no lote; c) A taxa de ocupação e d) A adaptação da edificação na topografia do terreno. Com relação à planta baixa foram considerados: a) A disposição dos cômodos; b) O uso do imóvel e as funções dos ambientes e c) Os modos de acréscimo no imóvel. Quanto à volumetria, as autoras observaram: a) A orientação das linhas de cumeeira e sua distância em relação à rua; b) A inclinação dos panos de cobertura e c) A existência de elementos arquitetônicos nos panos de cobertura. Da análise, inferiram que, dentre as características que estão presentes no tipo-base encontra-se a implantação no lote nos seus limites frontal e laterais com recuo posterior e, em menor registro, o recuo lateral. A conformação da planta baixa com sala frontal, corredor lateral ou central com acesso aos quartos (alcovas) e sala posterior. Em termos de volumetria dispõe de linha de cumeeira paralela à rua, deslocada a 1/3 ou a 1/2 da rua e com inclinação dos panos de cobertura entre 40% e 45% nas edificações mais antigas. Barreto e Milet concluem que, mesmo estando presentes no tipo-base, essa tipologia admite variações de elementos comuns que configuram cinco tipos arquitetônicos das edificações do Conjunto Monumental do sítio que são *meia-morada*,

*morada-inteira, porão alto com meia-morada ou morada-inteira, meio sobrado e sobrado-inteiro*⁵⁸.

A ocorrência dos tipos se deu com o passar do tempo surgindo nas primeiras residências construídas rés-do-chão que foram sendo alargadas em suas fachadas frontais e abriram portas para o desenvolvimento de atividades comerciais adquirindo posteriormente a feição de sobrado. Os sobrados se constituem em uma evolução da casa térrea e são imóveis com mais de um pavimento que normalmente apresentam varandas a partir do pavimento superior. Em geral, os sobrados residenciais apresentam duas portas que dão acesso, uma para a sala de frente e a outra para o corredor lateral que conduz à escada que leva ao pavimento superior. Essa disposição possibilita a utilização dos pavimentos do imóvel de forma independente. As casas térreas e os sobrados diferem no tipo de piso existente em seu interior, mas as disposições tradicionais de planta são basicamente iguais.

Barreto e Milet (2010) entendem que o conhecimento dos tipos arquitetônicos tem papel relevante na conservação sustentável⁵⁹ do Centro Histórico de Olinda, uma vez que o casario figura como um dos principais atributos na formação dos valores patrimoniais reconhecidos institucionalmente. Sobre a abrangência do conceito de tipo arquitetônico, Perdigão (2009) cita Argan, para quem o tipo está ligado a um conjunto de exigências práticas e ideológicas da existência humana e, por essa razão, a ele estão agregados valores culturais. A autora acrescenta que o entendimento de Rossi na utilização do tipo em projetos de intervenção arquitetônica coloca o lugar no centro do processo de elaboração de projetos ao pretender que a arquitetura voltasse a se situar entre os bens culturais do homem pela criação de espaços significativos. Critérios de intervenção arquitetônica em imóveis civis patrimoniais baseados nos tipos arquitetônicos do sítio contribuem para a identificação dos elementos construtivos merecedores de permanência.

Barreto e Milet (CECI, 2010) fazem a descrição dos tipos encontrados no sítio, a qual é apresentada abaixo segundo as variáveis *implantação, planta baixa e volumetria*.

⁵⁸ Inicialmente, a moradia se configurava como uma casa de quatro peças – sala fronteira, alcova, sala posterior e cozinha, com uma fachada estreita de porta e janela. Com o discreto crescimento da vila os lotes ampliavam-se na largura e poderiam abrigar uma meia-morada, fachada de uma porta e duas janelas que evoluiriam para a morada inteira. As plantas apenas se alteraram no número de aposentos, guardando a divisão original dos setores da casa (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2007:147).

⁵⁹ Baseia-se no paradigma contemporâneo da conservação que está centrado na relação entre objeto e sujeito, cujo principal objetivo é manter a significância cultural dos objetos patrimoniais para a presente e futuras gerações. Para Muñoz Viñas (2005), a conservação além de permitir o transporte dos significados e valores no tempo, objetiva também que a integridade seja assegurada e o objeto mantenha-se autêntico.

TIPO MEIA-MORADA (Figura 1):

- a) Implantação: imóvel fronteiro à rua com recuo posterior, ocorrendo em certos casos o recuo lateral e adaptação do edifício à topografia do terreno.
- a) Planta baixa: o corredor se desenvolve ao longo de uma das paredes laterais do imóvel, cuja dimensão do lote varia de quatro a seis metros de largura, e possibilitava a implantação de apenas uma sequência de alcovas disposta lateralmente e paralela ao corredor. Nas fachadas a porta se localiza na lateral e seguem uma ou duas janelas. Nessa tipologia a sala ocupa toda a largura da fachada. O acréscimo posterior ao corpo principal do imóvel é feito transversal ou paralelamente, destinado aos cômodos de serviço.
- b) Volumetria: imóvel térreo com cumeeira disposta paralelamente à rua, localizada a 1/3, 1/2 ou 2/3 de distância da rua, e apresenta telhados com inclinação de 40% a 45%.

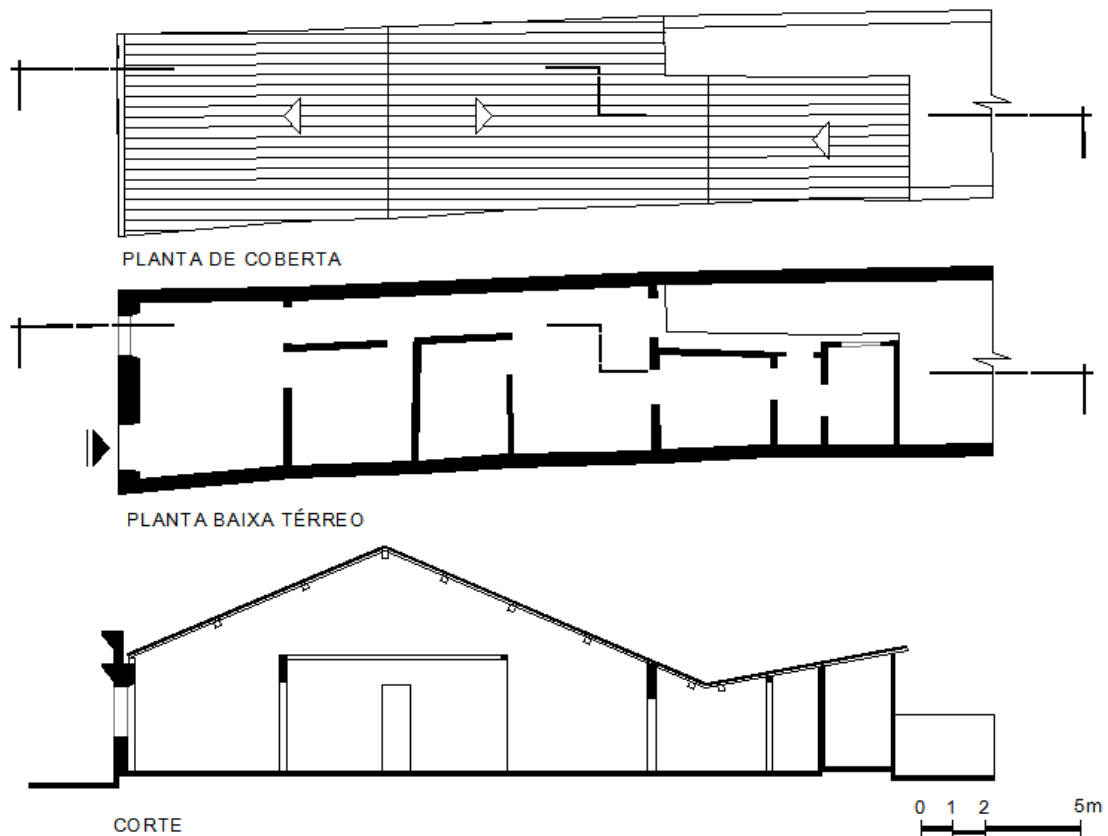


Figura 1 - TIPO MEIA-MORADA (Fonte: Barreto e Milet, CECI, 2010).

TIPO MORADA INTEIRA (Figura 2):

- a) Implantação: imóvel fronteiro à rua com recuo posterior ocorrendo em certos casos o recuo lateral e adaptação do edifício à topografia do terreno.

- b) Planta baixa: O corredor desenvolve-se no eixo central do imóvel de maior largura, pois o lote apresenta dimensões maiores que variam de seis a oito metros de largura, e possibilitava a implantação de duas sequências de alcovas paralelas ao corredor. Nessa tipologia a porta é central com as janelas dispostas lateralmente, estando essa porta sempre de frente para o corredor de alcovas por onde se vê a sala de trás. O acréscimo posterior ao corpo principal do imóvel é feito transversal ou paralelamente, destinado aos cômodos de serviço.
- c) Volumetria: edificação térrea com cumeeira disposta paralelamente à rua, localizada a 1/3, 1/2 ou 2/3 de distância da rua, e apresenta telhados com inclinação de 40% a 45%.

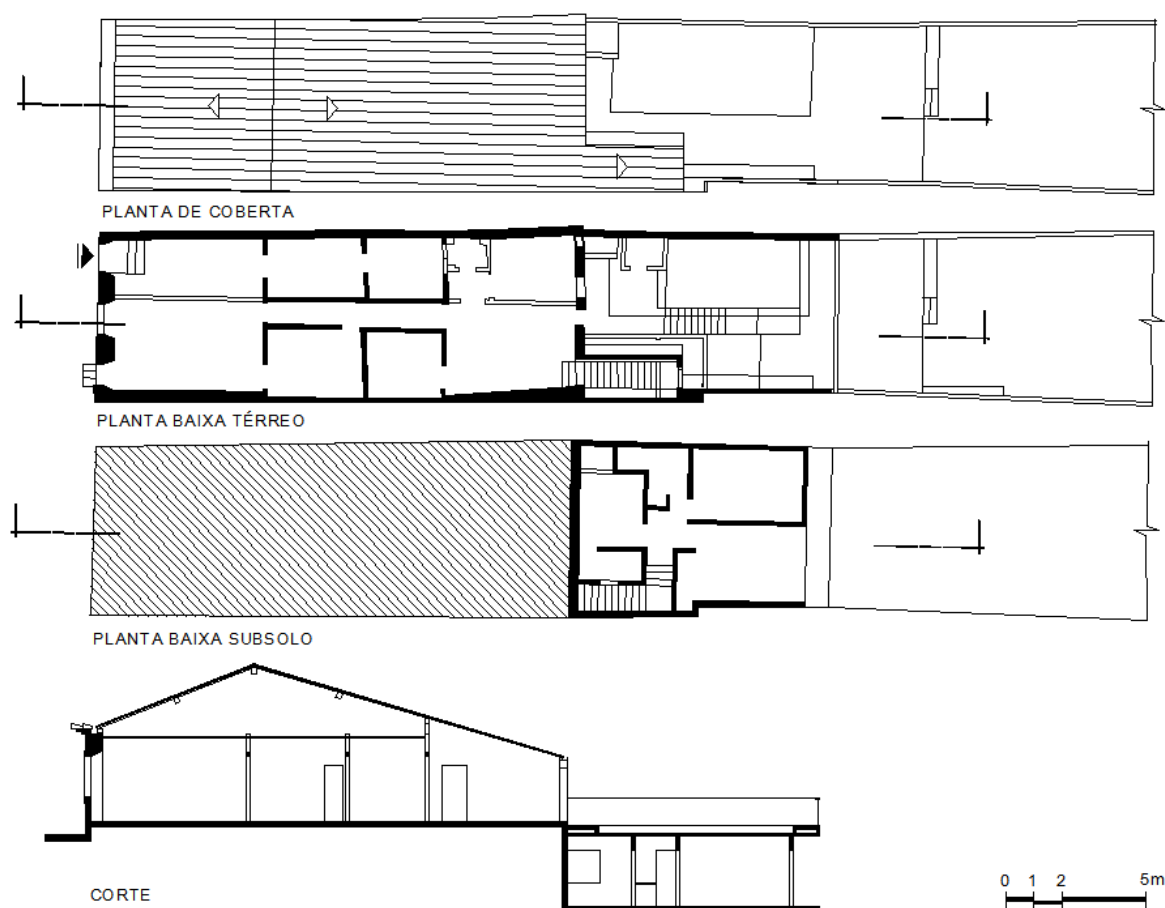


Figura 2 - TIPO MORADA-INTEIRA (Fonte: Barreto e Milet, CECI, 2010).

TIPO PORÃO ALTO COM MEIA-MORADA OU MORADA-INTEIRA (Figura 3):

- a) Implantação: imóvel fronteiro à rua com recuo posterior ocorrendo em certos casos o recuo lateral e a adaptação do edifício à topografia do terreno.
- b) Planta baixa: o imóvel apresenta sala frontal com o corredor de acesso aos quartos (alcovas) desenvolvido no centro ou ao longo de uma das paredes laterais, com sala posterior, porão alto e eventual terraço lateral. A dimensão do lote variava de seis a oito

metros de largura, e possibilitava a implantação de duas sequências de alcovas, com apenas uma paralela a um dos lados do corredor. O acréscimo posterior ao corpo principal do imóvel é feito transversal ou paralelamente, destinado aos cômodos de serviço.

- c) Volumetria: edificação térrea com cumeeira disposta paralelamente à rua, localizada a $1/3$, $1/2$ ou $2/3$ de distância da rua, e apresenta telhados com inclinação de 40% a 45%, ou ainda com 30%, conforme estabelecido nas legislações vigentes.

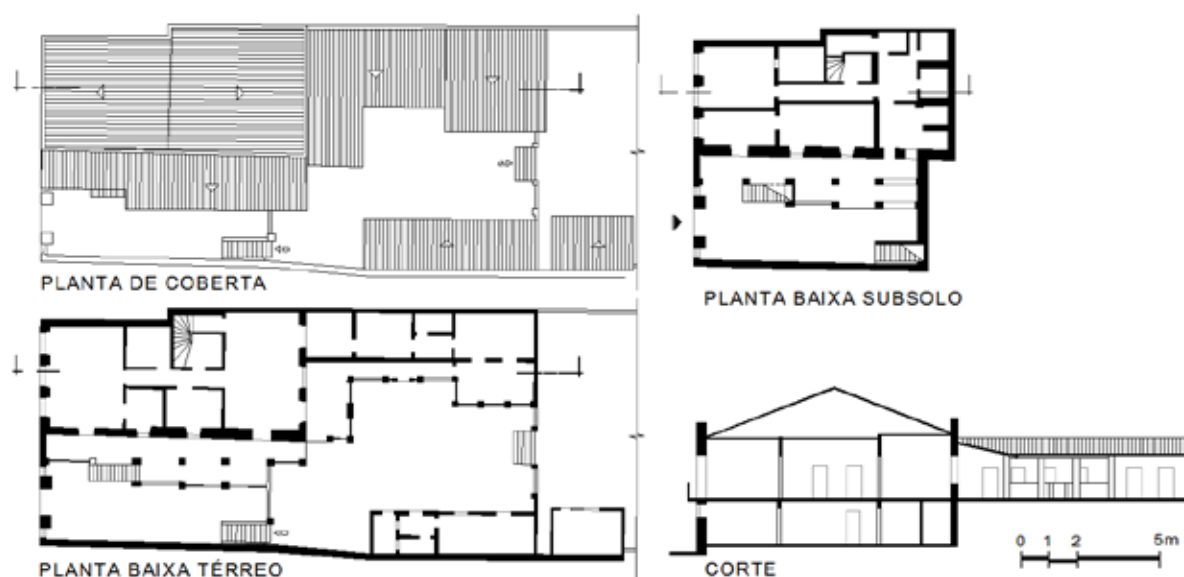


Figura 3: TIPO PORÃO ALTO COM MEIA-MORADA OU MORADA-INTEIRA
(Fonte: Barreto e Milet, CECI, 2010).

TIPO MEIO-SOBRADO (Figura 4):

- a) Implantação: imóvel adaptado à topografia sem possibilidade de ampliação no pavimento térreo, por limitações impostas pelo relevo do sítio, e possui características de sobrado e de casa térrea. Originalmente, abrigava o uso misto, com a atividade comercial no térreo e uso residencial no pavimento superior.
- b) Planta baixa: imóvel com espaço comercial no pavimento térreo e pavimento superior de uso residencial com disposição de planta do tipo meia-morada ou morada-inteira. A escada de acesso ao pavimento superior é disposta de forma independente do espaço comercial do térreo. O acréscimo posterior ao corpo principal do imóvel é feito transversal ou paralelamente, destinado aos cômodos de serviço.
- c) Volumetria: possui características de sobrado e casa térrea simultaneamente. Apresenta cumeeira disposta paralelamente à rua a $1/3$, $1/2$ ou $2/3$ de distância da rua. Os telhados apresentam panos com inclinação de 40% a 45%, ou ainda com 30%, conforme estabelecido nas legislações em vigor.

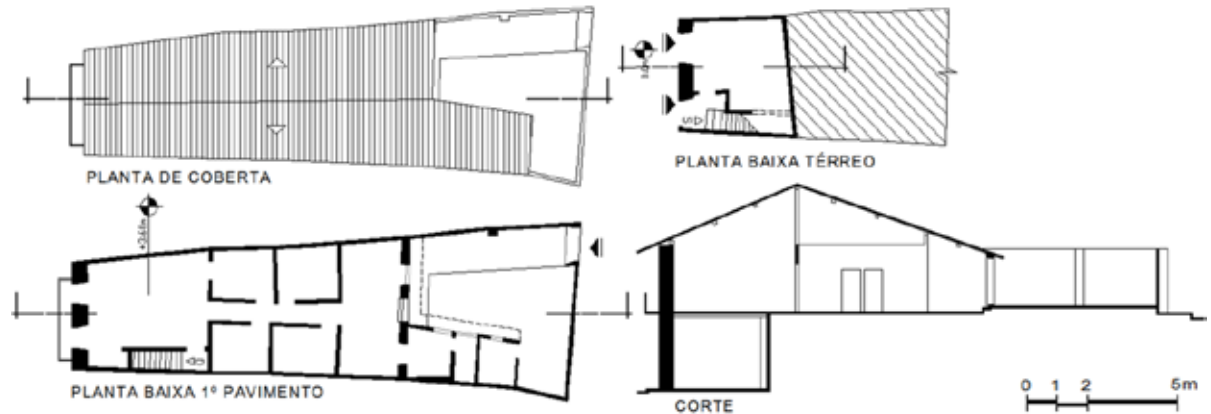


Figura 4: TIPO MEIO-SOBRADO (Fonte: Barreto e Milet, CECI, 2010).

TIPO SOBRADO-INTEIRO (Figura 5):

- a) Implantação: imóvel fronteiro à rua com recuo posterior ocorrendo em certos casos o recuo lateral e a adaptação do edifício à topografia do terreno.
- b) Planta baixa: imóvel com disposição de planta do tipo meia-morada ou morada-inteira, com circulação e escada laterais para acesso ao pavimento superior.
- c) Volumetria: imóvel com dois pavimentos apresentando cumeeira disposta paralelamente à rua a $1/3$, $1/2$ ou $2/3$ de distância da rua. Originalmente, no pavimento térreo poderia ser desenvolvida atividade comercial ou o uso residencial, e no pavimento superior o uso residencial.

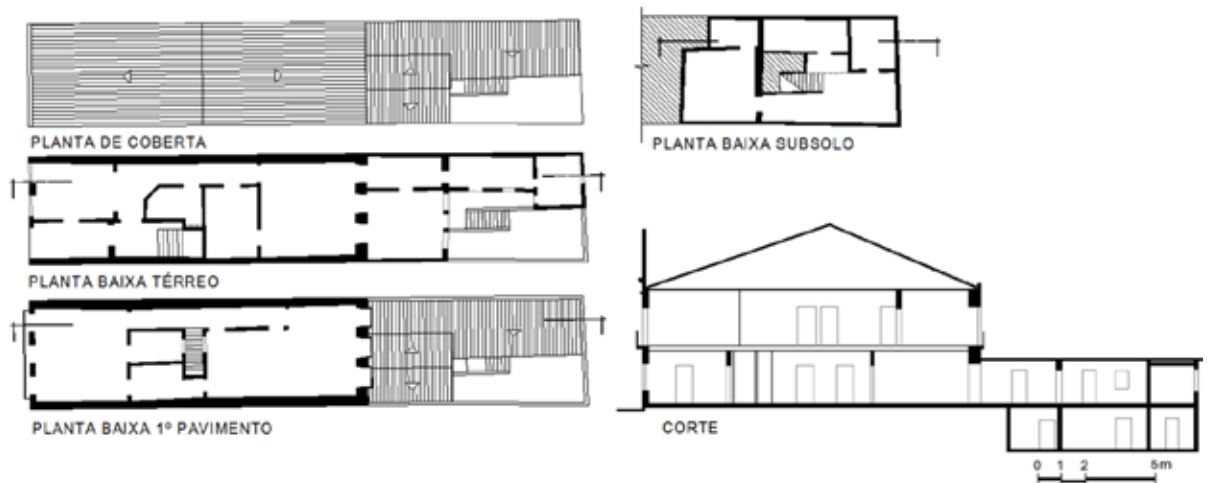


Figura 5: TIPO SOBRADO-INTEIRO (Fonte: Barreto e Milet, CECI, 2010).

Moreira (2006: 51 – 75) fez referência aos exemplares arquitetônicos civis patrimoniais que obedeceram à implantação totalmente recuada no lote ou apenas em um dos seus lados. O autor informa que as primeiras construções recuadas em relação aos limites laterais ainda conservavam o alinhamento no paramento da rua, mas a solução mais comum era o recuo em

apenas um lado que possibilitava melhor condição de arejamento e iluminação. As casas implantadas no paramento das ruas possuíam extensos pomares voltados para as chamadas ruas de serviço. Posteriormente, surgiram os afastamentos em relação às vias públicas, momento em que desaparece a uniformidade dos esquemas das residências, traço marcante da fase colonial.

1.4 A Relevância do Centro Histórico de Olinda

Olinda é uma joia do Brasil (...). Nela se reúnem admiravelmente a paisagem marinha e a cidade de arte, com uma riqueza de vinte igrejas barrocas e um grande número de casas antigas pintadas em vivas cores. (...) Em Olinda a arquitetura surge dentre os esplendores da natureza tropical. (...) Essa feição esparsa do tecido urbano deve ser absolutamente preservada. Olinda não é uma cidade: é um jardim entremeado de obras-primas de arte.

(MICHEL PARENT, 1972)



Fonte: www.olinda.pe.gov.br

Em 1982, o reconhecimento dos atributos singulares que configuram a fisionomia natural do sítio histórico de Olinda e da conexão estabelecida entre valores ambientais e culturais expressos nesses atributos, em seu caráter de moradia, no respeito dos moradores por seu caráter bucólico e pelas áreas verdes de densa cobertura vegetal conferiu-lhe a denominação honorífica de Cidade Ecológica. Qualificações decorrentes do reconhecimento dos valores

patrimoniais do sítio ocorreram a nível local, nacional e mundial, esta última com a certificação da UNESCO de Patrimônio Cultural da Humanidade por seu *Valor Universal Excepcional*⁶⁰ e sua permanência envolve a continuidade da configuração urbana histórica e da dinâmica sociocultural local, sendo necessário que todos os agentes sociais envolvidos com o sítio compreendam sua relevância.

1.4.1 O Valor Universal Excepcional

O Valor Universal Excepcional é requisito primordial para a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial e significa uma importância cultural e/ou natural excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo caráter inestimável para as atuais e futuras gerações de toda a humanidade (Diretrizes Operacionais do Patrimônio Mundial, parágrafo 49, UNESCO, 2008). Para o ICOMOS (2008) o *caráter excepcional* significa que, em comparação com o patrimônio cultural documentado em geral, o bem pertence aos melhores ou é "representativo do melhor" e sua qualidade o faz destacar-se dos outros. O *caráter universal*, por sua vez, está relacionado com o fato de que, ao mesmo tempo em que significa que o valor excepcional pode ser reconhecido em geral e no mundo inteiro, pode ser interpretado como referente a um bem que é altamente representativo da cultura da qual faz parte (Diretrizes Operacionais do Patrimônio Mundial, UNESCO, 2008).

O conceito de Valor Universal Excepcional tem evoluído ao longo do tempo, mas sua ampla compreensão exige esforços de comunicação e sua identificação através de larga participação das partes interessadas, incluindo as comunidades locais. O encontro do Patrimônio Mundial ocorrido em Amsterdã (Global Strategy Natural and Cultural Expert Meeting, ICOMOS, 2008) forneceu uma interpretação mais clara sobre o conceito, segundo a qual a exigência do Valor Universal Excepcional do patrimônio cultural e natural deve ser interpretada como uma resposta excepcional às questões de natureza universal que são comuns ou dirigidas a todas as culturas humanas (v. DROSTE et al, 1998: 221, apud JOKILEHTO, 2006). Considerando esse entendimento, Jokilehto interpreta que as questões ou temas é que são de natureza universal e comum a toda humanidade, enquanto o patrimônio em si mesmo é definido como uma resposta caracterizada pela sua diversidade criativa. O autor expõe que isso é claramente indicado na Declaração Universal sobre a

⁶⁰ Outstanding Universal Value (original em inglês).

Diversidade Cultural (UNESCO, 2002) com o patrimônio sendo visto como resultado do processo criativo humano. A Declaração ressalta que a cultura adquire diversas formas através do tempo e do espaço e essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade e, nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade, fonte de intercâmbio, inovação e criatividade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presente e futuras.

Contribuindo com a discussão sobre a definição de Valor Universal, Halévy (apud BO, 2003: 146) afirma que a universalidade não é a generalização em escala planetária de uma determinada maneira de proceder, a uniformização que implica a globalização. Para o autor, o Valor Universal é aquele que, por meio das diferenças, de singularidades extremas, faz pressentir a unidade da humanidade.

A Convenção do Patrimônio Mundial Concernente à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (UNESCO, 1972) ressalta a importância da preservação de bens do patrimônio cultural e natural de valor excepcional, pois são parte do patrimônio mundial da humanidade como um todo e a deterioração ou o desaparecimento de qualquer exemplar constitui um empobrecimento do patrimônio de todas as nações do mundo. Essa noção de bens patrimoniais que pertencem a toda humanidade tem relação com o conceito de diversidade cultural e com o acesso a novas formas de cultura enriquecedoras da existência humana. Está relacionada também com a noção de que a responsabilidade pela proteção e conservação desse patrimônio não é apenas de uma região ou um de país, mas de toda humanidade. Associar o Valor Universal Excepcional a um bem de determinado Estado-membro atesta que sua significância cultural é reconhecida pela comunidade diretamente envolvida com sua conservação e também pela comunidade internacional.

As Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2008) avançaram na definição de Valor Universal Excepcional como a significância cultural e/ou natural dos bens de caráter excepcional, cuja importância atribuída no presente é de interesse para as futuras gerações e sua proteção permanente é de interesse da comunidade internacional. Para ser considerado de Valor Universal Excepcional um bem

cultural também deve atender às condições de integridade e / ou autenticidade ⁶¹ e deve ter um sistema de proteção e gestão adequado para garantir a sua salvaguarda. A partir das Diretrizes Operacionais (UNESCO, 2005) sua importância passou a ser equivalente às condições de integridade e autenticidade para inscrição do bem cultural, mudança que produziu reflexos nos processos de avaliação e monitoramento. O ICOMOS (2008) expõe que a proteção e gestão passaram a ser consideradas como parte do valor excepcional de um bem, sendo a gestão uma exigência administrativa contemporânea necessária que deve ser elaborada considerando as qualidades específicas e o valor universal excepcional do sítio. E acrescenta que, em alguns casos, o sistema tradicional de gestão é também utilizado na justificação do Valor Universal Excepcional devendo ser empreendidos esforços para garantir sua continuidade.

A representatividade histórica e cultural de Olinda na formação do Brasil colonial foi ressaltada como característica distintiva para sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, tendo sido enquadrada na categoria de *Bem Cultural* nos seguintes critérios (Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, parágrafo 77, WHC, 2008):

- (ii) Representar uma importante permuta de valores humanos durante um determinado período de tempo ou dentro de uma área cultural específica como o desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, do planejamento urbano ou do desenho de paisagens;
- (iv) Ser um exemplo excepcional de um tipo de edificação ou conjunto arquitetônico, ou paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história humana.

O ICOMOS (2008) afirma que o critério (ii) se refere ao "intercâmbio de valores e de influências", essas últimas relacionadas com história da arte, arquitetura ou desenho urbano, ou história da tecnologia. Os valores podem ser vistos em especial em relação à evolução

⁶¹ Para Jokilehto e Feilden (1993) a autenticidade de um bem patrimonial refere-se ao que é materialmente original ou genuíno, ou ainda, como este bem envelheceu e mudou ao longo do tempo. Segundo os autores, a autenticidade histórica geralmente se reflete nas fases significativas da construção e da utilização do bem patrimonial, em diferentes fases da sua linha histórica de tempo. Segundo a Carta de Nara (Conferência sobre autenticidade realizada em Nara, Japão, 1994), a autenticidade decorre da diversidade cultural e o julgamento sobre ela deve ser feito considerando-se o contexto cultural de cada bem. No Japão a autenticidade é essencialmente ligada à função e, em segundo lugar, à forma, e não é relacionada à matéria. Lemos salienta que a autenticidade além de remeter à origem dos artefatos, das obras ou programas concede-lhes uma qualificação. Programas diversos das residências são qualificados pelas relações necessárias mantidas entre si pelos seus espaços compartimentados. A autenticidade, então, estaria na forma material e na satisfação das expectativas programáticas. Noções contemporâneas sobre a autenticidade entendem que ela é construída a partir de significados socioculturais dos atores sociais quando em experiências com bens culturais de um lugar, o que pode ser explicado através da fenomenologia. A autenticidade também pode ser construída pelos sujeitos que têm envolvimento com os bens culturais de um lugar, os chamados *stakeholders*.

cultural, social e econômica, refletindo alguns interesses recentes na proteção do patrimônio. Segundo o ICOMOS, entre outros aspectos, o critério está relacionado com a interação entre diferentes estilos de construção, a exemplo do que ocorrem em assentamentos coloniais e com diferentes tipos de influências sociais, econômicas, culturais ou religiosas testemunhadas pelo bem. Algumas justificativas enfatizam que um sítio é um "exemplo bem-preservedo" como um testemunho da evolução ao longo dos séculos.

O enquadramento no critério (iv), segundo o ICOMOS, está relacionado com o bem como um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico ou de paisagem que ilustra uma ou várias etapas significativas da história, caracterizando um significativo "protótipo" ou o exemplo mais representativo de um tipo de bem. No caso de áreas urbanas históricas (conjuntos) é necessário verificar o bem não apenas em relação à fábrica construída e às relações espaciais relevantes, mas também sua condição sociofuncional e as tendências potenciais de transformação.

A Documentação de Inscrição de Olinda no Centro do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1982) relevou que seus valores patrimoniais se expressam na relação imbricada entre o conjunto construído tombado e a vegetação exuberante que o emoldura; nas tipologias e elementos estilísticos do conjunto arquitetônico patrimonial, significativo para os que vivem sua urbanidade e para o sentido de identidade coletiva e estão relacionados ainda com o acúmulo cultural formado nas diferentes etapas históricas pelas quais o sítio passou. Em reconhecimento, o ICOMOS expressou que a qualidade singular do sítio origina-se do equilíbrio mantido entre os edifícios e os jardins do antigo parcelamento e a diversidade de significados e valores do seu acervo cultural formada em um acúmulo temporal justificava o empreendimento de esforços para que suas características singulares fossem reconhecidas e conservadas coletivamente e consolidado seu Valor Universal Excepcional ⁶².

Discorrendo sobre os valores patrimoniais do CHO, Barreto e Milet (CECI, 2010) afirmam que os “valores urbanísticos e paisagísticos se conjugam nos conjuntos urbanos cujo eixo de visualidade integra a relação dos monumentos religiosos com a topografia acidentada e o casario” (Foto 5). Quanto aos valores arquitetônicos e artísticos, para as autoras se expressam através da unidade estilística das edificações religiosas, da permanência da

⁶² Advisory Body Evaluation (World Heritage List nº 189, 1981).

tipologia arquitetônica e das técnicas construtivas, da diversidade de registros estilísticos do casario e dos bens móveis integrados à arquitetura. As autoras salientam que o Centro Histórico de Olinda é “considerado importante testemunho para a cultura mundial, depoimento do processo colonizador e do modo de construção de cidades que os portugueses implantaram no Brasil no século XVI”.



Foto 5: Vista aérea do sítio apresentando o traçado urbano preservado que integra edifícios monumentais e o conjunto arquitetônico civil patrimonial (Fonte: www.olinda.pe.gov.br)

A maioria dos agentes sociais envolvidos com a conservação do CHO não apreende seu Valor Universal Excepcional como um atributo diferencial que pode concorrer para a qualidade de vida no sítio e para o incremento de oportunidades à comunidade e sua permanência e transporte para o futuro implicam em compartilhamento de responsabilidades com a conservação do patrimônio. Deve ser ressaltada a importância da elaboração de um Plano de Conservação que balize a gestão da conservação do sítio, constituindo-se numa forma de buscar garantir a manutenção dos atributos e valores que compõem a significância cultural do Centro Histórico de Olinda e seu Valor Universal Excepcional.

2 GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA

2.1 A Experiência da Gestão da Conservação

Segundo Zanchetti e Milet (2007), a ausência de crescimento econômico e de transformações urbanísticas durante quase toda a década de 1960 possibilitou a manutenção do padrão urbanístico e da morfologia urbana, das tipologias arquitetônicas e da ambiência paisagística do sítio histórico de Olinda, apesar do processo de degradação material das edificações ou das poucas intervenções modernizadoras promovidas. O contexto do final dos anos 1960 foi marcado pela expansão urbana e construção do Complexo Rodoviário de Salgadinho e da Avenida Pan Nordestina implantados nos arredores da colina histórica, os quais, ao mesmo tempo em que promoveram melhor integração de Olinda com cidades vizinhas, descortinaram espaços que foram objeto de ocupação irregular. Urgia a implantação de uma política de desenvolvimento urbano integrada com a política patrimonial para conservação dos valores ambientais, históricos, urbanísticos, arquitetônicos e paisagísticos do patrimônio olindense. Para colaboração aos estudos para o tombamento federal do sítio histórico de Olinda, o consultor da UNESCO Michel Parent propôs a elaboração de um plano urbanístico que contribuísse na conservação do acervo patrimonial e a criação de infraestrutura para desenvolvimento do turismo sustentável na cidade. Nesse mesmo ano (1968), a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) instituiu o polígono de tombamento federal de 1,2 km² iniciando a proteção do conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico do sítio histórico de Olinda ⁶³.

O Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI)

O objetivo de promover o desenvolvimento do sítio histórico de Olinda teve abrigo no Programa de Cidades Históricas do Nordeste implantado pelo governo federal, o qual foi estímulo à elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Olinda

⁶³ A Notificação Federal nº 1004/1968 estabeleceu o Polígono Federal de Tombamento de Olinda com área de 1,2 quilômetros quadrados que foi rerratificada em 1985. A Notificação tombou o acervo urbanístico e arquitetônico do sítio e seu entorno imediato, e determinou a manutenção do gabarito e do caráter plástico das edificações, a preservação da vegetação pública e particular e a fixação da densidade máxima de ocupação. O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Olinda, foi inscrito nos Livros de Tombo de Belas Artes, Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (IPHAN, 1968).

(PDLI/1972), atendendo à recomendação do consultor da UNESCO Amadou Mahtar M'Bow. A visibilidade do sítio histórico de Olinda contribuiu para o incremento do interesse na aquisição de imóveis patrimoniais que se tornaram vulneráveis a intervenções arquitetônicas de adequação a novos programas consequência de novo processo de substituição da sua população tradicional ⁶⁴. Barreto (2008: 102) identificou que a valorização do sítio conferida por artistas nos anos 1960 e consolidada com o ingresso de intelectuais nos anos 1970 levou à valorização imobiliária do casario histórico. Esse fato já havia sido indicado no PPSH/RMR (1978), que apontou que as reformas executadas no interior dos imóveis, empreendidas pelo novo perfil residente, modificavam o partido arquitetônico do casario histórico. A estagnação econômica que dificultou a conservação dos imóveis favoreceu a preservação de suas características originais.

Para a proteção do sítio, o PDLI fez recomendações para o zoneamento da cidade, identificou e justificou sua vocação como polo de lazer e turismo da Região Metropolitana do Recife (RMR), bem como enfatizou que seu fortalecimento passaria a se constituir em diretriz para o desenvolvimento do município. O PDLI foi elaborado simultaneamente com a Legislação Urbanística do Município de Olinda, Lei nº 3826/1973 que fez referência aos preceitos da Carta de Veneza (1964) e a recomendações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) para a conservação e valorização do acervo cultural olindense. Essa lei objetivou a integração do Sítio Histórico ao zoneamento do município e reconheceu suas funções residencial, turística e de lazer, além de centro administrativo. Segundo Milet e Zanchetti (2007), o setor foi delimitado por um anel viário e foram estabelecidas zonas hierarquizadas de acordo com a densidade monumental e o emolduramento da paisagem. Foram definidos também índices urbanísticos para novas construções, diretrizes para restaurações e reformas e recomendações para integração à configuração urbana histórica.

Além dessas diretrizes, o PDLI recomendou a implantação de uma estrutura administrativa para proteção do acervo cultural com criação de uma Fundação e de uma Comissão para a Preservação e Valorização de Olinda. Essas diretrizes foram base para a proposição de

⁶⁴ O processo de gentrificação (Original em inglês: gentrification) diz respeito à substituição de antigos moradores de classes sociais menos favorecidas por agentes sociais de classe média e média alta, estimulada por intervenções urbanas que provocam a valorização imobiliária dos imóveis históricos. Moreira (2006) salienta que processos de gentrificação em Olinda, além de ter provocado a substituição paulatina da população residente antiga, têm contribuído com a descaracterização do casario.

futuros zoneamentos municipal e federal e para a criação do Sistema Municipal de Preservação (1979).

Sistema Municipal de Preservação (1979)

Através do Sistema foi instituída a gestão compartilhada pelas entidades de conservação das três esferas de governo representadas no Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, instância responsável pela formulação da política de preservação municipal. Foi criado o órgão técnico e executivo da política de preservação, a Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda (FCPSHO), implantado o tombamento municipal dos bens culturais móveis e imóveis e instituído o Fundo de Preservação dos Bens Culturais. O aporte institucional do Sistema de Preservação e o engajamento de governantes e políticos locais e nacionais contribuíram para a visibilidade do sítio histórico de Olinda no cenário nacional e para recebimento de títulos qualificativos. O reconhecimento de atributos do sítio histórico de Olinda, palco de movimentos e campanhas instituídos pela população em prol da sua salvaguarda, e o entendimento de que o Sistema de Preservação poderia ser uma garantia para a permanência do seu Valor Universal Excepcional foram fundamentais para sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO/1982) ⁶⁵.

A década de 1980 foi importante também pela implementação de importantes projetos, programas e planos de conservação do patrimônio cultural como o Inventário do Casario de Olinda (1981) e o Projeto-Piloto Olinda (PPO/ 1984). Em 1985, técnicos do IPHAN e FCPSHO elaboraram a Rerratificação⁶⁶ da Notificação Federal nº 1155/1979 com o objetivo de compatibilizar normas e parâmetros das legislações municipal e federal vigentes, com vistas à gestão de conflitos advindos das ações de conservação.

Legislação Urbanística dos Sítios Históricos de Olinda (Lei Municipal Nº 4849/ 1992)

Zanchetti e Milet (2007) expõem que a consolidação do potencial cultural e de lazer do sítio na década de 1980 passa a gerar disfunções provocadas pelo aumento do fluxo de veículos e

⁶⁵ O parecer do ICOMOS recomendou a inscrição do Centro Histórico na Lista do Patrimônio Mundial considerando que (...) *nos últimos anos, Olinda tem sido objeto de numerosas providências de preservação. A construção de novos complexos é regulada por um plano diretor e a zona de proteção foi ampliada em 1979* (ICOMOS/ Lista do Patrimônio Mundial Nº 189).

⁶⁶ Ação de retificar em parte uma certidão, contrato, etc. e ratificar os demais termos não alterados (Dicionário Aurélio Eletrônico)

pela implantação de novos usos e atividades de natureza e porte incompatíveis com a configuração urbana secular, situação que levou a população a questionar a política patrimonial vigente por relacioná-la com perda de qualidade de vida. Em resposta aos conflitos gerados pelo grande número de veículos em circulação nas ruas e ladeiras estreitas foram definidos parâmetros de controle de acesso através da Medida Cautelar Federal Inominada (1987), os quais foram posteriormente incorporados à Legislação Urbanística dos Sítios Históricos de Olinda. Buscando consolidar as diretrizes da Rerratificação Federal (SPHAN, 1985) e incorporar na gestão os princípios da conservação integrada, o instrumento normativo municipal objetivou preservar os elementos naturais da paisagem urbana e dos sítios de valor histórico-cultural, o melhoramento e a elevação das condições naturais e do potencial socioeconômico da cidade, entre outros. Ocorrendo no sítio conflitos entre o uso residencial e atividades geradoras de trânsito e poluição sonora, foram objetivos da lei implantar mecanismos de controle das intervenções arquitetônicas e de localização e dimensionamento de novos usos e atividades urbanas, conciliando-as com o interesse comum, as funções sociais e a vocação local para melhoria da qualidade de vida dos moradores. O instrumento normativo instituiu setores definidos segundo características tipológicas arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas e funções urbanas adequadas ao contexto urbano histórico.

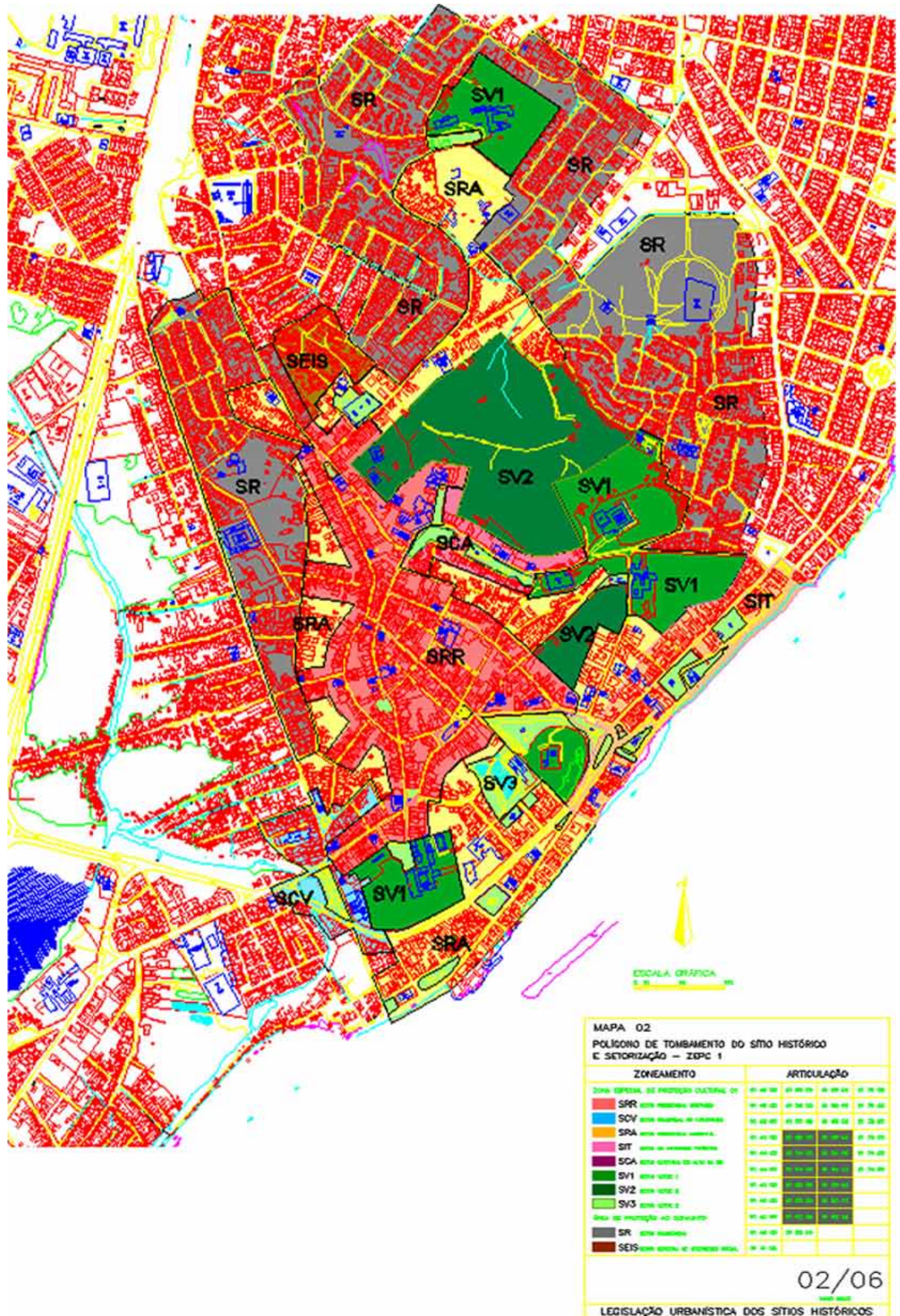
Desestruturação do Sistema Municipal de Preservação

A partir de 1988, o Fundo de Preservação tornou-se inviável financeiramente e, em 1995, a FCPSHO foi extinta e substituída pela Secretaria do Patrimônio Cultural e Turismo, hoje Secretaria do Patrimônio, Ciência e Cultura (SEPACC). Atualmente, a política de conservação não é definida pelo Conselho e a coordenação das ações de conservação promovidas no sítio não é competência da SEPACC. Em 2005, o controle do uso e ocupação do solo no CHO passou a ser de responsabilidade da Secretaria de Transportes, Controle Urbano e Ambiental, a qual não é parte do Sistema de Preservação. As mudanças adotadas ao longo de trinta e dois anos de instituição do Sistema não têm garantido a conservação integrada do sítio, uma vez que o processo decisório da conservação ocorre de forma desarticulada.

2.2 O Conjunto Arquitetônico Civil Patrimonial e as Legislações de Proteção

O instrumento normativo municipal que dá suporte à gestão da conservação do Centro Histórico de Olinda é a Legislação Urbanística dos Sítios Históricos de Olinda (Lei nº 4849/1992). Nela, o conjunto arquitetônico civil patrimonial corresponde ao chamado *Conjunto Monumental* definido como *a área do sítio antigo formada pelos logradouros e edificações de interesse histórico, urbanístico, arquitetônico e paisagístico, cuja unidade e integração deverão ser preservadas* (Título II/ Cap. I/Art. 4º/§1º). O Conjunto Monumental é constituído por setores definidos segundo seus aspectos históricos, arquitetônicos e urbanísticos, as funções urbanas e a densidade de ocupação por quadras. O *Setor Residencial Rigoroso* (SRR) que corresponde ao recorte espacial da pesquisa é definido como *a área com uso predominantemente residencial, constituída pelo núcleo que mantém a morfologia urbana e tipologia das edificações de interesse histórico e arquitetônico* (Título II/Cap. I/Art. 5º/§ 1º).

O Conjunto Monumental participa da constituição da Zona Especial de Proteção Cultural 1 (ZEPC 1/ MAPA 4), a qual *corresponde ao sítio constituído pelo núcleo urbano primitivo do Município de Olinda definido a partir das citações da Carta Foral de Olinda e cartografia do século XVI, compreendendo edifícios e áreas verdes de reconhecido valor arquitetônico, histórico, arqueológico, estético e sociocultural(...)* (Título I/Artigo 2º/ §2º, Lei 4849/1992). Esta zona corresponde ao Polígono de Tombamento definido na Rerratificação da Notificação Federal nº 1155/1979 da SPHAN (Rerratificação do Polígono de Tombamento do Município de Olinda e seu Entorno/1985), o qual abrange os Setores A, B, C e D. Desses, os Subsetores A1- *trecho do casario mais antigo do núcleo histórico*, B3 - *Casario da Rua da Bica dos Quatro Cantos* e B4 – *Casario da Rua da Boa Hora* correspondem ao Setor Residencial Rigoroso.



MAPA 4 – Zona Especial de Proteção Cultural 1 (ZEPc1)

Esses instrumentos normativos disciplinam as intervenções no Polígono Tombado e categorizam os tipos de obras permitidos. A Lei municipal (art. 43/Título IV) prevê nas Zonas Especiais de Proteção Cultural e Paisagística (ZEPC) a realização de obras de Conservação; Restauração; Reforma e novas edificações e Demolição definidas a seguir.

- É definida como *obra de conservação* a intervenção de natureza preventiva promovida para a manutenção da edificação e reparação de instalações e elementos não estruturais.
- A *obra de restauração* corresponde à intervenção de natureza corretiva promovida para a reconstituição da edificação, recuperando estruturas afetadas e elementos danificados, buscando preservar atributos de maior relevância acrescentados ao longo do tempo, para resguardar a história da edificação.
- As *obras de reforma ou nova edificação* deverão respeitar o contexto arquitetônico patrimonial no que diz respeito à volumetria, implantação, forma e densidade de ocupação do terreno, tipo e inclinação da cobertura, materiais de revestimento externo e esquadrias.
- As *obras de demolição* referem-se à eliminação de acréscimos desvinculados do contexto arquitetônico patrimonial ou à reconstrução de elementos que o compõem.

A análise da categorização acima possibilita inferir que o conceito de *obras de conservação* não se enquadra nos princípios da conservação contemporânea, correspondendo a obras de manutenção que têm seu foco em atributos físico-espaciais. Feilden (apud JOKILEHTO, 2002: 11) entende conservação como um termo geral promovida para salvaguardar o patrimônio histórico e prevenir sua decadência, englobando todos os atos para prolongar a permanência dos seus atributos físico-espaciais para que significados e valores neles se expressem. Na contemporaneidade a conservação objetiva manter os significados e valores dos bens culturais.

O instrumento normativo municipal enquadra como *obras de restauração* as intervenções arquitetônicas promovidas para resgatar uma feição estilística que já fez parte da configuração de um imóvel patrimonial, sendo a única exigência a existência de documentação e/ou indícios encontrados no próprio imóvel. Sob a ótica dos agentes sociais entrevistados, esse tipo intervenção arquitetônica causa perda de significados e valores associados com a diversidade estilística e com o acumulado cultural do conjunto arquitetônico civil patrimonial do CHO.

No instrumento normativo municipal não estão previstas *obras de manutenção, reparação e de estabilização* ⁶⁷, bem como intervenções promovidas nas áreas dos quintais, lacuna que concorre para conflitos técnicos na avaliação de projetos de intervenção arquitetônica e para a possibilidade de perda de significados e valores dos imóveis civis patrimoniais. Uma vez que não há definição normativa, essa categorização de obras é enquadrada como *Obras de pequenos serviços* previstas apenas em instrumento normativo municipal que disciplina intervenções promovidas em áreas externas ao sítio histórico. O enquadramento das intervenções arquitetônicas nessa categoria está orientado por uma ótica quantitativa de dimensionamento de área construída; contudo, a perda de significados e valores culturais não pode ser mensurada quantitativamente e todo tipo de obra em um bem patrimonial apresenta mesma relevância, pois causa transformações físicas que podem comprometer a permanência de significados e valores considerados essenciais por agentes sociais do sítio.

A Rerratificação Federal não apresenta a categorização de obras permitidas nos subsetores A1, B3 e B4 e define que os procedimentos adotados devem ser distintos para intervenções em imóveis antigos e novos; que os projetos de restauração arquitetônica devem buscar conciliar a ordenação interna dos espaços e a integridade da estrutura com as disposições exigidas pelos novos programas. Quanto às novas edificações, o instrumento estabelece que não poderão interferir na visibilidade do conjunto e deverão manter relação harmônica com o ambiente histórico, ainda que apresentem características contemporâneas.

Considerando a necessidade de serem estabelecidos princípios que orientem a realização das intervenções em bens edificados tombados, bem como ampliação de canais de informação aos sujeitos que têm envolvimento com esses bens, o IPHAN elaborou a Portaria 420/2010. Nela, conservação é definida como *o conjunto de ações preventivas destinadas a prolongar o tempo de vida de determinado bem*, e manutenção como *o conjunto de operações destinadas a manter, principalmente, a edificação em bom funcionamento e uso*. Também são definidas neste instrumento normativo as categorias de intervenção abaixo referidas:

- *Reforma Simplificada*: obras de conservação ou manutenção que não acarretam supressão ou acréscimo de área e não implicam na demolição ou construção de novos elementos. Corresponde a obras de substituição de materiais de revestimento sem

⁶⁷ Tratamento a que se submete uma construção para melhorar-lhes as características de resistência (Dicionário Aurélio Eletrônico).

modificação da forma do bem em planta, corte ou elevação; manutenção da cobertura sem substituição significativa da estrutura nem modificação na inclinação; manutenção de instalações elétricas, hidro sanitárias, de telefone, alarme, etc.;

- *Reforma ou Reparação*: intervenção de demolição ou construção de novos elementos, com ampliação ou supressão de área construída; alteração da planta e de vãos da edificação; aumento de gabarito e substituição da estrutura ou alteração na inclinação da cobertura;
- *Restauração*: intervenção que objetiva restabelecer a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção original, os valores de tombamento e o processo histórico de intervenções pelas quais passou;
- *Colocação de Equipamento Publicitário ou Sinalização*;
- *Instalações Provisórias*.

A portaria estabelece que devem ser apresentadas informações detalhadas sobre um imóvel objeto de projeto arquitetônico, a exemplo de especificações de materiais de acabamento, definição de procedimentos de intervenção, memorial descritivo com detalhamento da proposta de intervenção e usos definidos, etc. O levantamento dos dados históricos, estéticos e artísticos sobre um bem objeto de intervenção arquitetônica contribui para a permanência dos atributos relevantes e para compreensão dos significados e valores pelos quais foi reconhecido como patrimônio cultural, dotando a intervenção de caráter sustentável. A portaria avança, ao definir princípios a serem obedecidos na promoção de intervenções em bens culturais tombados, no sentido de que o planejamento da conservação adote técnicas e metodologias coerentes que contribuam para a permanência da sua integridade e autenticidade. Contudo, a abordagem da conservação preconizada nesse e nos demais instrumentos normativos não está imbuída do entendimento de que as intervenções arquitetônicas promovidas no conjunto arquitetônico civil patrimonial, para além de critérios científicos e técnicos definidos por especialistas, devem buscar garantir a permanência da significância cultural do CHO.

2.2.1 Usos, atividades e intervenções arquitetônicas

A adequação de edificações históricas e culturais a novos programas de necessidades é um desafio que se apresenta permanentemente no campo da conservação e está relacionada com

gostos pessoais decorrentes de um modismo incorporado facilmente por agentes sociais envolvidos com bens patrimoniais. A conservação de um imóvel de valor cultural está vinculada à sua correta utilização e à sua participação no cotidiano de um lugar. A Carta de Burra (1999) define como uso compatível o que respeita o significado cultural de um sítio, não implicando nenhum impacto ou um impacto mínimo sobre esse significado. É importante a compreensão pelos agentes sociais da relação intrínseca entre usos, atividades e valores dos bens patrimoniais e dos danos que dela podem resultar, uma vez que grande parte das transformações físicas promovidas em imóveis civis patrimoniais objetiva atribuir-lhes novo uso.

No ano 2000, em seu estudo sobre as transformações promovidas nos espaços de habitação do sítio histórico de Olinda, Moreira (2006) aplicou pesquisa em 3305 imóveis e verificou que o uso habitacional se conservava em 88,17% deles. Do total de entrevistados, 88% concordaram que a predominância do uso habitacional deveria conservar-se e que só deveria ser permitida a instalação de comércio e prestação de serviços de pequeno porte. A pesquisa identificou que, do total de imóveis em que foram executadas intervenções arquitetônicas entre 1982 e 1999, o maior percentual, 37,27%, correspondeu a imóveis localizados no Setor Residencial Rigoroso. Evidenciada a relevância do seu caráter residencial, a conservação da morfologia e da tipologia dos imóveis de interesse histórico-arquitetônico que compõem este setor implica na permanência dessa qualificação.

O conflito de valores inerente a áreas históricas com vitalidade foi analisado por Vieira (2006: 17) que julgou que a prática preservacionista contemporânea nas cidades brasileiras tem enfatizado demasiadamente o valor econômico das suas áreas patrimoniais em detrimento dos valores culturais, os quais foram motivo para o reconhecimento de seu valor patrimonial. Hidaka (2000: 7) entende que a não aplicabilidade de uma prática de priorização da questão da permanência dos valores culturais se dá, muitas vezes, pela busca desenfreada por um desenvolvimento econômico desejado e afirma que isso ocorre porque muitas sociedades se apropriam de valores exógenos à sua realidade e necessidades. A conservação integrada do conjunto arquitetônico civil patrimonial do CHO requer que valores econômicos desempenhem função complementar aos valores culturais.

Na escala de valores atribuídos ao CHO, a ênfase aos valores socioeconômicos se faz representar na quantidade de intervenções arquitetônicas promovidas no SRR para abrigar

usos e atividades contemporâneas que têm caráter efêmero e são ditados por gostos e modas. A consequente e progressiva diminuição de imóveis com uso habitacional pode passar a interferir nos valores e no senso de pertencimento dos moradores, bem como na conservação integrada do sítio. Muitas intervenções arquitetônicas são promovidas para dotar os imóveis de conforto ambiental e esse contexto sinaliza para a associação dos valores socioculturais a novos significados.

Moreira (2006: 17) entende que a pressão por mudanças imposta pela população sobre a cidade é uma consequência da dinâmica da vida moderna e atribui as mudanças impressas no conjunto arquitetônico civil patrimonial do CHO à implantação de novos usos, sendo a conciliação da conservação com as expectativas dos moradores um desafio para os gestores do Centro Histórico de Olinda. O autor (2006: 123 - 124) identificou que a adaptação do imóvel civil patrimonial ao estilo de vida dos moradores é a principal causa de transformação das tipologias que ocorre através da implantação de novos usos e atividades e da adoção de soluções arquitetônicas contemporâneas. O autor ressalta ainda que a substituição do uso residencial por novo uso/atividade vem comprometendo a vida cotidiana no sítio e promovendo intervenções de adaptação dos imóveis que destroem sua tipologia original. E identificou que, mesmo o uso residencial e também o uso misto que têm relação direta com a conservação sustentável do sítio e com a permanência da qualidade de vida de sua população têm provocado alterações físicas no ordenamento espacial interno e nas características morfológicas externas dos imóveis civis patrimoniais produzindo novos tipos arquitetônicos, comprometendo a integridade das suas estruturas físico-espaciais e, conseqüentemente, o transporte da significância cultural.

Considerando o binômio - transformações arquitetônicas e implantação de novos programas e funções em imóveis civis patrimoniais, Francisco de Gracia (1992: 129) recorda que a forma sobrevive às funções e que os conteúdos sociais da arquitetura, equivalentes aos próprios significados funcionais, caem na obsolescência muito antes dos objetos que podem encarnar diversos significados simultaneamente. Rossi (2001: 16) ressalta que um edifício pode conter muitas funções independentes de sua forma, mas é essa forma que estrutura o edifício e que fica impressa em nossa memória. São os atributos físico-espaciais que compõem a forma do edifício e que transportam os diversos significados que desempenham o papel de instrumentos de memória para sujeitos que mantêm laços com esse edifício.

Discorrendo sobre o tema, Lemos salienta que, em geral, a implantação de novos programas exige adaptações ou intervenções arquitetônicas e ressalta que as alterações programáticas são uma fatalidade cultural, uma vez que os programas se encontram em permanente transformação decorrente da variação das demandas sociais ou provocada por novos fatos sociais advindos da evolução da civilização. E foi em razão do reconhecimento da fatalidade das alterações programáticas que ocorrem em um imóvel ao longo do tempo que a Carta de Veneza recomendou a preservação das sucessivas intervenções delas decorrentes. Lemos propõe ainda uma reflexão sobre programas, usos e costumes que se encontram em contínua mudança abrigados em imóveis caracterizados por uma rigidez que caracteriza a configuração físico-espacial de imóveis históricos e que tem relação com sua condição de integridade e com características e processos que transmitem seus valores. Atributos que contribuem na percepção da integridade dos imóveis devem ser conservados, a exemplo do programa arquitetônico e dos espaços internos determinantes para a permanência do caráter do edifício. Jokilehto (2006) refere-se à integridade como a "identificação da condição funcional e histórica do local", que corrobora a reflexão ora desenvolvida sobre usos e atividades no CHO.

Princípios da conservação integrada foram incorporados no instrumento normativo municipal que estabeleceu critérios para implantação de usos e atividades nos setores do Conjunto Monumental. O conjunto arquitetônico do Setor Residencial Rigoroso foi caracterizado como sendo constituído por edificações com tipologia e morfologia conservadas, devendo os usos permitidos se adequar à sua configuração, respeitando sua integridade física e arquitetônica e a preservação das relações de vizinhança no conjunto. Em quase duas décadas de vigência da lei características volumétricas de imóveis do SRR e sua implantação no terreno foram alteradas, seus materiais de revestimento externo e elementos compositivos suprimidos e/ou substituídos, resultado da adoção de novos padrões funcionais. O uso misto (residência/serviços), a atividade de pousada, de restaurante ou de comércio, novas destinações funcionais a imóveis do SRR geraram a ampliação da área construída com anexos construídos nos quintais. O instrumento normativo federal admite adaptações físicas nos imóveis patrimoniais para dotá-los de melhores condições de habitabilidade ⁶⁸ e conforto ambiental, as quais devem resguardar a manutenção das suas características morfológicas, seu ordenamento e relações espaciais internas tradicionais. O instrumento normativo municipal pondera princípios contemporâneos de conservação, mas

⁶⁸ Qualidade de habitável, possibilidade de ser habitado (Dicionário Aurélio Eletrônico).

os procedimentos de gestão adotados não têm sido eficientes no controle dos processos de transformação promovidos no conjunto arquitetônico civil patrimonial.

Entre os valores associados ao conjunto arquitetônico civil patrimonial do CHO sobrepõem-se os valores de uso/funcional e o econômico, situação atestada pelo número de imóveis de uso habitacional que são substituídos por atividades comerciais e de serviços. Interesses econômicos e aspectos ideológicos que envolvem a proteção do patrimônio são componentes do ideário da conservação contemporânea, mas a ênfase no enfoque econômico da conservação do sítio pode passar a afetar sua significância cultural. Vieira (2006: 79 - 80) salienta a importância da garantia da manutenção do uso residencial e da busca pelo equilíbrio das funções sociais, econômicas e culturais que constituem a diversidade funcional ou social e que contribui para asseverar a vitalidade do sítio. Nesse sentido, Pereira (2007) chama a atenção para que gestores e conservadores se preparem para entender as necessidades sociais atuais e atuem de forma a evitar que as gerações futuras sejam prejudicadas em sua capacidade de utilização e compreensão do legado cultural.

O valor social desempenha importante papel no fortalecimento da identidade do CHO e sua permanência depende da implantação de usos e atividades que estabeleçam relação compatível com a configuração dos imóveis civis patrimoniais e não interfiram na conservação da significância cultural do sítio. Os procedimentos adotados no licenciamento de usos e atividades devem ter caráter mais abrangente para garantir a permanência dos significados e valores contemplados na Declaração de Significância Cultural do sítio. A inexistência de valoração social pode comprometer o sentimento de pertencimento e a qualidade de vida⁶⁹ dos agentes sociais do sítio e afetar a possibilidade de sua conservação.

2.3 O Problema do Centro Histórico de Olinda

O CHO é objeto de crescente interesse e valorização desde a década de 1970 e esse contexto tem motivado processos de gentrificação e alterações morfológicas e tipológicas do conjunto arquitetônico civil patrimonial. A instituição do Sistema Municipal de Preservação (1979) possibilitou certo controle da dinâmica de transformações até 1995, quando foi extinta a Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda. Para Milet e Zanchetti

⁶⁹ Qualidade de vida está relacionada com significados e valores culturais compartilhados pela coletividade de um lugar, e pode se referir a estados de paz, de felicidade e de realização e a laços de pertencimento.

(2006: 5) a gestão municipal nas décadas de 1980 e 1990 buscou seguir as diretrizes da conservação integrada atuando em frentes como o inventário, classificação e tombamento de imóveis; controle do parcelamento do solo e restrição da modernização dos imóveis; conservação de imóveis residenciais de famílias de baixa renda, entre outras. A Legislação Urbanística dos Sítios Históricos de Olinda tomou como base princípios da conservação integrada e foi elaborada com o objetivo de imprimir eficiência no controle de intervenções arquitetônicas e minimizar conflitos entre o uso residencial e atividades voltadas para o lazer, como bares, boates e restaurantes. Contudo, num contexto de interesses e conflitos advindos do processo de valoração protagonizado pelos agentes sociais do sítio, sua aplicação passou a não ser eficiente no controle das intervenções arquitetônicas no conjunto civil patrimonial, sendo necessário atualizar abordagens e procedimentos da gestão frente a conceitos contemporâneos e a novos paradigmas surgidos no campo da conservação do patrimônio cultural.

A gestão da conservação vem expondo sua incapacidade em promover o monitoramento da dinâmica de transformações dos atributos físico-espaciais essenciais e dos significados e valores do sítio. No ano de 2000, membros da antiga Associação dos Moradores e Amigos de Olinda Antiga (AMOA, 1979) elaboraram um dossiê intitulado “Olinda Ameaçada” reivindicando melhorias no sítio histórico e apontando problemas como a descaracterização do casario (BARRETO, 2006: 137). A gestão da conservação pode não estar garantindo a permanência dos valores atribuídos pela comunidade que hoje se encontra desmotivada com a causa patrimonial.

Estudos realizados sobre a conservação do CHO (PEREIRA, 2004; MOREIRA, 2006) constataram que intervenções arquitetônicas promovidas em imóveis civis patrimoniais promoveram a perda de atributos, significados e valores que compõem a significância cultural do sítio. Pereira (2004) constatou a perda de vinte por cento da cobertura vegetal do Setor Residencial Rigoroso desde que o sítio histórico de Olinda foi elevado à categoria de Patrimônio Cultural da Humanidade, redução que compromete o equilíbrio ambiental e a identidade da ambiência histórica. Moreira (2006: 123) julgou que as intervenções arquitetônicas realizadas no sítio vêm causando a perda da integridade e das características morfológicas e tipológicas originais dos imóveis, a destruição das áreas verdes dos quintais e o comprometimento da estabilidade dos imóveis com o acréscimo de novos elementos. Segundo o autor, a maioria das intervenções alterou a morfologia e tipologia dos imóveis do

SRR e suas características originais pelo aumento de gabarito, alteração da inclinação das águas dos telhados, das empenas laterais e da linha de cumeeira, pela eliminação das paredes divisórias das alcovas e pela ampliação na parte posterior do lote, intervenções que afetam as relações de integração e harmonia do conjunto arquitetônico patrimonial. Corroborando a análise realizada por Moreira, Milet e Zanchetti (2006: 15) observaram que os atributos e valores dos imóveis patrimoniais têm se transformado por meio da destruição dos seus interiores e alteração da volumetria, as quais promovem danos aos valores de longa duração do sítio histórico e aprofundamento da perda das suas qualidades ambientais e paisagísticas.

O julgamento de que danos têm sido promovidos no conjunto civil patrimonial, comprometendo a permanência da identidade⁷⁰ e da ambiência⁷¹ do SRR independe da escala das intervenções arquitetônicas, nas quais são adotados procedimentos que não conservam as características estéticas do conjunto e comprometem o equilíbrio químico⁷² dos materiais e suas estruturas de suporte. É prática comum a substituição do reboco à cal por argamassa de cimento e a aplicação de massa acrílica sobre alvenarias internas e fachadas frontais, as quais recebem pintura acrílica em cores e pigmentos fortes alheios à escala cromática distintiva do conjunto. Registra-se, também, a pintura sobre a cantaria de cercaduras externas, a pintura artística das fachadas frontais que interferem na leitura do conjunto e, ainda, a colagem de tecido nessas fachadas.

As alterações promovidas no conjunto arquitetônico do Setor Residencial Rigoroso que foram identificadas por Pereira (2004) e Moreira (2006) estão previstas na categorização de obras apresentada pela fiscalização municipal no período compreendido entre 1988 e 2003⁷³ (Quadro 1). O quadro apresentado a seguir mostra que a maioria dessas obras causou a alteração de atributos físico-espaciais relevantes da configuração arquitetônica patrimonial, correspondendo à ampliação da área construída existente, à alteração do ordenamento espacial interno e da morfologia das empenas e dos telhados.

⁷⁰ O aspecto coletivo de um conjunto de características pelas quais algo é definitivamente reconhecível ou conhecido (Dicionário Aurélio Eletrônico).

⁷¹ O espaço arquitetonicamente organizado e animado que constitui um meio físico e, ao mesmo tempo, meio estético ou psicológico especialmente preparado para o exercício de atividades humanas (Dicionário Aurélio Eletrônico).

⁷² Equilíbrio químico – estado de um sistema em que não existem diferenças de potencial químico dos diversos componentes e em que, portanto, a composição do sistema não se altera ao longo do tempo (Dicionário Aurélio Eletrônico).

⁷³ As informações que foram disponibilizadas pela fiscalização do município correspondem a obras realizadas em período inferior ao recorte temporal definido nesta pesquisa.

Quadro 1.

Obras executadas no Setor Residencial Rigoroso do Centro Histórico de Olinda

OBRAS	ANOS															
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Ampliação do imóvel	3	2	1	2	3	4	4	1		3	2		1	1		
Reforma interna	1	5	1	1	3	8	1	2	2	3	2	1		3		1
Reforma externa						4	1		1	2		1		1	1	1
Alteração de fachada	2	2	1		2	4	1	1	1			2	3	2		
Alteração de cobertura	2	1	5		1	7	2	1		3	4	1	2	4		
Substituição de revestimentos tradicionais	1	6	1		1	2	1			1	1					
Alteração da ordenação espacial tradicional	1	4	3				2	1	2	2	3	2		1		1
Construção de pavimento superior		1	3	3	2	2		2	1	3	5					
Corte de encosta para nova construção				1		1	1				1	1	1			
Reforço estrutural						2			1							
Alteração de empenas						1				1	2	1		1		

**A alteração de empena ocorre em intervenções arquitetônicas que promovem a alteração de cobertura e a construção de pavimento superior. A categorização das obras se apresenta conforme documentos dos arquivos da fiscalização do Município.

As intervenções irregulares⁷⁴ expostas no quadro acima promoveram a:

- a) Alteração da volumetria do corpo principal através da mudança de inclinação das águas do telhado para abrigar mezanino ou pavimento superior, comprometendo as relações espaciais internas e externas do imóvel, sua integração no conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico e a capacidade de carga do lote (Fotos 6 e 7). Intervenções dessa natureza alteram o tipo arquitetônico existente e comprometem a permanência dos valores arquitetônicos, históricos, urbanísticos e paisagísticos.



Foto 6: Intervenções de alteração da morfologia das empenas laterais e das linhas de cumeeira e frechal no sobrado à esquerda (Fonte: www.olinda.pe.gov.br).



Foto 7: Intervenções de alteração da morfologia das empenas laterais e das linhas de cumeeira e frechal no imóvel à direita (Fonte: imagens.google.com.br).

⁷⁴ Intervenções irregulares ou clandestinas são aquelas promovidas sem autorização dos órgãos responsáveis pela conservação de um sítio ou não obedientes às legislações vigentes (BARRETO, 2008).

- b) Interrupção da água⁷⁵ frontal e/ou posterior do telhado para abrigar terraço, com alteração ou não da morfologia das empenas laterais e da inclinação das águas do telhado (Fotos 8 e 9):



Foto 8: Casa térrea apresentando alteração da morfologia das empenas laterais e das linhas de cumeeira e frechal, além da interrupção da água frontal do telhado (Fonte: imagens.google.com.br).



Foto 9: Sobrado apresentando interrupção das águas frontal e posterior do telhado, sem alteração da morfologia das empenas (Fonte: www.olinda.pe.gov.br).

- c) Substituição do ordenamento espacial interno tradicional por *layouts*⁷⁶ contemporâneos, com alteração dos tipos arquitetônicos, perda dos padrões espaciais consolidados na memória e comprometimento da permanência de atributos e valores de longa duração;
- d) Escavação do maciço terroso do lote para abrigar pavimento enterrado ou semienterrado, comprometendo as relações espaciais internas dos imóveis patrimoniais e a estabilidade do imóvel objeto da intervenção e do sítio imediato;
- e) Ampliação da taxa de ocupação no lote através da construção de anexos nas áreas livres dos quintais, com revestimento do solo natural, supressão da cobertura vegetal existente, corte de encostas e aumento da sobrecarga no terreno, comprometendo a permanência de atributos ambientais e paisagísticos e pondo em risco a estabilidade do sítio (Foto 10).

⁷⁵ Superfície inclinada da cobertura que está situada entre a linha de cumeeira e o beiral ou platibanda.

⁷⁶ Distribuição física de elementos num determinado espaço (Dicionário Aurélio Eletrônico).



Foto 10: Ocupação de área livre do quintal (Fonte: www.olinda.pe.gov.br).

Importante salientar que as intervenções arquitetônicas ora expostas contribuíram para agravar o processo de acomodação do solo no sítio, o qual, nos últimos anos, tem provocado o surgimento de fissuras e rachaduras nos imóveis seculares. Segundo especialistas, esse problema está relacionado com a supressão de paredes internas e com a construção de ampliações justapostas, inclusive, nas áreas dos quintais, havendo conseqüente aumento da sobrecarga no solo (Diagnóstico do Plano de Reabilitação da Área Central do Sítio Histórico de Olinda/ UFPE/ PMO, 2007).

Barreto e Milet (CECI, 2010) relacionam que as intervenções que causam a deformação do tipo arquitetônico transformam os imóveis civis patrimoniais em *estereótipos*. Durante a análise de projetos de intervenção arquitetônica no conjunto civil patrimonial para a identificação dos tipos arquitetônicos característicos do CHO, as autoras se confrontaram com estereótipos que apresentam 100% de taxa de ocupação no terreno com alteração da sua topografia, ampliação da área construída através da introdução de novos pavimentos ou execução de acréscimos na parte posterior. Segundo as autoras, em geral, os imóveis caracterizados como estereótipos apresentam um número maior de pavimentos do que se reflete na fachada principal, com telhados que dispõem de vários panos de cobertura e possuem diversas inclinações que vão de 10% a 15%. Acrescentaram ainda que os estereótipos identificados apresentam soluções que fazem uso de elementos arquitetônicos na coberta como terraço frontal e laje (Fotos 8 e 9) desvinculados das características urbanas locais.

Exposta essa problemática de forma visível no sítio, o Tribunal de Contas de Pernambuco realizou auditoria na gestão da conservação do Centro Histórico de Olinda (TCE, 2006) com o objetivo de envolver gestores governamentais, especialistas, conselhos e representantes da sociedade civil organizada na identificação da eficiência e eficácia das ações de conservação do patrimônio cultural. A auditoria teve como justificativa o fato do patrimônio cultural fazer parte de um dos eixos estratégicos para o desenvolvimento sustentável de Olinda. Entre as deficiências encontradas, o relatório salientou que a atuação das secretarias responsáveis pela conservação do patrimônio cultural *vem ocorrendo desvinculada de um plano de gestão, com ausência de planejamento ou diretrizes operacionais, sem metas ou objetivos definidos*. E foram identificadas como contribuintes à perda da qualidade da preservação do sítio e da sua ambiência *a baixa prioridade das ações de controle urbano frente às demais demandas da gestão e a ausência de atividades de fiscalização de rotina, com a atuação institucional demonstrando não garantir a integridade e autenticidade dos bens patrimoniais da nucleação histórica*. Entre as proposições decorrentes da auditoria realizada, o TCE recomendou a elaboração de um Programa de Educação Patrimonial, instrumento que, segundo Barreto e Milet (CECI, 2010) possibilita o conhecimento dos procedimentos previstos em normas de proteção, a apropriação das informações e o entendimento dos valores atribuídos ao CHO e, como resultado, a conservação da herança cultural.

2.4 O Problema da Pesquisa

A inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial exige que o Estado-Membro garanta sua tutela e salvaguarda através de um sistema administrativo e legal. As Diretrizes Operacionais do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2008, parágrafo 89) definem que para bens do patrimônio cultural devem ser observados seus aspectos significantes e controlados os impactos dos processos de deterioração e deve estar incluída proporção significativa de atributos para transportar a totalidade dos valores transmitidos pelo bem. Se nos bens culturais estão materializados os significados relevantes para a coletividade, há o reconhecimento da sua significância cultural que se deriva não só das suas características físico-espaciais, mas também do seu ambiente e das relações entre eles através da história cultural do lugar.

A Carta de Burra define que a política de gestão de um lugar deve estar baseada na compreensão da sua significância cultural e a política de desenvolvimento deve considerar, entre outros fatores, aqueles que afetam seu futuro, a exemplo das necessidades dos proprietários. Grupos e indivíduos que têm associação com o lugar, bem como aqueles envolvidos com sua gestão, devem ter oportunidades de contribuir e participar na compreensão da sua significância cultural e na sua conservação e gestão (ICOMOS Austrália, 1999). A importância do incentivo à participação social nos procedimentos de gestão da conservação de um sítio foi exposta por Gusmão (2004: 112) que os definiu como atividades inter-relacionadas e interativas que se traduzem em rotinas operacionais cotidianas praticadas pelos agentes sociais envolvidos.

O ICOMOS ressalta como fundamental a participação da conservação nas políticas modernas do patrimônio, entendimento que se consolidou em razão de cidades históricas terem adquirido status incomparável na cultura e na vida modernas, definido pela qualidade do seu ambiente arquitetônico e físico, pela persistência do seu *sentido do lugar* e por abrigar concentração de acontecimentos culturais que formam a identidade do seu povo. E chama a atenção para a necessidade de definição de ferramentas que assegurem a proteção dos valores em longo prazo, uma vez que o papel econômico e social da cidade histórica muda com o tempo, sendo seus usos e funções cada vez menos decididos por seus habitantes.

Na gestão da conservação do Centro Histórico de Olinda evidencia-se participação inexpressiva da sociedade civil organizada no processo decisório da conservação e desconhecimento da significância cultural do sítio pela comunidade. A tomada de decisão da conservação não é norteada pelos valores atribuídos pelos grupos sociais envolvidos com o sítio e se fundamenta no entendimento restrito de técnicos, especialistas e gestores públicos das instituições atuantes, representação parcial dos significados e valores que são atribuídos aos bens culturais. Se a conservação objetiva preservar o conjunto de significados e valores socialmente atribuídos que constituem a significância cultural de um bem (ZANCHETTI et al, 2008), e estando a tomada de decisão da conservação sob permanente influência da cultura⁷⁷ (CLAVIR, 2002), todos os valores passam a ter importância nas decisões

⁷⁷ Para Frances Berenson (in BROWN, 1984, apud JOKILEHTO, 2006) a noção de cultura corresponde ao “modo de vida material, intelectual, emocional e espiritual de um povo” que compõe a herança cultural tradicionalmente repassada de geração em geração. No “sentido antropológico”, a cultura é a soma das crenças, valores, conhecimentos, usos, enfim, toda manifestação da vida cotidiana de um grupo social, e não implica em qualquer julgamento de valor (VIÑAS, 2005: 39). Rangel entende a cultura como uma avaliação pelo homem de seu próprio mundo através das obras do pensamento e da arte. No conceito antropológico, a autora define cultura como o elemento identificador das sociedades humanas e global

(ZANCHETTI, 2009: 8). A atribuição de valor consiste num processo subjetivo e relativizado e o que é considerado importante para determinados agentes sociais pode não ser para outros. Estando a significância cultural de um lugar associada a uma multiplicidade de significados e valores, cuja organização e priorização são decorrentes de visões culturais diferentes, as ações de conservação não deverão ser definidas pela sobreposição de um valor em detrimento de outro, mas através de uma avaliação relativa dos tipos de valores atribuídos pelos agentes sociais.

Hidaka (2000: 16) expõe que continuidade e transformação são inerentes ao processo de apreensão dos valores. Em cada contexto cultural, mudanças físicas e espaciais podem diminuir ou somar aos significados e valores existentes e é através da continuidade da transmissão desses significados e valores que essas mudanças podem ser avaliadas. Intervenções arquitetônicas promovidas no conjunto arquitetônico civil patrimonial do CHO têm alterado atributos físico-espaciais relevantes que expressam significados e valores de longa duração e podem estar contribuindo com perdas na significância cultural de todo o sítio. A gestão carece de abordagens contemporâneas que contribuam para a conservação sustentável do sítio e para manutenção da significância cultural e, para isso concorre a inexistência de uma Declaração de Significância Cultural que norteie o processo decisório da conservação e a avaliação das intervenções arquitetônicas em imóveis civis patrimoniais.

Na ótica contemporânea, a gestão da conservação de sítios históricos objetiva reduzir perdas socioculturais e vestígios da história e prolongar a vida útil de bens culturais sem perda de seus significados e valores. Objetiva também promover uma condição de equidade do conjunto de valores entre gerações, os quais devem nortear o processo de licenciamento das intervenções arquitetônicas que são promovidas nesses sítios. Jokilehto e Feilden (1993:18 - 115) salientam que a gestão de um sítio do Patrimônio Mundial prevê normas e análise detalhada da sua significância cultural, assegurando que os valores que devem ser preservados no sítio são compreendidos pelos gestores. A análise e estudo referentes ao uso e ocupação com vistas à manutenção e aporte da comunidade são pontos que também devem ser considerados, segundo os autores.

Stovel (2002: 175) expõe que no contexto do patrimônio mundial os esforços de conservação devem ser focados na manutenção do Valor Universal Excepcional, reconhecido segundo critérios selecionados à época da inscrição do sítio. Segundo Stovel, a escolha de critérios prevê um guia para as razões principais usadas na identificação do mérito do sítio e indica valores significativos a serem apreciados, respeitados e conservados. O autor ressalta que, considerando a importância da definição e compreensão adequada dos valores para a conservação do sítio em longo prazo o monitoramento do estado desses valores deve ser a pedra angular de qualquer programa de monitoramento do estado de conservação. Como valores são intangíveis, o autor observa que se deve ter cuidado na identificação e monitoramento dos atributos físico-espaciais específicos que apoiam e carregam esses valores.

Monitoramento e controle são instrumentos da gestão patrimonial fundamentais para a conservação integrada de um lugar que contribuem para a melhoria da atuação das entidades públicas de conservação do patrimônio cultural. Stovel (2002: 175) define monitoramento como uma atividade que envolve medição e avaliação de mudanças. Pontual (2002:114) destaca que a tarefa de monitoramento e controle corresponde a uma das fases do planejamento da conservação do patrimônio cultural (Modelo CECI) e se constitui em uma atividade parte da gestão e administração das cidades ou sítios históricos e do planejamento do futuro. Segundo a autora, a tarefa significa observar condições ambientais, mensurar tendências, impactos e riscos que ameaçam a estrutura física de áreas decorrentes de intervenções ou de ocorrências imprevistas e naturais, bem como propor e orientar ações corretivas.

Furtado (2002:163) ressalta que monitoramento é uma das atividades que constituem a etapa de controle e que são as mais negligenciadas no processo de planejamento. A autora define monitoramento como uma observação mais descritiva do processo de implementação da ação, como uma verificação e relato da ocorrência. Para ela, monitorar significa observar se alguma coisa está acontecendo e como está se desenvolvendo, progredindo. Para Stovel (2002: 175) o "monitoramento aplicado a bens patrimoniais individuais envolve a medição de qualidades e condições nas quais os responsáveis pelo seu gerenciamento podem focar seus esforços" e é entendido como uma atividade que é parte integral e contínua do ciclo de gerenciamento de um bem. O autor estabelece que o monitoramento de bens patrimoniais individuais pode envolver a avaliação do estado de conservação de um bem e do próprio

sítio, avaliação que em geral inclui significado patrimonial, valores, mensagens; a autenticidade/integridade em relação aos significados, valores e mensagens definidos e o estado dos atributos-chave mediante os quais o significado é expresso. E destaca que a apreciação de sítios patrimoniais onde vivem pessoas também deve envolver a avaliação de diversos componentes da qualidade de vida. Stovel (pág. 177 - 178) lembra que há uma tendência de se avaliar o estado de conservação pelos atributos físico-espaciais, mas, do ponto de vista patrimonial, o monitoramento deve ser efetuado no contexto do significado geral do sítio para se entender como mudanças físicas diminuiriam ou aumentariam os valores patrimoniais específicos pelos quais o sítio é reconhecido. O significado geral do sítio é registrado no documento intitulado Declaração de Significância, elaborada pelos sujeitos envolvidos com sua conservação, na qual é descrita a relação entre valores e atributos tangíveis, através dos quais os significados se expressam. O monitoramento permite auxiliar o ajuste de ações ou estratégias para melhor atender aos objetivos definidos nas ações de conservação.

Lira (2009: 28 - 46) ressalta que o monitoramento corresponde a uma das lacunas centrais no planejamento da conservação, mesmo sendo uma atividade preventiva que permite maior controle sobre mudanças e tendências de transformação. Ela salienta que um fator agravante está relacionado com a ausência de motivação específica para a promoção das atividades de fiscalização de intervenções arquitetônicas em bens patrimoniais, uma vez que, não havendo uma denúncia ou a realização visível de obras, um bem pode passar um período indefinido sem ser objeto de qualquer acompanhamento. Em decorrência disso, muitos bens acabam por perder os atributos físico-espaciais e os valores que os fizeram ser reconhecidos como patrimônio.

O monitoramento da conservação do CHO prevê o controle do uso e ocupação dos imóveis civis patrimoniais que está pautado na obrigatoriedade dos cidadãos de respeitar os limites impostos nas normas estabelecidas, as quais objetivam garantir o equilíbrio urbano e a qualidade de vida no sítio. E para que as atividades de monitoramento garantam a manutenção dos atributos e valores singulares do conjunto arquitetônico patrimonial no presente e no futuro devem estar embasadas na Declaração de Significância Cultural do sítio.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Conservação Urbana

Conceitos e práticas relacionadas com a teoria da conservação vêm se renovando para atender a questões de maior complexidade e abrangência que têm se apresentado no campo da conservação do patrimônio cultural. A evolução e diversificação da categorização de objetos de conservação⁷⁸ ocorrida no século XX, a noção de que esses objetos são interpretados pelos sujeitos na construção da sua própria verdade, os quais passam a interagir mais intensamente e a avaliar os resultados da conservação têm sido resultado de um avanço na teoria da conservação, cujo foco mudou da conservação dos objetos para os valores. Os valores de um lugar se constituem em referências que atestam a linearidade da conservação do patrimônio que nele existe.

A conservação contemporânea tem significados como uma noção central e contribuiu para a transferência do foco da conservação dos objetos para os sujeitos, para responder a questões não objetivas e que se revestem até mesmo de caráter ético. Viñas (147 – 148) menciona que a interpretação dos objetos pelos sujeitos está relacionada com o fenômeno da revolução da comunicação na conservação, o qual tem produzido importantes consequências sobre a lógica da conservação. O autor ressalta que a comunicação não é uma característica intrínseca do objeto e depende da capacidade do sujeito de obter dele uma mensagem, razão pela qual na Teoria Contemporânea da Conservação o interesse principal está nos sujeitos e não nos objetos.

Na conservação contemporânea noções estabelecidas foram relativizadas e o foco mudou da conservação dos aspectos físico-espaciais para os chamados intangíveis ou imateriais do patrimônio cultural. Viñas (2005: 158 - 170) chama a atenção para o fato de que processos de conservação produzem não só efeitos materiais nos objetos, mas também efeitos

⁷⁸ Objetos de conservação correspondem a bens patrimoniais, a artefatos cujos atributos físico-espaciais encapsulam significados e valores e constituem a cultura material e imaterial de um lugar e de sua sociedade. Segundo Viñas (2005: 29), objetos de conservação apresentam status diferenciado de outros objetos e passam a ser conservados pelas mensagens que transmitem e que são decorrentes da função simbólica que desempenham. Riegl usou o termo *monumento* para se referir a qualquer objeto com valor artístico e/ou histórico, assim considerado pelos sujeitos modernos por lhe atribuírem valor. Choay (2007: 163) afirma que tardiamente a cidade histórica foi qualificada como objeto de conservação, de escala e complexidade diferenciadas e de interesse da pesquisa histórica.

comunicativos, intangíveis sobre os sujeitos envolvidos, sendo esses efeitos proporcionais ao grau de envolvimento. O campo da conservação do patrimônio cultural adquire nova dinâmica e caráter mais complexo decorrentes do esgotamento dos valores cívicos tradicionais que se tornam mais diversos e dinâmicos. E a diversificação dos valores fez com que interesses econômicos e aspectos ideológicos que envolvem a proteção do patrimônio passassem a ser considerados, contribuindo para o aumento dos conflitos entre as chamadas partes interessadas ou partes envolvidas - os *stakeholders* ou agentes sociais que têm envolvimento no processo de conservação. Bluestone (2000, apud PEREIRA, 2007: 15 – 16) expõe que o campo da conservação do patrimônio cultural passou, então, a ser um campo de disputa, um veículo de mudanças e conflitos entendidos como uma parte da riqueza patrimonial tão importante para se compreender como a intenção original na criação do objeto. Para Pereira, o patrimônio cultural é um meio no qual identidade, poder e sociedade são continuamente produzidos e reproduzidos e essa compreensão deve ser inserida no campo da conservação, uma vez que conflitos sociais passaram a se constituir em desafios na conservação de cidades históricas no presente.

A inserção da cultura nos processos de conservação passa a exigir uma visão interdisciplinar das abordagens e práticas adotadas por conservadores e gestores que devem incorporar o diálogo na perspectiva de contribuir para sinalizar a importância das ações empreendidas para as pessoas do lugar. Pereira (2007) chama a atenção dos profissionais de conservação para considerar que o patrimônio cultural tende a ser um processo de questões altamente politizadas e sociais, em vez de um conjunto estático e idealista de objetos com significados fixos. Em sociedades democráticas, políticas de conservação correspondem a processos de negociação entre diversos atores sociais e as informações envolvidas devem ser repassadas a todos e incorporadas na tomada de decisão.

A teoria da conservação do patrimônio cultural evoluiu muito desde as teorias clássicas da conservação no século XX, as quais, segundo Viñas (2005: 69 - 85) se caracterizavam pelo objetivismo que está intimamente relacionado com a noção de verdade. Para as teorias clássicas as decisões de conservação deveriam se basear em fatos objetivos e dados concretos e tinham como princípio comum e mais importante que a conservação deveria tentar preservar ou revelar a verdadeira natureza dos objetos ou sua situação real, a qual dependia principalmente de seus componentes materiais. O objeto real poderia ser alterado por meio da conservação para fazê-lo coincidir com, ou se aproximar de um diferente e

preferido estado, intervenção que não o deixaria mais real do que era antes. A necessidade da preservação da verdade material de um objeto foi uma noção originada da teoria material da conservação que se baseava na primazia da objetividade e na crença no conhecimento cientificamente fundado, defendidos pela conservação científica no início do século XX. Para a conservação científica, a integridade do objeto está fundamentalmente em suas características e componentes físicos, mas, para Viñas a atitude de colocar valor sobre componentes materiais de um objeto não é nem moderna e nem cientificamente fundamentada, mas embasa atitudes científicas modernas em conservação. O autor associa essa atitude ao que Petzet (apud STOVEL, 1996) chamou de *fetichismo material* e que é razão para a maioria dos ocidentais conservar os componentes materiais de um objeto.

Viñas salienta que é inegável a contribuição da conservação científica para o avanço no campo da conservação e reconhece que muitas técnicas de conservação passaram a ser mais seguras e eficientes e melhor compreendidas do que eram antes. A conservação científica produz resultados mais reversíveis, eficientes, duradouros, verdadeiros, objetivos e menos controversos, mas o autor reconhece que, como outras teorias clássicas, a conservação científica lida com materiais e não com ideias e, portanto, falha quando se depara com a complexidade do mundo real, nele incluídos critérios subjetivos, gostos pessoais, necessidades e expectativas dos agentes sociais envolvidos e questões éticas quando se trata da tomada de decisão na conservação.

Viñas (2005: 81 - 115), em sua *Teoria Contemporânea da Conservação*, cita alguns autores que trouxeram a noção de *legibilidade* à ética da conservação compreendida como a capacidade de um objeto de ser corretamente compreendido ou *lido* por um observador. Sob essa ótica, a busca da conservação não seria a de impor a verdade, mas sim facilitar a leitura de um objeto para torná-lo compreensível. Para ele, esse entendimento avançou um pouco em relação às posições clássicas por esclarecer que a noção de verdade não está relacionada às características físicas do objeto, mas à sua capacidade de transmitir o seu significado; no entanto, ainda permanece no domínio das teorias clássicas por entender que objetos têm um significado vantajoso, a legibilidade, que o dano impede ou oculta.

Pereira (2007) observa que o debate teórico da conservação foi deslocado do eixo estético-histórico para o eixo antropológico-cultural e foram ampliados os conceitos sobre patrimônio predominantes no campo das ciências humanas, substituídos, gradativamente por conceitos

da Antropologia. Novos conceitos como significância, significados, linguagem, diversidade, memória coletiva e identidades passaram a fazer parte do universo dos profissionais de conservação, significando uma ampliação da ideia da dinâmica da cultura e um avanço em relação ao domínio dos valores estéticos e históricos.

Sobre as origens do campo da conservação no século XIX, Mason expõe que relacionavam seus objetivos à representação dos aspectos do passado para a sociedade contemporânea através da preservação de remanescentes físicos. A conservação se expandiu no presente para abranger um número de agendas diferentes como a busca de lucros em projetos de reutilização adaptativa; a atuação da comunidade para impedir o desenvolvimento indesejável e poder desfrutar de um ambiente mais sustentável; a procura de cidades por novas atrações no turismo patrimonial para promover o desenvolvimento econômico e o envolvimento de grupos sociais com projetos históricos e memoriais que contam suas histórias particulares. Para o autor, conceitualmente o centro da conservação reside nas ligações intelectuais e emocionais que fazemos entre memória e meio ambiente, chamadas por ele de "conexão memória/fábrica" que permite que edifícios antigos sejam vistos como fontes de saber, documentos sobre o passado ou maneiras de reformar cidadãos rebeldes e promover causas políticas. O autor lembra que na última década do século XX uma visão alternativa começou a ganhar ascendência no campo da conservação, a qual considera como razão principal da conservação do patrimônio cultural o culto à memória e que técnicas para proteger a fábrica são simplesmente meios para praticá-lo. "Quaisquer que sejam os benefícios adicionais da conservação - edifícios e artefatos bem preservados, lucros para investidores, uma área mais saudável da cidade, uma bela paisagem, uma cidade mais sustentável - o benefício principal é o cultivo da memória coletiva da sociedade, sendo a fábrica essencial para sua manutenção" (MASON, 2004: 64).

Pereira (2007: 18) explica que a relativização no campo da conservação patrimonial é uma tendência contemporânea, a qual interfere na prática de profissionais de conservação inclinados a preferir intervenções indiretas a diretas, com instrumentos e procedimentos de conservação que mudaram de aspectos estritamente legislativos com abordagens altamente intervenientes para abordagens mais flexíveis de intervenção. No entanto, o autor acrescenta que a relativização e a mudança do foco da conservação dos aspectos físico-espaciais para os chamados intangíveis ou imateriais do patrimônio não significam que a materialidade perdeu

importância, mas que outros aspectos físicoespaciais, os quais refletem questões imateriais, surgiram - como técnicas tradicionais, know-how⁷⁹ e ritos de produção.

Para a Teoria Contemporânea da Conservação a noção de cultura corresponde a um processo contínuo, evolutivo e criativo, não um conjunto estático de práticas e ações devendo o campo da conservação patrimonial ser mais rigoroso, analítico e transparente nas decisões tomadas. Entre desafios que se apresentam a adoção da significância cultural como norte da gestão da conservação de um lugar poderá contribuir para a transmissão do seu patrimônio para o futuro sem que ocorram perdas (MASON, 2004: 70). Kerr (2000: 4) defende que uma compreensão clara da natureza e do nível de significância de um lugar não apenas sugere restrições à ação futura, mas também introduz certa flexibilidade através da identificação das áreas que podem ser adaptadas ou desenvolvidas com maior liberdade. Sendo a significância cultural um conceito central na conservação de bens do patrimônio cultural, sua consideração quando da implementação de ações de conservação pode contribuir nas atividades de monitoramento durante o planejamento e gestão da conservação, na medição de impactos que podem ser gerados e como uma ferramenta auxiliar nos processos decisório e de negociação.

3.1.1 Definições e abordagens da conservação

Princípios norteadores da conservação de bens culturais no século XX foram abordados inicialmente na Carta de Atenas (1931) e influenciaram o desenvolvimento de um corpo normativo de âmbito internacional. Viñas (2005: 44) remete à Carta Internacional para a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios (Carta de Veneza, ICOMOS, 1964) o apelo à significância cultural como uma característica de objetos de conservação. Buscando ampliar os princípios definidos na Carta de Atenas, a Carta de Veneza ressaltou que bens culturais permanecem como testemunhos vivos das tradições seculares de gerações passadas e presente, sendo responsabilidade comum proteger sua significância para as futuras gerações.

A primeira versão da *Carta para Lugares de Significância Cultural* (Carta de Burra, ICOMOS/ Austrália, 1979) relativizou a teoria da conservação ao definir que conservação

⁷⁹ Designa os conhecimentos técnicos, culturais e administrativos (Dicionário Aurélio Eletrônico).

significa o conjunto dos processos que cuidam de um lugar de forma a manter sua significância cultural. Versões posteriores se adequaram a uma ótica contemporânea e contribuíram na consolidação do conceito de significância cultural a nível mundial. A Carta de Burra afirma que a conservação deve estar baseada no respeito à fábrica, ao uso, a associações e significados existentes e exige uma abordagem cautelosa da mudança, pois os acréscimos, alterações e tratamentos anteriores na fábrica de um lugar são a evidência da sua história e usos que podem ser parte da sua significância cultural.

Segundo Viñas (2005: 44 - 57), até a década de 1990 muitos autores não haviam reconhecido que é a relevância da mensagem de um objeto, sua significância que o caracteriza como um objeto de conservação, o que só ocorreu no final do século XX. Para o autor, objetos de conservação têm em comum sua natureza simbólica, todos são símbolos⁸⁰ e comunicam algo. As abstrações dos valores que pessoas impregnam em outras pessoas e em coisas que elas possuem e usam estão no cerne do simbolismo. Em sentido amplo, simbolismo é um mecanismo básico de comunicação que tem sido definido de muitas e diferentes formas, sendo um símbolo simplesmente algo que representa ou que é pensado para representar alguma coisa diferente. Viñas observa ainda que muitos objetos de conservação têm seus significados modificados em relação à sua origem e, em sua maioria, a função simbólica tem precedência sobre as funções materiais originais que eles podem ter tido.

A evolução da definição de conceitos e abordagens do campo da conservação por especialistas, conservadores e instituições mundiais tem contribuído para um melhor entendimento sobre sua complexidade. Viñas (2005: 179) ressalta que as ações de conservação estão relacionadas com as razões a ela subjacentes e que as abordagens contemporâneas da conservação consideram decisões patrimoniais como complexas negociações, as quais devem abranger, além dos significados, fatores de natureza diferente como as noções de valor trazido pelas diversas partes envolvidas e a função desenvolvida pelos objetos. O autor faz referência a duas manifestações da Teoria Contemporânea da Conservação, a *conservação funcional* e a *conservação liderada por valor*. Corroborando esse entendimento, Mason (2004: 67) sugere teorias centradas em valores, memórias, ideias e outras motivações sociais que impulsionam o desejo de conservar fisicamente o ambiente construído. Segundo o autor, através das lentes de uma teoria centrada em valores, o papel da

⁸⁰ Aquilo que, por sua forma ou natureza, evoca, representa ou substitui, num determinado contexto algo abstrato ou ausente. Definido também como algo que tem valor evocativo, mágico ou místico (Dicionário Aurélio Eletrônico).

memória, bem como outros valores e usos do patrimônio ocupam o estágio central para explicar as motivações e resultados da conservação. Mason lembra que a aplicação de uma teoria centrada em valores ou memória tem sempre sido parte da preservação, em cuja origem sempre esteve a ideia de memorialização e formação da cultura resgatada pela complexidade social da globalização, a migração, as guerras de cultura, as mudanças econômicas e os conflitos armados que levam ao questionamento da abordagem tradicional centrada na fábrica e reconectam a conservação com as questões diárias da pressão social. Para Rangel, o conceito de memória coletiva deriva-se da relação com a cultura e reúne lembranças, herança ou elementos que constituem o imaginário comum de determinada comunidade ligada por um passado comum. Assim, a memória é importante fator para a construção de identidade coletiva e para o estabelecimento de relações entre o passado e o presente. É, portanto, elemento vivo, sujeito a modificações e alterações, interagindo com o presente e permitindo a visão do futuro. Campello (1994) vê como evidente o papel da memória e da valorização dos signos, ou seja, do conteúdo histórico e afetivo que os habitantes atribuem às imagens que compõem a sua cidade, mas ressalta que esse conteúdo não pode estar isolado das soluções funcionais exigidas na organização e estruturação das atividades desenvolvidas pelo agregado social e urbano.

A ideia central subjacente à conservação conduzida por valor é que o processo de decisão em conservação deve estar baseado na análise dos valores que um objeto possui para pessoas diferentes, a fim de alcançar um equilíbrio entre todas as partes envolvidas. E acrescenta que a conservação liderada por valor é de interesse porque a ideia de valor é aplicável a uma vasta gama de questões éticas de conservação. Para Avrami et al (2000, apud VIÑAS, 2005: 179), por ser a noção de valor extremamente ampla e complexa, as decisões patrimoniais correspondem a complexas negociações entre as diversas partes envolvidas com seus próprios valores.

A conservação conduzida por valor está intimamente relacionada com a conservação funcional na qual um objeto patrimonial não deve ser visto apenas segundo suas funções artística e histórica, mas também econômica, política e cultural estando todas interligadas (VESTHEIM et al, 2001, apud VIÑAS, 2005: 177). Viñas (2005: 73) acrescenta que decisões referentes a um processo de conservação devem considerar todas as funções que podem ser desempenhadas por um objeto, uma vez que, mesmo danos para os quais a conservação é pensada para reparar ou evitar podem ser considerados como diretamente

relacionados à funcionalidade. O autor faz lembrar que edifícios são diferentes de outros objetos de conservação por motivos que podem explicar melhor as peculiaridades da conservação da arquitetura - constituem poderosos símbolos da identidade local que cumprem diversas funções sociais aos usuários que os experienciam de forma mais direta. O processo de conservação deve garantir a preservação do edifício e a sua utilidade sob diferentes necessidades e expectativas sociais. Viñas (2005: 16) entende que a conservação pode ser contemplada a partir de uma perspectiva de custo-benefício, apresentando custos tangíveis e intangíveis e que a melhor operação de conservação é aquela que proporciona uma maior satisfação para a maioria das pessoas.

Viñas (2005: 44 – 153) expõe que abordagens contemporâneas definem conservação como uma atividade baseada em significados e valores coletivos que são atribuídos pelos sujeitos aos objetos, os quais são considerados objetos de conservação porque um grupo social concorda que eles têm significados sociais ou científicos desejáveis. A esse julgamento ele denomina *intersubjetivismo* que é consequência da partilha do significado cultural dos objetos de conservação por um grande número de sujeitos responsáveis pela sua conservação. Os valores de maior importância para a sociedade é que são partilhados intersubjetivamente por muitas gerações, são os valores de longa duração. Para o autor, a conservação visa à manutenção desses significados e valores e a seu transporte para o futuro, garantindo também a possibilidade de surgimento de novos significados e valores no presente e no futuro.

Para Caple (2000), o objetivo principal da conservação é o de manter ou revelar a verdadeira natureza de um objeto ou sua integridade, constituída por qualquer de suas características e várias verdades. O autor acrescenta que princípios éticos como *intervenção mínima*⁸¹ e *reversibilidade*⁸² não são reconhecidos como principais no processo de conservação e estão relacionados com seus objetivos. O autor sugere três principais objetivos que são opostos,

⁸¹ Intervenção mínima é o princípio que determina que a destruição ou ocultação das evidências históricas devem ser mantidas em um nível mínimo, e é de interesse por várias razões, sendo talvez a mais importante por introduzir um sentido de relatividade. Este princípio está relacionado com os objetivos do processo de conservação e é também um lembrete de que a conservação tem um efeito intrinsecamente negativo (VIÑAS, 2005: 189 - 192).

⁸² Reversibilidade é descrita como um princípio ético que considera a possibilidade de um objeto retornar ao estado em que estava antes da ocorrência da intervenção. É certamente um valor acrescentado a qualquer intervenção de conservação, mas corresponde a uma meta difícil de ser alcançada, uma vez que não é possível atingir a reversibilidade completa na conservação, o que aumenta a sua qualidade geral, devendo ser um ideal perseguido sempre que possível. Viñas considera os princípios de reversibilidade e de intervenção mínima opostos em um sentido, mas parecem visar objetivos comuns: são abordagens diferentes para o mesmo problema e foram criados por motivos semelhantes, entre os quais, está a eficiência da conservação. Um tratamento de conservação deve ser durável e realmente contribuir para a preservação do objeto (VIÑAS, 2005: 185 - 188).

segundo os quais a conservação é conduzida - revelação, investigação e preservação, constituintes do *Modelo RIP*. Qualquer processo de conservação pode ser visto como um equilíbrio entre essas três atividades, pois cada objeto contém inúmeras verdades, tornando-se impossível definir um ponto como a verdadeira natureza do objeto em oposição a qualquer outro.

A Carta de Cracóvia (2000) prevê que a conservação abrange diferentes tipos de intervenções como o controle do meio ambiente, a manutenção, a reparação, o restauro, a renovação e a reabilitação e expõe que qualquer intervenção implica decisões, escolhas e responsabilidades relacionadas com o patrimônio entendido em seu conjunto, incluindo os elementos que, embora hoje possam não ter um significado específico, poderão tê-lo no futuro. Jokilehto (2002: 11) define a conservação como um termo geral para a salvaguarda e proteção do patrimônio cultural e natural que prolonga sua vida e previne sua decadência, com o objetivo de apresentar às pessoas as mensagens que as edificações históricas possuem. Corroborando esse julgamento, Kerr (2000: 2 - 44) entende conservação como um termo geral que abrange vários processos utilizados com o objetivo de garantir a proteção do patrimônio histórico e cultural. Para o autor, a conservação está baseada no cuidado e desenvolvimento contínuo de um lugar para manter e revelar de forma segura sua significância cultural no presente e no futuro. Segundo o autor, conservação como um termo geral é aceito por especialistas e entidades de conservação e partilha de uma frente unida com a natureza, materiais e conservação urbana.

O Instituto Americano para Conservação de Obras Históricas e Artísticas (AIC) ⁸³ define conservação como uma atividade dedicada à preservação dos bens culturais para o futuro e a APEL (Atores do Patrimônio Europeu e Legislação) defende que a conservação corresponde a qualquer ação, direta ou indireta sobre um objeto ou um monumento a fim de salvaguardar a sua integridade material⁸⁴ e garantir o respeito por sua significância cultural, histórica, estética ou artística. Essa definição condiciona a natureza, extensão e limitações das medidas que podem ser adotadas, bem como as intervenções que podem ser promovidas no patrimônio cultural.

⁸³ Sharing Conservation Decisions - International Course Glossary - Rome, ICCROM, 2008.

⁸⁴ Definida por Jokilehto (2006) como *integridade estrutural* que se refere aos atributos físico-espaciais que sobreviveram em um sítio e que documentam funções e processos, nos quais seu desenvolvimento tem se baseado ao longo do tempo. Essas funções e processos constituem a *integridade sociofuncional*.

O ICCROM (2008) consolida a dimensão abrangente do termo conservação, ao afirmar que compreende todas as ações diretas ou indiretas que visam aumentar a expectativa de vida de um bem do patrimônio cultural, a fim de torná-lo acessível ao público; compreende todas as ações ou processos que visam salvaguardar o caráter de determinados elementos de um recurso cultural de modo a reter seu valor patrimonial e estender sua vida física; corresponde ao estudo / análise científica de objetos e seus ambientes; ao tratamento profissional e à adesão a códigos de ética profissionais e a todas as intervenções físicas sobre o patrimônio que visam retardar sua deterioração e melhorar sua legibilidade. Corroborando esse entendimento, Gusmão (2004: 51) afirma que conservação corresponde a um termo geral, o qual, em função dos objetivos e procedimentos definidos nas ações pode englobar, entre outros termos, manutenção, preservação, restauração, reconstrução, adaptação, interpretação e tombamento e, comumente, constitui-se de uma combinação de dois ou mais deles, os quais se limitam à interrupção do processo de decadência do objeto. Assim, a conservação pode ser vista como uma opção, como uma forma de gerir um sítio com vistas ao prolongamento de sua vida, por meio de ações que previnam sua decadência e possibilitem sua transferência para as gerações futuras, sem ocorrência de perdas nesse processo.

Jokilehto (2002) e Zanchetti (2004) entendem a conservação como uma abordagem da gestão e do planejamento das cidades e dos territórios que adota uma perspectiva multirreferencial (econômica, política, cultural, ambiental e físico-espacial, social e gerencial) relacionada com a proteção do patrimônio e objetiva a transmissão das mensagens artísticas e humanas contidas nos elementos que o compõem sem que ocorram perdas durante o processo. Dessa maneira, a abordagem da conservação é reconhecida como um componente essencial no processo de planejamento das cidades, sobretudo das cidades com características históricas marcantes.

Referindo-se a abordagens de conservação, Pereira (2007: 18) expõe que o sentido de mudanças iniciou com a restauração, reintegração e anastilose passando pela manutenção, reparação, conservação preventiva e informacional (menos intervenientes); da restauração para a reutilização, renovação e revitalização (mais flexíveis); da avaliação e documentação através de inventários e diagnósticos para monitoramento, controle e sistemas integrados de informação (mais intensivos e abrangentes); de atos de proteção isolados para o planejamento da conservação integrada, urbana e territorial, mais inclusiva e dinâmica.

Ashley-Smith (1995) entende que a opção de uso de abordagens da conservação é função dos objetivos definidos para as intervenções arquitetônicas que são promovidas e expõe que os critérios que estão por trás da definição desses objetivos são intenção e valor. Para o autor, a restauração de um objeto o altera de forma deliberada e também pode contribuir para incrementar seu valor, mas apenas as alterações que o reduzem são, em geral, consideradas como deterioração ou dano. Viñas (2005: 102 - 191) lembra que a noção de dano não é uma propriedade do objeto, mas o resultado de uma decisão pessoal e subjetiva e que danos ocorridos em um objeto são consequência da sua evolução histórica. Para o autor, reparar o dano significa que a evidência histórica que o próprio dano transmite não estará disponível para os futuros usuários do objeto.

Considerando a abrangência e complexidade do termo conservação, a seguir são examinadas abordagens de conservação para melhor ilustrar o tema pesquisado.

3.1.1.1 Manutenção

A Carta de Burra (1999) define manutenção como os cuidados contínuos para a proteção da fábrica e do entorno de um sítio, devendo ser diferenciada da reparação que envolve restauração ou reconstrução. Manutenção e Reparação são apresentadas na Carta de Cracóvia (2000) como ações fundamentais do processo de conservação do patrimônio que exigem diversos procedimentos, nomeadamente investigações prévias, testes, inspeções, controles, acompanhamento dos trabalhos e do seu comportamento pós-realização. A Carta ressalta que relatórios apropriados devem incluir riscos de degradação que ameaçam o patrimônio para permitir a adoção de medidas preventivas.

3.1.1.2 Preservação

O ICOMOS Austrália e O ICOMOS Nova Zelândia têm um entendimento similar sobre a palavra preservação. O primeiro toma-o para significar "a manutenção da fábrica de um lugar no seu estado atual e o retardo da deterioração" e o segundo "a manutenção de um lugar com a menor mudança possível". Corroborando esse entendimento, Russell e Winkworth (2001) relacionam preservação a todas as ações tomadas para prevenir e retardar deterioração ou danos causados a um objeto incluindo tratamento para mantê-lo em seu

estado atual. Kerr (2000: 43 - 44) se apropria do termo definindo-o como uma medida temporária até que a investigação torne a fábrica melhor compreendida e uma política adequada possa ser desenvolvida. Preservação é definida por Gusmão (2004: 52) como a atividade que mantém as características que apresentam uma significação cultural. É a manutenção do estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada.

O ICCROM (2008) define que preservar pode corresponder a manter algo em seu estado original ou já existente e seguro de danos ou ferimentos e manter viva uma memória ou qualidade. Para o Instituto Americano de Conservação de Obras Históricas e Artísticas (ICCROM, 2008), preservação corresponde à proteção dos bens culturais por meio de atividades que minimizem os danos e que evitem a perda de conteúdo informacional sendo seu principal objetivo prolongar a existência dos bens culturais.

Viñas (2000: 20 - 191) entende conservação como um termo que se reveste de um sentido amplo, referindo-se o termo preservação à conservação em sentido restrito que pode ser definido como uma ação que se destina a manter as características perceptíveis de um objeto em seu estado atual por maior tempo possível meta geralmente obtida através da modificação de suas características não percebidas. Para o autor, em uma ação de preservação pode ocorrer uma alteração do bem que não é percebida e ele entende que essa ação tenta congelar a evolução autêntica, natural desse bem. Ele faz a distinção entre preservação preventiva ou ambiental, que implica em mudança no ambiente do objeto, feita através de um processo contínuo e por um tempo teoricamente ilimitado e outras formas de preservação que implicam em mudança no objeto.

Jokilehto (2002: 11, apud VIEIRA, 2008: 63), analisando o termo preservação na escala da cidade percebida como um objeto patrimonial a partir do século XX expõe a fragilidade do discurso preservacionista baseado na proteção e restauração de valores históricos e artísticos com foco nos atributos físico-espaciais que os expressam. Vieira, contudo, salientando que a transformação da cidade é uma capacidade que lhe dá vitalidade, cita os autores Tiesdell, Oc e Heath (1996: 01) que entendem que o sentido original do termo preservação diz respeito à limitação da mudança e conservação diz respeito à inevitabilidade da mudança e à sua gestão.

3.1.1.3 Restauração

Viñas (2005: 16 – 193) avança na definição do termo restauração como uma ação que tenta modificar características perceptíveis de um objeto que constituem a sua forma. Para o autor, restauração transforma ou esconde a verdadeira natureza de um objeto e trabalha contra a verdade histórica através da destruição de suas evidências, sendo esse o preço pago para convertê-lo em algo mais valioso, mais funcional e mais significativo. O autor entende a restauração como o processo que devolve um objeto a um estado anterior e sua aplicação é justificada se a significância cultural ou valor patrimonial é recuperado ou revelado.

A Carta de Burra (1999) expõe que todos os registros históricos impressos na fábrica de um lugar devem ser respeitados e, sendo essa fábrica produto de diferentes períodos, a revelação de um período em detrimento de outro só pode ser justificada quando o que é removido é de pequena importância cultural e a fábrica que será revelada é de muito maior significância cultural. Restauração é definida também como qualquer intervenção destinada a restabelecer a substância de um bem a um estado anterior ao conhecido e objetiva conservar e revelar os valores estéticos e históricos do bem. A intervenção de restauração de um bem não objetiva confirmar os valores já estabelecidos, mas descobrir novos significados e contribuições relativas. A restauração é definida na Carta de Cracóvia (2000) como uma intervenção que objetiva conservar sua autenticidade e permitir sua posterior apropriação pela comunidade.

Os conceitos de significância cultural, memória e identidade coletivas incorporam visão relativizada que demanda atuação ética no campo da conservação patrimonial e esse novo panorama tem levado ao surgimento de políticas de conservação que ponderam uma ótica social contemporânea, sendo de interesse desta pesquisa os princípios da conservação integrada e sustentável e da sustentabilidade apresentados a seguir.

3.1.2 Conservação integrada

A sobrevalorização da funcionalidade de bens e lugares de valor histórico-cultural foi o foco de políticas de conservação realizadas em diferentes cidades históricas e ocasionou transformações urbanas descomprometidas com a manutenção ou incremento de significados, valores e especificidades locais. Novos conceitos emergiram no campo da

conservação urbana a partir do final dos anos 1960 como resultado de críticas formuladas a essas experiências. A destinação adequada de edifícios situados em áreas de valor cultural é fundamental para sua conservação e Burtenshaw et al (1991, apud TIESDELL, OC e HEATH, 1996) lembram que, além das qualidades históricas, visuais e arquitetônicas a consideração às características funcionais das áreas e ao uso econômico ativo dos edifícios protegidos foi introduzida como um interesse da conservação e, tendo a preservação da forma implicação nas funções urbanas, a conservação se tornou um instrumento da gestão urbana. É diante da dialética entre transformação x preservação que surge o conceito de *conservação integrada*. Vieira (2006: 63) associa ao conceito a ideia de *transformação* e o distingue como *conservação integrada ao desenvolvimento urbano* ou *conservação urbana*. Se a conservação urbana engloba todos os atos para prolongar a vida de bens culturais para transmissão das mensagens neles incorporadas às futuras gerações, a conservação urbana integrada se reporta à gestão da conservação desses bens como um meio que possibilita a aplicação dos princípios da conservação urbana.

Hidaka (2000: 5) avalia a conservação integrada como um processo que procura coordenar e regular, na medida do possível, os processos de continuidade e mudança de uma estrutura urbana, assim como os valores existentes, os quais se transformam no tempo como um sistema dinâmico e ininterrupto. O equilíbrio entre esses processos contribui com a permanência da diversidade dos atributos físico-espaciais e seus valores correspondentes que constituem as peculiaridades do ambiente urbano. Zanchetti e Jokilehto (1997, apud HIDAKA, 2000) entendem a continuidade como a “utilização de elementos e estruturas urbanas existentes incorporadas de pequenas transformações para uma readaptação aos novos estilos de vida e de atividades na cidade”.

O termo conservação integrada foi primeiramente tratado na Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico (Amsterdã, 1975) e definido como o resultado da ação conjugada das técnicas da restauração e da pesquisa de funções apropriadas, intervenção que deveria ser conduzida por um espírito de justiça social e evitar a saída de habitantes de condição modesta. A noção de que cada geração só dispõe do patrimônio a título passageiro e de que lhe cabe a responsabilidade de transmiti-lo às futuras gerações foi contemplada, bem como a ideia de que os cidadãos têm o direito de participar das decisões que dizem respeito às suas condições de vida.

As diretrizes da conservação integrada consolidaram-se após a experiência de reabilitação do centro histórico da Cidade de Bolonha no final da década de 1960, inspirada no urbanismo progressista italiano dos anos 1970 que estava calcado em critérios de eficiência administrativa, justiça social e participação popular no planejamento urbano. A experiência de Bolonha se constituiu em marco referencial nas práticas conservacionistas de cidades históricas reintroduzindo o valor de uso através da adaptação de espaços subutilizados de edifícios com o objetivo de lhes dar nova destinação (LAPA e ZANCHETTI, 2002: 31; ZANCHETTI, 2004). Vieira (2006: 64) destacou que na experiência pioneira de conservação integrada da Cidade de Bolonha o significado cultural foi considerado como um valor adicional ressaltando prioritariamente a função social do tecido urbano histórico. A conservação integrada constituiu-se em expressão emblemática de uma nova visão de urbanismo, rompendo definitivamente com a ideia da preservação entendida como um simples problema de “cenografia urbana” aliada a adaptações funcionais (www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.112/30).

A partir de meados dos anos 1970, a consciência ambiental ampliou o conceito de conservação integrada que passou a inserir os monumentos, os sítios e centros históricos num contexto maior: o território histórico-cultural (ZANCHETTI, apud GUSMÃO, 2004: 61). Zanchetti (2007) expõe que um dos principais recursos metodológicos da conservação integrada é o entendimento de que os territórios urbanos são áreas conformadas segundo processos culturais. A cidade é, então, resultado de longo processo de transformações que deixa vestígios no próprio território visto como o campo de manifestação e representação da diversidade cultural. Segundo o autor, os resultados das ações humanas no território originam-se de processos de superposição e justaposição e não de cancelamento da herança do passado, devendo-se buscar no processo de transformação do território a inclusão do novo numa relação harmônica do ponto de vista da cultura, do ambiente, das tradições construtivas e da forma.

Os princípios da conservação integrada foram sistematizados na Declaração de Amsterdã (1975) e são sintetizados a seguir:

- O patrimônio é uma riqueza social e sua conservação é responsabilidade coletiva, devendo a população participar desde a elaboração de inventários até a tomada de decisão;

- O patrimônio arquitetônico contribui para a tomada de consciência da comunhão entre história e destino e é composto de todos os edifícios e conjuntos urbanos de interesse histórico e cultural;
- A conservação do patrimônio arquitetônico deve ser considerada o objetivo principal do planejamento urbano e territorial;
- As municipalidades são as principais instituições responsáveis pela conservação e devem buscar trabalhar de forma cooperada e calcada em medidas legislativas e administrativas eficazes apoiadas por fundos públicos;
- A recuperação de áreas urbanas degradadas deve ser realizada sem modificações substanciais da composição social dos residentes nas áreas reabilitadas e, para isso, a adoção de incentivos fiscais deve ser prevista;
- A conservação do patrimônio arquitetônico deve ser tema incluído em programas educativos, especialmente da população jovem;
- Deve ser estimulada a participação de instituições privadas nas atividades de conservação integrada que contribuam para despertar o interesse do público;
- Deve ser assegurada a construção de obras arquitetônicas de alta qualidade, pois elas serão o patrimônio do futuro.

Na década de 1990, após seu uso desvirtuado pelas políticas urbanas a conservação integrada se concentrou novamente em áreas históricas contemplando outros campos disciplinares. Seu principal objetivo passou a ser incluir na cidade uma relação harmoniosa entre a cultura, o meio ambiente e o meio construído e seu grande desafio foi manter esse processo de transformação e inovação sem que fosse apagada a herança do passado e sem as cidades se renderem aos processos de homogeneização do território (ZANCHETTI, apud GUSMÃO, 2004: 61).

No século XX, a abordagem da temática patrimonial associou as áreas de planejamento, conservação urbana e sustentabilidade, entrelaçadas com a dinâmica da cultura. Considerando essa abrangência, Hidaka (2000) descreve a conservação integrada como uma síntese do somatório das políticas de planejamento urbano (relacionado com crescimento urbano), conservação urbana (voltada para a preservação da memória e da identidade cultural) e de desenvolvimento econômico. Juntamente com os princípios do desenvolvimento sustentável, a conservação integrada vê a cidade em sua totalidade e

integração urbana e territorial, segundo apreensão dos seus atributos e valores sociais, e busca coordenar e regular, na medida do possível, os processos de continuidade e mudança das estruturas urbanas. Para a autora, a conservação integrada corresponde a um conjunto de ações de gestão de áreas urbanas consolidadas⁸⁵ ou em consolidação, e busca o desenvolvimento sustentável através da continuação e/ou transformação de estruturas físicas e sociais, integradas às novas funções e usos demandados pela contemporaneidade. E busca novas estratégias de valorização de áreas de significativo valor histórico e cultural através da sua reabilitação⁸⁶ com o incremento econômico e cultural dos seus diferenciais locais, sendo a participação social um fator relevante nesse processo.

Zanchetti (2002) entende que o campo da conservação integrada corresponde a uma “abordagem de gestão e de planejamento das cidades e dos territórios, especialmente das áreas patrimoniais, vistos como um artefato histórico-cultural que estabelece o nexo entre as gerações a partir da relevância da dimensão cultural, como meio de garantir o desenvolvimento sustentável, permitindo que as futuras gerações venham a desfrutar das qualidades ambientais do presente, sem perdas de sua significância cultural”. Para o autor (2004), a conservação urbana integrada:

- Está centrada no aspecto físico-espacial de áreas urbanas consolidadas socialmente reconhecidas como de valor cultural e procura manter sua integridade, autenticidade e continuidade para a presente e futuras gerações;
- Enfatiza a conservação dos aspectos físico-espaciais no processo de desenvolvimento/transformação da cidade, buscando o desenvolvimento sustentável por meio da transformação dos valores culturais em ativos que agregam valor em todas as dimensões do desenvolvimento (econômica, política, cultural, ambiental e físico-espacial).

Hardoy e Gutman (1992: 50) enfatizam o entendimento de que o objetivo central da conservação integrada é preservar antigos moradores e seus hábitos cotidianos tradicionais ao afirmar que *a preservação do patrimônio arquitetônico-urbanístico como elemento de uma cultura exige por em primeiro plano a criação de condições de vida adequadas para a população residente e a proteção da vitalidade integral do centro histórico*. Nesse sentido, a

⁸⁵ Espaços urbanos que adquiriram características próprias, as quais podem ser denominadas qualidades (HIDAKA, 2000).

⁸⁶ Intervenção de adaptação de estruturas urbanas consolidadas com o objetivo de abrigar usos e atividades contemporâneas. Conjunto de medidas que visam restituir a um imóvel ou a um conjunto urbanístico sua capacidade de utilização.

adoção de princípios da conservação integrada poderá contribuir para a resolução de conflitos de interesses entre os diversos atores sociais que têm relação com o lugar, buscando a participação social e a preservação da diversidade sociocultural.

Gusmão (2004: 62) declara que a conservação integrada lida com três tipos de relação entre setores da sociedade – a pública e a privada, a pública e a não governamental e a privada e a não governamental e, com a evolução das teorias sobre as políticas urbanas e sobre os movimentos sociais as relações na administração das cidades foram sendo modificadas. Nessa nova ótica de participação popular, Hidaka (2000: 5) expõe que a política de conservação integrada destaca-se por convocar todos os sujeitos que têm relação com os bens a participar do processo de decisão, implementação e gestão das ações de conservação, pois considera que a sociedade é responsável pela continuidade e pelas mudanças, pelo que recebeu do passado, o que faz do presente e o que deixará para o futuro de seus descendentes.

A conservação não mais é vista como um problema e ocupa lugar central no planejamento urbano contemporâneo que está focado na gestão da conservação centrada nos significados e valores dos bens culturais de um lugar. Para Carrión (apud GUSMÃO, 2004: 63), a gestão da conservação integrada deve se basear numa política de permanente agregação de valor, calcada no estímulo à atividade de negociação e uso da teoria contemporânea da gestão pública. Essa política deve buscar garantir no presente a permanência dos atributos físico-espaciais dos bens culturais e dos valores que transportam, e transmiti-los para o futuro. Os diferentes significados e valores atribuídos aos bens culturais pelos sujeitos de um lugar constituem uma riqueza cultural que deve ser garantida aos sujeitos do futuro, noção relacionada com o conceito de conservação sustentável exposto a seguir.

3.1.3 Conservação sustentável

O papel da conservação urbana é gerir a mudança considerando que lugares e bens culturais se transformam permanentemente. Abordagens contemporâneas da conservação têm por objetivo assegurar a transferência da máxima significância do passado para o futuro para o benefício de toda a sociedade, as quais envolvem a gestão da mudança no ambiente natural e cultural construído através da negociação. Essas abordagens salientam a importância de

processos de negociação e a participação democrática na tomada de decisão para definição do que deve ser conservado e como, por que e para quem.

Viñas (2005: 158 – 159) ressalta que a alteração de um objeto através de ações de conservação pode afetar um indivíduo, uma única família ou mesmo toda a humanidade, quando estão envolvidos bens culturais com valor universal inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Segundo o autor, ações de conservação produzem efeitos intangíveis que afetam mais fortemente os sujeitos que têm um grau de envolvimento maior com um objeto, aqueles para quem um objeto é especialmente significativo, mas, independentemente do grau de envolvimento, a participação nos processos de decisão deve ser garantido a qualquer sujeito afetado. Sendo ignorado que ações de conservação produzem efeitos intangíveis sobre os indivíduos e são focadas apenas na manutenção e recuperação das características físico-espaciais dos objetos, podem privá-los do que os faz importantes para esses sujeitos. Viñas ressalta ainda a importância de se ter em mente que há outros usuários que também devem ser considerados, os sujeitos do futuro, nossos herdeiros e, para lidar com seus interesses, a Teoria Contemporânea da Conservação tem como noção fundamental o princípio da sustentabilidade. Freyre (1980) faz lembrar que a conservação desempenha função social e, sendo um dos seus objetivos primordiais a melhoria da qualidade de vida, a comunidade deve ser agente ativo desse processo, pois é seu beneficiário principal.

Processos e práticas envolvidas na conservação e desenvolvimento de um lugar são tanto políticos, econômicos, técnicos e científicos quanto envolvem componentes sociais e subjetivos como sentimentos, memórias, preferências e até gostos (KERR, 2000; VIÑAS, 2005). Kerr entende que a tensão entre a manutenção do antigo e/ou novo não é necessariamente ruim, pois o estabelecimento de prioridades para uma sociedade considerando os quatro aspectos mencionados é de fundamental importância para os resultados advindos da conservação. A evolução dos conceitos para lidar com múltiplos interesses dos agentes sociais é uma noção fundamental subjacente à Teoria Contemporânea da Conservação.

Visões culturais diferentes legitimam a construção da significância constituída por múltiplos valores atribuídos intersubjetivamente por muitas gerações e a priorização desses valores pelos sujeitos se constitui em um processo fenomenológico que se reflete nas ações de conservação. Os conceitos de *conservação integrada* e *conservação sustentável* apresentam-

se imbricados, caracterizando-se o último por lidar com ideias e com a noção de intersubjetividade⁸⁷, chave que permite o entendimento de que a questão dos valores está associada aos sujeitos e não aos objetos, noção que pode ser compreendida através da fenomenologia. Sem o caráter coletivo a que remete a noção de intersubjetividade não se poderia mensurar a significância cultural de um bem.

A fenomenologia é um método de investigação filosófica que afirma a importância dos fenômenos da consciência, os quais devem ser estudados em si mesmos. É, pois, o estudo da consciência e dos objetos da consciência, também chamado de experiências de consciência ou ainda de vivências. Esses objetos, experiências ou vivências podem ser caracterizados como coisas, imagens, fantasias, atos, relações, pensamentos, eventos, memórias, sentimentos, etc. (COLTRO; GALEFFI). Para Galeffi, “tudo que podemos saber do mundo resume-se a esses fenômenos, a esses objetos ideais que existem na mente, cada um designado por uma palavra que representa a sua essência, sua *significação*”.

À Fenomenologia não interessa o mundo que existe e sim como o conhecimento do mundo se realiza para cada pessoa. Envolve o estudo de todas as vivências e seus objetos porque elas são intencionais e nelas é essencial a referência a um objeto. A consciência é caracterizada pela intencionalidade que é o modo próprio de ser da consciência, uma vez que não há consciência que não esteja em ato dirigida para um determinado objeto, o qual só existe enquanto apropriado por uma consciência. A fenomenologia, então, estuda os fenômenos e objetos e se propõe a ser uma ciência do subjetivo. Para Husserl (1990: 13 – 14), a fenomenologia é o método de apreensão da essência absoluta das coisas segundo a consciência intencional do sujeito. Seu objeto de estudo é o próprio fenômeno, as coisas em si mesmas, e a investigação fenomenológica busca interpretar o mundo através da consciência do sujeito formulada com base em suas experiências. Para a fenomenologia, um objeto, uma sensação, uma recordação são como o sujeito percebe e devem ser estudados segundo essa compreensão. Nessa concepção, sujeito e objeto constituem dois polos de uma mesma realidade. O autor entende o fenômeno como o *fenômeno da consciência* ou o *fenômeno subjetivo* que trata de uma relação interdependente entre o *sujeito do conhecimento* e o *mundo conhecido*, entre a *consciência que conhece* e o *mundo ou objeto que aparece ou se mostra cognoscível*.

⁸⁷ Caráter relativo a fenômenos individuais e subjetivos que são socialmente produzidos através do autoreconhecimento de cada sujeito em cada um dos outros, como ocorre, por exemplo, na criação de identidades culturais (Dicionário Aurélio Eletrônico).

A Fenomenologia como um questionamento no modo científico de pensar reformula o entendimento a respeito das coisas mais básicas, tais como a compreensão do homem e do mundo (GALEFFI). Nesse sentido, Martin Heidegger coloca em questão um conceito que fundamenta todas as teorias científicas - *o sentido do ser* e demonstra que a fenomenologia compreende a verdade com um caráter de provisoriedade, mutabilidade e relatividade, radicalmente diferente do entendimento do conhecimento racional que pressupõe uma única e absoluta verdade. Para Galeffi, essa é uma das razões por que se afirma que a fenomenologia é uma postura ou atitude (um modo de compreender o mundo) e não uma teoria (modo de explicar) e prossegue expondo que a construção humana autônoma, o modo como os objetos “aparecem” na nossa percepção, compreensão e entendimento passa a ser uma questão fenomenológica, isto é, uma questão de compreensão prévia do próprio *ser-no-mundo*. E é esta compreensão que descortina as possibilidades do *ser-do-homem* poder assumir as responsabilidades da sua própria história. Para o autor, a fenomenologia é um método para o próprio esclarecimento do ser humano na história, orientando o seu olhar para o fenômeno na relação sujeito-objeto e, em última análise, representa o rompimento do clássico conceito sujeito/objeto. Nesse sentido, Natanson (apud GALEFFI) afirma que o campo da fenomenologia abrange atitudes naturais e tenta descrever o que se apresenta sem prejudicar os resultados tomando como garantia a história, a causalidade, a intersubjetividade e o valor que cada sujeito associa à sua experiência, para exame cuidadoso da estrutura do mundo da vida diária em busca do entendimento da sua origem e direção. Coltro (2000) expõe que, para a fenomenologia as ciências sociais devem conhecer o mundo social tal como ele é vivido na atitude natural, precisando para isto adotar o ponto de vista compreensivo, o único capaz de apreender as coisas sociais enquanto significativas graças à ação dos atores da cena social nas suas funções típicas. O autor acrescenta que as ciências sociais consideram o ato social como unidade básica e reconhecem que o homem pode compreender as suas próprias intenções bem como interpretar o motivo da conduta de outros homens. O método fenomenológico se caracteriza pela ênfase ao “mundo da vida cotidiana” e se utiliza de procedimentos que levam a uma compreensão do fenômeno por meio de relatos descritivos da vida social. Moura Castro (1977, apud COLTRO, 2000) ressalta que as ciências sociais estão envolvidas com significativas dificuldades metodológicas decorrentes da complexidade inerente aos fenômenos humanos em que há riscos de subjetividade em todo o processo, com a ação humana se caracterizando pelo livre arbítrio. As ciências sociais se voltam, então, para um particular fenômeno significativo apreendido em uma totalidade intersubjetiva.

Forghieri (1993: 19) corrobora esse pensamento e afirma que “o mundo recebe o seu sentido não apenas a partir de constituições de um sujeito solitário, mas do intercâmbio entre a pluralidade das constituições dos vários sujeitos existentes no mundo realizado através do encontro que se estabelece entre eles”. A experiência do outro, esta experiência intersubjetiva, tem como principal base a cooperação enquanto formadora da vida social. Esta mesma cooperação está presente na vida cotidiana e na ciência, tornadas possíveis graças ao engajamento de todos os tipos de faculdades pertencentes à pluralidade de sujeitos reais. Para Schutz (apud COLTRO, 2000) o mundo da vida é intersubjetivo desde o início e as ações humanas nele exercidas são eminentemente sociais, pois elas nos colocam em relação uns com os outros. No processo de comunicação com o outro no presente imediato ocorre uma simultaneidade viva permitindo a participação do eu no fluxo do pensamento do outro apreendendo sua subjetividade. A experiência direta do mundo social diz respeito a tudo que está à volta do sujeito: a condição para que se tenha uma experiência direta do próximo é a de que ele divida com o sujeito um setor do tempo e do espaço.

Viñas (2005: 150 - 159) esclarece que o subjetivismo que caracteriza as abordagens da conservação contemporânea, de certa forma, vai de encontro ao senso comum, mas o intersubjetivismo responde à necessidade de integrar o subjetivismo no quadro teórico da conservação conciliando a subjetividade e o senso comum. Segundo o autor, intersubjetivismo na conservação pode ser visto como uma consequência de acordos entre os sujeitos para os quais os objetos têm significados - as pessoas afetadas ou partes interessadas, corresponsáveis pela conservação desses objetos que é realizada para elas. A noção de negociação contribui para diminuir as lutas de poder que ocorrem no campo da conservação, para que as pessoas afetadas possam chegar a um acordo. O autor salienta que objetos são qualificados como objetos de conservação porque transmitem mensagens e porque um número de pessoas concorda que eles têm significados sociais, privados ou científicos desejáveis, sendo o valor simbólico de um objeto gerado pelas próprias pessoas. A sociedade protege esses objetos por causa dos efeitos intangíveis, simbólicos que uma alteração indevida pode ter sobre os sujeitos que a compõem. Viñas expõe, então, que o paradigma contemporâneo da conservação está centrado na relação entre sujeito e objeto e seu principal objetivo é manter os significados e valores dos objetos patrimoniais que são carregados do passado para o presente e deste para o futuro, visando garantir a possibilidade de surgimento de novos significados e valores no presente e no futuro, o que se constitui como conservação sustentável. A conservação sustentável do patrimônio urbano pressupõe a

atuação dos sujeitos envolvidos sobre seus atributos tangíveis (estado) e intangíveis (processos) para a manutenção de ampla gama de valores referendados pelo maior número desses sujeitos. Ela objetiva manter íntegros os atributos físico-espaciais dos bens para que possam transportar seus significados e valores intergerações. Mas Viñas lembra que apenas esses atributos não são suficientes para expressar a significância cultural, mas são essenciais como suportes para a transmissão dos seus significados e valores a partir da manutenção da autenticidade e da integridade, esta última entendida como a capacidade de um sujeito de interpretar significados presentes ou passados expressos nos objetos, atributos e contexto. Esse processo de interpretação⁸⁸ que faz a relação entre os significados de um mesmo objeto e contribui para a percepção do passado no presente se compreende por continuidade. A continuidade é um processo comparativo de estados do objeto que estão sob o mesmo processo de alteração e tem importância fundamental para a permanência da significância.

O acúmulo de informações no objeto depende de intervenções de caráter sustentável que permitam a conservação das propriedades intrínsecas das estruturas físico-espaciais e suas condições ambientais, essenciais para a manutenção da capacidade de expressar os significados relacionados com tempos passados. Alterações físicas promovidas em um objeto podem reduzir ou incrementar seus significados e valores e comprometer a capacidade dos sujeitos de interpretá-los. Para Jokilehto (2002: 19), a complexidade inerente ao campo da conservação tem fundamento cultural, pois o patrimônio é produto de culturas que precisa ser interpretado, bem como compreendido o processo de associação de seus valores relevantes. Para o autor, a conservação também é um problema cultural, pois necessita de estabelecimento de comunicação entre agentes sociais e de uma base para a partilha e implementação desses valores.

Do exposto se depreende que a adoção dos princípios da conservação sustentável do patrimônio cultural auxilia na manutenção das associações entre os agentes sociais e o lugar onde vivem e na manutenção dos significados e valores para eles relevantes. O envolvimento dos diversos agentes sociais com as ações de conservação consolidará a consciência da importância do respeito à diversidade cultural e à significância e do compartilhamento de

⁸⁸ Assim como a Carta de Veneza consagrou o princípio de que a proteção da extensão da fábrica de um patrimônio cultural é essencial para a sua conservação, é agora igualmente reconhecido o entendimento de que a interpretação do significado de lugares é parte integrante e fundamental para os resultados positivos do processo de conservação. O objetivo principal da interpretação deve ser comunicar os valores de sítios do patrimônio cultural e deve ser considerada parte integrante do processo de conservação e incorporada ao planejamento, financiamento e gestão. (Charleston Declaration, 2005. www.icomos.org/usicomos/Symposium/SYMP05/Charleston_Declaration.htm).

responsabilidades com sua permanência no presente e no futuro. A gestão da conservação sob a ótica sustentável promoverá a qualidade de vida dos agentes sociais do lugar no presente e no futuro, noção que remete ao princípio da sustentabilidade discutido a seguir.

3.1.4 O princípio da sustentabilidade

Pontual (2002: 2) enquadra as práticas de gestão das cidades segundo os fundamentos do planejamento estratégico interrelacionado com a teoria do desenvolvimento sustentável e da conservação do patrimônio cultural, as quais buscam orientar intervenções nas cidades com eficiência e eficácia para minimizar perdas sociais e vestígios históricos. Em áreas de valor cultural a autora acresce aos desafios comuns à gestão das cidades o de adaptá-las às necessidades contemporâneas e de garantir a manutenção e conservação das qualidades e valores da sua configuração urbana; assegurar a manutenção do que existe de específico e não renovável incorporando novos objetivos econômicos e sociais e promover o contínuo monitoramento do estado de conservação e estratégias de sustentação.

Zanchetti (2007) entende que a abordagem da conservação integrada vem se modificando de acordo com o surgimento de novos paradigmas de planejamento, especialmente do desenvolvimento sustentável. Para o autor (1999), a abordagem da conservação integrada apresenta no nível conceitual uma grande compatibilidade com a abordagem do desenvolvimento sustentável das cidades, sendo esses conceitos praticamente indissociáveis, pois qualquer política urbana atual para cidades existentes corresponde a uma política de conservação ambiental, entendida a abordagem da conservação como de *controle da mudança* das estruturas ambientais urbanas. A abordagem do desenvolvimento sustentável é entendida por Hidaka (2000) como uma nova ordem às cidades, a qual prioriza um processo de transformação com incremento das oportunidades para a sociedade compatibilizando a conservação do meio ambiente, da diversidade cultural, o desenvolvimento econômico e a equidade social. Ela acrescenta que os pressupostos referentes ao planejamento urbano e à conservação urbana apropriam-se da abordagem temática do desenvolvimento sustentável, enfatizando que o patrimônio é um recurso com valores múltiplos, de caráter não renovável e de grande importância a ser deixado para as futuras gerações.

O princípio da sustentabilidade tem reconhecimento na Teoria Contemporânea da Conservação, sendo sua aplicação de interesse na conservação das características do objeto que o convertem em algo valioso - sua significância. Viñas (2005: 194) refere-se a autores que têm reconhecido a sustentabilidade econômica do processo de conservação, embora essa categoria só seja aplicada a objetos com forte apelo público e não com a maioria dos objetos de conservação. Pereira (2007: 21) observa que o conceito de sustentabilidade tem sido utilizado no campo da conservação através de abordagens guiadas pela economia, as quais só podem garantir sucesso nos casos em que há retorno econômico ou lucro. O autor usa a metáfora econômico-ecológica para ressaltar o entendimento de que objetos de conservação são recursos finitos que devem ser usados sabiamente e (p) reservados para futuras apreciações, utilizações e modificações.

Zanchetti (1998) expõe que “o equilíbrio entre as várias dimensões da sustentabilidade tem que necessariamente passar por uma análise de custo-benefício, onde os efeitos positivos e negativos de todas as ações dentro de cada uma das dimensões são examinados e avaliados”. Intervenções em áreas patrimoniais devem objetivar o atendimento às necessidades contemporâneas, conservando necessariamente sua diversidade de valores para que futuras gerações usufruam desse ambiente de acordo com necessidades que vierem a se constituir. Significa desfrutar de um estágio de desenvolvimento que pressupõe a continuidade de suas referências culturais.

Staniforth (2000) definiu que uma das chaves para o futuro e não apenas para a conservação é a sustentabilidade e estabeleceu como os três eixos de sustentabilidade do patrimônio: 1 - Sustentabilidade e turismo; 2 - A aparente contradição do termo “patrimônio sustentável” e 3 - O impacto sobre o ambiente de nossas decisões e escolhas profissionais. O autor respondeu ao questionamento sobre qual seria a aparente contradição no termo "patrimônio sustentável" lembrando que, sendo a sustentabilidade definida algumas vezes como "a redução do impacto ambiental pelo não consumo de recursos não-renováveis", o patrimônio cultural é um recurso não renovável e seu uso ou abuso causa mudança física, mais comumente identificada como dano (perda). E essa mudança pode produzir perda de integridade e de significância cultural.

Cassar expõe que a primeira tentativa para definição do termo sustentabilidade ocorreu em 1972 durante a I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada

em Estocolmo, na Suécia e, entre os princípios instituídos, foi estabelecida a necessidade de um planejamento integrado ao desenvolvimento. Em 1987, a Comissão das Nações Unidas de Meio Ambiente e Desenvolvimento produziu o documento intitulado *Nosso Futuro Comum*, conhecido como Relatório Brundtland, em cuja citação mais memorável definiu *Desenvolvimento Sustentável* como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades. A reflexão sobre sustentabilidade no contexto da cidade, mais especificamente no campo da conservação do patrimônio cultural é de interesse desta pesquisa, e esse conceito contribui para o entendimento sobre o objetivo central da conservação contemporânea que é passar a máxima significância cultural para as gerações futuras.

Viñas (2005: 195 - 196) considera que esse conceito traz para a Teoria Contemporânea da Conservação um fator de grande relevância - os futuros usuários, os quais devem ser levados em conta quando se tomam decisões de conservação, uma vez que sempre que um objeto é modificado alguns de seus possíveis significados são fortalecidos, enquanto outros são reduzidos para sempre. O autor considera que a sustentabilidade na conservação é semelhante aos conceitos de reversibilidade ou intervenção mínima, embora seja uma noção mais completa, uma vez que é mais explícito o reconhecimento da necessidade de ter usos e usuários futuros considerados. Isso confere à Teoria Contemporânea da Conservação uma intencionalidade de longo prazo, impedindo o abuso do conceito de negociação que pode derivar do fato de que os futuros usuários não podem reclamar ou expressar suas opiniões.

Objetivando contribuir para a adequação do princípio da sustentabilidade ao campo da conservação do patrimônio cultural, Jokilehto (2002: 12) conceituou o termo *desenvolvimento culturalmente sustentável* que implica em um desenvolvimento baseado em ideias, valores, padrões intelectuais, morais e estéticos compartilhados pela comunidade que é guiado pelos princípios da diversidade cultural e pela aceitação da mudança sustentável ao longo do tempo. A sustentabilidade cultural considera o respeito pelos significados e valores atribuídos pelas gerações passadas e presente para sua interpretação pelas gerações futuras, tendo a geração presente uma postura ativa e comprometida com a preservação da sua própria identidade. A noção de sustentabilidade cultural corresponde a um parâmetro ético para a conservação urbana, considerando o entendimento de que a significância cultural é um

recurso não renovável e envolve pessoas cujos interesses futuros são desconhecidos atualmente.

Cassar afirma que a sustentabilidade é essencialmente uma "qualidade de vida" ética e, como tal, fornece uma interpretação contemporânea válida para a conservação e que a sustentabilidade do patrimônio cultural auxilia na gestão da mudança, do equilíbrio entre preservação e uso de modo que, tanto quanto possível, a significância seja passada para as gerações futuras. Ela ressalta que sustentabilidade é então uma chave para o futuro do patrimônio cultural tanto quanto uma chave para o futuro do planeta. Pereira (2007) entende que, embora não completamente desenvolvido, o princípio da sustentabilidade cultural introduz limites responsáveis e aceitáveis para a conservação, uma vez que a prática se torna mais complexa, os agentes sociais mais exigentes, as questões econômicas mais difíceis, conceitos e paradigmas tornam-se mais flexíveis e as restrições à atividade de conservação tendem a desaparecer.

Na ótica contemporânea da conservação o patrimônio cultural é preservado não pelos valores, funções ou significados atribuídos no passado, mas pelas mensagens que comunica e simbolismo que representa no presente e que representará para as futuras gerações. Viñas (2005) levanta o questionamento sobre a garantia de que a negociação realizada no presente não irá prejudicar a capacidade de permanência da plena significância do patrimônio cultural para as futuras gerações, uma vez que significância e valores estão em um permanente fluxo de mudança. O autor informa que, entre as tendências existentes no campo da conservação, uma sustenta que não é possível prever como procedimentos atuais de conservação serão recebidos e percebidos no futuro e que não é possível prever se um determinado procedimento vai proporcionar no futuro mais ou menos significância cultural do que no presente. Essa noção envolve princípios éticos e morais e contribui para o debate sobre o que seja mudança aceitável que deve ser fruto de decisões compartilhadas, pois afetará vários sujeitos que utilizarão o patrimônio no futuro. Para Rangel, a própria palavra *patrimônio* remete à noção de ética na conservação do patrimônio cultural ligada ao contato permanente com as origens que fundaram uma sociedade e à ética de determinada comunidade. A autora prossegue salientando que o patrimônio cultural materializa e torna visível o sentimento evocado pela cultura e pela memória e que a noção de patrimônio cultural diz respeito à herança coletiva que deve ser transmitida às futuras gerações de forma a possibilitar relacionar o passado e o presente, permitindo a visão do futuro de acordo com o conceito de

desenvolvimento sustentável. A evolução do conceito de patrimônio reconhece todos os períodos históricos ou estilísticos como importantes para o desenvolvimento da civilização. Além disso, reconhece a importância para a memória, conceito mais abrangente que abriga não só o patrimônio artístico, mas todos os elementos fundamentais para a distinção de determinado povo e lugar.

Corroborando esse entendimento o conceito de desenvolvimento culturalmente sustentável definido por Jokilehto relacionado com práticas e costumes desenvolvidos pela comunidade de um lugar ao longo do tempo e que estão incorporados no seu patrimônio construído. Buscando responder a conceitos e abordagens contemporâneas da conservação a Declaração de Princípios e Recomendações para a Preservação do Espírito do Lugar, também intitulada como Declaração de Québec (ICOMOS, 2008) expõe a percepção de que a construção contínua de significados e a manutenção de práticas humanas tradicionais constituem a essência da vida social e espiritual de um lugar, a sua alma, o seu *espírito de lugar*, definido como os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.), ou seja, os elementos físico-espaciais e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar. *Espírito do lugar* é uma expressão que revela uma abordagem fenomenológica do lugar e da interação entre lugar e identidade e indica seu caráter especial.

Clavir (1994: 53) contribuiu na construção de novo paradigma da conservação ao associar questões mitológicas ao objeto e a noção de mundo para lhe atribuir significados que não estão incorporados em seus atributos e dependem de ações humanas, as quais formam o espírito do lugar. Para Ivanov (2007), o espírito do lugar é um componente dos valores patrimoniais, mais do que algo místico e emotivo que está associado à percepção de comportamentos e práticas sociais que se expressam no campo físico-espacial e se constitui em algo contínuo praticado há muito tempo e que tem raízes no passado. Rossi (2001: 197 - 198) refere-se à alma da cidade como um nexo estrutural que se torna história e memória dela como uma qualidade a ela relacionada. Como memória está ligada a fatos e lugares, sendo a cidade o lugar da memória coletiva.

Kerr (2000: 47) aborda o assunto referindo-se a localidades com forte senso de lugar, que proporciona uma sensação de continuidade, de identidade e de pertencimento para seus

moradores, possível de ser percebido e apreciado por muitos visitantes. Esses locais são repositórios da memória cultural onde função, atitude ou crença dão expressão à sua forma e ao seu caráter. Funções religiosas e educacionais, o uso habitacional e outros usos cotidianos podem contribuir para o senso de lugar. É fundamental para a sustentabilidade cultural do lugar a manutenção das suas peculiaridades, no que diz respeito à antiga população e suas práticas e costumes e ao conjunto construído que os abriga.

Zanchetti (1998: 10) ressalta que é preciso encontrar um equilíbrio entre as transformações e a manutenção do legado cultural e que, pelo menos, deve-se garantir *a manutenção da riqueza do meio ambiente urbano e um incremento no grau de diversidade dos elementos componentes das estruturas*. Segundo o autor, para garantir a transmissão desses valores entre gerações, a geração de hoje pode apenas tentar transmitir a matéria física (o estado) e intervir nos processos que garantam a transferência dos valores. Os processos de conservação material fixarão a informação, permitindo que os valores sejam revelados, lidos e sentidos no futuro. Kerr (2000) corrobora a importância do equilíbrio entre conservação e desenvolvimento, pois o que é mantido dá aos habitantes um sentimento de continuidade, de identidade e de estabilidade; ao mesmo tempo, o novo pode garantir a sobrevivência de um lugar, gerar vitalidade ou desempenhar uma função que não poderia de outra forma ser satisfeita. Para o autor, é através de um plano de conservação⁸⁹ que se alcançará o equilíbrio entre o antigo e o novo. Appleyard (1979, apud TIESDELL, OC e HEATH, 1996: 13) ressalta valores da cidade antiga relacionando-os com a escala humana, com individualidade, com aspectos da arte, com riqueza e diversidade arquitetônica, os quais faltam na plástica da cidade contemporânea feita à máquina com componentes repetitivos e projetos em larga escala. Em um mundo de rápidas mudanças, evidências visíveis e tangíveis do passado podem também ser valoradas pelo sentido de lugar e continuidade que elas transmitem. Tiesdell, Oc e Heath (1996) citam ainda Lynch (1960) que argumenta que a familiaridade do lugar é importante na manutenção da estabilidade psicológica do indivíduo e que mudanças físicas devem ser controladas por políticas de conservação, de modo que a excitação do futuro seja ancorada na segurança do passado.

⁸⁹ Plano de conservação é um documento que define o que é significativo em um lugar e as políticas que são adequadas para permitir que a significância seja mantida na sua utilização e desenvolvimento futuros. Para a maioria dos lugares isso trata de gestão da mudança. O objetivo do plano de conservação é definir a melhor forma como a significância cultural prevista na Declaração de Significância pode ser retida ou revelada (KERR, 2000). O plano de conservação deve verificar a sustentabilidade das ações adotadas e prever a gestão de futuras alterações ligando as questões da conservação do patrimônio aos aspectos econômicos e sociais (Carta de Cracóvia, 2000).

Norberg-Schulz (1986) analisando a importância dos atributos arquitetônicos na construção do sentido de um lugar expõe que a arquitetura tem ajudado o homem a dar sentido e significado à sua existência e a marcar uma posição no espaço e no tempo. Para o autor, a arquitetura refere-se a conteúdos e significados existenciais além da sua preocupação com necessidades práticas e economia, sendo esses conteúdos e significados resultantes de fenômenos naturais, humanos e espirituais. A arquitetura traduz esses significados através de formas espaciais que significam lugar, caminho e domínio, isto é, a estrutura concreta do ambiente humano e deveria, então, ser entendida em termos de formas significantes e, como tal, fazendo parte da história dos significados existenciais.

Significados e valores contribuem para construir o nexo da continuidade temporal de áreas histórico-culturais e para a constituição do seu *espírito do lugar*. O reconhecimento dos significados e valores ocorre de maneiras diferentes para os diversos sujeitos envolvidos com um lugar e se consolida através de uma relação intersubjetiva. A ética contemporânea pede que sejam considerados os diferentes significados que um objeto pode ter para os diferentes grupos de pessoas de um lugar que devem decidir quais significados devem prevalecer e como combiná-los para satisfazer tantas visões quantas possíveis (VIÑAS, 2005: 214). Essa compreensão é fundamental para a gestão da conservação contemporânea que está orientada pelo conceito de significância cultural abordado a seguir.

3.2 Significância Cultural

3.2.1 Definições e abordagens

Subjacente à filosofia da conservação patrimonial, o conceito de significância cultural foi inicialmente referido na Carta de Veneza (1964) e enunciado na Carta do ICOMOS/Austrália para Lugares de Significância Cultural (Carta de Burra, 1980). Neste documento, significância cultural é definida como o termo que exprime o valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para gerações passadas, presente ou futuras e está incorporada no próprio lugar, na sua fábrica, ambiente, uso, associações, significados, registros, lugares e objetos relacionados. Refere-se não apenas à fábrica ou à aparência de um bem cultural, mas a todos os elementos que contribuem para informar porque ele é significativo, como o contexto em que se encontra, sua história, usos e valores sociais e espirituais. A adaptação

deste termo resultou de mudanças nos objetivos da conservação dos bens culturais, com destaque para o reconhecimento dos aspectos menos tangíveis da significância cultural dos sítios patrimoniais, suas associações e significados para as pessoas. Sob essa ótica, Jokilehto e Feilden (1993: 33) afirmam que as áreas históricas não devem ser consideradas apenas em relação aos seus conjuntos arquitetônicos, mas também em relação aos valores humanos registrados no seu contexto social e econômico. A Carta de Burra estabelece ainda que podem ser atribuídas categorias de valores a lugares por diferentes indivíduos ou grupos e que a significância cultural de um lugar pode mudar como resultado da sua continuidade histórica. Segundo a Carta de Burra, significância cultural é um conceito que auxilia na estimativa do valor de lugares que são susceptíveis de ser significantes, que ajudam na compreensão do passado ou no enriquecimento do presente e que serão de valor para gerações futuras.

O conceito de significância cultural tem sido amplamente discutido no campo da conservação dos bens culturais, mas sua epistemologia carece de sistematização e avaliação e esclarecimento sobre imprecisões conceituais. Sua origem acontece com a mudança de ênfase da preservação arquitetônica de edifícios americanos, cuja valorização estava associada a grandes personagens ou eventos da história, passando à apreensão dos valores culturais desses edifícios e de seu ambiente. A necessidade de formulação de critérios para a seleção dos lugares que deveriam ter seus valores associativos ou arquitetônicos influenciou o subseqüente desenvolvimento do conceito de significância cultural.

Significância cultural pode ser definida como o valor de um lugar percebido pela sociedade, estabelecido como resultado da continuidade de sua permanência e seu valor para a mesma, sendo esse valor uma síntese ou composição de suas significâncias histórica, emocional, cultural e espiritual. O ambiente histórico terá também estabelecido valor por sua riqueza social, arquitetônica e estética, sendo provável que tenha sido objeto de diversas intervenções durante seu período de existência, provocadas por necessidades e aspirações sociais, e reflita padrões de mudança da sociedade ao longo do tempo. Portanto, oferecerá um palimpsesto tão legível quanto qualquer livro ou pintura, retratando ou oferecendo uma chave para a compreensão da série de acontecimentos históricos de que é testemunha (www.understandingconservation.org). Jokilehto e Feilden (1993: 35) evidenciam que o tempo histórico de um bem cultural é irreversível e é produto de condições culturais, sociais, econômicas e políticas das fases que contribuíram para sua criação e evolução. Um bem

cultural é único em relação com o tempo histórico e, por isso, não renovável e, se submetido a reconstruções substanciais, tornar-se-á um produto do presente ficando relacionados a ele apenas valores contemporâneos.

Significância cultural constitui o conjunto de valores atribuídos a um bem cultural e tem sido usada para justificar e operacionalizar a sua conservação, sendo reconhecida como um conceito-chave que auxilia na tomada de decisões sólidas sobre a conservação, interpretação e gestão de bens culturais no presente e no futuro, focada nos recursos disponíveis. É, pois, fundamental em diversas etapas do processo de conservação, como o planejamento e gestão (AGUIAR; PEREIRA; HIDAKA e MELO, 2007). A determinação da significância cultural é o primeiro e mais importante passo em todos os projetos de conservação bem sucedidos, pois o sucesso de qualquer projeto depende da sua compreensão para o lugar. É o fio comum que mantém todos os aspectos do projeto em conjunto e forma o objetivo de qualquer investigação empreendida (www.understandingconservation.org). Jokilehto e Feilden (1993: 29) entendem que a conservação do patrimônio é um problema cultural que depende de um entendimento adequado dos valores presentes no bem patrimonial. Por essa razão, políticas de conservação devem se basear em um processo crítico que começa com a investigação, documentação e definição do bem cultural e de seus respectivos valores. Para Mason (2002: 5), significância cultural compreende uma articulação de valores patrimoniais e é ponto de referência para a tomada de decisão na conservação patrimonial.

A Carta de Burra contribuiu para a mudança de paradigma na Teoria da Conservação ao definir que o objetivo central da conservação patrimonial é a manutenção da significância cultural de bens de interesse da preservação. Considerando que a construção da significância cultural se constitui em um processo coletivo, essa mudança implica considerar o envolvimento direto dos atores sociais de um lugar com seus bens culturais, bem como incorporar as noções de subjetividade e relatividade cultural como instrumentos que devem ser considerados na análise de planos, programas e projetos propostos. Green (1998: 92 - 94) salienta que a significância cultural é socialmente construída a partir da interação de diferentes grupos sociais e se refere aos significados para uma pluralidade de atores segundo um processo de longo prazo. A definição da significância ocorre, então, através de um amplo processo social, uma vez que significados culturais são significados pessoais que são compartilhados por diversos sujeitos. Ela é reconhecida por uma coletividade quando

significados que considera relevantes se materializam nesse bem e é de fundamental importância compreender como esses significados são interpretados e valorados.

Consolidado o entendimento de que o reconhecimento e atribuição da significância cultural devem ser feitos por uma multiplicidade de sujeitos do lugar, acrescenta-se que ela também está relacionada com o conhecimento e saber científico de determinada época. É necessário, portanto, que não só se reconheça a pluralidade de valores que o lugar apresenta em determinado tempo, como se considere que há valores ainda não reconhecidos para que no futuro novas significâncias sejam construídas. O processo de identificação da significância agrega sempre novas informações conforme os atores envolvidos, as relações estabelecidas entre eles, o tempo decorrido e a cultura nele acumulada.

Conforme expressa a Carta de Burra, a significância refere-se não somente ao aspecto físico-espacial do bem, mas também incorpora todos os elementos que contribuem para seus significados, incluindo sua história, contexto, usos e valores sociais e espirituais. Constitui-se, pois, no conjunto de significados definidos a partir da atribuição de valores aos bens de forma subjetiva e intersubjetiva. Para Marta de La Torre et al (2002: 3 - 4) a significância cultural é usada para explicar a importância de um lugar através da agregação de valores a ele atribuídos, tanto os reconhecidos por especialistas quanto os trazidos por novo suporte ou elemento acrescido ao lugar. Para a autora, as discussões sobre valores, sobre como contextos sociais conformam patrimônio e conservação e sobre o imperativo da participação pública desafiam as noções convencionais das responsabilidades dos profissionais de conservação, os quais se defrontam com um quadro conceitual que legitima práticas de conservação guiadas por valores. Os valores envolvidos na conservação do patrimônio cultural são complexos e dinâmicos e constituem um universo abrangente sobre o qual se discorre a seguir.

3.2.2 Valores patrimoniais

Neste item da pesquisa são apresentadas tipologias de valores propostas por autores e especialistas em conservação, os quais têm relação imbricada com bens de valor patrimonial. Connor (1994, apud VIEIRA, 2006: 31) argumenta que valor e valoração constituem uma necessidade inerente à condição humana e que qualquer atividade e ato estão ligados a uma

estimação ou comparação, ou a uma preferência relativa que corresponde a alguma espécie de valoração. Nesse sentido, Lacerda (2002: 59) ressalta que o conceito de valor assume uma variedade infinita de significados que torna a análise complexa e incompleta, uma vez que a inserção da acepção da palavra valor em diferentes tempos e espaços varia de indivíduo a indivíduo, de grupo social a grupo social, de sociedade a sociedade.

Fonseca (1997) esclarece que valores patrimoniais resultam da identificação técnica e legal, do reconhecimento institucional dos valores culturais, os quais têm conceito amplo e complexo. Tiesdell, Oc e Heath (1996: 15) compreendem o valor patrimonial como o *valor de continuidade da memória cultural* e o consideram representativo de determinada identidade cultural presente no patrimônio edificado das áreas históricas. Para os autores, desde meados dos anos 1960, o incremento da significância cultural tem sido a justificativa para preservar esse valor, razão do aumento da preocupação com as propriedades estéticas dos artefatos históricos. Os autores citam Hewison (1987), para quem a evidência visível do passado pode contribuir para a identidade e memória cultural de um povo ou lugar, localizando uma sociedade contemporânea em relação a uma tradição anterior e dando sentido ao presente através da interpretação do passado.

Lemos define que o valor documental de uma edificação está expresso em suas características técnico-construtivas, razão pela qual mesmo uma ruína está imbuída do referido valor, como também esse atributo valorativo está relacionado com os modos de ocupação, programas e funções do imóvel. Zevi (1978: 17 - 137) compreende que o caráter essencial da arquitetura se expressa no espaço em que o homem abriga seus anseios e necessidades, razão pela qual ele relaciona valores econômicos, sociais, técnicos, funcionais, artísticos e espaciais ao edifício. São as funções que o espaço abriga e os valores atribuídos no presente que justificam esforços para a permanência do bem arquitetônico no tempo. Os autores Tiesdell, Oc e Heath (1996: 11) ressaltam que o desejo dos sujeitos de preservar evidências do passado tem muitas justificativas e fazem menção a Rypkema (1992) que afirma que os preservacionistas atribuem aos bens os valores social, cultural, estético, arquitetônico, histórico, valor do contexto urbano e valor de sentido de lugar, mas que, de fato, um dos mais fortes argumentos para a preservação de um edifício histórico deveria ser as múltiplas camadas de valor que ele tem para sua comunidade.

Para Jokilehto e Feilden (1993: 29 – 36) o entendimento atual sobre patrimônio cultural resulta de um processo relacionado com o desenvolvimento da sociedade contemporânea, seus valores e suas necessidades, sendo a associação dos valores culturais a bens patrimoniais dependente das interpretações que refletem o tempo presente. O patrimônio cultural de um lugar é de interesse de uma multiplicidade de agentes sociais que com ele têm algum tipo de relação, os quais podem apresentar posicionamentos diversos e até divergentes quanto a valores e formas de usufruto dos bens culturais. Para o Código de Ética de Co-existência na Conservação de Lugares Significantes adotado pelo ICOMOS Austrália (1999) valores expressam crenças que têm significância para um grupo cultural, incluindo, mas não se limitando a crenças morais, políticas, religiosas e espirituais. Grupos culturais é um termo definido no Código de Ética como um grupo de pessoas que possuem valores comuns expressos através da partilha de crenças, tradições, costumes e/ou práticas.

Marta de la Torre et al (2002: 4) define valor como um conjunto de características positivas ou qualidades percebidas em bens culturais ou lugares por certos indivíduos ou grupos. Corroborando esse entendimento, Mason (2002: 7 - 8) compreende essas qualidades e características positivas dos bens como atuais e potenciais e correspondem a uma tentativa de percepção do seu amplo alcance e do processo de valoração relacionado com o patrimônio. Para ele, o patrimônio é valorado não como um empreendimento intelectual, mas porque desempenha as funções instrumental e simbólica e outras funções na sociedade, e relaciona o valor patrimonial com utilidade e benefício.

Valores patrimoniais são contingentes (socialmente e espacialmente construídos) e mutáveis, e não são objetivamente dados. São produzidos fora da interação de um objeto e seu contexto⁹⁰ e não emanam do próprio objeto. Podem ser compreendidos quando referenciados com os contextos social, histórico e mesmo espacial, através das lentes de quem está definindo e articulando valor. Essa é a compreensão de Frondisi (apud ZANCHETTI, 2009) que afirma que “a valoração é um ponto de confluência dos objetos e dos sujeitos dentro de um âmbito de relações sociais, culturais ou econômicas”. O sujeito é a entidade que atribui valor ao objeto segundo suas qualidades e informado pelo contexto social, cultural e econômico onde se insere.

⁹⁰ Contexto refere-se aos ambientes físico e geográfico, às configurações e relações históricas e aos processos sociais com perceptível impacto sobre o patrimônio e sua conservação. Isso inclui o cultural, social, econômico e outras condições que contribuem para a significância, bem como para a gestão do ambiente físico do sítio (MASON, 2002: 14).

Sendo os valores relativos, Jokilehto (2006) ressalta a importância de não se confundir relativismo cultural com relativismo moral, cujo extremo significaria a não existência de valores universais morais e de questões de ética, temas importantes quando se trata do Valor Universal Excepcional do Patrimônio Mundial. Valores que participam da constituição do Valor Universal Excepcional se formam em períodos de longa duração e são valores que não variam para a sociedade. Sobre o tema, Mason (2002) afirma que o reconhecimento da contingência dos valores patrimoniais não impede a possibilidade de alguns serem universalmente retidos e defendidos. Esses valores socialmente construídos são vistos como universais porque eles estão completamente e amplamente retidos, como é o caso dos valores patrimoniais do Centro Histórico de Olinda.

Lacerda (2002: 59 - 60) salienta que o grau de transformação dos valores será mais lento quanto mais tradicional for a comunidade do lugar e acrescenta que os valores que devem ser considerados são os que permanecem mais invariantes. Mas a autora lembra que não se pode garantir que os valores herdados no futuro serão os mesmos apreendidos atualmente, devendo a geração atual tentar transmitir às gerações futuras os valores que constituem fundamentos da existência da própria sociedade. Zanchetti e Hidaka (2009: 4) acrescentam que os valores culturais de importância para uma comunidade são aqueles gerados por processos intersubjetivos realizados em períodos relativamente longos e, por isso, apresentam certa estabilidade na cultura dessa comunidade.

Viñas (2005: 153) concorda com a noção de que o valor simbólico de um objeto não é inerente a ele e sim gerado pelas próprias pessoas. O reconhecimento amplo do valor das obras pela maioria das pessoas, ou seja, a partilha do seu significado histórico e artístico por um grande número de indivíduos é que as torna bens patrimoniais importantes na atualidade. Um aumento no número de pessoas que concordam com a conservação dos significados de um bem pode resultar em um incremento da sua significância cultural.

A variedade de valores que se encontra em uma dinâmica constante de transformação e sua importância relativa para os sujeitos contribui para tornar complexo o processo de conservação do patrimônio cultural. Para a Teoria Contemporânea da Conservação (VIÑAS, 2005: 192), a conservação é feita para satisfazer prioridades, necessidades e gostos de indivíduos, portanto, sublinha decisões e valores subjetivos. Bens são adaptados para melhor transmitir significados sociais, sentimentais ou científicos, para melhor desempenhar certas

funções simbólicas e para aumentar o seu valor. O sujeito tem a capacidade de obter uma mensagem do objeto e, em consequência, construir sua escala de valores, a qual será diferente para cada pessoa ou grupo de pessoas. Nesse entendimento, Riegl (2006: 31 - 32) contrapõe ao objetivismo de sociedades anteriores o traço subjetivo da sociedade moderna e relativiza a visão da história, transformando-a num ponto de vista, num modo de ver, sentir e avaliar de um tempo, capaz de decidir que valor incide sobre o objeto e qual deve ser a atitude de quem o recebe.

Tradicionalmente, valores eram articulados com uma obra de arte ou um registro do passado e só recentemente o campo da conservação passou a abarcar fatores econômicos, culturais e político-sociais, os quais ainda necessitam ser melhor integrados. Mason (2002: 8 - 19) considera que os valores têm sido explorados minimamente, além daqueles perceptíveis pela análise do material visual, textual e iconográfico por especialistas da conservação, sendo preciso uma concepção mais social do contexto para obter valores que estão além do sítio, mas que o afetam, a exemplo de mudanças culturais, mercado econômico e dinâmica da sociedade civil. Para os profissionais da conservação isso requer um repensar de atuação, pois o ponto de vista contingente aponta para fatores de formação de valor externos ao próprio objeto e salienta os importantes processos sociais de formação de valor. O autor destaca que a subjetividade e a contingência dos valores patrimoniais dificultam o estabelecimento de uma estrutura clara ou mesmo uma nomenclatura de valores, mas, para ele, essa estrutura é necessária para facilitar a avaliação e integração de diferentes valores patrimoniais no planejamento e gestão da conservação sustentável. Esses valores devem ser vistos em conjunto, uma vez que a atribuição de um valor a um bem muitas vezes é influenciada ou condicionada por outro valor e sua separação só se justifica como um recurso que auxilia a análise e/ou a explica.

Zanchetti e Hidaka (2009) enunciam que a tipologia de valores existente é muito ampla e deve ser buscada em todos aqueles envolvidos em qualquer aspecto da conservação do bem. Ela contempla os valores socioculturais, os quais, em geral, abrangem os históricos, cultural-simbólicos, sociais, espirituais, estéticos, entre outros, bem como valores vistos sob uma ótica econômica, representados pelo valor de uso e de não uso, valor funcional, valor de opção, etc., os quais estão relacionados com funções desempenhadas pelos bens patrimoniais na sociedade contemporânea.

A tipologia de valores sugerida por Mason divide-se em dois grupos– *Valores Socioculturais* e *Valores Econômicos* com subcategorias apresentadas abaixo (Quadro 2).

Quadro 2.

Tipologia de valores proposta por Mason

Valores Socioculturais	Valores Econômicos
Valor histórico Valor cultural/simbólico Valor social Valor espiritual/religioso Valor estético	Valor de uso/mercantil Valor de não uso/não mercantil <ul style="list-style-type: none"> · Valor de existência · Valor de opção

Os autores Jokilehto e Feilden classificam os *Valores Culturais* e *Valores Socioeconômicos contemporâneos* como valores relacionados com sítios do Patrimônio Mundial. Nesta classificação (QUADRO 3), o valor social está relacionado no rol dos valores econômicos, pois, para os autores, valores de uso estão relacionados com a sociedade atual e suas infraestruturas socioeconômicas e políticas. Os autores definem *valores de identidade* como componentes dos valores culturais e que abrangem uma diversidade de valores como o histórico, espiritual, religioso, etc.

Quadro 3.

Tipologia de valores proposta por Jokilehto e Feilden

Valores culturais	Valores socioeconômicos contemporâneos
Valores de identidade Valor técnico ou artístico relativo Valor de originalidade	Valor econômico Valor funcional Valor educativo Valor social Valor político

Aloïs Riegl (2006: 37), contribuindo com uma conceituação dos valores dos monumentos numa perspectiva histórica e cultural, elaborou sua teoria dos valores segundo uma abordagem moderna, ao ponderar que bens culturais são assim considerados porque sujeitos contemporâneos atribuem valor a eles. Julgando que o monumento é uma criação do homem destinado a lembrar às gerações futuras alguns fatos, ações, destinos ou a combinação de todos, Riegl propôs a categorização de *monumentos intencionais* – elaborados para se lançar ao futuro como portadores de uma mensagem, portanto, atribuídos de valor simbólico desde

sua construção; e *monumentos não intencionais* – com o valor simbólico atribuído posteriormente, em um tempo sempre presente. A tipologia sugerida por Riegl apresenta-se no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4.

Tipologia de valores proposta por Riegl

Valores de Rememoração (valores do passado)	Valores da Contemporaneidade
Valor histórico Valor de rememoração intencional Valor de antiguidade	Valor de uso Valor de arte <ul style="list-style-type: none"> · Valor de arte relativo · Valor de arte elementar ou valor de novidade

Para melhor disposição do tema, os valores são apresentados segundo dois grandes grupos de classificação, sendo o primeiro grupo intitulado de *Valores Socioculturais/ Valores de Rememoração* e o segundo de *Valores Socioeconômicos/ Valores de Contemporaneidade*.

3.2.2.1 Valores Socioculturais/Valores de rememoração

Para Mason (2002: 9), os valores socioculturais são aqueles que estão presos ao objeto, ao edifício ou lugar porque detém significado para pessoas ou grupos sociais devido à sua idade, beleza, trabalho artístico ou associação com pessoa ou evento significativo, ou, de outra maneira, contribui para processos de associação cultural⁹¹. Há bens em que alguns desses valores se sobrepõem, a exemplo de um edifício que pode abrigar vários usos. Embora esses usos estejam intimamente relacionados é importante compreender como esses valores são diferentes porque correspondem a diferentes formas de conceituação do valor do patrimônio pelos diferentes grupos interessados e, portanto, correspondem a diferentes bases para fazer a gestão ou decisões de conservação. A Carta de Burra determina que a coexistência de valores culturais deve ser reconhecida, respeitada e incentivada, especialmente nos casos em que entram em conflito.

⁹¹ Ver conceito de associação na nota de rodapé 19.

Valor Histórico

Na Carta de Burra o valor histórico é caracterizado como aquele que engloba a história da estética, da ciência e da sociedade e, dessa forma, embasa todos os valores. A Carta preconiza que um lugar pode ter valor histórico por sua relação com uma figura, evento, fase ou atividade histórica, ou por ter abrigado um evento importante. Em qualquer lugar, a significância será maior onde a evidência da associação ou evento sobrevive *in loco* ou quando as configurações estão substancialmente intactas, mas há eventos ou associações que podem agregar significância independentemente.

Para Mason, os valores históricos são a base da verdadeira noção de patrimônio, pois a capacidade de um lugar de transmitir, incorporar ou estimular uma relação ou reação ao passado é parte da natureza e significado fundamentais de objetos patrimoniais. Para o autor, o valor histórico pode derivar da idade do patrimônio material, da sua associação com pessoas ou eventos, de sua raridade e/ou singularidade, das suas qualidades tecnológicas ou de seu potencial documentário/arquivista. O autor relaciona a este valor dois subtipos - o *valor educacional*, relacionado com o conhecimento sobre o passado no presente e no futuro e o *valor artístico*, baseado em um objeto como sendo único e o melhor exemplo do trabalho de um indivíduo em particular. Jokilehto e Feilden (1993: 38) inserem o valor educativo no grupo de valores socioeconômicos contemporâneos e consideram como meio para integrar os bens históricos no presente seu potencial para o turismo cultural e a conscientização sobre a cultura e a história que eles promovem. Por isso, ressaltam a essencialidade da integração dos sítios do Patrimônio Mundial nos programas educacionais.

Riegl (2006: 38 - 44) descreve o valor histórico como o mais abrangente, próprio de bens e vestígios do passado dotados de singularidade que se constituem em elo insubstituível e intransferível de uma cadeia de desenvolvimento onde toda etapa supõe uma antecedente. O autor põe a noção de desenvolvimento no centro da concepção moderna de história, segundo a qual toda atividade humana ou destino de que resta um testemunho pode postular valor histórico. Riegl ressalta que é importante a compreensão de que todo monumento de arte é um monumento histórico, vez que representa um estado determinado na evolução das artes plásticas e assevera que todo monumento histórico é também um monumento artístico e a arte que nele se confronta interessa, primeiro, sob um ponto de vista puramente histórico, com o monumento como elo indispensável ao desenvolvimento da história da arte. Em seu entendimento, o monumento artístico é, na realidade, um monumento da história da arte e o

seu valor é menos artístico do que histórico, sendo impertinente a distinção entre monumentos artísticos e históricos. Segundo Riegl, uma vez que remete à ancestralidade, ao valor histórico interessa a integridade do monumento e, para isso, admite sua recuperação e restauro como forma de garantir sua perenidade como fonte histórica.

Jokilehto e Feilden (1993: 37) incluem os *valores de identidade* no grupo de *valores culturais* e os relacionam com laços emocionais da sociedade para com objetos e sítios específicos, podendo ser as características de idade, tradição, continuidade, comemoração, legenda e apresentar vínculos sentimentais, espirituais ou religiosos, bem como simbólicos, patrióticos ou nacionalistas. Este grupo de valores tem um forte impacto na salvaguarda, conservação e restauração do bem, podendo a falta de identidade levar a seu abandono e destruição. Para os autores, o valor histórico insere-se neste grupo.

Barreto e Milet (2010) relacionam o valor histórico do CHO com os movimentos libertários, as culturas material e imaterial e a forma urbana que incorpora o registro material do processo de ocupação territorial implantado pelos portugueses no nordeste brasileiro no século XVI.

Valor de Rememoração Intencional

Para Riegl, a origem desse valor deriva do fato de que grande parte dos monumentos que o apresentavam sucumbiu à medida que as gerações posteriores se distanciaram daquelas que os havia erigido e quando o interesse pela preservação ainda não existia de forma abrangente. Somente com o passar do tempo e com sua inclusão no valor histórico, o propósito de sua preservação frente à força do tempo se consolidou.

Valor de Antiguidade

Para Riegl (2006: 51 - 69), à primeira vista, este valor se manifesta pelo aspecto não moderno de um monumento, por suas imperfeições e falta de integridade, características opostas às obras modernas. Por isso, o autor o define como possuidor de maior poder de sensibilização para as pessoas, pois as marcas do tempo provocam um sentimento de piedade em relação aos velhos edifícios e objetos e indiciam, antes de qualquer valor, o sentimento da passagem do tempo. O valor de antiguidade se opõe à conservação do monumento, pois seu reconhecimento implica colocar em evidência o ciclo da criação e da destruição como um movimento ininterrupto da vida.

Valor Cultural/ Simbólico

Ideias, materiais e hábitos passados através do tempo são valores tanto culturais quanto históricos. Valores culturais são usados para construir afiliação cultural no presente e podem ser históricos, políticos, étnicos sociais, econômicos ou relacionados com outros significados da vida coletiva. Cuche (apud VIEIRA, 2006; 34 - 35) entende que, sendo o homem essencialmente um ser de cultura, são suas escolhas culturais que diferenciam as respostas aos mesmos problemas que lhe são apresentados. Na tipologia definida por Mason (2002: 11) valor cultural/simbólico refere-se àqueles significados compartilhados e associados ao patrimônio que não são históricos, os quais estão relacionados com aspectos cronológicos e significados de um lugar.

Lacerda (2002: 62) acrescenta que o valor cultural encontra-se fortemente relacionado ao valor histórico no sentido de que a consciência do passado permite criar uma identidade comum, tanto no presente como no futuro, o que leva a se relacionar bens patrimoniais com valores simbólicos. Bens culturais são impregnados de simbolismo, respondendo a necessidades múltiplas de conhecimento, de rememoração e, em extensão, do permanente processo de criação e recriação da identidade coletiva. Barreto e Milet (2010) associam o valor cultural do CHO com a permanência dos testemunhos do passado, das tradições sagradas e profanas como as procissões e o Carnaval e de outras manifestações como música, artes plásticas e artesanato. Agrega valor cultural ao sítio a associação do senso de pertencimento dos moradores com laços afetivos mantidos com o sítio.

Valor Social

A Carta de Burra explica que o valor social compreende as qualidades pelas quais “um lugar se tornou um foco de sentimento espiritual, político, nacional ou outro sentimento cultural para os grupos sociais que nele vivem”. Mason (2002: 12) relaciona o valor social à noção de “capital social”, conceito usado na ciência social. Para o autor, os valores sociais do patrimônio permitem e facilitam conexões sociais, redes de comunicação e outras relações de forma ampla, não necessariamente relacionados com valores históricos que são centrais do patrimônio. O valor social inclui também aspectos do valor patrimonial de "apego ao lugar" que se refere à coesão social, à identidade da comunidade ou outros sentimentos de filiação dos grupos sociais que derivam de características específicas do patrimônio e do ambiente.

Para Jokilehto e Feilden, o valor social de um bem patrimonial está incluído nos valores socioeconômicos atuais e se relaciona com as atividades sociais tradicionais e com o uso compatível atual. Inclui a interação social atual da comunidade e desempenha um papel no estabelecimento da identidade social e cultural. Russell e Winkworth (2001: 36) relacionam a significância social somente a valor e modo de vida contemporâneos e, se o valor deixar de existir, a significância passa a ser histórica. Os autores Tiesdell, Oc e Heath (1996: 27) mencionam que, entre necessidades sociais existentes estão as ligações entre os agentes sociais e o patrimônio histórico construído de um lugar e a perda ou destruição da sua diversidade cultural poderá resultar em uma perda de bem estar social. Para os autores, o valor social pode, então, derivar do valor estético de um bem ou lugar.

Valor Espiritual / Religioso

Mason (2002: 12) expõe que sítios patrimoniais podem estar associados ou impregnados de religião ou outro significado sagrado e que valores espirituais podem emanar de crenças e de educação religiosa, bem como abranger experiências seculares de mistérios e de respeito provocados por visita a lugares patrimoniais. Jokilehto e Feilden incluem o valor espiritual/ religioso entre os valores de identidade já referidos. Os valores espirituais/ religiosos do CHO compõem sua riqueza cultural e estão associados à prática de rituais católicos, do Candomblé, de índios e caboclos e da Doutrina Espírita.

Valor Estético

A Carta de Burra relaciona o valor estético a aspectos de percepção sensorial com a forma, dimensão, cor, textura e material da fábrica, bem como cheiros e sons associados com o lugar e seus usos e, estando relacionado com aspectos materiais e imateriais do sítio, pode ser um diferencial em suas associações. Mason (2002: 12) considera o valor estético uma categoria de valor sociocultural e o associa a uma ampla gama de qualidades e pondera que as várias interpretações da beleza, do sublime, de ruínas e da qualidade das relações formais têm estado entre os critérios mais importantes para qualificar coisas e lugares como patrimônio. A concepção e evolução de um edifício, objeto ou lugar pode ser outra fonte de valor estético. O autor também associa à categoria do valor estético os sentidos de cheiro, som e sensação e a visão e acrescenta que um sítio patrimonial pode ser visto como valioso pela experiência sensorial que oferece. O valor estético é um forte contribuinte para a sensação de bem estar e é talvez o mais pessoal e individualista dos tipos de valores socioculturais.

Tiesdell, Oc e Heath (1996: 12) compreendem o valor estético de forma ampla, afirmando que edifícios e cidades históricas são valorados pela beleza ou aspecto de antigo que lhes são intrínsecos ou devido ao seu valor de escassez, assim relacionando-o a interesses econômicos. Para os autores, edifícios e áreas históricas têm qualidades pitorescas e são impregnados de uma individualidade genuína, estão relacionados com um período que passou, mas também permanecem em um período de produtos e sistemas de construção de edifícios modernos industrializados.

Valor científico ou de investigação

O valor científico ou de investigação de um lugar foi definido na Carta de Burra como incluído na sua significância cultural e vai depender da importância dos dados envolvidos sobre sua raridade, qualidade e representatividade e no grau em que o local pode contribuir com mais informações substanciais. Russel e Winkworth (2001: 17) salientam que um objeto pode ter significância científica se tem grande potencial para estudo ou exame científico e se incluído em uma distribuição documentada e variada.

Valor arquitetônico

Este valor não foi categorizado pelos autores e está relacionado com a integridade dos atributos de um imóvel, com a permanência das suas características espaciais e do ordenamento tradicional e com a relação desse imóvel no conjunto patrimonial. O valor arquitetônico tem relação também com a originalidade e raridade de um imóvel e pode ser melhor compreendido quando analisado sob a perspectiva dos valores histórico e cultural. Barreto e Milet (2010) apreendem os valores arquitetônicos do CHO conjuntamente com os valores urbanísticos e artísticos, cujos registros estão na forma urbana representada por vias, quadras e lotes do traçado urbano preservado e pela localização das principais edificações civis e religiosas; na unidade estilística dos monumentos religiosos e na diversidade de registros estilísticos do casario, nas tipologias arquitetônicas civil e monumental e nas técnicas e materiais construtivos.

3.2.2.2 Valores Socioeconômicos/Valores da Contemporaneidade

Mason (2002: 12) classifica os *valores de uso* e os *valores de não uso* na categoria de *valores econômicos*. O autor entende que a valoração econômica é uma das formas com as

quais a sociedade mais se identifica, avalia e decide sobre o valor relativo dos bens, razão pela qual, geralmente, o valor econômico é sobreposto aos valores socioculturais. E ressalta que, segundo a teoria neoclássica econômica, valores econômicos são vistos primariamente através das lentes do consumidor individual e da utilidade e, de forma geral, expressam-se em termos de preço de mercado. Valores econômicos decorrentes da conservação do patrimônio são, muitas vezes, entendidos como um bem público, reflexo de decisões coletivas e não individuais e não são, portanto, capturados através de medidas de preços de mercado. Há uma distinção importante entre que valores podem ser legitimamente representados em termos de preço (valores privadamente realizados que podem ser negociados no mercado) e que fatores formam as decisões de fixação de recursos (os públicos, os coletivamente realizados e os fornecidos fora dos mercados).

Riegl (2006: 91 – 92) entende que a maioria dos monumentos atende à expectativa dos sentidos ou do espírito tanto quanto as criações novas e modernas e os *valores de contemporaneidade* residem nessa propriedade relacionada com uma perfeita integridade do monumento, inatacável pela ação destrutiva da natureza. A satisfação dos sentidos diz respeito a um valor de uso prático ou *valor de uso* e a satisfação do espírito diz respeito a um *valor de arte*. O patrimônio cultural é reconhecido como uma poderosa ferramenta para promover o desenvolvimento econômico sustentável de um lugar.

Valor Econômico

Para Jokilehto e Feilden, como a economia incentiva a distribuição ótima dos recursos para adequá-los a uma ampla gama de necessidades, o valor econômico pode não se restringir a um valor financeiro. Em termos de patrimônio cultural, o valor econômico pode ser entendido como um valor gerado pelo bem cultural ou pela ação de conservação. Eventos turístico-culturais e atividades comerciais podem ser fontes de ingresso de valores econômicos a um sítio e a gestão inadequada pode levar a um desenvolvimento indesejável ou à destruição de seus bens e, geralmente, isso acontece quando o valor dos lucros é medido de forma incorreta em vez de usar uma abordagem coletiva adequada da relação custo-benefício. Lacerda (2002: 61) destaca a importância da garantia da continuidade da configuração físico-espacial tradicional dos bens a ser transmitida às gerações futuras com a possibilidade de sua adequação a padrões contemporâneos. O reconhecimento de áreas patrimoniais se justifica por existir uma demanda coletiva que lhe confere valor e

intervenções arquitetônicas conduzidas sob uma ótica econômica são pautadas por uma demanda individual.

Valor de Uso / Funcional / Mercantil

Para Mason (2002:13) o valor de uso do patrimônio cultural é um valor mercantil e se refere a benefícios e serviços dele derivados e que são negociáveis no mercado existente. Riegl (2006: 39 - 94) relaciona o valor de uso a edifícios e obras antigas que permanecem abrigando funções e a interrupção do uso leva à perda desse valor. Para o autor, muitas vezes, bens culturais são objeto de restaurações e adaptações que conflitam com a permanência dos valores históricos e de antiguidade, mas ressalta que o valor de uso é fundamental ao culto do valor de antiguidade, ainda que a substituição do uso tradicional de um monumento provoque a impressão de destruição de seu valor de antiguidade.

Para Jokilehto e Feilden, os valores de uso estão relacionados com a sociedade atual e suas relações socioeconômicas e políticas. Os autores incluem o *valor funcional* na categoria de *valores socioeconômicos contemporâneos* e o relaciona com o valor econômico por envolver a continuidade da função original ou o início de um uso compatível com um edifício ou área. Em uma estrutura em ruínas, o valor funcional original foi perdido, mas pode se encontrar um novo que atenda aos requisitos programados pela interpretação do bem ou como um espaço para atividades de artes visuais ou cênicas. Mas, deve ser ressaltado que a continuidade das funções tradicionais reforça o significado dos sítios de maneira singular e isso não pode ser alcançado através de recursos de interpretação. O uso adequado promove a conservação e o inadequado ou uma adaptação mal concebida pode causar danos a um bem cultural. O valor de uso relaciona-se com a capacidade de um bem de satisfazer às necessidades humanas e, no caso de bens culturais, pode estar relacionado com o turismo cultural, com seu papel educativo e de incentivo à pesquisa e pode envolver benefícios econômicos diretos para a população que vive em um lugar.

Valor de não Uso / Valor Não Mercantil

Segundo Mason (2002: 13) o valor de não uso corresponde a valores econômicos que não são negociados em mercados e são difíceis de expressar em termos de preço. Segundo o autor, muitas das qualidades descritas como valores socioculturais são também valores de não uso, os quais são classificados como valores econômicos porque indivíduos poderiam estar determinados a alocar recursos para adquirir-los e/ou protegê-los. Mason expõe que o

campo da economia descreve valores de não uso como as qualidades que emanam do patrimônio público - aquelas qualidades que são "não-rivais" (o consumo de uma pessoa não impede o consumo de outra) e "não excludentes" (uma vez que o bem /serviço não é fornecido a ninguém, outros não estão excluídos de consumi-lo). E afirma que, de maneira geral, valores de não uso são uma forma alternativa de olhar os distintos valores socioculturais e são apresentados com o objetivo de especificar exatamente que qualidades do patrimônio motivam decisões econômicas. Valores de não uso não envolvem benefícios econômicos diretos para os envolvidos com os bens culturais e são mais difíceis de mapear porque estão mais distribuídos ao longo da cidade e são representados pelos *valores de existência e de opção* apresentados a seguir.

Valor de Existência

Este valor está relacionado com a valoração do patrimônio pelos indivíduos por sua mera existência. Lacerda (2002) salienta que este valor se fundamenta nos conceitos de singularidade e irreversibilidade, justificativas para que atributos físico-espaciais de áreas patrimoniais não sejam desvirtuados e sejam garantidos os processos para sua transmissão para o futuro.

Valor de Opção

O valor de opção do patrimônio refere-se à opção de consumo de serviços relacionados com o patrimônio em algum momento futuro. Para Bentivegna (apud LACERDA, 2002: 63), este valor tem relação com o potencial de escolhas que se refere ao conjunto de todas as alternativas possíveis, as quais, mesmo não escolhidas por indivíduos naquele momento permanecem acessíveis, afetando, assim, o comportamento dos mesmos. O valor de opção é uma maneira de limitar as consequências da irreversibilidade, pois tem a propriedade de explorar informações que não estão disponíveis no momento estando correlacionado com um valor econômico futuro. Esse valor impõe limites permanentes ao uso e à troca de bens e, nesse sentido, este valor perpassa o valor de uso atual.

Valor de Arte

Riegl (2006: 47 - 96) classifica o *valor de arte* em *valor de arte relativo* e *valor de arte elementar* ou *valor de novidade*, estando o valor de arte relativo relacionado com o tempo, as crenças e a época em que a obra de arte foi realizada. De acordo com o autor, segundo a concepção antiga, a obra de arte possui valor artístico à medida que responde às exigências

de uma suposta estética objetiva, irrefutável até o presente momento. Já na concepção moderna, não há valor de arte relativo, sendo o valor de arte de um monumento mensurado pela maneira como ele satisfaz às exigências da vontade artística moderna que variam de indivíduo a indivíduo e de momento a momento. Se não existe valor de arte eterno, mas somente valor relativo, moderno, o valor de arte de um monumento não é mais um valor de rememoração, mas um valor atual. Riegl ressalta que é fundamental o esclarecimento do entendimento sobre valor artístico na formulação de uma política de conservação, pois se trata de um valor prático e flutuante que exige mais atenção e que se opõe ao valor histórico, de rememoração do passado do monumento. Portanto, o valor de arte é excluído do conceito de monumento e, se adotada a concepção de valor artístico imposta, não se pode falar de monumentos artísticos e históricos, mas unicamente de monumentos históricos. Brandi (1992) corrobora este entendimento em sua *Teoria da Restauração*, ao defender que a apreciação e a conservação de uma obra de arte dependem dos significados reconhecidos no momento em que essa obra está sendo apreciada, aos quais está relacionado seu valor artístico.

O *valor de novidade* para Riegl (2006: 39 – 98) está relacionado com a integridade da forma e da policromia dos bens, qualidades acessíveis ao grande público e sua preservação opõe-se diretamente ao culto do valor de antiguidade. Segundo o autor, no século XIX os processos de conservação fundavam-se essencialmente na associação entre valor de novidade e valor histórico e a reconstituição do documento em seu estado original era a finalidade de toda conservação racional. Ele ressalta que deve se distinguir o valor de novidade ou valor de arte elementar, o qual é relativo ao caráter concluído de uma obra recente do valor de arte relativo, fundado sobre um acordo com a vontade artística moderna.

Jokilehto e Feilden (1993: 37) classificam o *valor técnico* ou *artístico relativo* e o *valor de originalidade* como *valores culturais* e não os incluem na tipologia dos *valores socioeconômicos contemporâneos*. Segundo os autores, o primeiro se baseia em avaliações científicas e histórico-críticas assim como na determinação da importância do projeto do bem cultural e a relevância de sua concepção e feição em termos técnicos, estruturais e funcionais. Este valor resulta da investigação realizada por profissionais com a intenção de demonstrar os elementos sobressalentes relativos ao bem em relação com o seu próprio tempo, com outros períodos e com o presente. Os autores informam que eles fornecem uma base para a classificação e o registro, bem como ações estratégicas de conservação. O *valor*

de originalidade relaciona o bem com outros do mesmo tipo, estilo, construtor, período, região ou combinação destes e define a representatividade ou singularidade do bem. Um valor de grande originalidade pode reforçar a relevância das qualidades que tenham proeminente valor universal e, assim, fortalecer a possibilidade de seu registro como um sítio do Patrimônio Mundial.

Valor Político

Jokilehto e Feilden (1993: 38) relacionam o valor político com eventos específicos da história do bem cultural associados por sua vez com a região ou o país. A relevância atribuída ao bem pode estar influenciada por esses eventos ou pode coincidir com as intenções subjacentes às prioridades políticas vigentes. Os autores salientam que a relevância política de um monumento ou sítio pode ajudar a arrecadar fundos e atrair a atenção do público em geral para a salvaguarda e proteção. Mason (2002: 11) considera que todos os valores atribuídos ao patrimônio são, de fato, políticos e fazem parte de uma capacidade de comando e de esforço que determinam o destino do patrimônio. Para o autor, o uso do patrimônio para erguer ou amparar relações civis, legitimidade governamental, protesto ou causas ideológicas é um tipo particular de valor cultural/simbólico. Valor político/civil pode ser manifestamente simbólico ou pode derivar de pesquisa e entendimento de como sítios patrimoniais são instituídos e estão se desenvolvendo e, como todos os valores patrimoniais, este valor pode ser interpretado de forma positiva como contribuinte principal à sociedade civil ou pode ser interpretado como uma ferramenta de imposição política. Tiesdell, Oc e Heath (1996: 16) entendem que a preocupação com a preservação de bens culturais pode ser manipulada por conotações políticas em que um processo de interpretação pode transformar edifícios e ambientes históricos em um patrimônio impregnado de valor político.

Considerando a diversidade de valores, o ICOMOS (2008) distingue os valores artístico e histórico de forma particular, além do *valor tipológico*, o qual está relacionado com a garantia de que obras tradicionais que estão ameaçadas de desaparecer devido às demandas da vida moderna poderiam ser salvas e conservadas sob a forma de exemplos típicos. Sob essa ótica, o respeito ao valor tipológico civil de exemplares representativos do CHO é de suma importância para a permanência da integridade e da significância cultural do conjunto arquitetônico patrimonial.

3.2.3 A Declaração de Significância Cultural

Na contemporaneidade, a significância cultural desempenha papel determinante na conservação dos bens patrimoniais condicionando decisões e procedimentos de conservação. Zanchetti et al (2008) expõem que a significância pode se revelar de maneira não formal, através das relações humanas cotidianas e de maneira formal, através do documento intitulado Declaração de Significância Cultural. Mason (2004: 64 - 70) ressalta que Declarações de Significância Cultural ocupam uma posição central nos modelos de planejamento e no processo de tomada de decisão da conservação, e na sua elaboração são considerados todos os significados de um lugar e selecionados os poucos mais importantes. A manutenção de um equilíbrio entre valores é, para o autor, o desafio da política de conservação de um lugar devendo a Declaração de Significância auxiliar a gestão na definição de usos que possam contribuir para a permanência de significados e valores.

A apresentação da Declaração de Significância adquiriu importância a partir da década de 1990 quando a UNESCO passou a exigí-la nos processos de pedido de inclusão de bens patrimoniais na Lista do Patrimônio Mundial referendando a relevância do conceito de significância cultural na conservação de bens culturais preconizado na Carta de Burra desde 1980. Zanchetti e Hidaka (2009) definem a declaração como o *documento-referência para planos de gestão da conservação que devem ser elaborados pelos governos dos países signatários da Convenção do Patrimônio Mundial que possuam bens na referida Lista e estrutura o Sistema do Patrimônio Mundial da Humanidade.*

Russel e Winkworth (2001: 15) salientam que a significância é o ponto de partida para o estudo da melhor forma de se conservar um bem ou lugar e sua compreensão orienta a política de conservação de modo que suas principais características sejam conservadas adequadamente. A Declaração de Significância contribuirá para que nenhuma ação de conservação diminua a significância de um bem ou lugar e sua capacidade de demonstrar sua história e uso devendo, para isso, refletir a natureza e o conteúdo de múltiplos pontos de vista.

A avaliação da significância cultural é um precursor fundamental para qualquer intervenção proposta assegurando que o melhor planejamento das obras é feito com base em uma compreensão clara do que é significativo sobre o ambiente histórico, sua fábrica, artefatos e

contexto. Russel e Winkworth (2001: 13 - 68) definem a avaliação da significância cultural como o processo prático e efetivo de estudo e compreensão dos significados e valores de um bem ou lugar, através da articulação clara entre eles e seus valores e significados e que permite declarações e decisões fundamentadas e aprofundadas a respeito da sua importância e seus significados para a comunidade do lugar. Os autores expõem que a tomada de decisão adequada sobre a conservação e gestão de bens depende da compreensão de seu significado e importância e a identificação de seus atributos significativos permite a adoção de uma forma de gestão que melhor conserva e interpreta seus valores. A finalidade da avaliação da significância é compreender e descrever como e porque um bem ou lugar é significativo e é uma oportunidade para envolver pessoas na discussão sobre os bens mais significativos, ajudando a focar recursos sobre esses bens.

Mason (2002: 23) ressalta que declarações de significância decorrem diretamente da avaliação de valor e sua função é sintetizar as razões ocultas em todas as ações que podem ser propostas para um sítio, quais sejam, conservação, desenvolvimento, interpretação e proporcionar posições claras que podem formar a base de decisões posteriores e sua avaliação. Ela é elaborada com a finalidade de servir como instrumento-guia da conservação dos bens culturais.

Zanchetti e Hidaka (2009) ressaltam que, a despeito da importância institucional e operacional para a política patrimonial prevista na Convenção do Patrimônio Mundial a UNESCO não define de forma clara o termo significância cultural, inclusive nas instruções sobre o monitoramento periódico dos bens listados, o mais importante documento operacional do WHC. Para os autores, a afirmação de que deve “refletir os critérios pelos quais o Comitê inscreveu o bem na Lista do Patrimônio Mundial e se referir a questões como o que o bem representa e o faz excepcional, quais são os valores específicos que o distinguem, qual é a sua relação com o entorno, etc.” (WHC/UNESCO, 2005), não auxilia sua compreensão pela pouca objetividade e precisão conceitual.

A Carta de Burra contribuiu para uma melhor compreensão do que seja o conceito de significância cultural e como ela pode ser incorporada na gestão da conservação de bens patrimoniais; contudo, para Zanchetti e Hidaka (2009) a Carta propõe uma metodologia de construção da significância cultural que, diante da diversidade de valores não indica como abordar a divergência entre os sujeitos envolvidos com a conservação dos bens e a

priorização de seus valores. Entendem, ainda, que *as ações de construção da significância cultural se desenvolvem linearmente, de forma objetiva, apenas sob o ponto de vista dos especialistas*. Os autores definem a Declaração de Significância Cultural como um *documento que expressa o valor cultural de um bem para uma comunidade e que explicita o porquê desse bem ser conservado para o usufruto de futuras gerações*. A construção da significância é feita com significados do presente e do passado e os autores depreendem que a declaração deve, portanto, ser *utilizada como um instrumento de suporte de memória e orientação para a ação de conservação*. Como *suporte de memória* grava para o futuro a avaliação cultural de uma comunidade sobre um bem patrimonial. Como *orientação à ação de conservação* indica as características desse bem para as quais a comunidade atribuiu valor cultural e que devem ser mantidas ao longo do tempo. No entendimento de Anderson (1998, apud ZANCHETTI et al, 2008), uma multiplicidade de sujeitos atribui uma pluralidade de valores e a intersubjetividade com os suportes de memória desempenham papel fundamental na construção da significância cultural. Os suportes de memória mediam escolhas entre significados do passado e do presente num processo de julgamento de significados e valores identificando aqueles que serão priorizados na conservação dos bens patrimoniais e o resultado desse julgamento será ou não validado socialmente. Nesse sentido, Zanchetti e Hidaka (2009) definem a significância cultural como *o conjunto de valores resultado do julgamento e da validação social de significados passados e presentes de um objeto*, sendo esse julgamento feito no presente e utilizando como referência os significados e valores do passado apoiado em instrumentos de memória reconhecidos pela sociedade.

Zanchetti e Hidaka (2009) expõem que a Declaração de Significância Cultural de um bem é uma expressão do seu significado cultural e para ter efetividade como instrumento-guia da conservação patrimonial necessita ser construída e reconstruída, periodicamente, pelo maior e mais variado número de atores sociais. Para os autores, o relativismo cultural incorporado nesse processo corresponde à interação de diversos atores para formar um consenso a respeito da significância do bem. Nesse sentido, a Declaração deve ser um instrumento que:

- a) Estabelece os valores em disputa na sociedade;
- b) Avalia no presente os valores segundo uma escala de importância, indicando os conflitos de avaliação mais relevantes e
- c) Explica as mudanças da significância do passado até o presente.

Assim sendo, a declaração será o produto de uma visão da cultura como um fluxo contínuo, mutável que envolve um conjunto de processos e valores e não um conjunto de elementos estáticos (MARTA de la TORRE et al, 2000: 10, apud ZANCHETTI; HIDAKA, 2009). Mason (2002; 2004) salienta que valores

são incorporados na cultura e nas relações sociais que estão sempre em movimento, razão pela qual a significância cultural é um produto social complexo. Eles ocupam um lugar central na Declaração de Significância, a qual deve expressar um julgamento a respeito de todos os valores atribuídos pela sociedade, conter as controvérsias existentes, argumentar como e porque o sítio é significativo e embasar políticas e decisões futuras sobre a gestão da conservação.

A elaboração de uma Declaração de Significância Cultural é o primeiro passo no desenvolvimento de um Plano de Conservação e envolve ampla consulta a muitas partes interessadas, incluindo as comunidades que vivem ou usam o ambiente em questão. O papel da conservação é gerir a mudança (STANIFORTH, 2000: 3), subjacente à qual se encontra o universo complexo e dinâmico dos valores que deve ser orientador da conservação do CHO. É considerando essa perspectiva que foi desenvolvida a metodologia da pesquisa apresentada a seguir.

4. METODOLOGIA APLICADA À PESQUISA

Para a gestão da conservação sustentável do CHO deve ser formulada sua Declaração de Significância Cultural, a qual reunirá os significados e valores atribuídos pelos grupos sociais presentes no sítio. A instituição do processo para construção da Declaração do CHO será uma oportunidade para que os sujeitos envolvidos com sua conservação, particularmente os gestores, compreendam a necessidade de ampliação da participação social na tomada de decisão da conservação de forma a que as transformações físicas promovidas não comprometam a permanência dos atributos físico-espaciais, significados e valores relevantes.

4.1 Objetivos

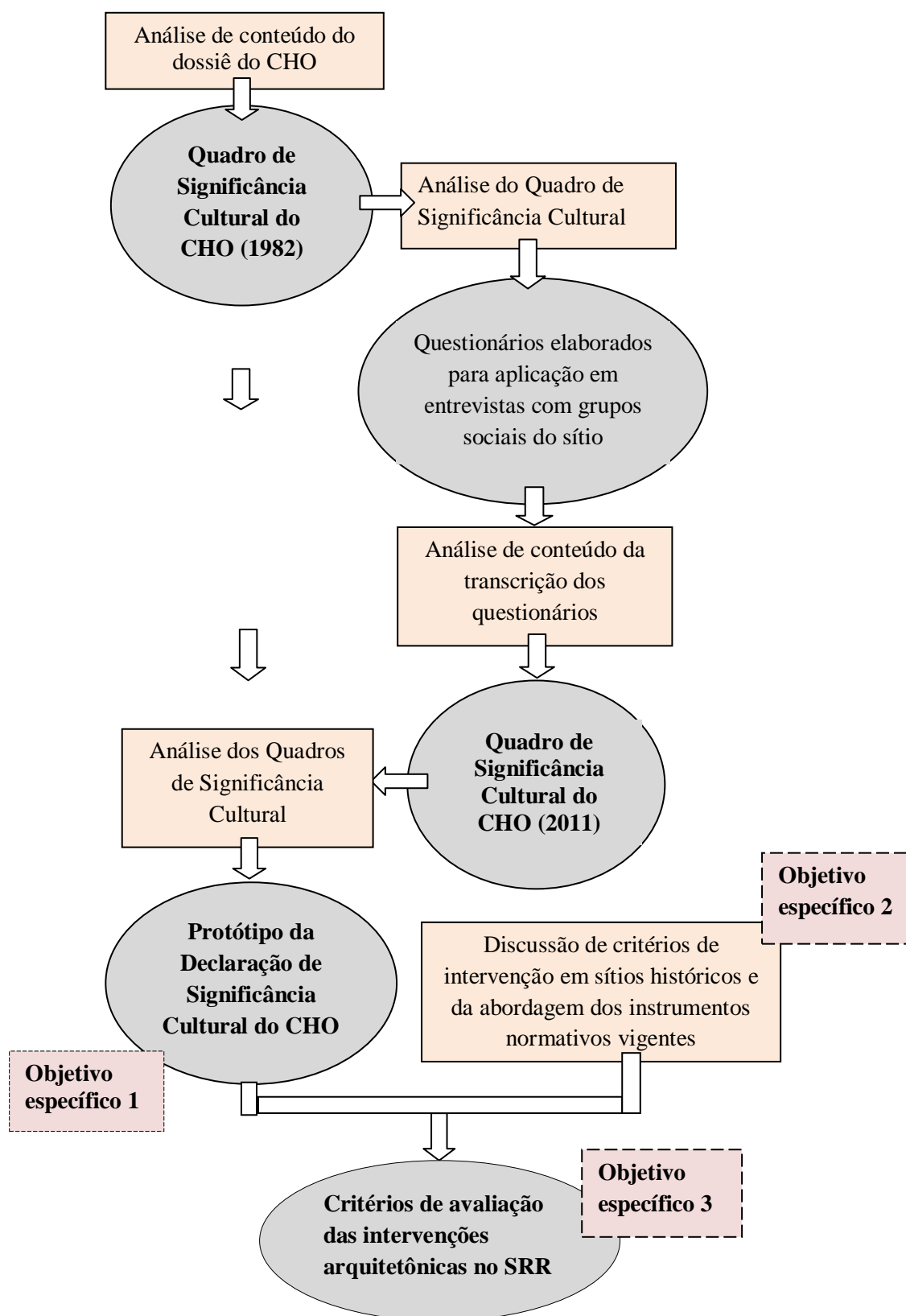
Entendido, portanto, que conservação do CHO deve estar norteada em instrumentos e procedimentos de gestão contemporâneos que auxiliem na conservação da significância cultural, a pesquisa apresenta como objetivo geral:

- Propor um conjunto de critérios de avaliação das intervenções arquitetônicas promovidas no conjunto civil patrimonial fundamentado na conservação da significância cultural, visando contribuir para a conservação integrada do Centro Histórico de Olinda.

Uma vez que não se dispõe, atualmente, de uma Declaração de Significância Cultural que reúna um conjunto abrangente de diferentes pontos de vista relevantes para a conservação sustentável do CHO e que oriente sua gestão, foram definidos três objetivos específicos para a pesquisa:

- i. Construir um protótipo da Declaração de Significância Cultural do CHO;
- ii. Discutir conceitos de intervenção arquitetônica em sítios históricos e a abordagem da conservação prevista nos instrumentos normativos que disciplinam o licenciamento das intervenções no Setor Residencial Rigoroso;
- iii. Com base no protótipo construído e na discussão proposta como o objetivo específico ii, propor um conjunto de critérios de avaliação das intervenções arquitetônicas no Setor Residencial Rigoroso de forma a garantir a conservação da significância cultural do sítio.

4.2 Modelo Lógico da Pesquisa



4.3 Percurso Metodológico

Para melhor compreensão do percurso metodológico serão apresentados quadros das matrizes correspondentes a cada objetivo específico.

4.3.1 Construção do protótipo da declaração de significância cultural

Quadro 5

OBJETIVO ESPECÍFICO	PASSOS METODOLÓGICOS	TÉCNICAS ADOTADAS	PRODUTO
1) Construção do protótipo da Declaração de Significância Cultural do CHO	Análise da documentação de inscrição de Olinda no Centro do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1982)	Análise de conteúdo dos textos que compõem a documentação	Quadro de Significância Cultural do CHO (1982)
	Elaboração de questionários semiestruturados para aplicação em entrevistas com grupos sociais do sítio	Realização de entrevistas de grupo (grupo focal) e entrevistas individuais presenciais e via internet	Material resultante da transcrição das entrevistas
	Análise do material transcrito para levantamento de significados e valores associados ao sítio no presente	Análise de conteúdo	Quadro de Significância Cultural do CHO (2011)
	Apreciação dos Quadros de Significância Cultural de 1982 e 2011	Análise crítica do conjunto de informações que compõem os quadros, à luz dos objetivos da pesquisa	Protótipo da Declaração de Significância Cultural do CHO

Conforme assinalado anteriormente, a gestão da conservação do Centro Histórico de Olinda carece de uma Declaração de Significância Cultural que oriente o processo decisório na gestão da conservação. Essa lacuna dificulta a incorporação e promoção da conservação da significância cultural no processo de análise e avaliação das propostas de intervenção arquitetônica no CHO e pode estar levando à uma situação de potencial perda da diversidade dos valores patrimoniais.

A proposição de critérios de avaliação das intervenções promovidas no conjunto arquitetônico do SRR objetiva orientar os analistas técnicos e gestores, primordialmente em

relação à conservação da significância cultural dos bens. Portanto, demanda uma explicitação dos valores atribuídos a esses bens por um amplo conjunto de atores sociais envolvidos com o lugar. Tal conjunto, idealmente, deve abranger o maior número possível de atores para garantir a necessária intersubjetividade inerente à significância cultural de um bem. Olinda precisa implementar um processo de construção de uma Declaração de Significância Cultural nesses termos, uma vez que o dossiê elaborado em 1981 não resultou de ampla consulta social.

Diante dessa lacuna, definiu-se nesta pesquisa que a proposição dos referidos critérios deveria assentar-se sobre uma base que foi denominada de *protótipo da Declaração de Significância Cultural do CHO*, cuja construção constituiu o primeiro objetivo específico deste trabalho. Esse protótipo se constitui numa versão parcial do processo de construção de uma Declaração de Significância Cultural que pressupõe consulta a um conjunto muito mais amplo de sujeitos sociais envolvidos com a conservação do sítio.

Dadas as limitações objetivas inerentes a uma pesquisa empírica no contexto da elaboração de uma dissertação de mestrado definiu-se a consulta a um conjunto de três grupos sociais que têm grande envolvimento com o sítio, cujas percepções no processo de valoração são estratégicas para a elaboração do protótipo. É importante ressaltar, por outro lado, a preocupação na escolha das técnicas e procedimentos adotados para a construção do protótipo, relacionadas às formas de participação dos grupos sociais escolhidos, coleta e tratamento das informações, com vistas a um possível enquadramento no processo descrito na literatura que trata sobre a construção de uma Declaração de Significância Cultural. Ainda que a limitação temporal tenha impossibilitado o cumprimento de todas as etapas desenvolvidas na construção de uma Declaração de Significância Cultural, a exemplo da validação social dos valores que foram associados pelos grupos sociais, não houve prejuízo à elaboração do protótipo que subsidiou o desenvolvimento de etapas posteriores definidas na metodologia, nelas prevista a proposição dos critérios para orientação da avaliação das intervenções arquitetônicas no SRR.

Zanchetti e Hidaka (2009) expõem que o processo de elaboração de uma Declaração de Significância Cultural é constituído pelas três etapas abaixo:

- 1) Determinação da significância;

- 2) Avaliação da significância; e
- 3) Redação da declaração.

Segundo os autores, a determinação da significância é realizada através da análise do bem e da identificação dos valores que lhes foram atribuídos pela comunidade, as quais permitem compor o arcabouço de informações necessárias para a construção dos significados e dos valores do bem, bem como comparar sua significância com a de outros bens.

Para a avaliação da significância cultural, os autores informam que deve ser considerado o conjunto dos valores atribuídos ao bem por diferentes e vários sujeitos e conter pontos consensuais e controversos referidos por eles, devendo também ser identificadas as transformações de conteúdo pelas quais a significância do bem passou. Stovel (2002: 178) ressalta que deve ser analisado o impacto do tempo e da ação sobre os valores reconhecidos de um bem e identificados os atributos que apoiam e carregam os valores relevantes. Referindo-se ainda à avaliação da significância cultural, Zanchetti e Hidaka (2009) salientam que corresponde a uma ação que relativiza seus valores segundo escala socialmente aceita e culturalmente estabelecida. Como resultado, a avaliação da significância depende de critérios que permitam fazer as comparações necessárias entre as significâncias dos bens para efeito de uma ação. Para Russell e Winkworth (2001: 13) a avaliação da significância cultural envolve três tarefas: 1 – Análise do objeto; 2 – Compreensão da sua história e contexto e 3 - Identificação de seu valor para as comunidades. Para os autores, cinco critérios comparativos avaliam o grau de significância: a *origem e autoria*; a *representatividade*; a *raridade*; a *condição de completude* ou *integridade* e o *potencial interpretativo*.

A redação da Declaração de Significância Cultural corresponde à terceira etapa e deve incluir o conjunto de valores e controvérsias, resultado do julgamento dos significados passados e presentes organizados intersubjetivamente. Zanchetti e Hidaka (2009) enunciam que a declaração deve conter argumentos de como e por que o bem é significante, referência para as políticas e decisões futuras sobre a gestão da sua conservação. O julgamento presente utiliza como referência os significados e valores passados apoiando-se em instrumentos de memória reconhecidos pela multiplicidade de sujeitos. A significância de um bem físico-espacial sofre alterações no tempo e no espaço, razão porque a declaração deve ser reavaliada e reconstruída periodicamente. Os autores salientam que o uso da Declaração de Significância sem o cuidado de aceitar o conflito no estabelecimento dos valores e seu

resultado contingente geralmente compromete a atribuição de novos valores no processo de conservação. Nesse sentido, afirmam que a Declaração de Significância Cultural sempre será parcial e temporal, pois a significância não é representável em sua totalidade, já que não é capaz de conter todos os valores dos sujeitos envolvidos na conservação dos bens patrimoniais.

A declaração, portanto, não tem caráter definitivo, pois é resultado de certo consenso entre sujeitos num dado momento e não se apresenta de forma concluída, pois não tem a capacidade de abranger todos os valores e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos com o bem. O reconhecimento da pluralidade de valores presentes não deve impossibilitar que surjam novos valores e os que ainda não foram reconhecidos e que possam ser construídas novas significâncias no futuro. Importante ressaltar que a Declaração de Significância Cultural congela os valores que foram reconhecidos num determinado momento.

4.3.1.1 Análise de conteúdo da documentação de inscrição de Olinda no Centro do Patrimônio Mundial (WHC)

O documento que subsidiou o pedido de inscrição de Olinda na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO foi o dossiê elaborado pela Fundação Nacional Pró-Memória, do Ministério da Educação e Cultura, em 1981, no qual foi expresso o conjunto de atributos, significados e valores do Centro Histórico de Olinda. À época, não era exigência a apresentação de uma Declaração de Significância Cultural em pedidos de inscrição de bens na Lista da UNESCO.

Para a elaboração do protótipo da Declaração de Significância Cultural do Centro Histórico de Olinda, proposto como um dos objetivos específicos desta pesquisa lançou-se mão da técnica de análise intitulada *análise de conteúdo* sobre o conjunto de documentos que compõem a *Documentação de Inscrição de Olinda no Centro do Patrimônio Mundial* (1982) que corresponde ao arquivo 189. pdf UNESCO (ANEXO 01), e que inclui o *Advisory Body Evaluation*, documento que resultou da análise do dossiê de Olinda pelo ICOMOS (ANEXO 02). Nesta documentação foi apresentada a justificativa de inscrição do sítio na Lista do Patrimônio Mundial com descrição dos seus atributos, significados e valores relevantes e incluídas suas informações históricas, geográficas, jurídicas e administrativas. Foi

apresentado ainda o inventário dos bens que compõem seu conjunto arquitetônico patrimonial com o diagnóstico do seu estado de preservação/conservação, além do mapa do Polígono Federal de Tombamento. A análise das informações do dossiê possibilitou compreender o contexto do planejamento e da gestão da conservação do sítio naquele momento, com ênfase no caráter associativo e no envolvimento da população residente.

Bardin (1977: 7 – 37) define a análise de conteúdo como *uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação*. Caracteriza-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção dessas mensagens. Ainda segundo o autor, *enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade*.

Bauer e Gaskell (2008: 190 – 195) referem-se à análise de conteúdo como um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas e uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetiva. Os autores informam que os materiais clássicos da análise de conteúdo são textos escritos que já foram usados para algum propósito. Bardin (1977: 18) relaciona à análise de conteúdo abordagens quantitativa e qualitativa, mas, Guerra (2006) ressalta que a oposição entre metodologias quantitativas e qualitativas tem cada vez menos sentido, até pelas formas quantitativas de tratamento do qualitativo. Nesta pesquisa, a abordagem de análise tem caráter qualitativo, a qual diz respeito à ausência ou presença de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que está sendo analisado.

Henry e Moscovici; Lévy (apud BARDIN, 1977: 35 – 36) expõem que a análise de conteúdo visa à determinação mais ou menos parcial das chamadas *condições de produção dos textos* que são o seu objeto e procura estabelecer uma correspondência entre as estruturas linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas dos enunciados, como condutas, ideologias e atitudes.

Buehler (apud BAUER e GASKELL, 2008: 192) distingue dois objetivos básicos da análise de conteúdo – a representação simbólica remete a uma fonte e faz apelo a um público. Através da reconstrução de representações os analistas de conteúdo inferem a expressão dos contextos e o apelo neles contido. Segundo os autores, se enfocarmos a fonte, o texto é um meio de expressão. Fonte e público são o contexto e o foco da inferência. Um *corpus* de texto é a representação e a expressão de uma comunidade que escreve e a análise de conteúdo permite reconstruir valores, atitudes, opiniões, preconceitos e compará-los entre comunidades.

A análise de conteúdo realizada nesta pesquisa iniciou com a leitura dos textos contidos na Documentação de Olinda e prosseguiu com a etapa de descrição que correspondeu à enumeração das suas características, resumida após tratamento. Foram definidas como *unidades de registro* ou *unidades de codificação*, frases e palavras extraídas do conjunto de textos analisados. Frases que apresentavam significados relevantes à luz dos objetivos definidos na pesquisa foram destacadas por grifo e, posteriormente, das frases foram recortadas palavras-chave, as quais, por sua vez, foram organizadas em uma categorização temática e sentido das palavras, segundo o critério da analogia. A inferência considerou a presença de um tema, palavra, personagem, etc.

A etapa seguinte correspondeu à interpretação que é a significação concedida às palavras, termos e frases que compõem o texto analisado para identificação dos significados e valores a ele relacionados. Para melhor compreensão da análise de conteúdo foi elaborado o quadro intitulado *Significância Cultural do Centro Histórico de Olinda / 1982* (QUADRO 8), constituído por atributos físico-espaciais/objetos e processos, categoria de valores, subcategoria de valores e significados, o qual será objeto de exame no Capítulo 5 – Resultados da pesquisa. O exame minucioso do quadro fundamentou a formulação dos questionários que foram aplicados com os grupos sociais com o objetivo de conhecer os significados e valores atribuídos por eles no presente e que constituirão o protótipo da Declaração de Significância Cultural, procedimento que será descrito a seguir.

4.3.1.2 Consulta aos grupos sociais selecionados

Bauer e Gaskell (2008: 65) advertem que o mundo não é um dado natural, mas ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas e essas construções constituem sua realidade essencial, seu mundo vivencial. Em se tratando do CHO, há o entendimento de que a década de 1980 foi uma ocasião em que os agentes sociais do sítio ponderaram sobre seus significados e valores, tendo sido um diferencial para os resultados da gestão da conservação o envolvimento da comunidade com a conservação do sítio. Passados trinta anos, faz-se necessário proceder a um novo processo de consulta sobre os valores que são associados ao sítio pelos sujeitos envolvidos, para que as ações de conservação promovidas atendam às expectativas sociais no presente e possam garantir o transporte da significância cultural para o futuro.

O objetivo central da conservação de bens culturais sob a ótica contemporânea é a satisfação dos sujeitos envolvidos, atuais e futuros, devendo, aos últimos ser repassada a máxima significância cultural, qualidade atribuída aos bens pelos sujeitos no tempo presente (VIÑAS, 2005). As ações de conservação adotadas devem, então, buscar conservar os atributos físico-espaciais que transportam os valores de longa duração, bem como os valores qualificados no presente como relevantes e que podem contribuir para a sustentabilidade do sítio. Para conhecimento dos significados e valores atribuídos no presente foram aplicados questionários do tipo semiestruturado em entrevistas qualitativas com três grupos sociais envolvidos com a conservação do sítio, a comunidade, as Ordens Religiosas e os especialistas em conservação urbana patrimonial.

Robert Farr (1982, apud BAUER & GASKELL, 2008: 64) expõe que nas ciências sociais empíricas a entrevista qualitativa é uma metodologia de coleta de dados amplamente empregada. Ela corresponde a uma técnica ou método para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas ou pontos de vista sobre os fatos além daqueles do entrevistador. A finalidade da pesquisa qualitativa é explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão, informando sobre o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. É ainda compreender, de forma detalhada, as crenças, atitudes, valores e motivações em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (BAUER & GASKELL, 2008: 65 - 68),

entendimento corroborado por Furtado (2002: 167) que pondera haver evidências de que esse tipo permite uma melhor compreensão das atitudes e comportamentos dos participantes.

Bauer e Gaskell (2008: 66 - 70) ressaltam que “não há um número de entrevistas definido rigorosamente e que mais entrevistas não melhoram necessariamente a qualidade ou não levam a uma compreensão mais detalhada”, pois, segundo os autores, “há um número limitado de versões da realidade e, embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, as representações de tais experiências não surgem de mentes individuais e, em alguma medida, são o resultado de processos sociais”. Os autores observam que “na formulação da entrevista deve ser considerada a especificação do chamado *tópico guia*, o qual se refere ao assunto tratado na entrevista e também à seleção dos entrevistados”. O tópico guia (ANEXO 3) tem relação com os objetivos da pesquisa e se constitui num referencial para a discussão entre entrevistado e entrevistador, fornecendo uma progressão lógica e plausível através dos assuntos focados e funciona como um esquema preliminar para a análise das transcrições das entrevistas. O tópico guia elaborado nesta pesquisa abordou como temas centrais significados e valores e sua importância para a conservação sustentável do CHO.

Os temas que foram incluídos no questionário semiestruturado estão relacionados no dossiê de Olinda e no Quadro de Significância Cultural de 1982 e as questões foram formuladas com o objetivo de validar atributos, significados e valores que estão presentes no dossiê à luz do contexto atual de julgamento de valor pelos agentes sociais do sítio. Foi feita a opção de aplicação dos questionários através de entrevistas individuais e de grupo por se entender que imprimiriam eficiência ao processo de obtenção das informações. Entrevistas individuais foram aplicadas com as Ordens Religiosas e especialistas em conservação patrimonial e a entrevista de grupo foi aplicada com a comunidade. Bauer e Gaskell (2008: 78) expõem que o uso das duas modalidades se justifica por apresentarem diferentes vantagens e limitações. A seleção dos grupos sociais entrevistados considerou o objetivo de conhecer diferentes opiniões e posicionamentos sobre significados e valores dos grupos sociais presentes no sítio e, sobre isso, a literatura informa que a pesquisa qualitativa objetiva apresentar uma amostra do espectro dos pontos de vista dos entrevistados, não existindo um método para selecioná-los. A consulta à totalidade dos grupos sociais presentes no sítio não foi possível, tendo sido considerado que os grupos selecionados têm forte envolvimento com a conservação do patrimônio e representam opiniões sociais relevantes.

A apreensão dos significados e valores atribuídos pela comunidade do sítio ocorreu através da aplicação da entrevista de grupo, também conhecida como grupo focal. A entrevista foi realizada na sede da Sociedade Beneficente de Artistas e Operários de Olinda, localizada à Rua Bernardo Vieira de Melo, nº 127, Bairro do Carmo, no dia 10 de Novembro de 2010, no horário noturno, tendo a Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta (SODECA)⁹² formulado convites a diversos agentes sociais do sítio. Participaram da entrevista os agentes sociais Aderbal Brandão, Alexandre Aguiar de Oliveira, Alice dos Santos (Baixinha), Cláudia Nigro, Cláudio de Souza Wanderley Ramos, Djair da Cruz de Melo, Marco Aurélio Reis e Pedro Airão, os quais são moradores, empreendedores, pequenos empresários estabelecidos no sítio, funcionários públicos, comerciantes e membros de entidades da sociedade civil organizada, com tempo de permanência no sítio entre 15 a 30 anos.

Segundo Bauer e Gaskell (2008: 75 - 76), o grupo focal objetiva que os participantes sejam estimulados a falar e a reagir àquilo que é dito por outras pessoas do grupo, sendo “uma interação social mais autêntica do que a entrevista em profundidade e os sentidos ou representações que emergem são influenciados pela natureza social da interação do grupo”. Os autores afirmam que pesquisas mostram a ocorrência de processos dentro dos grupos, a exemplo do desenvolvimento de uma identidade compartilhada, um sentido de destino comum presente, estando as pessoas nos grupos mais propensas a acolher novas ideias e a explorar suas implicações. E acrescentam que “o grupo focal corresponde a um ambiente mais natural e holístico onde os participantes consideram pontos de vista de outros na formulação de suas respostas e comentam suas próprias experiências e as dos outros”.

O debate promovido no grupo focal girou em torno de valores que estão associados com conforto e qualidade de vida no sítio, entendendo os agentes sociais que esses valores se enquadram em valores socioculturais e/ou valores da contemporaneidade. Para eles, as intervenções arquitetônicas promovidas nos imóveis civis patrimoniais decorrem da associação de novos significados aos valores culturais do sítio, os quais têm relação com novos gostos, novos usos e atividades e conceitos de vida que envolvem questões de saúde, relações humanas e de vizinhança. Foi exposto, então, que há o reconhecimento de que intervenções arquitetônicas também podem agregar valores ao imóvel por promover a qualidade de vida no sítio. Mas, esse entendimento produz conflitos, uma vez que para

⁹² A Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta é uma associação de moradores que foi criada em 1984 com o intuito de formalizar a luta pelas causas preservacionistas locais, com foco na proteção à cultura e às tradições olindenses (BARRETO, 2008).

alguns moradores houve intervenções arquitetônicas promovidas que melhoraram as condições de uso dos imóveis e também causaram sua descaracterização e interferências à harmonia do conjunto, a exemplo do reconhecimento da importância da permanência dos espaços livres dos quintais diante da ampliação dos imóveis frente a necessidades sociais contemporâneas.

Foi posto o entendimento de que o morador é patrimônio social valioso do sítio e suas necessidades de segurança, saúde e conforto devem ser vistas como prioridades. Em consequência, foi feito o questionamento sobre quais seriam os limites admissíveis para mudanças no conjunto arquitetônico do sítio. Ficou evidente que há agentes sociais que sobrepõem o valor de uso na escala de valores do sítio, mesmo existindo a compreensão da maioria sobre a necessidade de se enfrentar o desafio de buscar o equilíbrio entre o bem estar dos moradores, o respeito às demandas ambientais e a conservação das características singulares do conjunto arquitetônico. Considerando esse entendimento, outros conflitos emergiram do debate sobre valores arquitetônicos de longa duração e da atualidade quando se discutiu sobre intervenções arquitetônicas que alteraram atributos físico-espaciais relevantes de exemplares da arquitetura moderna e que podem ter reduzido a significância cultural do conjunto arquitetônico e de todo o sítio.

Agentes sociais ressaltaram que o reconhecimento de Olinda como Patrimônio Mundial foi relacionado com a permanência do patrimônio vivo no sítio, seu patrimônio sociocultural, com a vida cotidiana local promovida pelos antigos moradores. Eles entendem que mudanças que estimulem a permanência dos moradores devem ser avaliadas com mais interesse por parte dos gestores, pois a sobrevalorização econômica está provocando a expulsão da população tradicional. Para a maioria dos entrevistados, a gestão não atribui a mesma importância à permanência do antigo morador no sítio em relação à implantação de novos usos e atividades e empreendimentos econômicos e eventos de grande porte.

Conflitos também ficaram explícitos quando foram discutidos temas relacionados com valores históricos e urbanísticos do sítio. Há agentes sociais que consideram que transformações urbanas promovidas em ruas de serventia do sítio são bom exemplo da associação de novos significados aos valores de longa duração, os quais estão relacionados com novas formas de apropriação do sítio. Considerando que a promoção de intervenções arquitetônicas em larga escala interfere nos valores urbanísticos, paisagísticos e

arquitetônicos, a elaboração de um plano de conservação que estabeleça diretrizes para o controle da mudança no sítio à luz do contexto que se apresenta e a necessidade das famílias pode criar condições favoráveis à permanência da antiga população.

A discussão sobre a substituição dos atributos físico-espaciais tradicionais dos imóveis patrimoniais gerou opiniões divergentes. Ficou claro que há a compreensão sobre a associação desses atributos a valores históricos, arquitetônicos e culturais e também a valores da contemporaneidade, como o valor de uso, por sua qualidade estética atemporal e pelo conforto ambiental e durabilidade que proporcionam, considerando a ótica da sustentabilidade. Na discussão sobre significados e valores do CHO prevalece a opinião de que a preservação de suas tradições e costumes culturais e a permanência do morador e das pessoas que conservam essas referências culturais concorrem para a qualidade de vida no sítio e associam valores relevantes da sua significância cultural. E para que esses valores não sejam perdidos é importante que sejam encontradas formas de incentivo à conservação do uso habitacional do sítio.

As Ordens Religiosas selecionadas foram o Convento de São Francisco, o Mosteiro de São Bento, a Paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe, a Ordem Beneditinas Missionárias de Tutzing/ Priorado de Olinda, o Convento da Conceição e o Mosteiro de Nossa Senhora do Monte. A consulta aos representantes foi realizada através de entrevista individual do tipo presencial, considerando a possibilidade de maior exploração do tema e maior eficiência no atendimento aos objetivos da pesquisa. Para os religiosos entrevistados devem ser promovidas ações de adequação do Horto d'El Rey para seu uso como um parque cultural. Os religiosos entendem que os valores estéticos e ambientais do sítio estão comprometidos pela iluminação não subterrânea e que conflita com a cobertura vegetal e consideram ser um problema grave o grande número de veículos em circulação nas ruas estreitas. Preocupam-se, ainda, com a substituição excessiva do uso habitacional por atividades econômicas e entendem que intervenções que favoreçam a saúde dos usuários e a qualidade de vida no sítio devem ser consideradas. Os entrevistados ressaltam a importância da diversidade de valores culturais e espirituais para a significância cultural do sítio.

O terceiro grupo selecionado foi composto por especialistas em conservação urbana patrimonial que fazem parte do quadro técnico de instituições governamentais e não governamentais e que têm envolvimento com a gestão da conservação do CHO. A consulta

foi realizada através de questionário individual enviado pela internet por se considerar a familiaridade do grupo com os temas abordados na pesquisa. Os profissionais entrevistados foram André Renato Pina Moreira, Antenor Vieira de Melo, Bárbara Aguiar, Clodomir Barros Pereira Jr., Clóvis Cavalcanti, Fábio Cavalcanti Gonçalves, Jorge Eduardo Lucena Tinoco, Juliana Barreto, Lúcia Tone Hidaka, Marcos Simão, Nazaré Reis, Neide Fernandes, Rosane Piccolo, Tânia Lemos Cruz de Góis, Valéria Agra de Oliveira e Vera Milet. Aos especialistas preocupa a mudança de usos com gradativa redução do percentual de residências e a consolidação do sítio como local de eventos de grande apelo ou atração. Eles consideram que valores perdidos em decorrência de alterações promovidas em períodos anteriores ao início da salvaguarda do CHO fazem parte do seu processo histórico e, de certa forma, foram compensados com a agregação de outros valores. Observam, ainda, que, para que essas alterações não modifiquem atributos físico-espaciais relevantes e não reduzam a significância cultural no presente e no futuro, deve haver maior envolvimento da população tradicional na gestão e sua conscientização constante através de ações de educação patrimonial.

Aos entrevistados dos grupos da comunidade e das Ordens Religiosas foi solicitada autorização para gravação dos pronunciamentos e falas, procedimento que se mostrou necessário para a transcrição fiel do seu conteúdo e realização de análise criteriosa. O texto que resultou da transcrição da gravação não está apresentado na pesquisa, por não ser considerado relevante para a compreensão das etapas desenvolvidas posteriormente. Após a realização das entrevistas gravadas procedeu-se à sua transcrição, a qual, juntamente com o registro das entrevistas escritas foi objeto de nova análise de conteúdo seguindo os procedimentos que foram descritos no item 4.3.1.1 Como resultado da análise de conteúdo foi elaborado o quadro intitulado *Significância Cultural do Centro Histórico de Olinda / 2011* (QUADRO 9), produto apresentado como um dos resultados da pesquisa e que está exposto no Capítulo 5. A análise dos quadros e da transcrição dos questionários aplicados nas entrevistas fundamentou a elaboração do protótipo da Declaração de Significância Cultural, o qual, juntamente com a discussão sobre conceitos de intervenção arquitetônica em sítios históricos e sobre a abordagem adotada nos instrumentos normativos que disciplinam o licenciamento das intervenções no SRR, orientou a proposição de critérios para a conservação do conjunto arquitetônico do SRR, os quais também estão apresentados no Capítulo 5.

4.3.2 Discussão sobre conceitos de intervenção arquitetônica em sítios históricos

Quadro 6

OBJETIVO ESPECÍFICO	PASSOS METODOLÓGICOS	TÉCNICAS ADOTADAS	PRODUTO
2) Discutir conceitos de intervenção arquitetônica em sítios históricos e a abordagem da conservação prevista nos instrumentos normativos vigentes.	Seleção de corpo teórico que trata do tema e do corpo normativo que disciplina o licenciamento das intervenções arquitetônicas no SRR.	Análise crítica do material selecionado, à luz do referencial teórico adotado, dos objetivos definidos para a pesquisa e do protótipo da Declaração de Significância Cultural.	Embasamento teórico-normativo para subsidiar a proposição de critérios de avaliação das intervenções arquitetônicas no SRR.
			Identificação de lacunas e inadequações normativas à luz dos princípios da conservação contemporânea, para contribuir com proposições, com vistas à permanência da significância cultural do sítio.

Discutir conceitos de intervenção arquitetônica em sítios históricos e a abordagem da conservação prevista nos instrumentos normativos que disciplinam o licenciamento das intervenções no Setor Residencial Rigoroso corresponde ao segundo objetivo específico da pesquisa. Para a proposição dos critérios de avaliação das intervenções arquitetônicas no SRR foi considerada relevante a análise crítica do processo de licenciamento normatizado nas legislações vigentes e a análise de conceitos de intervenção em áreas de valor cultural, à luz do protótipo da Declaração de Significância Cultural. As características tipológicas arquitetônicas do conjunto civil patrimonial e os significados e valores atribuídos pelos grupos sociais entrevistados foram elementos considerados na discussão promovida neste tópico.

É importante se ter em mente que qualquer intervenção arquitetônica promovida em um imóvel de valor patrimonial implica algum tipo de perda de atributos e valores, o qual é inerente ao processo de valoração; contudo, devem ser resguardados atributos físico-espaciais que transportam significados e valores de longa duração que constituem a significância cultural do conjunto arquitetônico. A noção de significância cultural prevê um contínuo processo de valoração que deve ocorrer sem prejuízo às características arquitetônicas que formam o acumulado cultural do conjunto construído de um lugar. Cabe,

portanto, à gestão da conservação do CHO evitar que as transformações promovidas no conjunto arquitetônico do sítio rigoroso ponham em risco a permanência da significância cultural no presente e no futuro, incorporando procedimentos e abordagens adequadas.

Francisco de Gracia (1992: 21 - 179) ressalta que intervir corresponde a atuar conscientemente no processo dinâmico da cidade, ação que deve garantir a estabilidade mínima da forma urbana para que sua identidade construída lentamente se prolongue, em particular, a conservação da coerência arquitetônica da estrutura, da forma e de cada tipo que constituem o conjunto construído. O autor lembra que a cidade antiga ganhou um sentido histórico ao materializar os comportamentos próprios da sociedade que se manifestavam em comemorações e rituais populares e que se refletiram na forma da cidade. Para de Gracia, uma maior sensibilidade social e a elaboração de um conjunto de instrumentos normativos de controle do processo de intervenção em contextos históricos têm contribuído para sua conservação, mas, esses instrumentos não impedem a promoção de intervenções inadequadas a esses contextos. O autor manifesta preocupação com a promoção de novas intervenções arquitetônicas em uma cidade antiga por entender que a noção contemporânea de cultura arquitetônica favorece a arbitrariedade diversificadora da forma por se aceitar que tal tendência é uma expressão inquestionável do nosso tempo. Segundo ele, essa arbitrariedade tem se projetado sobre os centros históricos, recorrendo-se a variadas fórmulas de improvisação no projeto. O autor cita Tafuri (1992: 22) que afirma que toda nova obra de arquitetura nasce numa relação de continuidade ou de antítese com um contexto simbólico constituído por obras precedentes e essa obra pode contribuir com a permanência ou a diminuição dos valores associados ao imóvel objeto da intervenção.

O CHO não possui Declaração de Significância Cultural nem um plano de conservação que aborde a gestão da mudança em seu conjunto arquitetônico patrimonial e que defina a melhor forma como a significância cultural pode ser retida ou revelada. As intervenções arquitetônicas promovidas no conjunto arquitetônico do Setor Residencial Rigoroso e os critérios de intervenção previstos nos instrumentos normativos podem não estar contribuindo para a conservação do que é significativo para os sujeitos envolvidos e que é fundamental para a sustentabilidade do sítio.

Os instrumentos normativos que disciplinam as intervenções arquitetônicas no Setor Residencial Rigoroso são a Rerratificação da Notificação Federal nº 1155/1979 (SPHAN,

1985), a Portaria 420/2010 (IPHAN, 2010) e a Legislação Urbanística dos Sítios Históricos de Olinda (Prefeitura de Olinda, 1992). A Rerratificação Federal buscou incorporar maior abrangência aos procedimentos de conservação e passou a contemplar como objetos de conservação o meio ambiente e a paisagem, além dos monumentos e o casario. Considerados primordiais os anseios e as necessidades dos agentes sociais em termos de habitabilidade e conforto ambiental passou a ser admitida a ampliação dos imóveis civis patrimoniais desde que sem prejuízo à conservação da cobertura vegetal e da topografia do sítio.

A necessidade de dotar os imóveis civis patrimoniais de melhores condições de ventilação e iluminação foi razão da proposição, nas legislações federal e municipal, de abertura de poço ou área para ventilação encoberta parcialmente com telhas capa. Por considerarem a solução normativa ineficiente, moradores e usuários promovem aberturas nos telhados dos imóveis históricos. Agentes sociais entrevistados justificam que a promoção de intervenções arquitetônicas que tenham afrontado as legislações de proteção objetiva dotar os imóveis de condições de iluminação e ventilação satisfatórias e de novos padrões de conforto e decorrem de valores culturais associados a novos hábitos e novas maneiras de habitar no sítio nos séculos XX e XXI. Eles consideram que o impedimento legal a uma intervenção de melhoria das suas condições de vida corresponde a uma condenação a viverem em ambientes insalubres. Considerando conflitos decorrentes do processo de valoração de bens patrimoniais, Francisco de Gracia (1992: 29) salienta que a conservação do caráter sócio-cultural de um centro histórico implica a manutenção da sua função habitável e seus componentes populacionais e a melhoria das condições de conforto.

Entre diretrizes gerais, a lei municipal estabeleceu o sítio como área predominantemente residencial. Após quase 20 anos de sua vigência preocupa aos agentes sociais entrevistados o aumento progressivo de atividades econômicas no sítio, por considerarem que compromete sua sustentabilidade na medida em que promove alterações físicas nos imóveis e provoca a saída dos antigos moradores. Eles entendem que, para a permanência do caráter habitacional do CHO a gestão deve se fundamentar nos princípios da conservação integrada para o licenciamento de usos e atividades em imóveis civis patrimoniais. Devem, então, ser promovidos estudos para a definição de atividades que permitam melhor utilização do sítio, com a garantia da conservação da predominância do uso habitacional.

Para a maioria dos entrevistados, as transformações arquitetônicas promovidas no sítio ainda não estão interferindo no processo de interpretação de significados e atribuição de valores, mas consideram que a mudança de usos é a principal ameaça à sua significância cultural. A ocorrência de conflitos advindos da convivência dos usos habitacional, religioso e de hospedagem com certas atividades comerciais e de lazer noturnas vem provocando a saída de moradores antigos e prejudicando o silêncio citado como atributo qualitativo e diferencial do sítio por agentes sociais entrevistados. Um dos especialistas entende ser possível a conservação e valoração do conjunto arquitetônico civil patrimonial do CHO sem perda dos seus significados e valores essenciais se aos imóveis forem associados novos significados que estejam relacionados com os mesmos tipos de valor já reconhecidos.

A configuração do conjunto arquitetônico civil patrimonial é constituída por uma diversidade estilística que o caracteriza de forma peculiar. Agentes sociais entrevistados entendem que a intervenção arquitetônica que objetiva resgatar feição estilística anterior de um imóvel se constitui em dano, uma vez que reduz significados e valores de longa duração. Como bem ressaltou Aloísio Magalhães, os imóveis civis patrimoniais do CHO não apresentam características arquitetônicas enquadradas em apenas um período histórico, podendo um só exemplar patrimonial apresentar planta baixa remanescente de um período histórico e características morfológicas de fachada e volumetria correspondentes a outro período. Os critérios previstos no corpo normativo vigente não tratam dessa especificidade de forma expressa e muitas vezes o resultado da intervenção arquitetônica não contribui para o enquadramento do imóvel em um período histórico definido, incorrendo, portanto, na situação anterior à intervenção promovida. Os critérios de intervenção arquitetônica previstos nos instrumentos normativos não são garantia da permanência dos significados e valores atribuídos pelos agentes sociais entrevistados.

Barreto e Milet (2010) manifestam que há várias possibilidades metodológicas de intervenção arquitetônica em sítios históricos e correntes teóricas que podem ser adotadas, desenvolvidas com o objetivo de contribuir para a conservação dos seus atributos, significados e valores. A categorização de conceitos de intervenção em imóveis de valor patrimonial foi proposta por autores como Francisco de Gracia e Tiesdell, Oc e Heath. Para de Gracia (1992: 178), transformar um edifício, ampliá-lo, construir um novo ou conectar dois ou mais existentes supõe alterar o espírito do lugar, relacionado com suas características sócio-culturais, históricas e arquitetônicas. Considerando que o espírito do lugar está

relacionado com os elementos físico-espaciais e espirituais que lhes dão sentido, Tiesdell, Oc e Heath julgam-no o atributo estético mais importante de uma área histórica, devendo as intervenções arquitetônicas promovidas contribuir para sua permanência. Os autores acrescentam que a manutenção da identidade visual e da continuidade do caráter físico das áreas históricas possui uma dependência crítica das práticas intervencionistas adotadas. Na categorização proposta por eles destacam-se os conceitos de *justaposição contextual* e *continuidade contextual* (apud Vieira, 2008: 48 – 50), os quais estão previstos em abordagens dos instrumentos normativos que disciplinam as práticas intervencionistas no CHO.

Por *justaposição contextual*, os autores entendem ser uma prática intervencionista que contribui para a harmonia do conjunto arquitetônico através da justaposição de edificações de diferentes épocas, cada uma representando a expressão do seu próprio tempo. Os autores consideram que o atrativo estético de um lugar histórico pode resultar da combinação ou justaposição de muitos edifícios que formam um conjunto de uma variedade de estilos e expressões. A esse atributo eles denominam de *valor da diversidade arquitetônica* de um conjunto patrimonial que contribui para que o passado possa ser valorado pela sua justaposição com o presente (Tiesdell, Oc e Heath, 1996: 13).

O *valor da diversidade arquitetônica* do conjunto arquitetônico civil patrimonial do CHO se expressa nos variados atributos artísticos e arquitetônicos e registros estilísticos representativos de quatro séculos, os quais se apresentam em harmonia mesmo ocorrendo um processo de sobreposição num mesmo imóvel. Esse valor expressa-se também na tipologia de plantas e espaços de referência ao uso habitacional; em materiais e elementos de composição externa e interna referenciais da época de construção de cada imóvel. As intervenções arquitetônicas promovidas com o objetivo de resgate de feição estilística de um imóvel podem se constituir em ameaça ao valor proposto por Tiesdell, Oc e Heath.

Além da *justaposição contextual*, os instrumentos normativos vigentes contemplam critérios de intervenção arquitetônica no CHO que se enquadram no conceito de *continuidade contextual*, o qual é relacionado com a tradição arquitetônica e a continuidade do contexto urbano histórico e busca promover a legitimação dos atributos arquitetônicos patrimoniais reconhecidos no lugar através de recursos de interpretação. Vieira (2008: 50) considera que

exemplos de *continuidade contextual* não são associados a falsificações históricas e também não agridem a leitura estética das áreas patrimoniais.

Francisco de Gracia (1992, 230 – 261), buscando categorizar tipos de intervenção arquitetônica em áreas históricas, sistematizou metodologias em que identifica padrões de atuação diferentes em níveis de intervenção denominados por ele de *esquemas técnicos de contextualização*. De Gracia entende *arquitetura contextual* como sendo “aquela que, sem utilizar os recursos da mimesis⁹³ superficial nem a analogia direta, estabelece uma rara simbiose com o contexto mediante a construção de nexos figurativos com o entorno e de critérios definidos pelas características do lugar deixando, contudo, como registro a marca de seu tempo”. Mesmo que a intervenção resulte numa modificação do lugar, o importante para a arquitetura contextualista é a possibilidade de “transferir para o futuro os valores da cidade antiga, sem renunciar à própria sincronia histórica” <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.112/30> De Gracia (1992: 308) refere-se à arquitetura contextual como ambientalmente integrada, mas reconhecível como pertencente a seu momento histórico, esforçada em estabelecer continuidades entre o novo e o velho mediante uma investigação particularizada do lugar. Entre os padrões sintetizados pelo autor destacam-se a *continuidade de imagem*, que busca potencializar aspectos antecedentes e novos do conjunto arquitetônico e a *recriação de formas tipológicas*. Os conceitos propostos por Tiesdell, Oc e Heath corroboram o entendimento de Francisco de Gracia e são incorporados na enunciação de obras de restauração, de reforma e de nova edificação que podem ser realizadas em imóveis civis patrimoniais do CHO, propostas pelos instrumentos normativos vigentes.

Dos padrões propostos na categorização de Francisco de Gracia, Barreto e Milet (CECI, 2010) selecionaram três princípios que consideram possuir semelhanças teórico-metodológicas com as legislações federal e municipal de proteção do CHO e que fornecem orientações projetuais para intervenções que visam à instituição de parentesco tipológico (*recriação de formas tipológicas*) e/ou à integração contextual (*continuidade de imagem*):

- “Busca das leis de proporção e de harmonia existentes no processo de formação da cidade, de modo a identificar a escola arquitetônica e formal à qual o edifício está filiado.

⁹³ Imitação.

- Reintegração de recursos figurativos ou estilísticos para favorecer a continuidade da imagem, sem recorrer ao pastiche. Esse princípio corresponde à adoção de soluções técnicas e construtivas que remetem às características tipológicas e/ou estilísticas do conjunto existente, contudo, resguardando seu reconhecimento como uma intervenção contemporânea, ainda que possua elementos que fazem referência à tipologia arquitetônica do conjunto local.
- Investigação e validação das opções formais por meio da identificação de parentesco tipológico ou das leis formadoras da cidade. Este princípio pode também remeter ao parentesco de formas e volumes, desestimulando categorias de intervenção arquitetônica fundamentadas em noções como contraste e ruptura. As autoras salientam que o esforço deve ser dirigido para a busca de uma totalidade integradora e para o entendimento dos elementos que constituem e conferem a continuidade da forma da cidade. Em termos topológicos, a contribuição formal deve estar inscrita na justaposição, na inclusão e na intersecção formal e jamais adotado o contraste ou a exclusão”.

Esses princípios são expostos por Barreto e Milet (CECI, 2010) no *Manual Conservar: Olinda boas práticas no casario* que foi elaborado com o objetivo de contribuir para a conservação sustentável do CHO através de orientações para a elaboração de projetos de intervenção arquitetônica em imóveis civis patrimoniais. As autoras entendem que o estudo tipológico e o conhecimento dos valores atribuídos ao sítio, seguidos do conhecimento das leis de proteção específicas podem minimizar possíveis perdas de valores e agregar novos valores que estão associados ao bom uso do imóvel.

O manual apresenta exemplos de intervenção arquitetônica no conjunto civil patrimonial do CHO que expressam relação com os critérios de intervenção mencionados e foram caracterizados como *boas intervenções* porque respeitam as legislações de proteção e são qualificadoras do casario pela conservação dos seus valores patrimoniais e de boas condições de uso e habitabilidade. Boas intervenções, então, é um conceito que está relacionado com a manutenção dos valores e do uso residencial do sítio. As autoras afirmaram que, de fato, poucas intervenções arquitetônicas foram consideradas, em sua totalidade, como exemplos de boas práticas, demonstrando possível perda à significância cultural do sítio. A seleção realizada definiu os critérios básicos apresentados a seguir conforme previsão nos instrumentos normativos vigentes: 1. *Integração e diálogo da edificação no contexto histórico e arquitetônico*; 2. *Manutenção da tipologia*, subdividida em 2.1 *Implantação*, 2.2 *Partido de planta*, 2.3 *Volumetria* e 2.4 *Técnicas e materiais construtivos*; 3. *Taxa de*

ocupação; 4. Cobertura vegetal; 5. Topografia; 6. Conforto ambiental e 7. Adequação entre a edificação, o uso e a capacidade de carga.

A seleção dos exemplos de intervenção no sítio considerou o estudo das suas tipologias arquitetônicas e o entendimento do que seja o limite justo entre a manutenção do espírito do lugar, das características físicas, históricas e artísticas e a adequação a novas demandas sociais do século XX. As autoras salientaram a importância de se considerar a *capacidade de carga* de um imóvel ou espaço, a qual se refere aos limites que pode suportar segundo a interação entre as atividades desenvolvidas e a integridade estrutural do bem sem perda das características tipológicas e arquitetônicas. Este conceito está relacionado, ainda com a volumetria, características topográficas e o sistema construtivo de um imóvel objeto de intervenção.

A análise dos projetos que foram selecionados como *boas práticas* concluiu que as intervenções arquitetônicas que são predominantes no CHO correspondem a: 1. Acréscimo de área construída com tratamento volumétrico; 2. Introdução de mezanino com abertura de água furtada no pano posterior da coberta; 3. Retirada de terraço descoberto nos pavimentos superiores que interrompem a água da coberta; 4. Recuperação volumétrica do corpo principal da edificação e 5. Reordenamento de áreas molhadas de serviço. Algumas dessas intervenções foram realizadas para regularização de obras em imóveis civis patrimoniais, as quais também foram classificadas como boas práticas.

Considerando os critérios básicos previstos nos instrumentos normativos, os quais foram mencionados por Barreto e Milet (CECI, 2010), os agentes sociais entrevistados demonstraram interesse e preocupação com a integração da edificação no contexto histórico e arquitetônico do sítio, com a manutenção da tipologia através da implantação no lote, da volumetria dos imóveis e das técnicas e materiais construtivos utilizados. A preocupação com a taxa de ocupação da edificação no lote está relacionada com a preservação da cobertura vegetal e da topografia do sítio, considerando principalmente os riscos decorrentes do processo de acomodação do solo que vem ocorrendo há décadas e que causou interdição de imóveis do Setor Residencial Rigoroso. O conforto ambiental é interesse prioritário para moradores e usuários entrevistados, bem como a adequação entre a edificação, o uso e a capacidade de carga.

A análise realizada consolida o entendimento da imbricada relação entre atributos físico-espaciais e significados e valores dos bens culturais, a qual, se desconsiderada, comprometerá sua conservação sustentável. Considerando a orientação das intervenções arquitetônicas segundo os valores que foram atribuídos pelos agentes sociais entrevistados, de forma a evitar a prevalência do entendimento de especialistas e gestores, são propostos critérios de avaliação técnica que buscam contribuir para o monitoramento da conservação do SRR. Os critérios são apresentados no próximo capítulo como um dos resultados da pesquisa.

4.3.3 Proposição de critérios de avaliação das intervenções arquitetônicas no SRR

Quadro 7

OBJETIVO ESPECÍFICO	PASSOS METODOLÓGICOS	TÉCNICAS ADOTADAS	PRODUTO
3) Propor um conjunto de critérios de avaliação das intervenções arquitetônicas no Setor Residencial Rigoroso de forma a garantir a conservação da significância cultural do sítio.	Análise do protótipo da Declaração de Significância Cultural, de conceitos de intervenção arquitetônica em sítios históricos e dos critérios de licenciamento previstos nos instrumentos normativos vigentes.	Análise crítica dos critérios de licenciamento das intervenções arquitetônicas, à luz dos significados e valores associados pelos grupos sociais entrevistados.	Critérios de avaliação das intervenções arquitetônicas no SRR para contribuir com a conservação da significância cultural do sítio.

Os critérios de avaliação das intervenções arquitetônicas no Setor Residencial Rigoroso do CHO foram propostos com base no protótipo da Declaração de Significância Cultural do CHO e nas discussões sobre intervenção em sítios históricos e sobre o licenciamento previsto nos instrumentos normativos vigentes. A lista dos critérios propostos está exposta no Capítulo 5 – Resultados da pesquisa, o qual será apresentado a seguir.

5. RESULTADOS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta como resultados da pesquisa os Quadros de Significância Cultural de 1982 e 2011, o protótipo da Declaração de Significância Cultural e os critérios de avaliação das intervenções arquitetônicas no Setor Residencial Rigoroso.

5.1 Significância Cultural do Centro Histórico de Olinda/1982 (Quadro 8)

A análise de conteúdo da Documentação de Inscrição de Olinda no Centro do Patrimônio Mundial gerou a elaboração do Quadro 8 – Significância Cultural do Centro Histórico de Olinda/ 1982, constituído de atributos, categoria de valores, subcategoria de valores e significados e unidades de registro. Os atributos são de natureza físico-espacial/ tangível (objetos) ou não tangível (processos), os quais se realizam nos primeiros. A análise promovida identificou significados relacionados com características e atributos de conjunto do sítio abordagem que foi mantida na elaboração do quadro, no qual se pode observar que, entre os atributos associados ao CHO na década de 1980 tiveram ênfase os processos relacionados com os valores socioculturais do sítio.

Quadro 8.- Significância Cultural do CHO / 1982

SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA (1982)			
SIGNIFICADOS	SUBCATEGORIA DE VALOR	CATEGORIA DE VALOR	TIPO DE ATRIBUTO
SÉCULO XVI - Fundação da vila (1537). Ordens Religiosas se estabelecem no sítio, iniciam a construção de igrejas e conventos e exercem papel influente na sociedade.	VALORES HISTÓRICOS	VALORES SOCIOCULTURAIS	REFERÊNCIAS HISTÓRICAS DA CONFIGURAÇÃO URBANA
SÉCULO XVII - Crescimento da vila com a construção de novas igrejas e conventos e de casas com janelas de treliça. Invasão Holandesa e Restauração Pernambucana.			
SÉCULO XVIII - Implantação do traçado urbano fundamental - Construção de casas com fachadas de azulejos			
SÉCULO XIX - Construção de novas casas com fachadas de azulejos. - Criação do Jardim Botânico de Olinda (Horto D'el Rey)			

Quadro 8.- (continuação) - Significância Cultural do CHO / 1982

SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA (1982)			
SIGNIFICADOS	SUBCATEGORIA DE VALOR	CATEGORIA DE VALOR	TIPO DE ATRIBUTO
BARROCO - Estilo incorporado na maioria das igrejas.	VALORES ARQUITETÔNICOS E ARTÍSTICOS	VALORES SOCIOCULTURAIS	REFERÊNCIAS HISTÓRICAS DA CONFIGURAÇÃO URBANA
RENASCENÇA - Foram introduzidos elementos artísticos renascentistas nas igrejas e conventos do sítio.			
NEOCLASSICISMO - Casas com feição neoclássica no final do séc. XIX e início do século XX.			
MODERNISMO - Edifícios exemplares da arquitetura moderna, de uso público e privado, foram construídos no sítio histórico na primeira metade da cidade (1968), todos os imóveis do arquitetônico civil patrimonial passaram a ser protegidos.			
SISTEMAS DE CONSTRUÇÃO COM INCORPORAÇÃO DE ELEMENTOS CULTURAIS ÍNDIGENAS, ORIENTAIS E AFRICANOS - Influência cultural com incorporação de atributos artísticos no conjunto arquitetônico patrimonial.			
SUPERPOSIÇÃO DE CARACTERÍSTICAS ESTILÍSTICAS EM IMÓVEIS PATRIMONIAIS - O conjunto arquitetônico civil patrimonial expõe diversidade estilística representativa de quatro séculos e um caráter de continuidade no tempo.			
PLANO URBANO ADAPTADO À TOPOGRAFIA E DETERMINADO PELA RELAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS EDIFÍCIOS - Monumentos religiosos implantados em pontos estratégicos do sítio evidenciavam-se na paisagem de forma intencional.	VALORES HISTÓRICOS E URBANÍSTICOS	VALORES SOCIOCULTURAIS	REFERÊNCIAS HISTÓRICAS DA CONFIGURAÇÃO URBANA
ZONEAMENTO FUNCIONAL - Descrito na Carta Foral, caracterizou urbanística e paisagisticamente o sítio.			
IMPLANTAÇÃO SEGUNDO TRADIÇÃO MEDIEVAL DE CIDADES EM ACRÓPOLE - A vila teve origem no plano mais alto e crescimento descendente.			
PARTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE - Localização que visibiliza a potencialidade cultural do sítio e o expõe a pressões urbanas.			
ISTMO DE RECIFE - Faixa de terra histórica de ligação entre Olinda e Recife.			
CENÁRIO EXCEPCIONAL COM NATUREZA, HISTÓRIA E ARQUITETURA - Ambiência peculiar, cujo valor patrimonial foi reconhecido pela UNESCO em 1982.			
ARQUITETURA ADAPTADA AO SÍTIO - Implantação das construções em cotas planas e dos quintas em trechos de terreno com aclive ou declive.			
CIDADE ANINHADA EM UMA MASSA DE VEGETAÇÃO - Conjunto que apresenta relação indissociável, com a cobertura vegetal dos grandes sítios e quintais como um elemento de integração entre as edificações patrimoniais e a malha urbana.			
ARQUITETURA POPULAR PORTUGUESA ADAPTADA AO AMBIENTE LOCAL - Adaptação da cultura portuguesa às condições locais com a produção de um conjunto arquitetônico de fisionomia própria.			

Quadro 8.- (continuação) - Significância Cultural do CHO / 1982

SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA (1982)			
SIGNIFICADOS	SUBCATEGORIA DE VALOR	CATEGORIA DE VALOR	TIPO DE ATRIBUTO
CIDADE COLONIAL PORTUGUESA - Linguagem construtiva reproduzida em outras vilas e cidades colonizadas por Portugal - concentração dentro da muralha, casas de implantação conjugada formando uma rede de ruas irregulares.	VALORES HISTÓRICOS E URBANÍSTICOS	VALORES SOCIOCULTURAIS	REFERÊNCIAS HISTÓRICAS DA CONFIGURAÇÃO URBANA
REGIME DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS - Modelo de gestão que levou a vila a um crescimento econômico e urbano destacado das demais.	VALORES HISTÓRICOS E CULTURAIS	VALORES SOCIOCULTURAIS	PROCESSOS HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS
INVASÃO E EXPULSÃO DOS HOLANDESES - Registros históricos relacionados com a destruição e com a reconstrução da vila e o fortalecimento dos valores socioculturais dos seus habitantes.			
CIDADE PATRIMÔNIO CULTURAL - Reconhecimento coletivo da diversidade cultural do acervo patrimonial e do valor universal excepcional.			
ARQUITETURA MOURISCA - Incorporação de atributos e processos da cultura mourisca nas habitações de Olinda que moldaram hábitos e costumes sociais.	VALORES ARQUITETÔNICOS ARTÍSTICOS E CIENTÍFICOS	VALORES SOCIOCULTURAIS	OBJETOS DA CONFIGURAÇÃO ARQUITETÔNICA
IMÓVEIS DO TIPO CHALÉ - Introdução do estilo suíço com telhado em duas águas, arcos ogivais e lambrequim.			
ARQUITETURA NEOCLÁSSICA - Introdução de elementos clássicos nas fachadas platibanda, frisos e cornijas na composição cimalthas e esquadrias com caixilharia de vidro.			
ARQUITETURA MODERNA - Introdução de atributos da arquitetura pratoracionalista e modernista.			
EDIFICAÇÕES CONSTRUÍDAS POR MISSÕES RELIGIOSAS - Influência religiosa e cultural na arquitetura e no modo de vida da sociedade.			
JANELAS TRELIÇADAS - De influência mourisca, o muxarabi se constituiu num recurso arquitetônico para proteção e privacidade da casa, e contribuiu para moldar hábitos da sociedade colonial.			
MOLDURAS, BANDEIRAS SOBRE PORTAS E JANELAS E TELHAS CERÂMICAS - Elementos da arquitetura portuguesa e árabe que respondem de forma eficiente a necessidades locais.			
RUAS COM TRAÇADO IRREGULAR DEFINIDO PELA IMPLANTAÇÃO DAS CASAS EM CORRENTEZA - A implantação das casas precedia o alinhamento das ruas que se caracterizavam pelo traçado irregular.	VALORES URBANÍSTICOS CULTURAIS E ARQUITETÔNICOS	VALORES SOCIOCULTURAIS	OBJETOS DA CONFIGURAÇÃO URBANA HISTÓRICA
FORTALEZA CONSTRUÍDA NO TOPO DA COLINA SEGUNDO TRADIÇÃO MEDITERRÂNEA - Torre de pedra e cal de Duarte Coelho é elemento urbano referencial da história cultural do Centro Histórico de Olinda.			
CASARIO - Conjunto arquitetônico civil patrimonial de caráter harmônico.			
ÁRVORES ORNAMENTAIS E DE FRUTOS TROPICAIS - Aclimatados no Horto d'El Rey agregaram valores culturais aos modos de vida locais.			

Quadro 8.- (continuação) - Significância Cultural do CHO / 1982

SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA (1982)			
SIGNIFICADOS	SUBCATEGORIA DE VALOR	CATEGORIA DE VALOR	TIPO DE ATRIBUTO
VEGETAÇÃO EM RECINTOS CONVENTUAIS - Na paisagem patrimonial de Olinda se destacam grandes e arborizados sítios conventuais que contribuem para amenizar a temperatura local, dar abrigo a espécimes animais e fornecer variados frutos.	VALORES URBANÍSTICOS CULTURAIS E ARQUITETÔNICOS	VALORES SOCIOCULTURAIS	OBJETOS DA CONFIGURAÇÃO URBANA HISTÓRICA
BEIRA DO MAR - Relação histórica com a vida na colina contribui com a função contemplativa da paisagem patrimonial, desempenhando o papel de pano de fundo de qualquer ponto de observação.			
SÉRIE DE COLINAS - Geografia dinâmica formada por 8 colinas e que se destaca das planícies do entorno.			
RUAS, LARGOS E EDIFÍCIOS NOMINADOS EM HOMENAGEM A SANTOS - Elementos urbanos referenciais do sítio que condicionam regras e condutas estabelecidas pelas Ordens Religiosas.	VALORES ESPIRITUAIS	VALORES SOCIOCULTURAIS	PROCESSOS SOCIOCULTURAIS
FERIADOS RELIGIOSOS E EM HOMENAGEM A PESSOAS E FATOS DA HISTÓRIA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DA CIDADE – Santos da Igreja Católica, personagens e datas são símbolos vinculados à história religiosa da cidade.			
CULTO A DIVINDADES E A RELIGIÕES AFRICANAS E INDÍGENAS - A cultura imaterial de Olinda formada por um sincretismo religioso incorporado à vida do sítio.			
PROCISSÕES - Expressão da devoção religiosa que permanece viva no Centro Histórico de Olinda como uma atividade religiosa e cultural.			
GUARDA DOS PASSOS (CAPELAS) REPASSADA ENTRE GERAÇÕES - famílias são responsáveis pela conservação e abertura dos passos à visitação pública.			
ARTE POPULAR - Representa a filosofia da vida social, abrangendo temas como as religiões, festas populares, costumes sociais, imaginário, etc. Artistas populares se inspiram na arte sacra e em figuras e tipos humanos representativos.	VALORES CULTURAIS E ARTÍSTICOS	VALORES SOCIOCULTURAIS	PROCESSOS SOCIOCULTURAIS
ENTALHE DE MADEIRA - Arte de grande valor no período colonial incorporado a altares, púlpitos, sanefas, portas e janelas e permanece em trabalhos de arte popular.			
CLUBES FOLCLÓRICOS, BANDEIRAS E ENFEITES, DANÇAS E CANÇÕES TRADICIONAIS - Clubes de frevo, troças, blocos, maracatus, caboclinhos e afoxés permanecem como ricas expressões da cultura popular local.			
CARNAVAL - Evento cultural de grande importância que visibiliza o acervo patrimonial do sítio e sua vocação cultural.			
QUINTAIS DE POMARES E HORTAS - O uso dos quintais para cultivo de pomares e hortas ainda pode ser encontrado no sítio.	VALOR DE USO	VALORES SOCIOECONÔMICOS	PROCESSOS VOCACIONAIS DO SÍTIO
UNIVERSIDADE, CENTRO DE FORMAÇÃO JURÍDICA - O Centro Histórico de Olinda abrigou os 1ºs cursos jurídicos do Brasil e permanece com sua vocação para o uso educacional.			

Quadro 8.- (final) - Significância Cultural do CHO / 1982

SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA (1982)			
SIGNIFICADOS	SUBCATEGORIA DE VALOR	CATEGORIA DE VALOR	TIPO DE ATRIBUTO
JARDIM BOTÂNICO - Originalmente, abrigou as funções históricas de aclimação e distribuição de plantas. Importante na amenização da temperatura e como abrigo de espécies animais e na redução do processo de erosão.	VALOR DE USO	VALORES SOCIOECONÔMICOS	PROCESSOS VOCACIONAIS DO SÍTIO
FOCO DA POESIA CONTEMPORÂNEA DE PERNAMBUCO - Local do primeiro poema escrito do Brasil, foi residência de novos poetas e de encontro de repentistas.			
PLANO DIRETOR LOCAL INTEGRADO, INVENTÁRIO DO CASARIO E NOTIFICAÇÃO FEDERAL Nº 1155/1979 DA SPHAN/ PRÓ-MEMÓRIA - Instrumentos da gestão da conservação que contribuiram para agregar valores políticos e técnicos ao sítio.	VALORES POLÍTICOS E TÉCNICOS	VALORES CULTURAIS E DA CONTEMPORANEIDADE	PROCESSOS DE GESTÃO DA CONSERVAÇÃO
ARTISTAS, POPULAÇÃO LOCAL E INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAL DE CONSERVAÇÃO - Participação ativa na gestão com associação de valores políticos ao sítio.			
IGREJA - Elemento urbano representante da religiosidade da sociedade local.	VALORES ARQUITETÔNICOS CULTURAIS E TIPOLÓGICOS	VALORES SOCIOCULTURAIS	OBJETOS DA CONFIGURAÇÃO MORFOLÓGICA E TIPOLÓGICA
ADRO DAS IGREJAS - Local de encontros sociais e culturais.			
FORTE - Edifício que representa princípios de defesa.			
PASSOS (CAPELAS) - Erigidos por famílias tradicionais da cidade em agradecimento a graças obtidas.			
MERCADOS - Importantes para a economia da cidade no passado e para a sua vocação cultural no presente.			
BICAS - Função importante para o cotidiano do sítio no presente.			
CASARÃO, CASA TÉRREA E SOBRADO - Tipologias arquitetônicas características do sistema social e econômico da cidade.			
CONVENTOS - Conjunto arquitetônico representativo das Ordens Religiosas			
PALÁCIO - Edifício sede do poder político da época.			
EDIFÍCIO SOBRE PILOTIS - O edifício da caixa d'água de Olinda representa um marco da arquitetura moderna do Brasil.			

5.2 Significância Cultural do Centro Histórico de Olinda/2011 (Quadro 9)

O estudo pormenorizado do Quadro 8 fundamentou a elaboração dos questionários do tipo semiestruturado (ANEXOS 4, 5 e 6) que foram aplicados com os grupos sociais submetidos à entrevista de grupo e individuais. A abordagem segundo a aplicação do questionário

semiestruturado permitiu a livre manifestação dos entrevistados, mesmo com o direcionamento dos assuntos abordados. A transcrição das informações coletadas nas entrevistas foi submetida à nova análise de conteúdo e esse procedimento gerou a elaboração do Quadro de Significância Cultural do Centro Histórico de Olinda/ 2011 (Quadro 9) apresentado a seguir. Neste quadro pode se observar que, entre os atributos associados ao CHO no presente, destacam-se os processos culturais que se realizam no conjunto patrimonial e, na escala de valores atribuídos pelos agentes sociais, destacam-se os valores socioculturais, em particular as subcategorias de valores de uso, históricos, culturais, espirituais, sociais, arquitetônicos e urbanísticos.

Quadro 8.- Significância Cultural do CHO / 2011

SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA (2011)				
UNIDADES DE REGISTRO	SIGNIFICADOS	SUBCATEGORIA DE VALOR	CATEGORIA DE VALOR	TIPO DE ATRIBUTO
CONTEMPLAÇÃO	Atividade de fruição estética e funcional dos bens culturais do sítio e de suas paisagens únicas.	VALORES DE USO, EDUCATIVO E ESTÉTICO	VALORES SOCIAIS E ECONÔMICOS	PROCESSOS VOCACIONAIS DO SÍTIO
RETIRO ESPIRITUAL	A configuração espacial e o silêncio característico dos conventos abrigam atividades de meditação e encontros religiosos e filosóficos.			
SÍTIO HISTÓRICO HABITACIONAL	Característica fundamental para a permanência da vitalidade do sítio e da qualidade de vida desfrutada.			
TURISMO CULTURAL	Canal de valorização do sítio importante para o processo de conservação do acervo patrimonial.			
SÍTIO HISTÓRICO DE CARÁTER ARTÍSTICO E BOÊMIO	Importante pólo de lazer e cultura da Região Metropolitana de Recife que vem abrigando eventos culturais contemporâneos que consolidam sua vocação.			
HORTO d'EL REY	Pulmão verde essencial para a qualidade de vida e sustentabilidade do sítio. Apresenta vocação para um parque cultural de atividades educativas.			
BICAS DE OLINDA	Elementos urbanos que durante séculos desempenhou função social relevante no cotidiano do sítio. Importante o resgate de seus valores cultural e de uso.			
QUINTAIS COMO INSTRUMENTOS DE MEMÓRIA	A apropriação dos quintais com atividades tradicionais pode ser uma experiência cultural de interesse e alternativa para conservação de sua configuração urbana histórica.			

Quadro 8.- (continuação) - Significância Cultural do CHO / 2011

SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA (2011)				
UNIDADES DE REGISTRO	SIGNIFICADOS	SUBCATEGORIA DE VALOR	CATEGORIA DE VALOR	TIPO DE ATRIBUTO
RELIGIOSIDADE	Fundamental à conservação integrada do conjunto arquitetônico patrimonial e à sustentabilidade do sítio.	VALORES DE USO, EDUCATIVO E ESTÉTICO	VALORES SOCIAIS E ECONÔMICOS	PROCESSOS VOCACIONAIS DO SÍTIO
ATIVIDADE EDUCATIVA	Característica vocacional do sítio que pode incrementar sua significância cultural com novos significados.			
PRIMEIRO PLANO DIRETOR DO BRASIL	Através da Carta Foral de 1537 foi implantado plano urbanístico de uso e ocupação que associou ao sítio diversidade de significados e valores de longa duração.	VALORES HISTÓRICOS	VALORES SOCIOCULTURAIS	REFERÊNCIAS DO PROCESSO HISTÓRICO-CULTURAL
NOVA LUSITÂNIA DE DUARTE COELHO	Adaptação de princípios culturais do colonizador português à configuração urbana local.			
CASTELO ou FORTALEZA, ROCIO, VÁRZEA DAS VACAS, MONTINHO	Significados toponímicos citados na Carta Foral de 1537 e que são referências históricas da evolução urbana do sítio.			
CARNAVAL	Ainda guarda sua essência e se constitui em referência cultural relevante ao processo de valorização do sítio. Associa valores econômicos e culturais e têm motivado a promoção de alterações físicas dos imóveis civis patrimoniais. Seu porte ameaça sua identidade e valores culturais associados.	VALORES CULTURAIS	VALORES SOCIOCULTURAIS	REFERÊNCIAS HISTÓRICAS E CULTURAIS
MOSTRA INTERNACIONAL DE MÚSICA DE OLINDA, ARTE EM TODA PARTE E FLIPORTO	Associam ao sítio novos valores socioculturais e valores da contemporaneidade.			
EVENTOS FOLCLÓRICOS E DE CAPOEIRA	Representam valores da diversidade cultural do sítio.			
DIVERSIDADE ARQUITETÔNICA DO CONJUNTO PATRIMONIAL	Singularidade que se constitui em um acumulado cultural e que corresponde a um testemunho no tempo.			
ATRIBUTOS CULTURAIS LOCALISTAS	Relacionam antigos hábitos sociais e culturais e preservam seu valor funcional.			
IMAGEM CONSERVADA DO SÍTIO	Configuração urbana histórica que tem associação com significados e valores socioculturais do passado e do presente.			
RELAÇÃO PARTICULAR DO SÍTIO COM A VEGETAÇÃO	Atributo que qualifica a ambiência histórica de forma singular.			

Quadro 8.- (continuação) - Significância Cultural do CHO / 2011

SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA (2011)				
UNIDADES DE REGISTRO	SIGNIFICADOS	SUBCATEGORIA DE VALOR	CATEGORIA DE VALOR	TIPO DE ATRIBUTO
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS/SEMANA SANTA	Valores de longa duração do sítio que fortalecem sua identidade e espírito de lugar.	VALORES ESPIRITUAIS	VALORES SOCIOCULTURAIS	PROCESSOS CULTURAIS
DIVERSIDADE ESPIRITUAL	Credos e cultos que agregam significados e valores de longa duração, cuja permanência é essencial à conservação da significância cultural do sítio.			
PRÁTICAS SOCIAIS COTIDIANAS	Antigos hábitos sociais que permanecem, como antigas famílias do sítio de dispor mesas e cadeiras nas calçadas.	VALORES SOCIAIS	VALORES SOCIOCULTURAIS	PROCESSOS SOCIAIS E CULTURAIS
SÍTIO LIVRE DE VEÍCULOS	Percurso a pé permitem vivenciar o sítio e experienciar atividades socioculturais cotidianas.			
TRANQUILIDADE EM RUAS E LADEIRAS	No CHO ainda pode se desfrutar de um estado de tranquilidade e de sensação de tempo que não passa.			
PAISAGENS E VISUAIS PRESERVADAS	Atributos referenciais da qualidade ambiental desfrutada no sítio.			
QUALIDADE DE VIDA NO SÍTIO	Ouvir o toque dos sinos e o canto gregoriano, assistir a procissões e à serenata pelas ladeiras, participar de manifestações culturais, desfrutar do silêncio dos ambientes conventuais e retiros espirituais são considerados componentes de qualidade de vida.			
LIBERDADE VISUAL	Contexto urbano que possibilita a fruição de uma diversidade de paisagens e vistas sem limites de visualização.			
CONSCIÊNCIA VOLTADA PARA O PATRIMÔNIO	Pensamento que concorre com o fortalecimento dos valores coletivos e com a qualidade de vida do sítio.			
TRADIÇÕES E COSTUMES CULTURAIS	Fortalecem os laços culturais entre agentes sociais que promovem as manifestações e o sítio.			
COBERTURA VEGETAL PRESERVADA	Atributo essencial da paisagem patrimonial que contribui com um clima ameno, com redução da poluição sonora e o abrigo de animais silvestres.			
QUINTAIS VERDES	Espaços que abrigam práticas sociais relevantes e qualificam o sítio com significados e valores culturais de longa duração.			
ESPAÇOS PÚBLICOS DIFERENCIADOS	Conformação urbana que permite processos de interação e fruição coletivas.			

Quadro 8.- (continuação) - Significância Cultural do CHO / 2011

SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA (2011)				
UNIDADES DE REGISTRO	SIGNIFICADOS	SUBCATEGORIA DE VALOR	CATEGORIA DE VALOR	TIPO DE ATRIBUTO
SISTEMA MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO, INVENTÁRIO DO CASARIO, PROGRAMA VOLANTES PRESERVAÇÃO, SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO DE VEÍCULOS, MANUAL CONSERVAR, INVENTÁRIO AMBIENTAL, PROGRAMAS DE CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL E PLANO DE CONSERVAÇÃO	Processos e instrumentos de conservação que permanecem associados no presente a valores técnicos e políticos.	VALORES TÉCNICOS E POLÍTICOS	VALORES CULTURAIS E DA CONTEMPORANEIDADE	PROCESSOS DE GESTÃO DA CONSERVAÇÃO
IRMANDADES RELIGIOSAS POPULAÇÃO TRADICIONAL ESCOLA DE SAMBA PRETO VELHO, UNIVERSIDADES, LAB. DE RESTAURAÇÃO MUNICIPAL, ESPECIALISTAS EM CONSERVAÇÃO	Agentes sociais, cujo envolvimento na gestão da conservação agrega valores políticos e sociais ao CHO.			
PAISAGENS DENTRO DE PAISAGENS	Paisagem patrimonial constituída pela vegetação mesclada no conjunto construído cuja apreensão depende do ponto de contemplação do observador. Atributo que simula uma condição de formação permanente de nova paisagem.	VALORES HISTÓRICO E URBANÍSTICO	VALORES SOCIOCULTURAIS	REFERÊNCIAS HISTÓRICAS DA CONFIGURAÇÃO URBANA
RELAÇÃO EQUILIBRADA ENTRE O VERDE E O CONJUNTO EDILÍCIO	Um dos principais atributos do Centro Histórico de Olinda que contribui fortemente na formação de seu Valor Universal Excepcional.			
CAMINHO DO MONTE	Percurso pitoresco histórico que expunha uma bela vista com o mar ao fundo e de onde se podia ver um por do sol deslumbrante. Projeto urbanístico e interpretativo pode resgatar significados e valores que se perderam.			
SÍTIO DO MOSTEIRO DO MONTE	Área citada no Foral de 1537, constitui-se em atributo patrimonial essencial à qualidade de vida no sítio.			
SÍTIO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO	Constitui uma das grandes massas verdes do CHO com trilhas na mata e existência de espécies animais e vegetais.	VALORES ARQUITETÔNICOS	VALORES SOCIOCULTURAIS	OBJETOS DA CONFIGURAÇÃO URBANA HISTÓRICA
TELHADO DO MOSTEIRO DO MONTE	Atributo, cuja configuração original se apresenta bem preservada e guarda seus valores arquitetônico, histórico e cultural.			
PLANTA ORIGINAL	Atributo arquitetônico que documenta a história sociocultural.			

Quadro 8.- (final) - Significância Cultural do CHO / 2011

SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA (2011)				
UNIDADES DE REGISTRO	SIGNIFICADOS	SUBCATEGORIA DE VALOR	CATEGORIA DE VALOR	TIPO DE ATRIBUTO
ATRIBUTOS FÍSICO-ESPACIAIS TRADICIONAIS	Conservam os valores estético e artístico e o valor funcional, a exemplo dos ladrilhos hidráulicos remanescentes nos imóveis preservados.	VALORES ARQUITETÔNICOS	VALORES SOCIOCULTURAIS	OBJETOS DA CONFIGURAÇÃO URBANA HISTÓRICA
CONJUNTO EDIFICADO COESO	Conjunto arquitetônico patrimonial de caráter harmônico que corresponde a um atributo singular relevante na constituição do Valor Universal Excepcional do sítio.			

A análise comparativa dos quadros de significância cultural do CHO possibilitou inferir a permanência de significados e valores de longa duração que foram associados ao sítio quando da sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial em 1982. Também, observou-se que foram associados novos significados a valores de longa duração, além da associação de valores da contemporaneidade. Com relação aos valores de uso, além da permanência daqueles que foram relacionados com o uso habitacional e com atividades educacionais, científicas e culturais a vocação do sítio foi associada a valores que referenciam atividades contemplativas e do campo da espiritualidade e atividades culturais e de lazer, a exemplo do turismo cultural. Os valores de uso do presente corroboram a vocação habitacional do sítio e também estão associados a uma postura filosófica frente a seu contexto sociocultural e ambiental peculiar que lhe qualifica com parâmetros associados à noção de qualidade de vida.

Os agentes sociais entrevistados manifestaram-se com ênfase sobre os valores sociais do sítio, os quais têm associação com a permanência de práticas e costumes socioculturais que se desenvolvem no cotidiano, a exemplo da prática de famílias tradicionais de dispor de cadeiras e mesas nas calçadas em frente às suas casas. Os valores sociais associam-se, ainda, à existência de espaços públicos de configuração urbana distintiva que não se reproduz na maioria das cidades contemporâneas; a um estado de tranquilidade e sossego ainda presente no sítio e à sensação de tempo parado; ao desfrute de um padrão qualitativo de vida; a um contexto urbano que proporciona liberdade visual e à fruição de paisagens preservadas; à conservação da cobertura vegetal e à existência de quintais verdes; ao sítio livre de veículos e à consolidação de uma consciência social sobre o patrimônio cultural como um diferencial

para a vida no sítio. Aos valores de longa duração identificados em 1982 foram agregados valores sociais que incrementam a significância cultural do sítio, conferindo-lhe características ambientais distintas.

Quanto aos valores políticos, pode se afirmar que permanecem associados ao Sistema Municipal de Preservação e ao Inventário do Casario, os quais correspondem a processo e instrumento de conservação que foram referidos em 1982. No presente, esse tipo de valor está associado à experiência de conservação realizada através do estabelecimento de parcerias do Programa Volantes da Preservação; ao Manual Conservar: Olinda boas práticas no casario que orienta sobre intervenções arquitetônicas no casario e ao sistema de controle de acesso de veículos. Os valores políticos da contemporaneidade também estão associados à instituição do Inventário Ambiental, a programas de educação patrimonial e ambiental e a um plano de conservação. Os valores políticos do sítio, além dos valores sociais, técnicos e culturais se fortalecem através da atuação organizada dos agentes sociais para usufruir de um padrão de desenvolvimento desejável e de um ambiente mais sustentável. Entre agentes sociais que têm postura política ativa no sítio podem ser citados Irmandades das Ordens Religiosas, a população tradicional do sítio, representantes da sociedade civil organizada, a Escola de Samba Preto Velho - antiga entidade cultural do sítio, as Universidades, o Laboratório de Restauração de Bens Móveis de Olinda e os especialistas em conservação patrimonial.

Em 1982, os valores arquitetônicos foram associados à diversidade estilística e de atributos morfológicos e tipologias do conjunto arquitetônico civil patrimonial do sítio. No presente, os valores arquitetônicos permanecem associados à essa diversidade e à sobreposição de estilos arquitetônicos num mesmo imóvel do conjunto, considerado atributo relevante da significância cultural do sítio, além da originalidade e do caráter coeso e harmônico do conjunto.

Os valores urbanísticos atribuídos em 1982 foram associados à caracterização do processo de ocupação do sítio e sua adaptação ao contexto local, além da sua relação com a natureza tropical e com o ambiente marinho. No presente, valores urbanísticos são associados a cenários formados por paisagens que se constroem constantemente aos olhos dos caminhantes e a uma relação de equilíbrio entre o verde e o conjunto edilício. Esses valores ainda estão associados a atributos que se constituem em referências históricas do sítio, a

exemplo do caminho que conduz ao Mosteiro do Monte e que teve sua conformação urbana descaracterizada, cujo resgate através de recursos do planejamento interpretativo e de projetos de requalificação urbana interessa a agentes sociais do sítio.

Os valores históricos atribuídos em 1982 foram associados ao processo de evolução urbana e crescimento do sítio e, no presente, esses valores estão associados a significados da toponímia do sítio que foram citados na Carta Foral, os quais são referenciais da configuração urbana histórica que podem agregar valor a projetos de intervenção urbana. Os valores espirituais permanecem fortemente associados à diversidade espiritual e religiosa e a suas manifestações que se conservam vivas no sítio.

As manifestações da cultura popular, como eventos folclóricos e capoeira e, em especial, o carnaval, foram associados a valores culturais em 1982 e, no presente, esses valores permanecem associados ao carnaval e à Mostra Internacional de Música, ao Arte em Toda Parte e à feira literária FLIPORTO. A diversidade de estilos arquitetônicos do conjunto patrimonial e a relação particular do sítio com sua cobertura vegetal permanecem associadas aos valores culturais mais relevantes e, na atualidade, valores culturais estão associados a atributos de caráter localista e à imagem conservada do sítio.

A relevância atribuída aos valores de uso e socioculturais no presente exige que a gestão da conservação adote procedimentos e ações que possam garantir sua permanência e transporte para o futuro. Intervenções urbanas devem, então, buscar agregar significados e valores do presente que incrementem a significância cultural do sítio, sem perder de vista a importância de conservar atributos físico-espaciais de longa duração que possibilitam aos moradores e usuários do sítio estabelecer associação particular com o patrimônio cultural e desfrutar de experiências socioculturais contemporâneas num contexto urbano histórico.

O conteúdo dos quadros apresentados acima e o conjunto de informações coletadas através das entrevistas foram elementos que deram suporte à elaboração do protótipo da Declaração de Significância do Centro Histórico de Olinda, cujo texto é apresentado a seguir.

5.3 Protótipo da Declaração de Significância Cultural do Centro Histórico de Olinda

O texto apresentado a seguir corresponde ao protótipo da Declaração de Significância Cultural, cuja configuração é constituída por parágrafos que abordam os temas abordados pelos grupos sociais entrevistados.

- Considerado o primeiro Plano Diretor do Brasil, a Carta Foral (1537) definiu condições de uso e ocupação no sítio e associou significados e valores socioculturais, urbanísticos e paisagísticos à sua conformação urbana histórica. O respeito a esse legado histórico-cultural implica incorporar limites às transformações urbanas promovidas no sítio como forma de evitar a perda dos atributos, significados e valores de longa duração. Nas últimas décadas, a execução das transformações urbanas no sítio não teve como norte os significados da toponímia⁹⁴ do sítio. Subjacentes aos princípios projetuais das intervenções executadas está a ênfase a valores da contemporaneidade, os quais caracterizam espaços públicos do CHO de atributos reproduzidos em outras lugares.
- Conflitos se estabelecem entre agentes sociais do sítio quando o assunto diz respeito a intervenções em espaços públicos. Há aqueles que consideram que intervenções promovidas concorreram para a redução de significados e valores urbanísticos e paisagísticos do sítio, a exemplo da obra realizada no Fortim, em que foram revestidas grandes áreas de solo natural e que alteraram a percepção do lugar. Contudo, também há o entendimento de que a pavimentação de grandes áreas públicas contribui para uma nova percepção espacial e funcional do sítio. Quanto à intervenção urbana promovida no Largo do Cruzeiro de São Francisco é considerada pela maioria dos grupos sociais do sítio como tendo alterado sua configuração histórica e interferido na dinâmica cotidiana local, causando a perda de significados e valores históricos, paisagísticos e urbanísticos. Uma minoria, contudo, considera que a intervenção agregou valores históricos e urbanísticos através da exposição de atributos históricos como o caminho remanescente do século XVII que dava acesso ao Convento de São Francisco. A intervenção arquitetônica do Hotel Sete Colinas é considerada como tendo ressaltado significados e valores históricos e urbanísticos de longa duração e agregado valores sociais, de uso e

⁹⁴ Toponímia- Estudo histórico da origem dos topônimos. Topônimo - Nome próprio de lugar (Dicionário Aurélio Eletrônico).

econômicos contribuindo, assim, para o incremento da significância cultural e conservação sustentável do sítio. Moradores questionam a liberdade com que são alterados os espaços públicos do sítio frente a um rigor normativo que está associado às intervenções arquitetônicas promovidas em imóveis civis patrimoniais de uso habitacional. E justificam seu questionamento mencionando a demolição de uma intervenção paisagística, cujo projeto foi elaborado por Burle Marx nos anos 1950 e que havia agregado valores urbanísticos do presente ao Alto da Sé e ao sítio.

- O caminho de acesso ao Mosteiro de Nossa Senhora do Monte e os grandes sítios dos monumentos religiosos do CHO são considerados referências históricas importantes da configuração urbana secular, aos quais estão associados valores históricos, urbanísticos, culturais e sociais. Na área do Bonsucesso, transformações urbanas desvinculadas da toponímia local são avaliadas como danos por ter causado a perda de valores históricos e urbanísticos de longa duração e devem ser empreendidos esforços no sentido de resgatá-los através da implementação de projetos de requalificação e interpretativos. Ações propostas no Plano de Conservação devem buscar controlar transformações urbanas que concorram para a continuidade ao processo de perda de atributos físico-espaciais referenciais e de significados e valores e prever formas de manejo e uso sustentável da cobertura vegetal dos grandes sítios conventuais.
- Enquadram-se nos usos vocacionais do CHO o uso habitacional e usos artísticos e culturais, os quais estão associados a valores de uso, educativo e estético. Os agentes sociais entendem que a conservação integrada do sítio implica na permanência do seu caráter habitacional que o dota de vida cotidiana intensa e contribui fortemente para seu *espírito de lugar*, bem como na coexistência harmônica com usos e atividades produtivas que estão associados a valores de uso, sociais e econômicos. Os agentes sociais com maior tempo de permanência no sítio têm a opinião de que valores econômicos têm prevalência sobre valores socioculturais, devido ao grande número de estabelecimentos comerciais e de serviços implantados nas ruas históricas. Para eles, esse contexto está causando a saída de antigos moradores pela substituição gradativa do uso habitacional e questionam a inexistência de parâmetros normativos que limitem essa substituição e reduzam a perda de valores. Para usuários com pouco tempo no sítio, o CHO corresponde a uma área com vocação turística e cultural que deve oferecer infraestrutura compatível com sua importância.

- Os agentes sociais associam os valores de uso do sítio à atividade de contemplação, à religiosidade e à vocação a retiros espirituais, às atividades do turismo cultural e educativas, ao caráter boêmio e artístico do sítio, à vocação científica e sociocultural do Horto d'El Rey e dos quintais. A maioria dos valores de uso associados ao sítio no presente está relacionada com atributos não materiais, às vistas e paisagens preservadas, à atmosfera dos espaços religiosos, à imagem conservada do sítio que é de interesse dos moradores e das pessoas que o visitam, aos antigos modos de vida e práticas culturais, e esse contexto representa um desafio para o monitoramento das transformações e, em consequência, para o monitoramento dos valores que transportam. Isso reforça a relevância da atuação da comunidade para evitar a perda desses significados que estão associados ao ambiente culturalmente sustentável de que deseja usufruir.
- O uso do Horto d'El Rey como um parque público cultural é de interesse dos agentes sociais e poderá incrementar a significância cultural do sítio com valores de uso, sociais, culturais, urbanísticos e estéticos. O Horto d'El Rey é uma propriedade particular e vem sendo invadido por construções de loteamentos clandestinos que causam a derrubada da cobertura vegetal e alteram sua configuração urbana e das áreas do entorno. A ausência de ações efetivas de conservação e promoção da sustentabilidade do Horto d'El Rey é atribuída à incompreensão da gestão pública sobre sua representatividade e potencial interpretativo para a comunidade local e relevância para a conservação integrada do sítio e, para que não haja o agravamento da perda dos valores associados ao Horto, são propostas campanhas de informação junto à comunidade envolvida. Valores de uso e socioculturais também estão associados às antigas bicas do CHO que representam uma parte da sua memória social e o resgate da sua função tradicional é fundamental para sua reinserção ao cotidiano do sítio e para incremento da significância cultural.
- A gestão deve garantir a conservação integrada do sítio, preservando a dinâmica cotidiana que o qualifica e atendendo às necessidades dos agentes sociais. Conflitos que se estabelecem no sítio estão relacionados com alterações dos imóveis civis patrimoniais para adaptá-los a novos usos e atividades frente à permanência dos significados e valores referenciais do conjunto. A adoção de novos conceitos de vida e novos padrões sociais tem levado à busca de diferentes soluções que põem em risco a integridade estrutural e harmonia do conjunto. Há soluções de melhoria da ventilação e iluminação que devem ser buscadas para o conforto dos moradores e usuários e sua permanência no sítio,

contudo, a ampliação dos imóveis nas áreas dos quintais agrava problemas ambientais com o aumento de sobrecarga no solo e sua desestabilização através do abatimento das superfícies e deslizamento das encostas.

- São contribuintes ao processo de valoração do sítio os eventos *Arte em Toda Parte* e *Mostra Internacional de Música de Olinda (MIMO)* e FLIPORTO, além do Carnaval que ainda guarda características culturais essenciais. Contudo, a dimensão do Carnaval é questionada por moradores do sítio que o consideram ameaça à sua conservação sustentável e que motiva intervenções arquitetônicas que suprimem atributos relevantes que transportam valores de longa duração do conjunto civil patrimonial. No presente, os valores culturais associados ao carnaval são atribuídos principalmente por agentes sociais com pouca permanência no sítio e outros que compõem grupos externos à comunidade local. O evento *Arte em Toda Parte* que promove a visita a espaços de exposição e ateliês também tem motivado a alteração dos imóveis para dotá-los de espaços de exposição de maiores dimensões. Importante salientar que eventos turístico-culturais realizados no sítio também estão associados a valores econômicos, mas a gestão inadequada pode levar a um desenvolvimento indesejável ou à destruição dos bens, por não se considerar uma abordagem coletiva adequada da relação custo-benefício. O Plano de Conservação deve prever propostas para redução da perda de significados e valores associados ao conjunto subsidiadas em estudos sobre a capacidade de carga dos imóveis e diagnósticos sobre danos relacionados com o carnaval.
- Valores culturais também permanecem associados ao atributo representado pela relação particular do sítio com a vegetação e também à imagem conservada do sítio. Valores arquitetônicos estão associados aos atributos físico-espaciais tradicionais do conjunto arquitetônico civil patrimonial que conservam seu valor estético, artístico e funcional. O caráter coeso do conjunto arquitetônico civil patrimonial está associado aos valores culturais de longa duração do sítio.
- O CHO guarda relação visceral com valores espirituais desde o início da sua formação urbana, os quais contribuem fortemente para a constituição de seu espírito de lugar. A diversidade de credos e cultos se constitui numa riqueza cultural e para agentes sociais é de interesse a elaboração de um inventário de referências culturais do sítio. A elaboração de projetos de conservação dos imóveis que acolhem as entidades espirituais

representadas no sítio corresponde a uma iniciativa importante para a permanência dos valores espirituais, e essa compreensão foi incorporada pelo IPHAN que está elaborando o projeto arquitetônico e interpretativo para o Palácio de Iemanjá, localizado no Alto da Sé.

- A qualificação de *cidade aninhada em uma massa de vegetação* está associada a valores culturais mais relevantes do sítio e sua permanência implica empreender ações de conservação integrada da cobertura vegetal. A realização de um inventário ambiental poderá ser um suporte relevante às ações propostas no Plano de Conservação e à tomada de decisão com vistas à manutenção da vegetação ainda existente no interior das quadras, espaço que pode viabilizar o uso coletivo e agregar valores sociais do presente. A conservação da cobertura vegetal do sítio é de interesse prioritário para sua comunidade e a gestão deve buscar incorporar o monitoramento sistemático e o assessoramento técnico a proprietários e usuários dos imóveis, com vistas à solução precoce dos problemas encontrados.
- A diversidade de estilos arquitetônicos do conjunto patrimonial se constitui em verdadeiro testemunho no contínuo do tempo e, de certa forma, caracteriza o processo de evolução da arquitetura brasileira através de exemplares que estão presentes no sítio. O conjunto arquitetônico do CHO representa a apropriação do repertório formal português associado à cultura indígena, oriental e africana que foi adaptado a processos culturais localistas, e a ele estão associados valores arquitetônicos e culturais do sítio. Para agentes sociais, a intervenção que elimina registros temporais impressos no imóvel representa um dano à essa diversidade e à história do processo construtivo e estilístico. No caso do CHO, essa perda pode ser potencializada, uma vez que parte de seu conjunto arquitetônico patrimonial apresenta caráter eclético e modernizado. As legislações de proteção que norteiam a gestão do sítio não definem regras de intervenção arquitetônica segundo critérios de representatividade e exemplaridade dos imóveis civis patrimoniais e, em decorrência, podem estar criando condições favoráveis de opção pelos valores de uso e social, em detrimento dos valores de antiguidade, histórico, de identidade, arquitetônicos e técnico-científicos. Disso decorrem conflitos que se estabelecem entre antigos moradores e especialistas e moradores e usuários recentes do sítio. E é considerando os critérios de representatividade e exemplaridade que para alguns agentes sociais do sítio a intervenção de reforma com implantação de um elevador no edifício da

Caixa d'Água descaracterizou esse exemplar representativo da arquitetura moderna, ao qual estão associados os valores arquitetônico, cultural, científico e educativo. Outros agentes sociais, particularmente gestores do sítio, classificam a intervenção como dinamizadora das atividades do turismo cultural e, nesse caso, põem os valores de uso e econômico no topo da escala de valoração.

- Os valores sociais do CHO no presente estão associados a práticas sociais cotidianas e a antigos hábitos que permanecem como a disposição de cadeiras nas calçadas por antigas famílias e à participação em manifestações culturais, além da consciência social da importância do patrimônio para os sujeitos que vivenciam o sítio. Essa categoria de valor está associada, ainda, ao sítio livre de veículos e à tranquilidade nas ruas e ladeiras; a paisagens e vistas que foram preservadas e à liberdade de visualização desses atributos singulares. Pode se afirmar que os valores sociais do CHO estão associados a componentes da qualidade de vida, como ouvir as badaladas dos sinos das igrejas e o canto gregoriano, assistir a procissões e à serenata pelas ladeiras, desfrutar do silêncio dos ambientes conventuais e que abrigam encontros e retiros espirituais ⁹⁵. Também os valores sociais estão associados a atributos não materiais do sítio e sua permanência implica num monitoramento do significado geral do sítio para que mudanças físicas não diminuam os valores patrimoniais pelos quais o sítio foi e é reconhecido.
- Estudos científicos sobre o processo de acomodação do solo e a promoção de intervenções arquitetônicas no conjunto civil patrimonial para conter o deslizamento de encostas buscam manter valores de longa duração do sítio, a exemplo dos valores de antiguidade, históricos, de identidade, simbólicos, estéticos, arquitetônicos, urbanísticos e sociais. Além desses, buscam, também, assegurar a manutenção dos valores de uso e econômico que estão associados ao sítio, sem perder de vista a possibilidade de agregar outros valores contemporâneos. A gestão deve buscar fazer uso do monitoramento sistemático que auxiliará o ajuste das ações previstas no Plano de Conservação.
- Os agentes sociais intitulam de contravalores ⁹⁶ o que consideram como ameaças à conservação da significância cultural do CHO. Para eles, os contravalores são

⁹⁵ Retiro espiritual – Prática piedosa dos que se afastam das solicitações da vida cotidiana a fim de consagrar algum tempo à meditação, à oração, à reflexão e à conversão de vida (Dicionário Aurélio Eletrônico).

⁹⁶ Contravalor – Valor trocado por outro (Dicionário Aurélio Eletrônico).

representados por práticas socioculturais desvirtuadas da vocação do sítio: balbúrdia; o uso de logradouros públicos como bar e o grande número de veículos estacionados e em circulação pelas ruas estreitas. Essas práticas perturbam o cotidiano do sítio, causam a saída de antigos moradores e comprometem significados e valores na mesma medida de construções que descaracterizam o conjunto arquitetônico do sítio. O descrédito na gestão; a ausência de qualidade das obras públicas realizadas e de qualidade ambiental com deficiente infraestrutura e esgoto a céu aberto; a deficiente iluminação pública aliada à falta de segurança; o trânsito desordenado e a poluição sonora gerada por atividades que não respeitam o espírito do lugar são ameaças à permanência dos significados e valores do passado e à associação de significados e valores do presente que podem contribuir para a conservação sustentável do sítio. Intervenções arquitetônicas ocupam calçadas de Bairros como Guadalupe; comprometem a visibilidade nas áreas do entorno do Cruzeiro de São Francisco com muros elevados e associam valores que ensejam uma *contracultura*⁹⁷. Conflitos se estabelecem entre valores de uso e sociais e valores urbanísticos e arquitetônicos de longa duração.

- O julgamento social considera como instrumentos fundamentais à gestão da conservação do CHO programas voltados à educação ambiental e patrimonial, um inventário ambiental para o sítio, o Plano de Conservação e o plano de circulação e de controle de acesso de veículos.

5.4 Critérios de avaliação das intervenções arquitetônicas no Setor Residencial Rigoroso

Esta etapa da pesquisa contempla a proposição de critérios para orientação à avaliação das intervenções arquitetônicas promovidas em imóveis do Setor Residencial Rigoroso do CHO. Subjacente à proposição dos critérios está o pensamento de auxiliar na manutenção dos atributos físico-espaciais que carregam significados e valores de longa duração e no incremento da significância cultural do sítio considerando os valores que são associados no presente pelos agentes sociais envolvidos com sua conservação. Os critérios têm a função de orientar a apreciação técnica realizada por analistas das instituições de conservação atuantes

⁹⁷ Contracultura – forma negativa de cultura com o fim de combater os valores culturais vigentes; arremedo de cultura (Dicionário Aurélio Eletrônico).

no sítio e podem advertir a importância da incorporação de abordagens contemporâneas de conservação nos instrumentos normativos que subsidiam a gestão.

O Setor Residencial Rigoroso abrange um conjunto arquitetônico composto pelos mais antigos exemplares do CHO, entre os quais, imóveis representativos do século XVII tombados isoladamente como bens de valor excepcional. Aos imóveis do SRR estão associados os valores socioculturais e valores da contemporaneidade, entre os quais, os valores científico e educativo, além dos valores arquitetônicos e socioculturais, e essa diversidade de valores é causa de conflitos protagonizados por diversos agentes sociais do sítio.

Cabe à gestão buscar deliberar conflitos decorrentes do processo de valoração, o qual está associado a atributos, significados e valores de longa duração e a necessidades sociais e estilo de vida contemporâneo e, para isso, deve estar fundamentada em ações propostas no Plano de Conservação. Kerr (2000: 1 – 25) científica que “o objetivo principal de um plano de conservação é estabelecer políticas que irão guiar o desenvolvimento e cuidados futuros de um lugar, as quais devem considerar, entre outras, as exigências e restrições decorrentes da sua Declaração de Significância Cultural”. O autor salienta a importância das estruturas e práticas de gestão que promovam a execução eficiente da política de conservação sendo necessário planejamento e gestão por uma estrutura coordenada com responsabilidades e procedimentos bem definidos, com uma consultoria contínua de especialistas, incluído o Conselho de Conservação de cada lugar.

O Plano de Conservação do SRR deve contemplar ações que busquem manter a escala e a forma dos imóveis, materiais, texturas e cores que qualificam formal e esteticamente a configuração arquitetônica do conjunto. Devem concorrer para conservar a coerência espacial e funcional que se estabelece entre edificações e áreas livres; as vistas e perspectivas panorâmicas do conjunto arquitetônico; os usos compatíveis com a natureza do conjunto arquitetônico e urbanístico patrimonial e que podem agregar significado cultural, além da manutenção do caráter e identidade do sítio através do controle da poluição sonora e do tráfego intenso de veículos. As intervenções arquitetônicas promovidas no SRR devem buscar reter ou recuperar o caráter expresso na forma arquitetônica e no tratamento peculiar das superfícies das edificações patrimoniais para continuidade dos usos significantes e adaptação a novos usos compatíveis.

Os inventários arquitetônico e ambiental se constituem em instrumentos fundamentais para o planejamento da conservação do SRR e devem ser base para a proposição das ações previstas no Plano de Conservação e para a tomada de decisões sobre a conservação do sítio. Os critérios de conservação propostos nesta pesquisa são apresentados a seguir sob a forma de subcritérios.

Representatividade arquitetônica

O Setor Residencial Rigoroso é composto por exemplares arquitetônicos que representam uma diversidade de estilos arquitetônicos, inclusive com sobreposição de estilos e que apresentam diferentes estados de preservação. A cada exemplar estão associados valores históricos, culturais e arquitetônicos particulares, mas os imóveis se encontram sob os mesmos parâmetros normativos de intervenção arquitetônica do setor. No Inventário do Casario de Olinda de 1982 foi instituído o chamado *grau de valor patrimonial* para cada exemplar arquitetônico inventariado, o qual correspondia a uma qualificação que estava relacionada com seu estado de preservação e valores associados. Uma maneira de contribuir para a conservação integrada do SRR e da significância cultural do sítio pode ser o resgate da avaliação das intervenções arquitetônicas segundo o *grau de valor patrimonial* de cada imóvel, particularmente daqueles mais representativos de cada estilo presente no sítio. A análise técnica, então, consideraria caso a caso.

Conservação da morfologia urbana do SRR

A integração arquitetônica e a preservação das relações de vizinhança que se estabelecem entre os imóveis foram atributos de conjunto considerados nas legislações de proteção vigentes para a caracterização de setores, com vistas à manutenção da morfologia urbana do CHO. A adequação, ou não, de uma proposta de intervenção deve ser resultado de uma análise mais abrangente do contexto urbano onde o imóvel está localizado. Não é estabelecido no corpo normativo vigente que os projetos arquitetônicos propostos para o SRR estejam instruídos de elementos adicionais que possam contribuir para sua melhor compreensão como simulação das soluções através de recursos em 3D. Esses recursos podem permitir uma visão prospectiva dos resultados decorrentes da intervenção arquitetônica e podem ser instrumentos diferenciais à tomada de decisão. Como forma de auxiliar à compreensão do projeto e evitar resultados que possam comprometer a harmonia do conjunto arquitetônico do SRR, sugere-se que o uso de recursos digitais seja incorporado no rol de documentos previstos nos instrumentos normativos vigentes.

Categorização das intervenções promovidas nos quintais

A cobertura vegetal permanece como um dos mais importantes atributos do CHO sob a ótica dos agentes sociais. O corpo normativo não caracteriza as intervenções arquitetônicas que podem ser executadas nas áreas dos quintais e essa lacuna dá espaço a novos layouts, equipamentos e obras de arte que relacionam significados e valores desvinculados das características ambientais do SRR. A execução de soluções terraceadas e com a contenção do terreno com muros tem alterado o perfil do terreno, promovendo o revestimento do solo natural e erradicação de espécies da cobertura vegetal, mas, para a maioria dos agentes sociais tais intervenções não causam danos ao patrimônio, uma vez que não são realizadas no corpo principal dos imóveis. É fundamental para a conservação integrada do SRR definição da categorização das intervenções promovidas nos quintais e a instituição de procedimentos para o monitoramento sistemático do estado de conservação da cobertura vegetal.

Capacidade de carga dos imóveis civis patrimoniais

A adequação entre edificação, uso/atividade e a capacidade de carga é um parâmetro essencial para a conservação sustentável do conjunto arquitetônico do SRR, razão pela qual é proposta sua incorporação na avaliação das intervenções arquitetônicas. A capacidade de carga dos imóveis civis patrimoniais do CHO não é um conceito que se apresenta expresso nas legislações de proteção e, em consequência, não é incorporado na avaliação técnica e não é de fácil apreensão pelos sujeitos envolvidos com a conservação do sítio. O desconhecimento sobre sua importância para a conservação sustentável do sítio rigoroso tem sido a causa de intervenções de retirada de paredes antigas e construção de novas paredes, de construção de pavimento em laje de concreto e de anexos nas áreas livres dos quintais, as quais podem interferir na estabilidade desse ambiente histórico. A indefinição normativa da taxa máxima de ocupação no SRR pode ser contribuinte ao desrespeito à capacidade de carga. A ocupação dos quintais tem imposto aumento de sobrecarga ao solo instável do sítio rigoroso, causando abatimento de superfícies e deslizamento de encostas e esses resultados requerem que novos critérios e parâmetros sejam incorporados à avaliação das intervenções arquitetônicas. O julgamento de adequação de um projeto pondera restrições de caráter formal e estético e deve incorporar, também, critérios que levem em conta suas limitações geológicas e busquem garantir a estabilidade/ segurança do sítio. A tomada de decisão na avaliação técnica deve estar orientada pela eficiência associada a materiais e estruturas propostas em um projeto arquitetônico que seja objeto de apreciação e por pareceres de

especialistas, considerando as recomendações técnicas para o SRR previstas no Plano de Reabilitação (UFPE, 2007).

Capacidade de carga na escala da quadra e/ou rua

O processo de valoração experienciado pelo CHO há décadas tem refletido em intervenções arquitetônicas promovidas em imóveis civis patrimoniais habitacionais para adequá-los a condições contemporâneas de conforto e qualidade de vida. O uso habitacional é predominante no SRR e julgado por agentes sociais como responsável por agregar significados e valores de longa duração e valores da contemporaneidade e sua convivência com usos e atividades produtivas é considerada fundamental à conservação sustentável do sítio. A aplicação do conceito de capacidade de carga adaptado à escala da rua e/ou quadra pode ser uma forma de controlar a redução progressiva do uso habitacional do SRR e sua substituição por outros usos e atividades. Sugere-se, também, que seja avaliada sua contribuição em casos de imóveis que abrigam mais de uma atividade e de atividades de lazer que promovem a concentração de pessoas e veículos com prejuízo aos atributos físico-espaciais do conjunto arquitetônico, a exemplo do carnaval.

Conservação integrada do SRR

Para os agentes sociais entrevistados o licenciamento de uma intervenção arquitetônica deve estar condicionado à conclusão certa da obra. O objetivo é buscar garantir a estabilidade do conjunto arquitetônico civil patrimonial, a segurança de moradores e usuários e a permanência da qualidade de vida do sítio. Sendo o uso de um imóvel essencial para sua conservação integrada, uma intervenção de reforma e/ou de adaptação a novo uso deve contribuir para conservar significados e valores de longa duração e agregar valores da contemporaneidade. A característica de cidade com vida social e cultural intensa conferida ao CHO por moradores e visitantes tem contribuído de maneira fundamental para seu processo de valoração, mas a paralisação de construções para abrigar novos empreendimentos preocupa aos agentes sociais do sítio. A avaliação do processo de licenciamento sob uma ótica socioeconômica e jurídica pode concorrer para agregar valores da contemporaneidade, contribuindo para a conservação integrada e desenvolvimento sustentável do sítio.

Habitabilidade e conforto ambiental

Os agentes sociais julgam a habitabilidade dos imóveis civis patrimoniais como fundamental à sua permanência no sítio e a razão para que eles promovam intervenções arquitetônicas de adequação. As soluções de iluminação e ventilação propostas nas legislações de proteção são consideradas ineficientes pela comunidade que tem adotado a solução de abertura do telhado junto à platibanda por considerá-la não danosa à integridade do imóvel se dimensionada com prudência. Agentes sociais ponderam que a avaliação técnica das intervenções arquitetônicas deve estar imbuída de sensibilidade aos anseios e valores da comunidade, como uma maneira de reduzir o número de obras não licenciadas que permanecem no sítio durante anos e, em consequência, de reduzir a significância cultural. Contudo, também há outros agentes sociais que entendem que o usufruto de condições adequadas de ventilação e iluminação está condicionado à conservação de atributos físico-espaciais da configuração arquitetônica tradicional, os quais se constituem em eficientes recursos de ventilação e iluminação como pisos em tabuado de madeira e forros vazados com treliças; esquadrias com venezianas e postigos e bandeiras vazadas de portas e janelas em ferro ou madeira. Se um dos pressupostos das legislações de proteção é estimular a permanência do patrimônio humano do sítio, a proposição de critérios de intervenção arquitetônica deve buscar garantir a permanência dos atributos físico-espaciais que favorecem o conforto ambiental e que transportam valores socioculturais de longa duração.

Água furtada no pano frontal da cobertura

Na busca pelo atendimento às necessidades de iluminação e aeração dos imóveis, foi disposto por instrumento normativo municipal o uso do recurso da *água-furtada*⁹⁸ no pano posterior dos telhados dos imóveis civis patrimoniais. A água-furtada não é uma solução não é considerada causadora de interferência à integridade do conjunto arquitetônico civil patrimonial, sendo reconhecido que seu uso pode ser estendido para o pano frontal da cobertura. Questões relacionadas com condições de iluminação e ventilação nos imóveis têm relevância para a comunidade do sítio e, por essa razão, é de interesse o desenvolvimento de estudos, com vistas à proposição de soluções que beneficiem a habitabilidade no sítio e o incremento dos valores sociofuncionais. Em sobrados de implantação conjugada e com condições de iluminação e ventilação desfavoráveis, aberturas na parte frontal superior dos imóveis podem ser uma solução, cuja morfologia se integre à configuração da fachada.

⁹⁸ Elemento arquitetônico que pode ser disposto na água frontal e/ou posterior dos telhados para auxiliar na iluminação natural dos imóveis de implantação conjugada.

Conservação de atributos essenciais dos imóveis

A conservação sustentável do conjunto arquitetônico rigoroso pressupõe a permanência dos atributos que têm associação com seus valores essenciais, entre eles, sua espacialidade interna. As esquadrias originais dos imóveis são atributos físico-espaciais relevantes do conjunto que não têm registro detalhado na maioria dos projetos de intervenção arquitetônica submetidos à apreciação técnica e sua alteração pode comprometer a configuração morfológica dos imóveis e contribuir com a perda de significados e valores de longa duração. Os projetos de intervenção arquitetônica submetidos à avaliação técnica devem estar instruídos do registro dos elementos e atributos que compõem a configuração morfológica e tipológica dos imóveis, sendo essa medida necessária para redução de danos à sua integridade e à significância cultural.

Conservação da diversidade estilística do SRR

A conservação da diversidade estilística do conjunto arquitetônico é essencial para a manutenção do caráter e identidade do SRR que expõe quatrocentos anos da evolução da arquitetura presente no sítio. A intervenção arquitetônica promovida com o objetivo de resgatar uma configuração arquitetônica de período histórico anterior tem acolhimento no corpo normativo que exige que a restauração esteja condicionada a informações encontradas em pesquisa histórica, iconográfica e arqueológica. Diversos imóveis do SRR adquiriram feição modernizada na primeira metade do século XX, sendo ela preterida pela maioria dos agentes sociais que atribuem mais valor aos imóveis de feição colonial. A intervenção que elimina atributos que atestam o processo de continuidade (evolução) de um imóvel e as contribuições advindas de todas as épocas é considerada pelos agentes sociais do sítio como causadoras de perda ao registro histórico do processo construtivo e estilístico e de perda à autenticidade do testemunho do sítio. A definição normativa de que intervenções arquitetônicas executadas no presente devem apresentar caráter contemporâneo e se integrar ao contexto histórico corrobora a importância de se conservar as contribuições de todos os períodos que formam o acumulado cultural de um sítio e que incrementa sua significância cultural. Em face do exposto, o licenciamento de intervenções dessa natureza deve estar subsidiado em parâmetros que busquem garantir os valores que estão associados ao referido atributo patrimonial.

Princípio da intervenção mínima e abordagem da conservação preventiva

À conservação dos artefatos físico-espaciais de longa duração dos imóveis do SRR e de técnicas tradicionais de intervenção não é dada a devida importância por grande parte da comunidade do CHO. O princípio da intervenção mínima e a abordagem da conservação preventiva não são orientadores da maioria das intervenções arquitetônicas promovidas no SRR e não é feito uso regular de técnicas retrospectivas. Os revestimentos, materiais construtivos e ornamentos tradicionais são cotidianamente substituídos, assim como o reboco antigo por argamassa de cimento e a pintura à base de cal por produtos à base de PVA. O emassamento das paredes também é um procedimento amplamente utilizado e, além de provocar a desestabilização do reboco, incorpora aparência incompatível com as características do conjunto arquitetônico patrimonial. A pintura das fachadas externas em cores fortes interfere nos significados e valores culturais associados à identidade do sítio. A investigação multidisciplinar sobre materiais e técnicas construtivas deve orientar as intervenções arquitetônicas para que seja assegurada a compatibilidade química entre materiais e estruturas de suporte e a não redução dos valores de longa duração. Na pintura dos imóveis patrimoniais deve se buscar priorizar o uso de tintas em pó e adotar a escala cromática característica do sítio. É fundamental que o corpo normativo estabeleça condições expressas para a substituição dos artefatos tradicionais do conjunto arquitetônico e a caracterização dos atributos contemporâneos, os quais devem se utilizar do caráter formal tradicional através de formas contemporâneas de interpretação.

Obras de conservação e de restauração

A definição normativa de obras de conservação deve expressar a dimensão abrangente do termo *conservação* preconizada pela Teoria Contemporânea da Conservação. Para garantir que os agentes sociais continuem atribuindo valores culturais e de identidade ao conjunto arquitetônico civil patrimonial do SRR a definição normativa de obras de restauração deve corresponder à intervenção arquitetônica promovida com o objetivo de eliminar elementos incompatíveis com as características de uma edificação patrimonial. Além da conservação dos atributos físico-espaciais que participam da constituição da diversidade estilística do conjunto arquitetônico civil patrimonial e, aos quais, estão associados significados que formam seu acumulado histórico-cultural é admitida a intervenção que agregue valores e incremente a significância cultural do sítio.

Obras de pequenos serviços e de reforço estrutural

A inexistência no corpo normativo de critérios para o enquadramento das intervenções arquitetônicas como obras de pequeno porte e de caráter emergencial abre espaço para julgamentos não fundamentados e que preterem sua relevância na conservação de atributos físico-espaciais referenciais do conjunto arquitetônico civil patrimonial e de valores artísticos, estéticos, culturais e arquitetônicos de longa duração. A realização das referidas categorias de intervenção arquitetônica segundo critérios e procedimentos definidos pode contribuir com a valorização dos imóveis e agregar valores sociais, econômicos e de uso. Dessa maneira, são propostos o princípio da intervenção mínima, a abordagem da conservação preventiva e o uso de técnicas retrospectivas orientadores da caracterização das intervenções arquitetônicas como *Obras de pequenos serviços* e *Obras de reforço estrutural*.

Os critérios acima expostos fundamentaram-se no protótipo da Declaração de Significância Cultural e relevam a relação estreita que existe entre intervenções arquitetônicas promovidas no conjunto arquitetônico civil patrimonial e a permanência de significados e valores que são associados pelos sujeitos envolvidos com a conservação do CHO. A despeito da importância dos critérios para a melhoria dos processos de avaliação das intervenções arquitetônicas, importa ressaltar a essencialidade da construção da Declaração de Significância Cultural.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Histórico de Olinda representa importante testemunho do processo de urbanização implantado pelos portugueses no Brasil, no século XVI e expõe um processo contínuo de transformações físicas que remete a quatro séculos de existência do sítio. Em seu conjunto arquitetônico civil patrimonial conservam-se modos de vida e práticas socioculturais que expressam diversidade de valores representativos da sua significância cultural.

A ausência de um contexto que reconheça a importância dos valores na conservação do patrimônio cultural construído de Olinda motivou o desenvolvimento desta pesquisa que se apropriou de conceitos contemporâneos de conservação para indicar novas abordagens e propor critérios que possam contribuir com a avaliação das intervenções arquitetônicas promovidas no Setor Residencial Rigoroso, com vistas à conservação da significância cultural.

Central no ideário da conservação patrimonial contemporânea, o conceito de significância cultural evidencia-se como norte do processo decisório, cuja complexidade decorre da incorporação de aspectos econômicos e ideológicos e ampliação de conflitos sociais originados da relatividade dos valores. A visão relativizada inerente à conservação contemporânea incutiu papel socioeconômico e ambiental abrangente ao patrimônio cultural, cuja associação a uma pluralidade de valores passou a exigir uma estrutura de gestão que estimule uma participação efetiva dos sujeitos envolvidos no processo para além dos especialistas e gestores culturais.

Vale destacar o caráter complexo da pesquisa que lidou com o universo abrangente dos valores, ao qual é inerente a incorporação de subjetividade às abordagens e procedimentos adotados. Não obstante às limitações que se apresentaram, subjacente à escolha dos procedimentos adotados no processo de construção do protótipo esteve a preocupação quanto à sua adequação ao processo de construção de uma Declaração de Significância Cultural.

A pesquisa buscou contribuir para a atualização da gestão da conservação do CHO, indicando-lhe instrumentos e medidas que favoreçam sua sustentabilidade, entre os quais, o

protótipo da Declaração de Significância Cultural constituído por atributos, significados e valores atribuídos por três grupos de agentes sociais que têm representatividade e envolvimento relevante com o sítio – a comunidade, representantes das Ordens Religiosas e especialistas em conservação urbana patrimonial. A incorporação de novos padrões de abordagem à gestão da conservação do sítio tem como objetivo a conservação dos valores, para a qual os critérios de conservação propostos buscam concorrer sem perder de vista a necessidade de construção da Declaração de Significância Cultural. Este documento deve fundamentar o planejamento das ações de conservação previstas no Plano de Conservação a ser elaborado para o sítio, cuja execução deve ser coordenada por uma estrutura de gestão com responsabilidades e procedimentos definidos.

O protótipo da Declaração de Significância Cultural expôs a preocupação dos entrevistados com a substituição progressiva do uso habitacional considerado fundamental à conservação integrada do SRR e com a circulação intensa de veículos nas ruas e ladeiras do sítio, as quais interferem em práticas sociais cotidianas e estimulam o processo de gentrificação. O protótipo expõe conflitos relacionados com a mudança de usos em imóveis civis patrimoniais, a qual é considerada pelos agentes sociais como a principal ameaça à significância cultural do sítio sinalizando que os princípios e procedimentos instituídos nos instrumentos normativos não estão garantindo sua conservação integrada.

A permanência do uso habitacional representa para a comunidade a associação de valores socioculturais mais endógenos e é argumento incisivo para a promoção de estudos e elaboração de propostas para atendimento às expectativas de conforto ambiental com vistas à permanência de antigos moradores. Deve ser garantido o espaço de manifestação social para discussão de soluções de projeto de intervenção arquitetônica que busquem atender a padrões contemporâneos de conforto. Os critérios para o licenciamento de usos e atividades devem asseverar sua função complementar ao uso habitacional e promover o controle do processo de mudança segundo limites adequados.

Agentes sociais consideram que valores econômicos estão subjacentes a intervenções arquitetônicas no SRR, as quais alteram atributos físico-espaciais relevantes pondo em risco a permanência de significados aos quais estão associados valores de longa duração do sítio. Intervenções que alteram atributos físico-espaciais, aos quais estão associados valores podem reforçar significados e restringir outros e se essas intervenções focam na manutenção

das características materiais dos imóveis podem reduzir a importância e o valor que representam para os agentes sociais do sítio. Uma intervenção arquitetônica só se justifica se aos olhos da coletividade agregar valor ao imóvel ou mesmo recuperar atributos que tenham sido perdidos e é através do conhecimento do processo de conservação e dos resultados dele advindos que os sujeitos envolvidos poderão entender sua importância e dele participar.

A pesquisa identificou a necessidade de estabelecimento de nova orientação à avaliação das intervenções arquitetônicas promovidas no sítio rigoroso à luz dos princípios contemporâneos de conservação. Os instrumentos normativos que disciplinam as intervenções arquitetônicas no SRR direcionam para a conservação dos atributos físico-espaciais do conjunto arquitetônico civil patrimonial e para a consolidação de uma ótica individual do processo de conservação. A gestão deve estar voltada à conservação dos atributos de conjunto responsáveis por associar qualidade de vida ao sítio que depende da conservação do conjunto urbano patrimonial e de suas funções e vocações. A gestão deve buscar incentivar o envolvimento da comunidade nas ações de conservação do SRR e compreensão da importância da permanência dos significados e valores no equilíbrio das funções sociais, econômicas e culturais e para asseverar a vitalidade do sítio, condições essenciais ao seu desenvolvimento sustentável.

Os critérios de avaliação das intervenções arquitetônicas no SRR evidenciaram a importância de se ponderar o processo de instabilidade do solo no CHO e a capacidade de carga dos imóveis. A permanência de atributos físico-espaciais que transportam valores estéticos e arquitetônicos de longa duração implica incorporar princípios da conservação integrada através da adoção de parâmetros de segurança que concorram para manter a estabilidade do sítio.

A participação social na gestão da conservação do CHO ainda é reduzida, mesmo com o importante passo que representou a ampliação do conjunto de representações sociais do sítio no Conselho de Preservação. É necessário, contudo, que a participação social na tomada de decisão ocorra desde o início do processo de conservação decidindo, inclusive, em que projetos deverão ser investidos os recursos existentes. Essa é a expectativa dos agentes sociais entrevistados que consideram insatisfatória a participação social na tomada de decisão da conservação do sítio, bem como a promoção de programas de monitoramento e de informação à comunidade. Agentes sociais entrevistados consideram, ainda, que a

regularização de intervenções arquitetônicas promovidas sem licenciamento deve ser uma prioridade da gestão para que não se consolide a promoção de danos no sítio. Para os agentes, os valores ambientais, urbanísticos, paisagísticos e arquitetônicos ainda se expressam no sítio, mas consideram que as intervenções arquitetônicas que vêm sendo promovidas no conjunto arquitetônico rigoroso vêm interferindo na conservação dos significados de longa duração.

Ficou evidente através das entrevistas realizadas que a adequação dos imóveis civis patrimoniais a programas contemporâneos vem interferindo na conservação integrada do SRR e é motivada por interesses individuais que desconsideram a importância da manutenção das características histórico-arquitetônicas, às quais estão associados valores de longa duração. É desafio da gestão da conservação do CHO garantir o equilíbrio entre valores de longa duração e valores contemporâneos, incorporando uma ótica coletiva a todo o processo de conservação e envolvimento social na tomada de decisão. Inerentes às abordagens e práticas da conservação devem estar o diálogo e a negociação com os agentes sociais na perspectiva de sinalizar a importância das ações empreendidas e da sua participação nas decisões que dizem respeito às suas condições de vida no presente e no futuro. A ocorrência de perda ou destruição da configuração urbana do SRR poderá resultar em perda de bem estar dos agentes sociais que têm associação com o sítio.

O conjunto arquitetônico civil patrimonial de Olinda se constitui em uma fonte de significados que formam sua identidade e sua conservação deve ser realizada em reconhecimento dos valores que lhe são associados pelos agentes sociais. Se as intervenções arquitetônicas transformam os imóveis livremente os futuros usuários não terão oportunidade de interpretar seus significados e construir seus próprios valores. As políticas contemporâneas de conservação implicam na adoção de ações judiciosas e que conjeturam como os agentes sociais podem ser afetados por elas.

Pelo exposto, a gestão da conservação do CHO deve estar apoiada no planejamento da conservação integrada e do desenvolvimento sustentável buscando uma articulação mais intensa entre as diversas esferas político-administrativas com competência na conservação do sítio visando a uma atuação pública concertada, com integração das ações propostas e compartilhamento de responsabilidades entre os diversos agentes sociais envolvidos. A ampliação dos canais de informação e de participação social no processo decisório é

fundamental para a conservação sustentável do sítio, pois contribuirá para o entendimento da importância da sua permanência como local de moradia acolhedor e tranquilo com qualidade de vida. O papel da gestão é identificar novas formas de apropriação do patrimônio cultural do sítio buscando estimular a implantação de usos compatíveis com a configuração urbana secular e com os usos tradicionais, particularmente o uso habitacional. É responder de maneira criativa e eficiente a novos gostos e anseios de novos agentes sociais como forma de incrementar a significância cultural do sítio. Seu papel é controlar a promoção de intervenções arquitetônicas no conjunto civil patrimonial que causam danos à sua diversidade estilística e à sua relação particular com a vegetação existente e que interferem na contemplação das vistas e paisagens que constituem a ambiência singular do sítio. Ao sítio estão associados atributos de caráter não material e sua conservação implica a implantação de um programa de monitoramento da conservação dos atributos físico-espaciais que lhes dão suporte e dos significados e valores.

Os agentes sociais entendem que a qualidade de vida no sítio implica o atendimento às suas aspirações, o respeito ao seu bem-estar material e espiritual, ao exercício da memória e da cidadania e do seu senso de pertencimento. Sentindo-se parte integrante do sítio saberão valorizar suas referências culturais e se integrarão aos processos de conservação dos elementos que constituem a memória local percebida através do patrimônio cultural construído. Diminuindo-se transtornos ora causados pelo excesso de veículos nas ruas estreitas, controlando-se o número de estabelecimentos comerciais e de serviços, criando-se estímulos fiscais e acesso a programas de recuperação dos imóveis civis patrimoniais e premiando sua boa conservação, primordialmente daqueles sob restrições mais rigorosas é provável existir um maior interesse dos moradores em permanecer no sítio. A permanência da população que mantém laços sólidos com o CHO pode ser uma forma de garantir a conservação do patrimônio arquitetônico e a permanência dos significados e valores patrimoniais que nele se expressam. Vale ressaltar que a conservação do CHO é realizada para os agentes sociais que têm envolvimento com o sítio.

O processo de construção da Declaração de Significância Cultural do Centro Histórico de Olinda deve ser uma ação prioritária da gestão da conservação que passará a adotar procedimentos que respeitem o caráter relativo dos significados e dos valores socialmente atribuídos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Bárbara; PEREIRA, Cecília; PEREIRA, José Nilson; HIDAKA, Lúcia; MELO, Raphael. **A significância cultural no processo de conservação urbana**. Artigo da Disciplina Tópicos Avançados em Conservação Integrada. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, UFPE, 2007.

ANDERSON, Bárbara. **The Importance of Cultural Meaning in Defining and Preserving Sense of Place**. In: TOMLAN, M. (ed.) *Preservation of what, for whom? A critical look at significance*. Ithaca: National Council for Preservation Education, 1998.

ARGAN, Giulio Carlo. **El concepto de espacio arquitectónico del Barroco a nuestros días**. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1966.

ASHLEY-SMITH, J. **Definitions of Damage**. Text of a talk given in the session "When conservator and collections meet" at the Annual Meeting of the Association of Art Historians, London, 1995. Disponível em: <<http://palimpsest.stanford.edu/byauth/ashley-smith/damage.html>>

AVRAMI, Erica; MASON, Randall; TORRE, Marta de la. **Values and Heritage Conservation: research report**. Los Angeles: Getty Conservation Institute. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf_publications/valuesrpt.pdf>

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BARRETO, Juliana Cunha. **De Montmartre nordestina a mercado persa de luxo: o Sítio Histórico de Olinda e a participação dos moradores na salvaguarda do patrimônio cultural**. Dissertação de Mestrado. Recife, MDU/UFPE, 2008.

BEZERRA, Márcio; TEIXEIRA, Marília; PEDROSA, Patrícia; LEAL, Thalianne. **A integridade da cidade**. Texto não publicado. Disciplina Tópicos Avançados em Conservação Urbana, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, 2009.2.

BO, João Batista Lanari. **Proteção do Patrimônio na UNESCO: ações e significados para o Brasil**. Brasília: UNESCO, 2003.

BOSI, Vera. **Núcleos históricos: recuperação e revitalização, a experiência de Olinda**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 21. Rio de Janeiro: SPHAN/Pró-Memória, 1986.

BRANDI, Cesare. *Teoria de la restauración*. Madrid: Alianza Forma, 1992.

BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0**. Editora Positivo, 2004.

CAPLE, Christopher. **Conservation skills: judgement, method and decision making.** Routledge, London, 2000.

_____ **Objects: reluctant witnesses to the past.** London and New York:Routledge, 2006.

CAMPELLO, Glauco. **Patrimônio e cidade, cidade e patrimônio.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: SPHAN/Pró-Memória, 1994.

CASSAR, May. **Scientific and technological research for cultural heritage within the context of sustainable development.** In: CASSAR; DRDÁCKY. The context of society in the sustainable protection of cultural heritage. Disponível em: <http://www.ucl.ac.uk/sustainableheritage/Archive_0906/sustainableheritage/sustainableheritage/learning/asc/delegates/TechNotes_MC.pdf>. Acesso em 21 de Fevereiro de 2011.

CHOAY, Françoise. **Alegoría del patrimonio.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2007.

CLAVIR, Miriam. Preserving conceptual integrity: ethics and theory in preventive conservation. In: ROY, Ashok; SMITH, Perry. **Preventive Conservation. Practice, Theory and Research.** London: The International Institute for Conservation of Historic and Artist Works, 1994.

_____ **Preserving what is valued.** Museums, conservation and the First Nations. UBC Press, Vancouver, 2006.

_____ **The conceptual integrity of conservation in museums.** In MUSE, Canadian Museums Association, vol. XII, nº 3, 1994.

COELHO, Fernando. **Olinda Monumento Nacional.** Recife: Editora Comunicarte Ltda., 1982.

COELHO NETTO, J. Teixeira. **A construção do sentido na arquitetura.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

COLÉGIO BRASILEIRO DE ARQUITETOS. **Dicionário de Arquitetura On Line.** Disponível em: <<http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario>> Acesso em 20 de Outubro de 2010.

COLTRO, Alex. **A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade.** São Paulo: Caderno de Pesquisas em Administração, v. 1, nº 11, 2000. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C11-ART05.pdf>> Acesso em 01 de Abril de 2011.

CORONA & LEMOS. **Dicionário da Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Livraria Editora Ltda., 1972.

CORREIA, Fernando. **Avaliação do Sistema de Preservação do Patrimônio Histórico de Olinda**. Recife: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, 2006.

CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. Caderno de documentos nº 3. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1995.

De GRACIA, Francisco. **Construir en lo construido, la arquitetura como modificación**. Madrid: Editorial NEREA, 1992.

Dicionário Multimídia Michaelis 5.0. DTS Software.

Durability and change: the science, responsibility, and cost of sustaining cultural heritage. Relatório do Workshop de Dahlem, 1992.

FEILDEN, Bernard M. & JOKILEHTO, Jukka. **Manual para el manejo de los Sitios Culturales del Patrimonio Mundial**. Bogotá: ICCROM/ UNESCO/ ICOMOS/ Instituto Colombiano de Cultura – Colcultura, 1993.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC/ IPHAN, 1997.

FORGHIERI, Yolanda C. **Psicologia fenomenológica: fundamentos, método e pesquisas**. São Paulo: Pioneira, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Olinda 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira**. 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Nosso Futuro Comum**. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1991.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Olinda, proposition pour inclusion sur La Liste du Patrimoine Mondial**. Brasília, 1981.

FURTADO, Fátima. **O processo de monitoramento, avaliação e controle de projetos**. In ZANCHETTI, Sílvio. (org.). **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. CECI/MDU/UFPE. Recife: Ed. Universitária, 2002.

GALEFFI, Dante Augusto. **O que é isto – a fenomenologia de Husserl?** Disponível em: <<http://www.uefs.br/nef/dante5.pdf>> Acesso em 01 de Abril de 2011.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso**. Estoril: Príncipia Editora Ltda, 2006.

GUSMÃO FILHO, Jaime de A. **A cidade histórica de Olinda: problemas e soluções de engenharia**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

GUSMÃO, Mariana B. Ribeiro de. **Proposta de norma certificável para gestão da conservação de sítios históricos**. Dissertação de Mestrado. Recife: MDU/UFPE, 2004.

GREEN, Howard L. The social construction of historical significance. In: TOMLAN, Michael (ed.). **Preservation of what, for whom? A critical look at significance**. Ithaca: National Council for Preservation Education, 1998.

HARDOY, Jorge Enrique; GUTMAN, Margarita. **Impacto de la urbanización en los centros históricos de Iberoamérica**. Madri: Editorial Mapfre, 1992.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Parte I. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988. Tradução: Márcia de Sá Cavalcante.

HIDAKA, Lúcia Tone F. **A essência do existir. Um estudo sobre a conservação da autenticidade tipológica de áreas históricas patrimoniais: o caso do centro histórico de Belém do Pará**. Dissertação de mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

HUSSERL, Edmund. **A Idéia da Fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1990. Tradução: Artur Morão.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>> Acesso em 29 de Janeiro de 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Notificação Federal nº 1155/ 1979**.

_____ **Arquitetura civil I**. São Paulo: FAUUSP/MEC-IPHAN, 1975.

_____ **Arquitetura civil II**. São Paulo: FAUUSP/MEC-IPHAN, 1975

_____ **Rerratificação do Polígono de Tombamento do Município de Olinda e seu entorno nº 1155/1979**. Olinda: Escritório Técnico da 4ª DR/SPHAN/Pró-Memória e Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, 1985.

_____ **Portaria Federal nº 10/1986**.

_____ **Revista do Patrimônio nº 16**. SPHAN/Pró-Memória, 1982.

_____ **Revista do Patrimônio nº 21.** SPHAN/ Pró-Memória, Nov. a Dez. De 1982.

_____ **Portaria nº 420, de 22 de Dezembro de 2010.**

INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY (ICCROM). **Sharing Conservation Decisions. International Course Glossary.** Rome: ICCROM, 2006/2008. Disponível em <<http://www.iccrom.org>>. Acesso em 02 de Setembro de 2010.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **What is OUV? Defining the Outstanding Universal Value of Cultural World Heritage Properties.** compiled by Jukka Jokilehto. Paris: ICOMOS, 2008.

_____ **Advisory Body Evaluation of Historic Centre of the Town of Olinda.** Paris, 1981. Disponível em <<http://www.icomos.org/docs>>.

_____ **International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites. The Venice Charter,** 1964. Disponível em <<http://www.international.icomos.org>> Acesso em 22/05/2010.

_____ **The Burra Charter: the Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance.** Australia ICOMOS Incorporated, 1999. Disponível em <<http://www.icomos.org/australia/>>. Acesso em 22/05/2010.

_____ **Guidelines to the Burra Charter: cultural significance.** Disponível em <<http://www.icomos.org/australia/>>. Acesso em 22/05/2010.

_____ **Declaração de Québec.** Sobre a preservação do “*Spiritu Loci*”. Québec, 2008.

IVANOV, Andrey. **To maintain invisible? The case of Icheri Sheher, Baku.** City & Time 3 (3): 1, 2007. [online] URL: <<http://www.ct.ceci-br.org>>.

JOHNSON, Jim. **Reconstrução de uma cidade histórica Polonesa: “retroversão” em ação.** Jornal de conservação arquitetônica, nº 2, Julho de 2000.

JOKILEHTO, Jukka. **Conceitos e idéias sobre conservação.** In ZANCHETTI, Sívio (org.). Gestão do Patrimônio Cultural Integrado. CECI/MDU/UFPE. Recife: Ed. Universitária, 2002.

_____ **Considerations on authenticity and integrity in world heritage context.** In: City & Time 2 (1): 1, 2006. Disponível em: <<http://www.ceci.br.org/novo/revista/dosc2006/CT-2006-71.pdf>> Acesso em 20 de Setembro de 2009.

_____**World Heritage: Defining the outstanding universal value.** In: *City & Time*, 2006, vol. 2, n. 2, pp 1 - 10. Disponível em <<http://www.ct.ceci-br.org>>

_____**International charters on urban conservation: some thoughts on the principles expressed in current international doctrine.** 5º Seminário Internacional do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Recife, CECI, 2007.

KERR, James Semple. **Conservation Plan.** Sidney: National Trust, 2000.

LEITÃO, Lúcia. **Os movimentos desejantes da cidade.** Recife: Prefeitura do Recife, 1998.

LEMOS, Carlos A. C. **Originalidade, autenticidade, identidade, valor documental.** Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/260>> Acesso em 15 de Março de 2011.

_____**O que é patrimônio Histórico?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

LIRA, Flaviana Barreto. **Patrimônio cultural e autenticidade: Montagem de um sistema de indicadores.** Tese de doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/ MDU, 2009.

LOUREIRO, Juliana Coelho. **Pelas entranhas de Olinda: um estudo sobre a formação dos quintais** (Dissertação de Mestrado). Maceió: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, 2007.

LOWENTHAL, David. 2000. **Stewarding the past in a perplexing present.** In: Erica Avrami *et alli* (eds). Values and Heritage Conservation: Research Report. Los Angeles: GCI.

MAGALHÃES, Aloísio. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Rio de Janeiro: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), 1981.

MARINS, P.C.G. **Através da rótula: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX.** São Paulo: Humanitas, FELCH/USP, 2001.

MASON, Randall. Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of “Significance”. In: **Places, a forum of environmental design.** v. 16, 2004. Disponível em: <<http://www.placesjournal.org/issues/issue.php?volume=16&issue=1>>

_____**Values and heritage conservation: research report.** In: AVRAMI, Erica;

MASON, Randall; TORRE, Marta de la. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000. Disponível em <http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf_publications/reports.html>

_____. **Assessing values in conservation planning: methodological issues and choices.** In: TORRE, Marta de la. *Assessing the values of cultural heritage: Research report.* Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf_publications/reports.html>.

MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William. **Arquitetura no Brasil: de Cabral a D. João VI.** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

MENEZES, José Luís Mota. **Evolução Urbana de Olinda.** Olinda em Dados, PMO/SEPLAMA, 1998.

_____. **Evolução Urbana e Territorial de Olinda: do Descobrimento aos Tempos Atuais – A Vila de Olinda – 1537-1630.**

MICHALSKI, S. **Sharing responsibility for conservation decisions.** Ottawa: Canadian Conservation Institute, Department of Canadian Heritage.

MILET, Vera. **A teimosia das pedras – um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental do Brasil.** Olinda: Prefeitura Municipal de Olinda, 1988.

_____. BARRETO, Juliana (org.). **Conservar: Olinda boas práticas no casario.** Olinda: Centro de Estudos da Conservação Integrada (CECI), 2010. Disponível em <<http://www.ceci-br.org/conservar/geral/arquivos/manual.pdf>> Acesso em 23 de Fevereiro de 2011.

MOREIRA, André R. Pina. **Transformações dos espaços de habitação do Sítio Histórico de Olinda** (Dissertação de mestrado). Recife: MDU/UFPE, 2006.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Meaning in Western Architecture.** Londres: Studio Vista, 1986.

_____. **Genius Loci: towards a phenomenology of architecture.** New York: Rizzoli.

NOVAES, Ferdinando. **Olinda: evolução urbana.** Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1990.

NSW Heritage Manual. **Assessing heritage significance.** State of New South Wales: NSW Heritage Office, 2001.

OLIVEIRA, Valéria M^a Agra de. **Projeto Foral de Olinda: Relatório II.** Prefeitura de Olinda, 2000.

_____. **Projeto Foral de Olinda: Relatório Final.** Olinda: Prefeitura de Olinda, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention**. Paris: World Heritage Centre (WHC), 2008. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/opguide08-en.pdf>>. Acesso em 02 de Outubro de 2009.

_____. **Convenção do Patrimônio Mundial**. Paris: World Heritage Center (WHC), 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em 03 de Julho de 2009.

_____. **WHC Nomination Documentation – Historic Centre of the Town of Olinda**. Paris: World Heritage Centre (WHC), 1982. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive.pdf>>. Acesso em 02 de Outubro de 2009.

_____. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**, 2002. Disponível em: <<http://portal.unesco.org/culture>>. Acesso em 17 de Março de 2011.

_____. **Relatório de Olinda**. Olinda: Conferência Regional Paisagens Históricas Urbanas nas Américas, 2007: Disponível em <<http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-47-9.pdf>> Acesso em 21 de Outubro de 2010.

ORTIZ, Victor Hugo Limpas. **Arquitetura e Urbanismo na Amazônia Boliviana**. **Arquitexto 019.02**, ano 02, Dezembro de 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.019/820>>

PERDIGÃO, Ana Kláudia de A. Viana. **Considerações sobre o tipo e seu uso em projetos de arquitetura**. **Arquitexto 114.05**, ano 10, Novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.114/14>>

PEREIRA, Clodomir Barros. **A conservação da cobertura vegetal como componente do patrimônio cultural em centros históricos urbanos. Estudo de caso: a cidade de Olinda – PE**. Dissertação de mestrado. Recife: MDU/UFPE, 2004.

PEREIRA, Honório Nicholls. **Contemporary Trends in Conservation: culturalization, significance and sustainability**. *City & Time* 3 (2): 2, 2007. [online] Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org>> Acesso em Setembro de 2010.

PONTUAL, Virgínia. **A gestão da conservação integrada**. In ZANCHETTI, Sílvia. (org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. CECI/MDU/UFPE. Recife: Ed. Universitária, 2002.

PREFEITURA DE OLINDA. **Olinda em dados**. Olinda: SEPLAMA, 1998.

_____. **Legislação Básica Urbanística: Lei nº 3826/1973**. Olinda, 1973.

_____ **Plano de Desenvolvimento Local Integrado**, Vol. 3. Olinda: Sociedade Civil de Planejamento Ltda (SOCIPLAN), Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), 1973.

_____ **Lei Municipal 4119/1979: Sistema de Preservação de Olinda**. Olinda, 1979.

_____ **Relatório 4 do Projeto-Piloto Olinda**. Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos. Acordo MDUMA/MinC Convênio Minter/MEC Olinda, 1983.

_____ **Legislação Urbanística dos Sítios Históricos de Olinda: Lei Municipal nº 4849/1992**. Olinda, Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, 1992.

_____ **Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo do Município de Olinda**. Olinda, 2008.

RANGEL, Marília M. **Educação Patrimonial**. Disponível em <<http://crv.educacao.mg.gov.br>> Acesso em 23 de Março de 2011.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

_____ **Evolução urbana do Brasil**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Arte, Arquitetura e Urbanismo/FAUUSP, 1964.

_____ **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2000.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Tradução Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia, Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006.

RODRIGUES, José Wash. **Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RUNES, Dagobert D. (ed.). **Dictionary of Philosophy**, 1942. Disponível em: <<http://www.ditext.com/runes/f.html>> Acesso em 10 de Abril de 2011.

RUSSELL, R.; WINKWORTH, K. **Significance: A guide to assessing the significance of cultural heritage objects and collections**. Heritage Collections Council – Australian Heritage Projects, 2001. Disponível em <http://www.collectionsaustralia.net/sector_info_item/5>

STANIFORTH, Sarah. **Conservation: Significance, Relevance and Sustainability**. The Forbes Lecture of the 18th Annual IIC Congress: Tradition and Innovation. Melbourne: IIC, 2000.

Disponível em: <<http://www.iiconservation.org/conferences/melbourne/forbeslecture.pdf>> Acesso em 13 de Agosto de 2010.

SMITH, Robert C. **Arquitetura civil do período colonial**. In: Arquitetura Civil I. São Paulo: FAUUSP/ MEC-IPHAN, 1975.

STOVEL, Herb. **Authenticity in conservation decision-making: the World Heritage perspective**. Journal of Research in Architecture and Planning, Conservation and Cultural Heritage, Volume 3. Karachi. Page 3, 2004.

_____. **Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions**. City & Time 2 (3): 3. [online]. Disponível em: <<http://www.ceci.org.br.pdf>> Acesso em 20 de Setembro de 2009.

_____. **Monitoramento para o gerenciamento e conservação do patrimônio cultural**. In ZANCHETTI, Sílvio. (org.). Gestão do Patrimônio Cultural Integrado. CECI/MDU/UFPE. Recife: Editora Universitária, 2002.

TAINTER, Joseph; LUCAS, John . **Epistemology of the significance concept**. American Antiquity, vol. 48, n. 4, p. 707-719, 1983.

TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim. **Revitalizing Historic Urban Quarters**. Oxford: Architectural Press, 1996.

TOMLAN, Michael (ed.). **Preservation of what, for whom? A critical look at significance**. Ithaca: National Council for Preservation Education, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Plano de Reabilitação da Área Central do Sítio Histórico de Olinda**. 2º Produto: Diagnóstico da situação existente no Sítio Histórico de Olinda. Recife, UFPE, 2007.

VASCONCELLOS, Sylvio. **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos**. Belo Horizonte: Universidade federal de Minas Gerais, 1979.

VAUTHIER, Louis Léger. **Casas de residência no Brasil**. In: Arquitetura Civil I. São Paulo: FAUUSP/ MEC-IPHAN, 1975.

VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Contemporary Theory of Conservation**. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.

ZANCHETTI, S.M.; HIDAKA, L.T.F.; RIBEIRO, C.; AGUIAR, B. **Judgement and validation in the Burra Charter process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage.** Revista on line City & Time 4 (2): 5, 2009. Disponível em <<http://www.ceci-br.org/novo/revista/viewarticle.php?id=146&layout=abstract>>

_____HIDAKA, L. T. F.; RIBEIRO, C.; AGUIAR, B. **A Construção da Significância Cultural nos Processos de Conservação Urbana.** Texto não Publicado, 2008.

_____HIDAKA, L. T. F. **A declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna.** Aula 5 do I Curso Latino Americano sobre a Conservação da Arquitetura Moderna - MARC/AL. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI)/ICCROM, 2009.

_____ **Conservação integrada e planejamento urbano na atualidade.** São Paulo: Espaço e Debates, v.23, n 43-44, NERU, Anna Blume, 2004.

_____ **Gestão da conservação e desenvolvimento urbano sustentável no Brasil: propostas para uma agenda.** Texto para discussão v.17. Olinda: CECI, 2007. Disponível em <<http://www.ceci-br.org/ceci/br/informacao/acervo-para-download/category/2-cursos.html?download=24%3Atexto-discusso-17>> Acesso em 10 de fevereiro de 2011.

_____JOKILEHTO, Jukka. **Reflections on integrated urban conservation planning.** In ZANCHETTI, Sílvio (org.). **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado.** CECI/MDU/UFPE. Recife: Ed. Universitária, 2002.

_____ **A teoria contemporânea da conservação e a arquitetura moderna.** Aula 7 do I Curso Latino Americano sobre a Conservação da Arquitetura Moderna – MARC/AL. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI)/ICCROM, 2009.

_____LAPA, Tomás. **Conservação integrada urbana e territorial.** In: ZANCHETTI, Sílvio (org.). **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado.** Recife: Ed. Universitária, 2002.

_____MILET, Vera. **Management and Conservation of the Historic Site of Olinda: 1938-2006.** In: MEURS, Paul; VERHOEF, Leo G. W. (Editors). **World Heritage Site Olinda in Brazil: Proposals for Intervention.** IOS Press, 2006.

_____MARINHO, Geraldo; LACERDA, Norma (org.). **Revitalização do Bairro do Recife: plano, regulação e avaliação.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
ZIVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SITES CONSULTADOS

<http://www.unesco.org>
<http://whc.unesco.org>

<http://www.icomos.org>
<http://www.todopatrimonio.com>
<http://www.getty.edu/conservation>
<http://www.ufpe.br/mdu>
<http://www.iphan.gov.br>
<http://www.ibge.gov.br>
<http://www.ceci-br.org>
<http://www.vitruvius.com.br>
<http://www.aureliopositivo.com.br>

ANEXO 1 – WHC Nomination Documentation

WHC Nomination Documentation

File name: 189.pdf UNESCO Region LATIN AMERICA
AND THE CARIBBEAN

SITE NAME ("TITLE") Historic Centre of the Town of Olinda

DATE OF INSCRIPTION ("SUBJECT") 17/12/1982

STATE PARTY ("AUTHOR") BRAZIL

CRITERIA ("KEY WORDS") C (ii)(iv)

DECISION OF THE WORLD HERITAGE COMMITTEE:
The Committee made no statement.

BRIEF DESCRIPTION:

Founded in the 16th century by the Portuguese, its history is linked to the sugar cane industry. Rebuilt after its pillage by the Dutch, its essential urban fabric dates from the 18th century. The balance maintained between the buildings, gardens, the twenty Baroque churches, convents and numerous small "passos" (chapels), give Olinda a particular atmosphere.

1.b. State, province or region: State of Pernambuco, North-East Region of Brazil

1.d Exact location: Long. 34°50'42» W ; Lat. 8°00'48» S

UNITED NATIONS EDUCATIONAL
SCIENTIFIC AND CULTURAL
ORGANIZATION

Date received : 24.12.1981
Identification No. : 189
Original : French

Convention concerning the Protection of the
World Cultural and Natural Heritage

NOMINATION TO THE WORLD HERITAGE LIST
SUBMITTED BY BRAZIL

Historic centre of the town of Olinda

1. Specific location

- | | |
|---|---|
| (a) Country | Brazil |
| (b) State, Province or Region | State of Pernambuco, North-East Region of Brazil |
| (c) Name of property | Historic centre of the town of Olinda |
| (d) Exact location on map and indication of geographical co-ordinates | Latitude - 8° 00' 48" S
Longitude - 34° 50' 42" W
7 km in a straight line from Recife, capital of the State of Pernambuco |

2. Juridical data

- | | |
|--------------------------------|--|
| (a) Owner | - |
| (b) Legal status | Scheduled as a national monument by Law N°6863 of 26 November 1980 |
| (c) Responsible administration | Municipality of Olinda |

3. Identification

(a) Description and inventory

Located at the edge of the sea, close to the isthmus of Recife, where its port is situated, Olinda is protected by offshore sandbanks and, inland, by a series of low, interlinked hills.

The original layout of the town, still preserved with minor changes, is determined by the relationship of the principal buildings to each other : the main church (today the Cathedral); the Jesuit College and church (today the Church of the Mother of Divine Grace); the Franciscan, Carmelite and Benedictine convents and those of the Immaculate Conception and the Mount; the Churches of the Misericordia, Amparo, St John the Baptist, St Peter, Our Lady of the Rosary, and others; and the Bishop's Palace and the Old Gaol. The streets either follow the crests of the hills and the contour lines or climb steeply upwards, sometimes perpendicularly to the slopes. Defined by the facades of the buildings, they form an irregular pattern, varying in width and meeting at different angles. The original crossroads and open areas in front of the churches have become the squares of the modern town.

3. Identification (contd)

(a) Description and inventory (contd)

The historic centre of Olinda contains a number of buildings which are outstanding from the point of view of both their architecture and their decoration, including altars of carved wood, pulpits, paintings and tiled panelling. Examples are :

- the Cathedral, with its three naves, and the Church of the Mother of Divine Grace (formerly the Jesuit Church), which have been restored to their original aspect (16th/17th centuries); and the Churches of St John the Baptist (17th C.), the Carmo (17th/18th C.) das Neves (Franciscan, 17th/18th C.) and St Benedict (18th C.);
- examples of civil architecture ranging from the oldest, 17th-century mansions with trellised windows, to those of the 18th and 19th centuries with their coloured tiles and up to those built at the beginning of the present century, some in the romantic style, others chalets, and others neo-classical buildings. The water tower above the town is a striking example of the modern architecture to be found in North-East Brazil.

The lush vegetation of the roadsides, gardens, hedgerows and convent precincts, the leafy trees bearing tropical fruit such as mangoes, bread-fruit, jack-fruit and sapota, and the coconut palms, all form a landscape in which the salient feature is the town nestling in a mass of greenery, bathed in tropical light, with the sandy shore and the ocean below.

The town still keeps both its relationship with the surrounding country and the sea, and its typical folk architecture, an expression of the Portuguese cultural heritage adapted to the local environment and so fully assimilated that throughout its history it has acquired a continuing character of its own.

Principal monuments of the historic centre of Olinda

1. Convent and church of the Carmo
2. Monastery and church of St Benedict and adjoining house
3. Franciscan convent and church of Our Lady of the Snows
4. Church of the Misericordia
5. Church of St John the Baptist
6. Church and convent of Our Lady of the Immaculate Conception
7. Convent and church of St Theresa
8. Church of St Sebastian
9. The Bishop's Palace
10. House with trellised windows, 7 Patio Conselheiro João Alfredo
11. Church of Our Lady of the Mount
12. Museum of Modern Art of Pernambuco (the Old Gaol)

3. (a) Description and inventory (contd)

13. Chapel of São Pedro Advincula
14. Buildings with decorations of coloured tiles :
 - . Herman Lundgren Hospital, Largo do Carmo
 - . Single-storeyed house, N°104 Rua 15 Novembro
 - . Mansion, N°134, Rua 15 Novembro
 - . Two-storeyed house, N° 127, Rua São Bento
15. Historic fountains ("bicas") :
 - . the Rosary
 - . São Pedro
 - . Quatro Cantos
 - . São Francisco
16. Representations of Stations of the Cross ("Passos")
 - . Christ presented to the people
 - . Christ bound to the column
 - . "Passo" of the Cathedral
 - . Ribeira
17. Ribiera Market

(b) Maps and/or plans See Annex

(c) Photographic and/or
cinematographic
documentation See Annex

(d) History

Duarte Coelho Pereira, who landed in Pernambuco on 9 March 1535, chose Olinda as the administrative capital of the Captaincy*. An early 17th-century historian records that one of Duarte Coelho's servants, "going with others to enter the jungle, seeking a place in which to build a village, finding that he was on a high hill, exclaimed with joy 'Oh! Linda!' (Oh! Beautiful!)". While this supposed origin of the name is open to doubt, Olinda remains to this day a place of exuberance and gaiety.

*The Captaincies were vast tracts of land, equivalent in area to one of the smaller States of modern Brazil, accorded in perpetuity by the King of Portugal to the leaders of the first colonial expeditions.

3. Identification (contd)

(d) History (contd)

Duarte Coelho chose the site for his settlement in line with the Mediterranean tradition of building hill-top strongholds which could be more easily defended, but which were close enough to a harbour to facilitate communications with the outside world, in this case both by land and by river. The town was divided into sectors : an administrative and residential sector, a commercial sector with its foreign trading posts and a third sector to include the various local markets.

The village developed rapidly, since it was the main source of a highly valued product on the international market during the 16th and 17th centuries, namely sugar. Indeed, Olinda became the symbol of sugar and of the wealth it procured. As early as the 16th century a number of religious orders established themselves, building churches and convents which are among the oldest to be found in Brazil. Some of these convents, such as that of the Jesuits, played a leading role in the propagation of useful plants found locally or imported from Europe and Africa; their gardens and cultivated enclosures were a legend in their own time, as was noted by Father Cardim, in 1584, and a companion of Monsieur de la Ravardière in 1616. Seen from the open sea, Olinda offered a spectacle in which palm trees caught the eye as much as its buildings.

Mansions and trees - these are the landmarks of Olinda from a distance. From the summits of the surrounding hills this view remains unchanged.

But the sugar which was the source of Olinda's wealth also dealt it a terrible blow. In 1630 it was invaded by the troops of the Dutch East India Company, bent on taking control of the sugar mills and warehouses and placing their produce on the major markets of Europe. To celebrate their victory the conquerors of Olinda printed and widely distributed broadsheets in Dutch, German, French and English. They produced maps and engravings of the town and struck commemorative medals. However, the distance which separated Olinda from its port, and the difficulty of defending it against the counter-attacks of the local population forced the invaders to abandon it in 1631 and move to Recife. They then set fire to the town and its houses, churches and convents were destroyed. But the invaders remembered the produce which they had enjoyed from Olinda's orchards and vegetable gardens, and from time to time they returned to help themselves. It was then that ruthlessness changed camp: in September 1632, the town's defenders took axes and chopped down "all the fruit trees that remained".

At a later date, when the former inhabitants of Olinda attempted to rebuild the town, they were prevented from doing so by the Dutch. Nevertheless poets and painters continued to visit it and deplore the devastation. Frans Post painted very fine views of the ruins. One of the town's churches conserves a poem, inscribed in Dutch, in charcoal, which appears to implore forgiveness from the Almighty for the fate that had befallen it.

3. Identification

(d) History

After Portuguese rule was restored in 1654, the settlers of Pernambuco who had an interest in plantations joined with the religious orders in seeking the reinstatement of Olinda as the administrative capital of the Captaincy. In doing so, they met with opposition from that part of the population which was directly interested in maritime trade, and which favoured Recife. The appointment of a representative of the agricultural faction as Governor of Pernambuco swung the balance in favour of the move, in 1657. This was approved by the Portuguese Crown, but repeated royal decisions that the Governors should set up residence in Olinda were rarely obeyed. Thus work on restoration was long drawn-out; not even the creation of the Bishopric of Pernambuco and the establishment of its seat at Olinda, which then became a cathedral town, speeded up the process.

During the hundred years between the restoration of Portuguese rule and the middle of the 18th century, a few churches were built in the towns but the Bishop himself resided in a country house in the outskirts of Recife. In 1757 a historian noted that "most noble Olinda" was inhabited by 3,272 souls, "in approximately one thousand houses", but that many of its streets remained "unsightly, due to the absence of buildings". But the natural vegetation had returned, and the same author praised the town for its happy combination of architecture and trees. On a site above the city, and in fact at the highest point, the Seminary of Olinda was founded in 1800; this became one of the most important centres of higher education in Brazil, exercising a profound influence throughout the country; intellectuals trained there were to play a leading role in the struggle for independence of the North-East region and in the republican movements of 1817, 1821 and 1824.

The descriptions of Olinda given by the foreigners who began to flock to Brazil after its ports were opened to friendly nations corresponded with those of the town's inhabitants, and were equally enthusiastic. During this period the town's gardens and trees enjoyed new celebrity as a result of the creation in 1811 of a Botanical Garden, which was stocked with exotic plants obtained from the famous "La Gabrielle" Garden in Cayenne. The Botanical Garden of Olinda was responsible for introducing many ornamental and useful trees into Brazil, and rendered inestimable services both to Brazil and Portuguese Africa.

The development of the town continued slowly. One foreign visitor, passing through its streets, noted both "a general appearance of tranquillity and orderliness" and "a certain degree of desolation". Its tranquillity appears to have made Olinda the ideal site for a University, but the initial project was reduced to the creation of a Law School, which was founded in 1828 and remained there until 1854. After the transfer of the School to Recife, the peace of Olinda was disturbed only by the arrival of the railway, which linked the two towns in 1870. Easy communications and the fashion for sea-bathing and for maintaining summer residences speeded up the development of Olinda and the extension of its residential area along the beaches.

Over the years, however, the central part of the town among the hills has changed very little; so that its architectural layout has been preserved. The local population and the municipal authorities aim at keeping intact not only the historic heart of Olinda and its monuments but also the surrounding countryside, which is threatened by the northward spread of construction from Recife.

3. Identification (contd)

(e) Bibliography

D. Domingos de Loreto Couto, Desagravos do Brasil e Glorias de Pernambuco, Rio, Imprensa Nacional, 1904 ; nova edição, Recife, Ciá; Editora de Pernambuco, 1981.

Gilberto Freyre, Olinda, 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental e Cidade Brasileira, Recife, Drechsler & Cia., 1939 ; nova edição Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1980.

George Gardner, Travels in the Interior of Brazil, London 1846

Henry Koster, Travels in Brazil, London 1816

J. de Sousa Leão, Frans Post, Rio, Livraria Kosmos Editora, 1973

Frei Bonifácio Mueller, Olinda e suas igrejas. Esboço Histórico, Recife, Livraria Pio XII, 1945.

4. State of preservation/conservation

(a) Diagnosis

As part of the metropolitan region of Recife, Olinda is today, as in the past, subjected to demographic pressures as a result of its proximity to the capital of the State of Pernambuco.

In recognition of the historic, scenic and artistic value of the centre of Olinda, the Under-Secretariat for the National Historical and Artistic Heritage (SPHAN) included the site on the conservation register in 1968. Shortly afterwards, with the assistance of SPHAN and on the initiative of the Municipality itself, an integrated master-plan (PDLI) was drawn up and officially adopted, setting out varied conditions of land use in the centre of the city and the surrounding areas, limiting the density of occupation and the height of new constructions and designating certain areas for strict protection. Later, in 1979, with a view to still more effective protection of the historic centre, which is situated on the hills where the town was founded in the 16th century, the polygon marking the conservation area was extended and the conditions and constraints governing land use were related to the Schedule drawn up.

Implementation of these measures is the responsibility of the municipal Foundation-Centre for the Preservation of the Historic Sites of Olinda, with assistance from two similar State bodies FUNDARPE and FIDEM, and the SPHAN 5th Regional District.

Thus the fears concerning the deterioration of the historic centre expressed by Michel Parent in his report of March 1968 have not materialized: the proposal by this distinguished specialist has been approved by the formulation and official adoption of the integrated master-plan mentioned above.

Subsidence is another problem which has been experienced in Olinda for many years. At the beginning of the present century it affected the Convent of the Carmo, now restored, and recently also, in varying degrees, parts of the Convent of St Benedict and the Franciscan Convent and Church of Nossa Senhora das

4. State of preservation/conservation (contd)

(a) Diagnosis (contd)

Neves. A team of specialists from the Federal University of Pernambuco, financed by the Planning Secretariat of the Presidency of the Republic and SPHAN, is currently finalizing a plan for the investigation of the causes of subsidence, involving hydrological and geological studies and borings in different parts of the town. At the present time, the endangered parts of the das Neves Church have been shored up, and there is no danger of collapse; this will make possible the work of consolidating the building.

Measures to protect Olinda from the incursions of the sea are already at an advanced state of implementation; these include the construction of submerged breakwaters along the shore line from Milagres Beach to the mouth of the River Doce and of a retaining wall along the coast from the north pier of Recife harbour to Milagres Beach. For other measures to improve sanitation, communications and urban and social amenities, the reader is referred to the report by FIDEM.

The municipal, State and federal authorities concerned with the preservation of Olinda thus view the historic centre as part of an urban context which comprises modern urban facilities, in other words as a living entity integrated in the process of the socio-economic growth of the region.

In conclusion, the comment by Michel Parent in his 1968 report that "the historic site of Olinda remains intact" remains valid today. Generally speaking, thanks to its hill-top situation, the surveillance exercised by SPHAN and the regulations laid down in the municipality's integrated master-plan, Olinda retains its original structure. The evolution of the site over the centuries shows that the original architecture has been tastefully restored, and the main features preserved of the original layout of the town and its integration in the surrounding landscape.

(b) Agents responsible for preservation/conservation

Under-Secretariat for National Historical and Artistic Patrimony (SPHAN),
Rua da Imprensa 16, 8th floor,
Rio de Janeiro RJ CEP 20.000

Foundation-Centre for the Preservation of the Historic Sites of Olinda,
Rua do Amparo 28,
Olinda, Pernambuco CEP 53.000.

Foundation for the Development of the Metropolitan Region of Recife (FIDEM),
Rua do Riachuelo 105,
Centro Recife CEP 50.000

Foundation for the Historical and Artistic Patrimony of Pernambuco (FUNDARPE),
Rua Benefica 133,
Recife, Pernambuco CEP 50.000

4. (c) History of preservation/conservation

1. Listing of the former Bishop's Palace as N° 70 in the Register of Artistic Monuments, page 13, 17.5.1938
2. Listing of the Seminary Building (including the Church of the Mother of Divine Grace) as N° 69 in the Register of Artistic Monuments, page 13, 17.5.1938
3. Listing of the Convent and Church of Nossa Senhora das Neves, or São Francisco, as N° 189 in the Register of Artistic Monuments, page 33, 22.7.1938
4. Listing of the Church of the Mount as N° 87 in the Register of Historic Monuments, page 16, 17.7.1938 and as N° 181 in the Register of Artistic Monuments, page 32, 17.7.1938
5. Listing of the Monastery and Church of São Bento as N° 86 in the Register of Historic Monuments, page 16, 16.7.1938 and N° 179 in the Register of Artistic Monuments, page 31, 16.7.1938
6. Listing of the Church of Santa Teresa as N° 203 in the Register of Artistic Monuments, page 35, 5.8.1938
7. Listing of the Church of the Misericórdia as N° 202 in the Register of Artistic Monuments, page 35, 5.8.1938
8. Listing of the Convent and Church of Nossa Senhora do Carmo as N° 108 in the Register of Historic Monuments, page 19, 5.10.1938 and N° 217 in the Register of Artistic Monuments, page 38, 5.10.1938
9. Listing of the house at N° 28 Rua do Amparo (House with trellised windows) as N° 237 in the Register of Artistic Monuments, page 41, 27.4.1939
10. Listing of the house at N° 7 Patio João Alfredo as N° 238 in the Register of Artistic Monuments, page 11, 27.4.1939
11. Listing of the Church of Nossa Senhora da Graça and adjoining house, the former Jesuit College, 17.5.1938
12. Listing of the Old Gaol as N° 386 in the Register of Historic Monuments, page 62, 16.3.1966
13. Listing of the architectural site and landscape of the town of Olinda as N° 44 in the Register of Architectural, Scenic and Ethnographic Monuments, page 11; N° 412 in the Register of Historic Monuments, page 66; and N° 487 of the Register of Artistic Monuments, page 88, 19.4.1968
14. Basic town planning legislation by the Municipality of Olinda, approved by Law N° 3826 of 19.1.1973
For the purposes of regulating land use in the Commune of Olinda outstanding recognition is given to the objectives and principles of the integrated master-plan (PDLI) incorporated in the basic town-planning legislation by the Municipality of Olinda, approved by Law N° 3826 of 29 January 1973
15. Extension of the conservation area comprising the site, architecture and landscape of the town of Olinda, entered as N° 75 in the Archaeological, Ethnographic and Landscape Register, page 19, 4.6.1979
16. Creation of the Centre for the Preservation of the Historic Sites of Olinda, Law N° 4119 of 28.9.1979, Municipality of Olinda
17. Scheduling of the town of Olinda, State of Pernambuco, as a National Monument, Law N° 6863 of 26.11.1980

5. Justification for inclusion in the World Heritage List

(a) Cultural property

Excerpts from "Olinda", by Gilberto Freyre, the second in a series of publications devoted to Brazilian towns, under the general title, "A practical, historical and romantic guide" :

"[With regard to its physical situation,] It is a town of hills . . . There is no better place in the vicinity of Recife from which to survey the landscape of this part of Brazil, a scene of coconut palms and ancient churches, of cashew nut trees and old houses, of mango trees from India, of sailing rafts setting out from the beaches for the sea, than the heights of Olinda . . . The Hills of Olinda do not divest us of the History of Brazil but, on the contrary, permeate us with it all the more . . . By its location, not only beautiful, but exposed to the gaze of pirates, Olinda was one of the places in Brazil which suffered most from the attacks of foreigners in the 16th and 17th centuries. But it always withstood them. It survived plunder and fire. Still today, it displays the oldest houses and churches in America! . . . Seen in the late afternoon sun, Olinda is also lovely . . . Beaches and hills, in this one can sum up Olinda.

"[The sea also] forms part of the history of the old town . . . The naturalist Konrad Günther, author of the book Das Antlitz Brasiliens says that the sight of the sea from Olinda is never the same. It changes with the light, it changes in hue like a diamond. It looks purple and red over the blue or the green of salt water. It seems sometimes that the water is so full of colour that it cannot be water but 'an irradiation of ether' . . .

"The ecological history of Olinda has been a history of one of the most interesting adaptations, in Brazil, of the colonists and the better European values to tropical nature in an American environment; together with the absorption, by the genuine nobility of Olinda's hills, of indigenous blood, and even, though rarely, to be sure - of negro blood. Obviously, this was accompanied by the absorption of indigenous, oriental and African cultural elements, which were incorporated in the systems of construction, of transport and diet adopted by the people of Olinda, with specializations, and survivals peculiar to Olinda, corresponding, no doubt, to local needs and traditions. Thus can be explained, up to a point, those enduring traditions, so characteristic of Olinda, as the trellised windows . . . and the sedan chairs, which in Olinda, as in Bahia, had remained much longer than in Recife, a city without hills . . .

"[It was on the hills of Olinda that] the political spirit of the inhabitants of Pernambuco achieved its most lively expression . . . later it was transferred to Recife . . . It was in Olinda that this tradition had taken shape. It was in Olinda that it had developed during colonial times. Until the beginning of the 19th century, Olinda was still deeply involved with the revolutionary-aristocratic principles later transferred to Recife, exploding in the Revolution of 1817 . . .

"Throughout the first half of the 19th century, Olinda was not only a centre of legal education, but also one of intellectual toil. It produced graduates who became the notabilities of the Empire, and published books - original works and translations by its learned doctors from French, English and German - books which had influence over the politics and life of all Brazil, bringing fame, at the

5. Justification for inclusion in the World Heritage List (contd)

(a) Cultural property (contd)

same time, to the beginnings of typographical art in our country . . . In colonial times, Olinda was a town of important libraries, of rare books, of fine teachers of Latin, of good students of human nature . . . Among the books of Olinda, not only in the early years of the Empire, but also in the colonial era, there flourished learned people who became famous by their knowledge . . . It should be noted that it was in Olinda that Bento Teixeira Pinto composed his 'Prosopopeia' - the first poem written in Brazil . . . Also, Olinda was one of the first places in Brazil where the Jesuits established a theatre, for the production of devout plays . . .

"[As regards popular art], in the environs of Olinda the art of making the pointed knife achieved an artistic expression worthy of note; and worthy also of further study . . . The high state of development attained by the gold-smiths' and silver-smiths' art in colonial Olinda [should also be recorded] . . . As proof of the love the master cabinet makers of colonial Olinda had for working in fine local wood, there remain carvings in church and convent, laticed windows, mouldings, fanlights over doors and windows in dwelling houses. Also offering interest, as an expression of popular art, are the carnival clubs of Olinda - the folk-lore clubs with their banners and embellishments, their traditional dances and songs - the rural clubs." These clubs, with their fine costumes, artistic banners and appealing music, are a credit to Olinda in the present-day carnivals in Recife.

Mention should also be made here of Olinda's appeal, as a place in which to live and work, for well-known Brazilian artists. Among today's residents, to name only three, are the painters Joao Câmara and Guita Charifter, and the engraver Samico. Joao Câmara is the founder and director of the graphic arts workshop "Guaianases", which produces attractive posters of the town.

Further contributions to the cultural life of this historic centre are made by the Regional Museum, the Museum of Sacred Art and the Museum of Modern Art, all of which are installed in fine, well-preserved buildings. Last but not least, Olinda has become the focal point of a tradition of contemporary Pernambucan poetry; the town's cultural heritage has been enriched by the poems of Joaquim Cardozo, João Cabral de Mello Netto, Carlos Pena Filho and Jorge Wanderley which, echoing in the memory of its visitors, are attuned to an exceptional setting in which nature, history and architecture are blended, and reflect recognition and rediscovery of familiar things : the streets, the monuments, the sky, the sea, the trees.

Added to this cultural and natural environment, the presence in Olinda today of numerous local craftsmen, including potters and wood-carvers, foreshadows the role which Michel Parent foresaw for it in 1968, namely that it would become a meeting-place for artists.

Signed (on behalf of State Party)

Full name : MAGALHAES Aloisio

Title : Secretary for Culture

Date : 18 December 1981

ANNEX I

Historic centre of the town of Olinda
 - - - - - 1 - - - - -

The following documentation has been submitted by the Brazilian authorities in support of the above nomination; it may be consulted at Unesco in the Division of Cultural Heritage, and will be available during the meetings of the Bureau of the World Heritage Committee and at the Committee itself.

Map 1 : Brazil (December 1981)

Map 2 : North-East Region of Brazil (December 1981)

Map 3 : Municipality of Olinda (December 1981); showing, for each sector, permitted coefficients of occupation and building heights

Map 4 : Historic centre of Olinda, indicating the location of the principal monuments and type of conservation by zones

Description of the principal monuments of the historic centre of Olinda, as listed under 3(a) in the nomination form

Law No. 4119 of 28 September 1979, instituting the Council for the Preservation of the Historic Sites of Olinda, authorizing the Executive to establish the Centre for the Preservation of the Historic Sites of Olinda; setting out conditions for the scheduling of cultural property by the Municipality; establishing the Fund for the Preservation of the Cultural Property of Olinda, and enacting other measures

Report on activities by the Foundation-Centre for the Preservation of the Historic Sites of Olinda during the period January-September 1981

- - Texts relating to the enquiry 674-T-62, D.P.H.A.N./D.E.T., History Section, concerning the proposal to Schedule as an entity the landscape, urban and architectural site of the town of Olinda, State of Pernambuco

Texts relating to the extension of the conservation area of Olinda and the scheduling of the town of Olinda as a National Monument

Report of the Foundation for the Development of the Metropolitan Region of Recife on action for the preservation and development of Olinda

Extracts from the reports by Mr Michel Parent (March 1968) and Mr Jean-Bernard Perrin and Mr Pierre Habib (June 1979) on their missions to Brazil

Guide to Olinda, by Gilberto Freyre (Portuguese original and English translation)

A series of 48 colour slides and a series of 15 photographs in colour and 122 photographs in black and white, showing views of the town of Olinda

ANEXO 2 – Advisory Body Evaluation

ICOMOS

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES
 CONSEIL INTERNATIONAL DES MONUMENTS ET DES SITE
 ICOMOS 75 RUE DU TEMPLE 75003 PARIS TEL: 277.3576

LISTE DU PATRIMOINE MONDIAL

WORLD HERITAGE LIST N° 189

A) IDENTIFICATION

A) IDENTIFICATION

Bien proposé : Centre Historique de la
 Ville d'Olinda

Nomination : Historic Centre of the town
 of Olinda

Lieu : Etat de Pernambuco, région nord-
 est du Brésil

Location : Pernambuco State, North-East
 Region of Brazil

Etat partie : Brésil

State party : Brazil

Date : 24 Décembre 1981

Date : December 24, 1981

B) RECOMMANDATION DE L'ICOMOS

B) ICOMOS RECOMMENDATION

Que l'inscription du bien culturel
 proposé sur la Liste du Patrimoine
 Mondial soit différée.

That the inscription of the proposed
 cultural property on the World Heritage
 List be deferred.

C) JUSTIFICATION

C) JUSTIFICATION

Le centre historique d'Olinda conserve,
 à quelques kilomètres au nord des instal-
 lations portuaires, des zones industriel-
 les et des gratte-ciel de Recife, le
 charme d'une ville-musée de l'époque colo-
 niale.

The Historic Center of Olinda, which is
 located several kilometers to the north
 of the harbor installations, industrial
 zones and sky-scrapers of Recife, still
 retains the charm of a city-museum of
 the colonial period.

Olinda fut fondée en 1537 par le portu-
 gais Duarte Coelho Pereira et dut sa rapi-
 de fortune à la canne à sucre, cultivée
 dans la région de Pernambouc.

Olinda was founded in 1537 by the Portu-
 guese Duarte Coelho Pereira and owed its
 rapid rise to the sugar cane cultivated
 in the region of Pernambuco.

Dès la fin du XVIIe siècle, des missions
 religieuses y construisirent églises et
 couvents, dont ne subsistent que de rares
 témoins, comme l'église de São João. En
 1630, la ville, prise par les Hollandais,
 fut mise au pillage et incendiée. La re-
 construction ne se fit que lentement, après
 le retour des Portugais en 1654.

From the 16th century, churches and con-
 vents, of which only rare examples, such
 as the Church of São João, exist today,
 were built by religious missions. In
 1630, the city was taken by the Dutch,
 and was pillaged and burned. After the
 return of the Portuguese in 1654, its
 reconstruction proceeded slowly.

- 2 -

L'essentiel du tissu urbain date du XVIIIe siècle, mais intègre quelques monuments plus anciens. La qualité spécifique du centre historique d'Olinda résulte de l'équilibre, généralement préservé, entre les constructions et les jardins du parcellaire ancien. Une vingtaine d'églises baroques et de couvents, des "passos" (chapelles ou oratoires) surgissent comme à l'improviste au détour d'une rue, la recherche de leur décor contrastant avec la pimpante simplicité des maisons, peintes de couleurs vives ou revêtues de carreaux de céramique.

Ville d'art aimée par les artistes, qui sont nombreux à y habiter, Olinda a fait l'objet, au cours des dernières années de nombreuses mesures de sauvegarde. L'église da Graça, avec l'ancien collège des Jésuites, le couvent do Carmo, le palais des évêques ont été restaurés de façon plus ou moins complète. La construction d'immeubles nouveaux est réglementée par un plan directeur et l'aire de protection a été étendue en 1979.

L'ICOMOS souhaite que le centre historique d'Olinda soit comparé à d'autres ensembles du domaine colonial portugais ou espagnol et que le gouvernement brésilien apporte des précisions au sujet des mesures de protection juridique qui s'appliquent à ce centre. Le développement urbain rapide de la ville de Recife est une menace pour le centre historique d'Olinda; l'ICOMOS souhaite obtenir de plus amples informations sur ce sujet.

Pour ces raisons, l'ICOMOS juge préférable d'ajourner cette demande d'inscription en attendant que le Brésil ait fourni une liste indicative de ses propositions et des précisions sur les autres points.

Its essential urban fabric dates from the 18th century, although it incorporates some older monuments. The unique quality of the Historic Center of Olinda arises from the balance, which has generally been maintained, between the buildings and the gardens of the early parceling. One of the twenty or so Baroque churches and convents or the numerous "passos" (chapels or oratories) appears unexpectedly as one turns a corner - the studied refinement of their decor contrasting with the charming simplicity of the houses, which are painted in vivid colors or faced with ceramic tiles.

Over the last years, Olinda - city of art, much appreciated by artists - has been the object of numerous preservation measures. The Church da Graça, with the former Jesuit college, the Convent do Carmo, the palace of the bishops have all been more or less completely restored. The construction of new complexes is regulated by a master plan and the zone of protection was extended in 1979.

ICOMOS would suggest that the Historic Center of Olinda be compared with other complexes in the Portuguese and Spanish colonial domain and that the Brazilian government be more exact in its definition of the juridic protective measures which apply to this Center. The rapid urban development of the city of Recife menaces the Historic Center of Olinda; ICOMOS would like to be informed more fully on this subject.

For these reasons, ICOMOS considers it preferable to defer this request for inscription until Brazil has provided the information noted above.

ICOMOS, Paris; Mai 1982

ANEXO 3 – Tópico Guia

TÓPICO-GUIA

Significância cultural é o conjunto dos valores de um lugar atribuídos por gerações passadas, presente e futuras e está incorporada no próprio sítio, em todos os edifícios e seus usos, nos significados¹ e associações² (CARTA DE BURRA). É um conceito que auxilia na estimativa do valor dos lugares que ajudam na compreensão do passado ou no enriquecimento do presente, e que serão de valor para futuras gerações. Sua manutenção se constitui no objetivo central da conservação patrimonial contemporânea.

Atributos³ físico-espaciais relevantes que compõem o conjunto civil patrimonial do Centro Histórico de Olinda (CHO) vêm sendo alterados através de intervenções arquitetônicas que podem contribuir para a redução da significância cultural do sítio por interferir na interpretação dos significados e na associação dos valores. Intervenções arquitetônicas que não respeitam a integridade do CHO reduzem as possibilidades de interpretação de seus significados no presente e no futuro, e contribuem para a perda de elementos que auxiliam na construção do nexo da continuidade temporal do acervo patrimonial.

O objetivo da pesquisa é propor um conjunto de critérios de avaliação das intervenções arquitetônicas promovidas no Setor Residencial Rigoroso fundamentado na significância cultural, visando contribuir para a conservação integrada⁴ do Centro Histórico de Olinda (CHO). As intervenções devem ter como princípio a compreensão clara do que é significativo nos bens culturais do CHO e no contexto do seu ambiente histórico para os sujeitos envolvidos com sua conservação.

A elaboração dos critérios tomará como base o protótipo da Declaração de Significância Cultural do CHO que corresponde ao documento-referência para todas as políticas e futuras decisões de conservação promovidas no sítio e é composto pelo conjunto de atributos, significados e valores associados ao sítio pelos agentes sociais.

¹ Indicam o que um lugar significa, evoca ou expressa e geralmente estão relacionados com aspectos intangíveis tais como qualidades simbólicas e memórias (CARTA DE BURRA).

² Ligações especiais que existem entre as pessoas e um lugar, e podem incluir o(s) valor (es) social e/ou espiritual e responsabilidades culturais pela sua conservação (CARTA DE BURRA).

³ Característica, qualitativa ou quantitativa, que identifica um membro de um conjunto observado; (...) cada uma das propriedades que definem um objeto ou entidade (Dicionário Aurélio Eletrônico).

⁴ A Conservação Integrada é uma abordagem de conservação da cidade a partir da relevância da dimensão cultural e um caminho para garantir seu desenvolvimento sustentável, e para que futuras gerações desfrutem das qualidades ambientais existentes no presente sem perdas de seus valores (ZANCHETTI, 2002). Diretrizes do campo da conservação integrada salientam a importância da permanência de antigos moradores e de modos de vida tradicionais de forma equitativa à conservação dos atributos físico-espaciais patrimoniais.

Para a construção do protótipo da Declaração de Significância Cultural, a comunidade, as Ordens Religiosas e os especialistas em conservação patrimonial serão consultados através de entrevistas individuais e de grupo, para conhecimento dos significados e valores que associam aos bens culturais do sítio.

A conservação urbana sustentável objetiva que atributos físico-espaciais se mantenham íntegros para que permaneçam transportando os valores atribuídos. Além disso, objetiva que os novos significados e valores sejam referendados pelo maior número de sujeitos envolvidos com a conservação dos bens culturais e que sua máxima significância seja repassada às futuras gerações. A significância cultural de um bem é construída através de um processo de intersubjetividade entre os sujeitos envolvidos com a conservação do mesmo (VIÑAS, 2005).

O paradigma da conservação contemporânea está centrado na relação entre sujeito e objeto, cujo foco está no sujeito por sua capacidade de interpretar a mensagem do objeto. Essa interpretação ocorre de maneira diferente pelos sujeitos do passado, do presente e do futuro. Em razão disso, a ética da conservação contemporânea alerta para que os sujeitos do presente considerem aqueles que ainda virão e permitam que eles tenham a oportunidade de interpretar os significados dos bens culturais e atribuir seus próprios valores. Essa noção é compartilhada pelo paradigma do desenvolvimento sustentável⁵, cujo compromisso de cunho ético, social e econômico determina, ao menos, a transmissão para as próximas gerações dos mesmos valores desfrutados pela geração atual.

⁵ Desenvolvimento culturalmente sustentável é um conceito que implica *um desenvolvimento baseado em idéias, valores, padrões intelectuais, morais e estéticos, compartilhados pela comunidade*. É guiado pelos princípios da diversidade cultural e pela aceitação da mudança sustentável ao longo do tempo (JOKILEHTO).

ANEXO 4 – Questionário da Entrevista de Grupo (Grupo Focal)

ENTREVISTA DE GRUPO COM AGENTES SOCIAIS PARA CONSTRUÇÃO DA SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA

Esta entrevista faz parte da pesquisa de Mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, cujo título provisório é *Olinda: significância cultural como critério para conservação do Patrimônio Mundial*.

A significância cultural explica a importância de um lugar pelos valores a ele atribuídos pela sociedade (GETTY CONSERVATION INSTITUTE) e “auxilia na identificação e avaliação dos atributos que tornam um lugar de grande valor para as pessoas” (KERR). Corresponde ao “conjunto de valores resultado do julgamento e da validação social de significados passados e presentes” (ZANCHETTI et alii, 2008), e sua manutenção se constitui no objetivo central da conservação patrimonial contemporânea.

Em 1982, a UNESCO inscreveu o Centro Histórico de Olinda na Lista do Patrimônio Mundial, e a documentação que subsidiou este registro fez referência às suas características e qualidades singulares; contudo, nas últimas décadas o casario patrimonial vem sendo transformado fisicamente, o que pode estar interferindo no transporte de significados e valores do passado e do presente.

Como a significância cultural é construída por agentes sociais e se encontra em constante processo de formação, faz-se necessário conhecer os valores atribuídos ao sítio no momento presente e em quais atributos físico-espaciais eles se expressam, os quais devem ser conservados para que a significância seja mantida. Esta entrevista objetiva, então, através da interpretação dos significados conhecer no momento presente os valores atribuídos pelos agentes sociais envolvidos com a conservação do CHO, os quais, juntamente com os significados e valores do passado, constituirão um protótipo do documento intitulado Declaração de Significância Cultural. Esta declaração expressará seu valor cultural e justificará a importância da sua conservação para o usufruto de futuras gerações, devendo nortear todas as ações de conservação. As perguntas expostas versam sobre a documentação apresentada à UNESCO em 1981.

Agradecemos as participações nesta pesquisa, que esperamos incentive ações de conservação do sítio imbuídas de um sentido coletivo e que contribuam para sua sustentabilidade, e solicitamos autorização para gravação dos pronunciamentos.

1. Na Documentação de Inscrição do Centro Histórico de Olinda (CHO) na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (1982) estão referidos conjuntos de atributos que expressam seus significados e valores:

- Plano urbanístico determinado pela relação entre os principais monumentos e pela adaptação à topografia do sítio;
- Ruas de traçado irregular definidas pelo casario de imóveis conjugados;
- Casario formado por exemplares representativos de um conjunto diversificado de estilos arquitetônicos que expressa harmonia e continuidade no tempo;
- Quintais e sítios de densa e exuberante cobertura vegetal que caracterizam singularmente o conjunto patrimonial.

a) Nos vinte e oito anos em que ostenta o Título de Patrimônio Cultural da Humanidade o CHO tem sido objeto de várias transformações físicas. Consideram que essas transformações podem estar comprometendo a permanência de significados e valores do sítio?

2. O CHO foi qualificado como uma cidade aninhada em uma massa de vegetação, característica que resultou de um processo de adaptação cultural e que ressalta a relação estreita entre o conjunto construído e a densa cobertura vegetal dos grandes sítios e quintais. Aloísio Magalhães (1981) entendia que o espaço vegetal do sítio era tão importante quanto o próprio monumento, compreensão compartilhada pelo ICOMOS (1981) que definiu que a qualidade singular do CHO decorria do equilíbrio entre os edifícios e os jardins do parcelamento antigo. Amadou Mahtar M'Bow da UNESCO (1983) ressaltou seu magnífico cenário natural, o qual não sabia se correspondia a "uma configuração arquitetônica adornada com jardins ou a um parque tropical decorado de monumentos". Nesse contexto ambiental diferenciado, o Horto d'El Rey, antigo Jardim Botânico de Olinda, identifica-se como um bem especial de valor ambiental, cultural, social e educativo para a comunidade do sítio.

a) Qual a relação da cobertura vegetal com a permanência da identidade do sítio e de sua qualidade ambiental, e com os costumes e modos de vida tradicionais dos seus moradores?

b) A retirada da cobertura vegetal para dar lugar a construções e para abrigar novos usos e atividades em quintais e grandes sítios é resultado da atribuição de novos valores pelos sujeitos que vivem no CHO. Que significados e valores podem ser comprometidos com essas substituições?

c) Que características poderiam concorrer para associar essas intervenções a um processo de reavaliação ou à perda de valores?

d) Que significados e valores contemporâneos podem contribuir para a conservação sustentável da cobertura vegetal do CHO e do Horto d'El Rey?

3. Igrejas e conventos, palácios e fortes, mercados, bicas, passos (capelas), casarões, casas térreas, sobrados e edifícios contemporâneos, edificações do conjunto arquitetônico patrimonial expressam uma riqueza de atributos, significados e valores. Suas tipologias, relacionadas com funções originais, estão sendo alteradas para implantação de atividades contemporâneas.

- a) Que novos valores podem ser associados à conservação sustentável do conjunto arquitetônico?

4. A diversidade cultural do conjunto arquitetônico do CHO resulta da sobreposição de estilos e características arquitetônicas ocorrida durante quatro séculos, e se constitui em um testemunho no tempo. Exemplares patrimoniais representam os estilos romântico, neoclássico, do “tipo chalé”, mourisco e moderno. Para Aloísio Magalhães (1981) Olinda era um acúmulo civilizatório do processo histórico brasileiro em que um imóvel patrimonial poderia apresentar características representantes de mais de um período histórico-artístico.

- a) Qual a importância dessa diversidade para a identidade do sítio?
- b) Que valores são perdidos com a eliminação de características arquitetônicas que formam o acumulado cultural de um imóvel?

5. Molduras, bandeiras sobre portas e janelas, janelas de treliças, telhas cerâmicas e revestimentos tradicionais são atributos físico-espaciais do conjunto patrimonial que expressam significados e valores localistas, os quais contribuem para o conforto ambiental nos imóveis. Sua substituição decorre de gostos e tendências que concorrem para perda de significados e valores relevantes, subestimados pela maioria das pessoas que vivem no sítio.

- a) Considera que a permanência de atributos tradicionais do conjunto arquitetônico possa contribuir para a associação de novos valores?
- b) Que significados e valores considera que podem se perder se atributos tradicionais são substituídos?

6. A identificação dos significados *arte popular*, *clubes folclóricos*, *bandeiras e enfeites*, *danças e canções tradicionais*, *procissões* e *guarda dos passos repassada entre gerações* está relacionada com a continuidade dos processos culturais desenvolvidos no CHO ao longo da sua história.

- a) Que importância tem o repasse desses processos para a conservação do patrimônio construído do sítio no presente e no futuro?
- b) Qual a importância desses significados para a associação de novos valores?

7. Valores relevantes foram relacionados com usos e funções tradicionais, com quintais de pomares e hortas, com o sítio como centro de educação universitária e de formação jurídica, como local de expressão da poesia contemporânea de Pernambuco e de manifestações carnavalescas, significados que estão relacionados com sua história cultural. O casario e as áreas residenciais são partes qualificadoras da cidade e abrigam usos e atividades tradicionais de importância fundamental para a preservação da vida cotidiana e para o processo de agregação de valor e de continuidade do sítio.

- a) Problemas gerados por grande número de veículos no sítio levaram à transferência das universidades para bairros do entorno. O que significa o resgate e/ou conservação desses usos e funções para a manutenção da significância do CHO e para a associação de novos significados e valores?
- b) Que estabelecimentos causam incômodo aos moradores e podem estar contribuindo para o comprometimento da sustentabilidade do sítio?
- c) Agentes sociais têm promovido intervenções em imóveis do casario que interrompem telhados e constroem terraços. Intervenções dessa natureza interferem na permanência dos valores do sítio?

8. A participação da comunidade local na gestão compartilhada com entidades públicas municipais, estaduais e federal de conservação e a implantação de instrumentos de conservação como o Plano Diretor Local Integrado, a Notificação Federal nº 1155/1979 e o Inventário do Casario tiveram importância reconhecida nas ações da conservação integrada empreendidas na década de 1980. Para Amadou Mahtar M'Bow (1983), o Centro Histórico de Olinda estaria salvaguardado na medida em que sua população vivesse bem e desenvolvesse funções e atividades apropriadas a seus desejos e esperanças, condição que garantiria sua permanência no sítio.

- a) Novos hábitos e perspectivas de conforto têm sido inseridos com mais intensidade no sítio desde o século XX. Como vêm conflitos decorrentes de intervenções físicas nos imóveis patrimoniais para melhoria da qualidade de vida dos moradores diante do risco de perda da sua integridade física e funcional, da harmonia do conjunto arquitetônico e dos valores relevantes?
- b) Como minimizar conflitos entre valores culturais do passado e do presente e estimular a permanência dos antigos moradores no sítio, para que não haja mudança radical da significância cultural?

9. Ruas, largos e edifícios do CHO homenageiam santos. Divindades são cultuadas e religiões africanas e indígenas são praticadas, significados que demonstram fé e religiosidade, valores espirituais que têm relação com a origem e identidade do sítio.

- a) Qual a importância da permanência da diversidade religiosa para a conservação do conjunto arquitetônico do sítio?
- b) É possível apreender a “alma de Olinda” sem os valores espirituais?

10. Os processos de deslizamento das encostas e do avanço do mar no perímetro histórico já haviam sido considerados como riscos concretos para a conservação sustentável do conjunto patrimonial em 1981.

- a) Danos ocorridos nas últimas décadas estão interferindo na interpretação dos significados e na permanência dos valores do conjunto patrimonial?
- b) A qualidade ambiental e a qualidade de vida no sítio são mais dependentes da permanência de que atributos, significados e valores?

ANEXO 5 – Questionário da Entrevista Aplicada com as Ordens Religiosas

ENTREVISTA COM AS ORDENS RELIGIOSAS PARA CONSTRUÇÃO DA SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA

Esta entrevista faz parte da pesquisa de Mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, cujo título provisório é *Olinda: significância cultural como critério para conservação do Patrimônio Mundial*.

A significância cultural explica a importância de um lugar pelos valores a ele atribuídos pela sociedade (GETTY CONSERVATION INSTITUTE) e “auxilia na identificação e avaliação dos atributos que tornam um lugar de grande valor para as pessoas” (KERR). Corresponde ao “conjunto de valores resultado do julgamento e da validação social de significados passados e presentes” (ZANCHETTI et alii, 2008), e sua manutenção se constitui no objetivo central da conservação patrimonial contemporânea.

O Centro Histórico de Olinda foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em 1982, e a documentação apresentada à UNESCO fez referências aos atributos, significados e valores relevantes que constituem sua significância cultural. Nas últimas décadas, o conjunto arquitetônico civil patrimonial vem sendo objeto de transformações promovidas em seus atributos físico-espaciais, suportes essenciais de transporte dos significados e valores. Essas transformações podem estar contribuindo para perda da sua significância cultural por interferir na interpretação dos significados do passado e/ou do presente e, em consequência, no processo de atribuição de valor.

A significância cultural encontra-se em constante processo de construção, sendo necessário conhecer os valores atribuídos pelos sujeitos envolvidos com a conservação do CHO no momento presente e em quais atributos físico-espaciais se expressam, os quais devem ser conservados para que a significância seja mantida. Os valores atribuídos no presente e no passado constituirão o protótipo da Declaração de Significância Cultural do sítio que deve nortear as ações de conservação.

Agradecemos sua participação na pesquisa que busca incentivar ações de conservação imbuídas de um sentido coletivo que contribuam para a sustentabilidade do sítio, e solicitamos autorização para gravação dos pronunciamentos que forem expressos.

Ordem Religiosa: _____

Representante: _____ **Data:** _____

1. A documentação que fundamentou a inscrição do Centro Histórico de Olinda (CHO) na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (1982) fez menção aos conjuntos de atributos que expressam seus significados e valores:

- Plano urbanístico determinado pela relação entre os principais monumentos e pela adaptação à topografia do sítio;
- Ruas de traçado irregular definidas pelo casario de imóveis conjugados;
- Casario formado por exemplares representativos de um conjunto diversificado de estilos arquitetônicos que expressa harmonia e continuidade no tempo;
- Quintais e sítios de densa e exuberante cobertura vegetal que caracterizam singularmente o conjunto patrimonial.

a) Após declarado Patrimônio Cultural da Humanidade, o CHO vem sendo objeto de número considerável de transformações físicas. Considera que essas transformações estão comprometendo a interpretação dos significados e a permanência dos valores do passado e do presente, bem como a associação de novos valores que possam concorrer para sua conservação sustentável?

2. O CHO foi qualificado como uma *cidade aninhada em uma massa de vegetação*, característica que resultou de um processo de adaptação cultural e que ressalta a relação estreita entre o conjunto construído e a densa cobertura vegetal dos grandes sítios e quintais. Aloísio Magalhães (1981) entendia que o espaço vegetal do sítio era tão importante quanto o próprio monumento, tendo o ICOMOS (1981) definido que a qualidade singular do CHO decorria do equilíbrio entre os edifícios e os jardins do parcelamento antigo. Amadou Mahtar M'Bow (UNESCO, 1983) ressaltou seu magnífico cenário natural, o qual não sabia se correspondia a uma "configuração arquitetônica adornada com jardins ou a um parque tropical decorado de monumentos".

a) Intervenções promovidas em quintais e sítios e seu uso com atividades turísticas e de lazer alheias aos valores ambientais do CHO promovem a retirada da cobertura vegetal e o revestimento do solo, e é resultado do processo de valoração do sítio. Associaria essas intervenções a um processo de revalorização ou perda dos valores relevantes do sítio? Explique.

b) A associação de novos valores ambientais e paisagísticos ocorre num processo contínuo e natural que contribui para a conservação sustentável do sítio ou vem se processando radicalmente?

c) Que significados e valores podem contribuir para a conservação sustentável da cobertura vegetal do CHO e, em especial, do Horto d'El Rey?

3. Igrejas e conventos, palácios e fortes, mercados, bicas, passos (capelas), casarões, casas térreas, sobrados e edifícios contemporâneos constituem a tipologia arquitetônica patrimonial. O contínuo processo de valoração do sítio implica na implantação de atividades contemporâneas, contudo, imóveis do conjunto vêm sendo alterados para adequação a essas atividades.

- a) A permanência dos valores reconhecidos e a associação de novos valores dependem da conservação de atributos físico-espaciais relevantes do conjunto. Como revalorar o conjunto através de intervenções de adequação a novos usos, sem perda dos seus significados e valores essenciais?

4. A diversidade do conjunto patrimonial resulta da sobreposição de estilos e características arquitetônicas que remete a quatro séculos e se constitui em verdadeiro testemunho histórico-cultural do sítio. Para Aloísio Magalhães (1981) Olinda era um acúmulo civilizatório do processo histórico brasileiro em que poderia se encontrar em um mesmo imóvel patrimonial características representativas de mais de um período histórico-artístico.

- a) Que valores são perdidos e/ou são agregados com a eliminação de características arquitetônicas que formam o acumulado cultural de um imóvel?
- b) Como impedir que valores contemporâneos que motivam intervenções físicas comprometam o caráter eclético do conjunto arquitetônico?

5. Bandeiras sobre portas e janelas, janelas de treliças, telhas cerâmicas e revestimentos tradicionais são atributos físico-espaciais do conjunto patrimonial que expressam significados e valores localistas e atendem às necessidades de conforto ambiental. Sua substituição decorre de gostos e tendências que contribuem com perda de significados e valores relevantes do sítio, de modo geral, subestimados.

- a) Considera que os valores que se expressam através de atributos contemporâneos podem concorrer para incrementar a significância cultural do sítio?

6. A identificação dos significados *arte popular*, *clubes folclóricos*, *bandeiras e enfeites*, *danças e canções tradicionais*, *procissões* e *guarda dos passos repassada entre gerações* está relacionada com a continuidade de processos culturais desenvolvidos no CHO ao longo da sua história.

- a) Que importância tem o repasse desses processos para a conservação do conjunto arquitetônico do sítio, no presente e no futuro?
- b) Como garantir que novos valores consolidem a permanência desses significados?

7. Valores relevantes foram relacionados com usos e funções tradicionais, com quintais de pomares e hortas, com o sítio como centro de educação universitária e de formação jurídica, como local de expressão da poesia contemporânea de Pernambuco e de manifestações carnavalescas, significados que estão relacionados com sua história cultural. O casario e as áreas residenciais são partes qualificadoras da cidade e abrigam usos e atividades tradicionais de importância fundamental para a preservação da vida cotidiana e para o processo de agregação de valor e de continuidade do sítio.

- a) Problemas relacionados com a circulação e estacionamento de veículos levaram as universidades do sítio para bairros do entorno. O que significa o resgate e/ou conservação desses usos e funções, em especial o uso educacional, para a manutenção da significância do CHO e para a associação de novos significados e valores?
- b) A inexistência de regulamentação sobre o número de estabelecimentos por rua ou quadra e de um maior detalhamento sobre a natureza das atividades econômicas permitidas no sítio vem comprometendo sua sustentabilidade?
- c) Novos valores estão associados a intervenções no casario, que correspondem à interrupção dos telhados e construção de terraços para assistir a desfiles durante o Carnaval. Considera que essas intervenções interferem na interpretação dos significados e na permanência dos valores do passado e concorrem para a associação de novos valores importantes à conservação sustentável do sítio?

8. A participação da comunidade local na gestão compartilhada por entidades de conservação públicas municipais, estaduais e federal e a implantação do Plano Diretor Local Integrado, da Notificação Federal nº 1155/1979 e do Inventário do Casario tiveram vital importância nas ações de conservação integrada que estavam sendo empreendidas no sítio na década de 1980. Para Amadou Mahtar M'Bow (1983), o Centro Histórico de Olinda estaria salvaguardado na medida em que sua população vivesse bem e desenvolvesse funções e atividades apropriadas a seus desejos e esperanças, condição que garantiria sua permanência no sítio.

- a) Novos hábitos e novas expectativas de conforto têm sido inseridos no contexto do sítio desde o século XX. Como dotar os imóveis civis patrimoniais de melhores condições de ventilação e iluminação e associar qualidade de vida ao sítio, sem perda da integridade física do conjunto e dos valores relevantes?
- b) Como reduzir o conflito entre valores culturais do passado e do presente e estimular a permanência dos antigos moradores no sítio, para que não haja mudança radical da sua significância?

9. Ruas, largos e edifícios do CHO homenageiam santos, divindades são cultuadas e religiões africanas e indígenas são praticadas, significados que demonstram fé e religiosidade, cujos valores têm relação com suas origens e com sua identidade.

- a) Qual a importância do culto aos valores espirituais para a conservação do conjunto arquitetônico do sítio?
- b) Como garantir a permanência desses significados e a diversidade religiosa do sítio?
- c) É possível apreender a “alma de Olinda” sem os valores espirituais?

10. Os processos de deslizamento das encostas e do avanço do mar no perímetro histórico foram considerados como riscos concretos para a conservação sustentável do conjunto patrimonial ainda em 1981.

- a) Danos decorrentes desses processos ocorridos em bens culturais e contexto do sítio nas últimas décadas estão interferindo na interpretação dos significados e na permanência dos valores relevantes do conjunto?
- b) A qualidade ambiental e a qualidade de vida no sítio são mais dependentes da permanência de que atributos, significados e valores?

ANEXO 6 – Questionário da Entrevista Aplicada com Especialistas

ENTREVISTA INDIVIDUAL COM ESPECIALISTAS PARA CONSTRUÇÃO DA SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA

Esta entrevista faz parte da pesquisa de Mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, cujo título provisório é *Olinda: significância cultural como critério para conservação do Patrimônio Mundial*.

A significância cultural explica a importância de um lugar pelos valores a ele atribuídos pela sociedade (GETTY CONSERVATION INSTITUTE) e “auxilia na identificação e avaliação dos atributos que tornam um lugar de grande valor para as pessoas” (KERR). Corresponde ao “conjunto de valores resultado do julgamento e da validação social de significados passados e presentes” (ZANCHETTI et alii, 2008), e sua manutenção se constitui no objetivo central da conservação patrimonial contemporânea.

O Centro Histórico de Olinda foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em 1982, e a documentação apresentada à UNESCO relevou atributos, significados e valores que constituem sua significância cultural. Há décadas, atributos físico-espaciais do conjunto arquitetônico vêm sendo objeto de transformações que podem estar contribuindo para perda da sua significância cultural, por interferir na interpretação dos significados do passado e/ou do presente que se expressam nos bens, atributos e contexto do sítio e, em consequência, no processo de valoração.

A significância cultural se transforma constantemente, sendo necessário conhecer os valores atribuídos ao sítio no presente e em quais atributos físico-espaciais se expressam, os quais devem ser conservados para que a significância seja mantida. Esta entrevista objetiva conhecer, através da interpretação dos significados, os valores atribuídos pelos sujeitos envolvidos com a conservação do CHO no presente, os quais, juntamente com os significados e valores do passado, constituirão o documento intitulado protótipo da Declaração de Significância Cultural, que devem nortear as ações de conservação do sítio.

A resposta a cada pergunta formulada deve ser escrita no espaço limite de vinte linhas. Qualquer dúvida deve ser apresentada através do telefone ou e-mail informado, antes do envio do material respondido no prazo máximo de seis dias. Agradecemos sua participação nesta pesquisa, que busca incentivar ações de conservação imbuídas de um sentido coletivo que contribuam para a sustentabilidade do sítio.

Entrevistado: _____ **Profissão:** _____
Instituição: _____ **Data:** _____
Email: _____ **Telefone:** _____

1. Na documentação de inscrição do Centro Histórico de Olinda (CHO) na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (1982) estão referidos conjuntos de atributos que expressam seus significados e valores:

- Plano urbanístico determinado pela relação entre os principais monumentos e pela adaptação à topografia do sítio;
- Ruas de traçado irregular definidas pelo casario de imóveis conjugados;
- Casario formado por exemplares representativos de um conjunto diversificado de estilos arquitetônicos que expressa harmonia e continuidade no tempo;
- Quintais e sítios de densa e exuberante cobertura vegetal que caracterizam singularmente o conjunto patrimonial.

- a) Mesmo após ter sido declarado Patrimônio Cultural da Humanidade, bens e atributos do CHO vêm sendo objeto de número considerável de transformações físicas. Considera que essas transformações estão comprometendo a interpretação dos significados e a permanência dos valores do passado e do presente, bem como a atribuição de novos valores que possam contribuir para sua conservação sustentável?

2. O CHO foi qualificado como uma *cidade aninhada em uma massa de vegetação*, característica que resultou de um processo de adaptação cultural que ressalta a relação imbricada do conjunto construído com a densa cobertura vegetal dos grandes sítios e quintais. Aloísio Magalhães (1981) entendia que o espaço vegetal do sítio era tão importante quanto o próprio monumento, compreensão compartilhada pelo ICOMOS (1981) que definiu que a qualidade singular do CHO decorria do equilíbrio entre os edifícios e os jardins do parcelamento antigo. Amadou Mahtar M'Bow (UNESCO, 1983) ressaltou seu magnífico cenário natural, o qual não sabia se correspondia a uma "configuração arquitetônica adornada com jardins ou a um parque tropical decorado de monumentos".

- a) Intervenções promovidas em quintais e sítios, bem como seu uso com atividades turísticas e de lazer alheias aos valores ambientais do CHO, promovem a retirada da cobertura vegetal e o revestimento do solo, e é resultado da atribuição de novos valores por sujeitos que vivem no sítio. Associaria essas intervenções a um processo de revalorização ou à perda dos valores relevantes do sítio? Explique.

- b) A incorporação de novos valores ambientais e paisagísticos ocorre num processo contínuo e natural que contribui para a conservação sustentável do sítio, ou se processa através da substituição radical dos valores existentes?
- c) A que novos significados e valores associaria à conservação sustentável da cobertura vegetal do CHO e, em especial, do Horto d'El Rey?

3. Igrejas e conventos, palácios e fortes, mercados, bicas, passos (capelas), casarões, casas térreas, sobrados e edifícios contemporâneos formam a tipologia arquitetônica do conjunto patrimonial, com diversidade de atributos, significados e valores. Atividades contemporâneas são importantes para o contínuo processo de valoração do sítio, contudo, tipologias do conjunto vêm sendo alteradas para adequação a essas atividades.

- a) A permanência dos valores já reconhecidos e a associação de novos implicam na conservação de atributos físico-espaciais relevantes do conjunto. Como intervenções arquitetônicas de adequação a novos usos podem concorrer para revalorá-lo, sem perda dos significados e valores essenciais?

4. A diversidade do conjunto construído do CHO resulta de sobreposição de estilos e características arquitetônicas que remete a quatro séculos e se constitui em um testemunho histórico-cultural do sítio. Exemplos patrimoniais representam os estilos romântico, Neoclássico, "Tipo chalé", Mourisco e Moderno. Para Aloísio Magalhães (1981) Olinda era um acúmulo civilizatório do processo histórico brasileiro em que poderia se encontrar em um mesmo imóvel patrimonial características representativas de mais de um período histórico-artístico.

- a) Que valores são perdidos e/ou são agregados com a eliminação de características arquitetônicas que formam o acumulado cultural de um imóvel, com o objetivo de situá-lo em momento histórico determinado?
- b) Como evitar que intervenções motivadas por valores contemporâneos comprometam o caráter eclético do conjunto arquitetônico patrimonial?

5. Molduras, bandeiras sobre portas e janelas, janelas de treliças, telhas cerâmicas e revestimentos tradicionais são atributos físico-espaciais do conjunto patrimonial que expressam significados e valores culturais localistas. Esses atributos atendem às necessidades de conforto ambiental nos imóveis patrimoniais, e sua substituição decorre de novos gostos e tendências homogeneizantes que contribuem com perda de significados e valores relevantes, de modo geral, subestimados.

- a) Como garantir que valores que se expressam através de atributos contemporâneos possam concorrer para incrementar a significância cultural do sítio?

6. A identificação dos significados *arte popular, clubes folclóricos, bandeiras e enfeites, danças e canções tradicionais, procissões e guarda dos passos repassada entre gerações* está relacionada com a continuidade de processos culturais e de produção desenvolvidos no CHO ao longo da sua história cultural.

- a) Que importância tem o repasse desses processos para a conservação do conjunto arquitetônico do sítio, no presente e no futuro?
- b) Como garantir que novos valores consolidem a permanência desses significados?

7. Valores relevantes foram relacionados com usos e funções tradicionais, com quintais de pomares e hortas, com o sítio como centro de educação universitária e de formação jurídica, como local de expressão da poesia contemporânea de Pernambuco e de manifestações carnavalescas, significados que estão relacionados com sua história cultural. O casario e as áreas residenciais são partes qualificadoras da cidade e abrigam usos e atividades tradicionais de importância fundamental para a preservação da vida cotidiana e para o processo de agregação de valor e de continuidade do sítio.

- a) Problemas relacionados com a circulação e estacionamento de veículos levaram as universidades do sítio para bairros do entorno. O que significa o resgate e/ou conservação desses usos e funções, em especial o uso educacional, para a manutenção da significância do CHO e para a associação de novos significados e valores?
- b) A inexistência de regulamentação sobre o número de estabelecimentos por rua ou quadra e de um maior detalhamento sobre a natureza das atividades econômicas permitidas no sítio vem comprometendo sua sustentabilidade?
- c) Novos valores estão associados a intervenções no casario, que correspondem à interrupção dos telhados e construção de terraços para assistir a desfiles durante o Carnaval. Considera que essas intervenções interferem na interpretação dos significados e na permanência dos valores do passado e concorrem para a associação de novos valores importantes à conservação sustentável do sítio?

8. A participação da comunidade local na gestão compartilhada por entidades de conservação públicas municipais, estaduais e federal, e a implantação do Plano Diretor Local Integrado, da Notificação Federal nº 1155/1979 e do Inventário do Casario tiveram vital importância nas ações da conservação integrada empreendidas no sítio na década de 1980. Para Amadou Mahtar M'Bow (1983), o Centro Histórico de Olinda estaria salvaguardado na medida em que sua população vivesse bem e desenvolvesse funções e atividades apropriadas a seus desejos e esperanças, condição que garantiria sua permanência no sítio.

- a) Novos hábitos e novas expectativas de conforto têm sido inseridos no contexto do sítio desde o século XX. Como dotar os imóveis civis patrimoniais de melhores condições de ventilação e iluminação, para que os moradores tenham mais qualidade de vida, sem que haja perda da integridade física e funcional dos imóveis, da harmonia do conjunto e dos significados e valores relevantes?
- b) Como reduzir o conflito entre valores culturais do passado e do presente e estimular a permanência dos antigos moradores no sítio, para que não haja mudança radical da sua significância?

9. Ruas, largos e edifícios do CHO homenageiam santos, divindades são cultuadas e religiões africanas e indígenas são praticadas, significados que demonstram fé e religiosidade, cujos valores têm relação com suas origens e com sua identidade.

- a) Qual a importância do culto aos valores espirituais para a conservação do conjunto arquitetônico do sítio?
- b) Como garantir a permanência desses significados e a diversidade religiosa do sítio?
- c) É possível apreender a "alma de Olinda" sem os valores espirituais?

10. Os processos de deslizamento das encostas e do avanço do mar no perímetro histórico foram considerados como riscos concretos para a conservação sustentável do conjunto patrimonial ainda em 1981.

- a) Danos decorrentes desses processos ocorridos em bens culturais e contexto do sítio nas últimas décadas estão interferindo na interpretação dos significados e na permanência dos valores relevantes do conjunto?
- b) A qualidade ambiental e a qualidade de vida no sítio são mais dependentes da permanência de que atributos, significados e valores?